



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - Mestrado em História

Campus I - Prédio B3, sala 112 - Bairro São José - Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS
Fone(54) 316 8339 - Fax (54) 316 8125 - E-mail: pghis@upf.tche.br

Derli Junior Stumpf

**ENCONTRANDO UM NOVO *MEFISTO*:
A AMERICANIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO E A
REVISTA *A DEFESA NACIONAL*, 1942-1950**

Passo Fundo
2010

Derli Junior Stumpf

**ENCONTRANDO UM NOVO *MEFISTO*:
A *AMERICANIZAÇÃO* DO EXÉRCITO BRASILEIRO E A
REVISTA *A DEFESA NACIONAL*, 1942-1950**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman.

Passo Fundo
2010

Derli Junior Stumpf

**Encontrando um novo *Mefisto*:
a americanização do Exército brasileiro e a revista *A Defesa
Nacional*, 1942-1950**

Banca examinadora:

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman – UPF – Orientador

Prof. Dr. Adelar Heinsfeld – UPF – Examinador

Prof. Dr. Vagner Camilo Alves UFF– Examinador

Passo Fundo
2010

Ao Prof. Max Sanchez, pelo exemplo e pelas oportunidades.

Agradecimentos

Certa vez li, em algum lugar, que Joseph Stálin disse que *a gratidão é a virtude dos cães*. Logo, fiquei muito feliz por saber que tinha algo em comum com os cães, conhecidos pela lealdade, e porque descobri mais uma opinião do ex-ditador soviético que me afastava de seus, no mínimo, discutíveis pontos de vista. Assim sendo, a gratidão é um dos sentimentos mais importantes que trago comigo, e, nestas páginas, que são as mais importantes deste trabalho, quero manifestá-la para dizer obrigado a algumas pessoas fundamentais na minha vida e, conseqüentemente, para a elaboração da presente dissertação.

Primeiramente, um obrigado do tamanho do universo à minha mãe Sueli Stumpf, uma *luz que não produz sombra* na minha vida, que sempre me ajudou nos piores dias, assim como colocou meus pés no chão quando a cabeça estava nas nuvens. Também quero expressar meus agradecimentos ao meu pai Derli Stumpf, ao meu irmão Gabriel Stumpf e à minha vó Nelci Stumpf, pelo carinho e apoio.

À direção das Escolas Garra – nas quais tive o privilégio de ser aluno bolsista no Ensino Médio, entre os anos de 2001-2003, e nas quais, atualmente, faço parte do corpo docente – ofereço um dos meus mais fraternais obrigados, especialmente, ao Prof. Max Sanchez, talvez, a primeira pessoa fora do meu círculo familiar a acreditar, realmente, no meu potencial, assim como foi o responsável pela minha entrada no mundo das relações internacionais, quando eu ainda cursava o segundo ano de Ensino Médio. Não bastando isso, trata-se da pessoa que abriu as portas das Escolas Garra para mim, quando eu recém cursava o quinto semestre da graduação.

À Universidade de Passo Fundo (UPF), especialmente aos professores da graduação e da pós-graduação em História, tão importantes à minha formação. Ao Dr. Eduardo Svartman, meu orientador, exemplo de profissionalismo e competência acadêmica. Ao Dr. Haroldo Carvalho, pela confiança demonstrada. Ao Dr. Adelar Heinsfeld, pela oportunidade de assistir às suas ótimas aulas, as quais serviram de inspiração à minha atuação profissional, bem como

pela sua preciosa colaboração na banca deste trabalho. Ao Ms. Antônio Amantino, pelos poucos, mas extremamente valiosos conselhos entre uma aula e outra de História Contemporânea.

À Coordenação de Aperfeiçoamento em Pessoal de Ensino Superior (Capes), pelos recursos dados para o desenvolvimento da presente pesquisa.

À equipe do Arquivo Histórico do Exército (AHEX), especialmente ao Capitão Corrêa, pelo auxílio indispensável para a realização desta pesquisa.

Aos amigos, especialmente à Celeste Bertê, colega de graduação, assim como de algumas *angústias* e de muitas viagens ao longo de quatro anos de incertezas entre as idas e vindas de Soledade a Passo Fundo. À Cristiane Miglioranza, colega no mestrado e, felizmente, agora minha amiga na vida. À Nathalia Ribas, colega de iniciação científica nos grupos coordenados pela Prof. Dr. Márcia Barbosa – a quem também agradeço – e minha revisora oficial desde aqueles tempos.

O presente é tão grande, não nos afastemos. Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas. [...] O tempo é minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente.

Carlos Drummond de Andrade, em “Mãos dadas”.

No início da vida, nem as mais bravas coragens estão imunes ao abatimento. Aquele golpe havia empurrado Lucien para o fundo da água; mas ele bateu o pé e voltou à superfície, jurando que dominaria aquele mundo.

Honoré Balzac, em “Ilusões Perdidas”

RESUMO

O presente trabalho apresenta resultados de uma pesquisa que investiga a influência militar norte-americana no Exército brasileiro ao longo do período de envolvimento direto dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, bem como no contexto inicial da Guerra Fria. Trata-se, aqui, de verificar, a partir da imprensa militar, mais especificamente por meio da análise dos artigos publicados na revista *A Defesa Nacional*, entre os anos de 1942 e 1950, como, gradativamente, ocorreu a transição de uma matriz militar francesa para outra norte-americana no Exército brasileiro. No que se refere aos aspectos teórico-metodológicos, a pesquisa utiliza-se do aparato conceitual da *História Cultural*, mais especificamente do conceito de *representações*, elaborado pelo historiador Roger Chartier. Dessa forma, o trabalho conclui, com base no publicado nas páginas da revista, que a incorporação do modelo militar estadunidense pelo Exército brasileiro aconteceu de forma seletiva e pragmática, mesmo em períodos nos quais a política externa nacional alinhava-se de forma automática com a diplomacia norte-americana. Por fim, não houve uma assimilação automática do modelo norte-americano pelo Exército brasileiro, que colocava os interesses da instituição acima de qualquer eventual simpatia e apoio irrestrito às demandas dos militares estadunidenses.

Palavras-chave: Americanização, Exército, *A Defesa Nacional*.

ABSTRACT

The present work presents results of a research that investigates the North American military influence in the Brazilian Army throughout the period of direct involvement of the United States of America in the World War II, as well in the initial context of Cold War. It is checked, here, from the military press, more specifically through the analysis of the articles published in the magazine *A Defesa Nacional* (The National Defense) from 1942 to 1950, how the transition from French military headquarters to another North American in the Brazilian Army happened. Concerning the theoretical methodological aspects, the research uses the conceptual apparatus of the Cultural History, more specifically in the concept of representations, elaborated by the historian Roger Chartier. This way, the work concludes that the incorporation of the American military model, according to the published on the pages of the magazine, by the Brazilian army, happened in a selective and pragmatic way, even in periods when the national external politics aligned automatically with the North American diplomacy. Finally, there was not an automatic assimilation of the North American model by the Brazilian army, that put the interests of the institution above any eventual sympathy and unrestricted support to the demand of the American military.

Keywords: Americanization, Army, *The National Defense*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 PARA SAIR DA TERRA DO NUNCA: CAPITALISMO, ESTADO-NAÇÃO E EXÉRCITOS PROFISSIONAIS.....	27
1.1 Considerações iniciais: a dupla revolução e a profissionalização dos exércitos.....	27
1.2 Profissionalismo militar e modernização dos exércitos.....	31
1.3 A Europa e a profissionalização dos exércitos: as contribuições francesas e prussianas.....	36
1.4 O exército norte-americano e a sua profissionalização.....	51
1.5 A profissionalização dos exércitos na América do Sul: o caso brasileiro e a influência estrangeira.....	59
1.6 A contribuição da missão francesa.....	70
2 ENTRE PERIGOS E OPORTUNIDADES: A COOPERAÇÃO MILITAR BRASIL-ESTADOS UNIDOS À ÉPOCA DA II GUERRA MUNDIAL.....	74
2.1 Considerações iniciais: a guerra global chega às Américas.....	74
2.2 A cooperação militar e os interesses nacionais: o lado brasileiro.....	76
2.3 A cooperação militar e os interesses nacionais: o lado norte-americano.....	82
2.4 O avanço alemão na América Latina e o Brasil.....	87
2.5 E depois de <i>Pearl Harbor</i> ?.....	97
2.6 A americanização do Exército nas páginas d' <i>A Defesa Nacional</i> , 1942-1946.....	100
3 NA CONTRAMÃO DO ITAMARATY: A COOPERAÇÃO MILITAR BRASIL-ESTADOS UNIDOS NO INÍCIO DA GUERRA FRIA.....	119
3.1 Considerações iniciais: e fez-se a Guerra Fria.....	119
3.2 Os Estados Unidos e a Guerra Fria.....	123
3.3 Estados Unidos, América Latina e Guerra Fria: a situação do Brasil.....	126
3.4. As relações militares Brasil Estados Unidos, 1946-1950.....	128
3.5 A americanização do Exército nas páginas d' <i>A Defesa Nacional</i> , 1947-1950.....	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA APRENDER A CAIR DAS NUUVENS.....	168
FONTES CONSULTADAS.....	175
REFERÊNCIAS.....	180

INTRODUÇÃO

Muitas vezes justificadas pela pretensa busca de uma paz estável e duradoura, as guerras fazem parte do cotidiano da humanidade desde os seus primórdios¹. A história dos homens no planeta exhibe um considerável número de episódios capazes de comprovar a máxima de que “o homem alberga em si uma necessidade de ódio e destruição”².

Às vezes relacionadas à sensação de desequilíbrio de poder, em outras oportunidades ligadas às disputas territoriais, aos interesses econômicos, ou mesmo, como é bastante comum, atualmente, à diversidade cultural e religiosa, as guerras matam milhões de pessoas, causam prejuízos morais e econômicos incalculáveis, bem como motivam reflexões voltadas à compreensão de suas causas e de seus desdobramentos. Assim sendo, a humanidade questiona-se se há ou não uma maneira de libertar-se do flagelo da guerra.

Em meados dos anos 1500, Nicolau Maquiavel³ escreveu a respeito de a humanidade constituir-se numa natureza eminentemente desordenada, acompanhada da noção de que as pessoas não querem ser dominadas nem oprimidas pelos indivíduos dotados de maior força e poder. Logo, o pensamento maquiavélico fornece uma ferramenta importante para a compreensão da existência do fenômeno da guerra, pois, se o ambiente internacional é, por natureza, praticamente desordenado, os grandes desejam dominar os pequenos e todos almejam não serem dominados; isso significa dizer que todos os Estados devem estar prontos para fazer a guerra. Somente assim, por meio da demonstração do potencial de força de coação internacional, é que a segurança pode ser alcançada. Por isso, o filósofo florentino entendia que um dos principais fundamentos que os Estados devem possuir é bons exércitos, para que os *príncipes* façam emprego deles quando necessários na guerra.

As noções maquiavélicas apresentadas expõem que a necessidade de formação de exércitos poderosos, com a intenção de defender a soberania e os demais interesses dos Estados, transformou-se numa das preocupações centrais de militares e civis nos

¹ Para uma reflexão sobre o fenômeno da guerra, ver KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

² EINSTEIN, Albert; FREUD, Sigmund. *Por que a guerra?* Lisboa: Publicações Europa-América, 2007. p. 34.

³ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

mais diferentes pontos do mundo. Com isso, garantir a segurança interna do Estado contra invasões estrangeiras, assim como preservar os empreendimentos externos de seus governos e de seus cidadãos, são funções facilmente identificadas com as atribuições dos exércitos.

No caso brasileiro, porém, o Exército ocupou um papel na sociedade ao longo do século XX bem além das funções mais ortodoxas, geralmente, legadas aos seus pares em outros países, em especial, naqueles chamados de desenvolvidos. Entre golpes e contragolpes, incentivos à modernização militar e econômica do País, através, principalmente, de planos de industrialização e investimentos em obras de infraestrutura, o Exército ocupou um lugar na sociedade brasileira semelhante ao de Fausto⁴, no romance de mesmo nome, de Goethe.

Fausto reflete a respeito da afinidade entre o ideal do autodesenvolvimento e o efetivo movimento em direção ao desenvolvimento econômico, processos que devem caminhar juntos, unindo-se num só na visão do autor. O Fausto de Goethe passa a noção de que o único meio de que o homem moderno dispõe para se transformar é a radical alteração de todo o mundo físico, moral e social em que vive. Ao mesmo tempo, Fausto insere-se em uma sociedade fechada e estagnada, ainda alicerçada em formas e valores tradicionais, que impede o seu pleno desenvolvimento. Assim, “como portador de uma cultura dinâmica em uma sociedade estagnada, ele está dividido entre a vida interior e a vida exterior”⁵.

O Exército, portador de certas ideias de vanguarda em direção à industrialização em uma sociedade atrasada, experimentou a *cisão fáustica* com invulgar intensidade. Logo, seus projetos internos inspiraram visões, ações e criações revolucionárias e golpistas, como acontece com Fausto no final da segunda parte da tragédia goethiana. Portanto, em meio ao seu processo de modernização, o Exército não envolveu apenas a si próprio, mas, sim, toda a sociedade brasileira. Todavia, assim como Fausto na transformação de seu pequeno mundo, o grande desenvolvimento que o Exército iniciou representou um alto custo para determinados setores da sociedade brasileira.

Se Fausto contou com o auxílio de Mefisto para tornar-lhe um indivíduo radiante e excitado, confiante em si mesmo, o Exército encontrou na influência de militares estrangeiros alguns dos conceitos e visões de mundo que auxiliaram na modernização

⁴ GOETHE, Johhan. *Fausto*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

⁵ MARSHALL, Bermann. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 44.

da Instituição. Assim sendo, desde meados do início do século XX, o Exército passou a receber, de maneira mais intensa, modelos organizacionais e doutrinários estrangeiros, assim como realizou a importação de armas e equipamentos.

Num primeiro momento, setores da Instituição optaram pela tentativa de adoção de padrões alemães, através dos chamados *juvens turcos*. Depois, nos idos iniciais da década de 1920, com a vinda de uma missão militar, o modelo adotado originava-se do Exército francês. Por fim, nos anos 1930, a influência maior do Exército passou a ser a norte-americana, processo que consiste no objeto de pesquisa do presente trabalho, com base no estudo da revista *A Defesa Nacional* entre os anos de 1942 e 1952.

A década de 1930 assistiu ao aumento das relações entre os Estados Unidos e o Brasil, processo motivado pelo cenário europeu que levou à Segunda Guerra Mundial, que, direta e indiretamente, influenciou vários setores da sociedade brasileira. Nesse contexto, a dimensão militar desse processo é denominada de *americanização do Exército*, para a qual se tem uma proposta de periodização dividida em três etapas⁶.

A primeira etapa estende-se dos anos 1930 até a declaração de guerra do Brasil ao Eixo em 1942. Já a segunda fase envolve a negociação, o preparo e o envio de forças militares brasileiras para atuação na Segunda Guerra Mundial, a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Por fim, a terceira etapa acontece do pós-guerra até meados da década de 1960, quando vigoram mecanismos como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), o Acordo Militar Brasil/Estados Unidos, assinado em 1952, e os programas norte-americanos de ajuda militar em paralelo à Aliança para o Progresso (ALPRO).

Conforme Gerson Moura⁷, após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil apresentava o mais moderno exército da América Latina, graças ao fato de as tropas nacionais terem ganhado experiências reais de combate e aumentado sua tecnologia de guerra em virtude dos materiais bélicos oriundos do intercâmbio com os norte-americanos. Em relação aos interesses do governo estadunidense, o historiador argumenta que a participação brasileira na coalizão dos “Aliados”, através da criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), possibilitou uma maior influência militar dos Estados Unidos nas Forças Armadas do Brasil.

⁶ Para maiores detalhes, ver SVARTMAN, Eduardo. *Guardiões da nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006.

⁷ MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a segunda guerra mundial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.

Em relação às alterações doutrinárias no Exército, Gerson Moura explica que foram assimiladas e aplicadas as noções de “segurança coletiva” e “segurança nacional” nos termos propostos pelos Estados Unidos. Ainda se realizaram esforços para a assimilação dos ideais do pan-americanismo e do discurso do “mundo livre” ou “civilização ocidental”, bem como se implantava entre políticos e militares a linguagem do “perigo amarelo”, do “perigo asiático”, da “cortina de ferro” etc.

Quanto ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), o historiador sustenta que visava menos à defesa hemisférica a uma agressão externa e mais à consolidação da liderança político-militar dos Estados Unidos no continente americano. Em relação à questão doutrinária, o TIAR reforçou a noção de “defesa hemisférica”, a qual nasceu no Departamento de Estado dos Estados Unidos e previa, no plano militar, um esforço para a formulação de um conceito multilateral de defesa.

Assim, Moura conclui que a consolidação do “sistema de poder” dos Estados Unidos na América Latina estabeleceu-se com base em conversações, desde 1945, com vistas a fornecer armas, treinar oficiais e estabelecer missões militares norte-americanas nos demais países do continente. Dessa forma, os Estados latino-americanos converteram suas forças armadas para modelos de organização e técnica militares dos Estados Unidos, além de padronizarem os seus armamentos segundo a matriz norte-americana.

A partir daí, a presente pesquisa pretende aprofundar o estudo a respeito da alteração do modelo militar brasileiro de uma matriz francesa para outra norte-americana, fato vinculado à conjuntura internacional e nacional dos anos 1940-1950. Assim sendo, com os preparativos e, depois, com o envolvimento direto norte-americano na Segunda Guerra Mundial, o Exército enviou um grande número de oficiais para cursos de atualização nos Estados Unidos, iniciando uma prática constante ao longo de décadas. A ideia básica do referido movimento de intercâmbio brasileiro consistia na oportunidade de os militares brasileiros observarem de perto um exército que “realmente funciona”, bem como serem expostos ao sistema norte-americano e à opulência da sociedade estadunidense.

Paralelamente às viagens e aos cursos dos militares nacionais em território norte-americano, o Exército equipou-se com artefatos bélicos, assim como adotou procedimentos e táticas de origem estadunidense. Como resultado disso, o Brasil tornou-se o único país da América Latina que enviou tropas à Europa durante a Segunda Guerra Mundial, participando, dessa maneira, de operações combinadas com os norte-

americanos. Portanto, busca-se investigar, a partir da imprensa militar, com base, mais especificamente, na revista *A Defesa Nacional*, como os militares brasileiros receberam e evidenciaram a influência militar norte-americana.

O presente trabalho sustenta como hipótese que, nesse contato prolongado de oficiais brasileiros com os Estados Unidos, estava em jogo, para os militares nacionais, uma estratégia de longo curso para modernizar e fortalecer o Exército. Para os norte-americanos, vigoravam tanto interesses econômicos, ligados ao comércio de armamentos, quanto geopolíticos, ligados à consolidação de seu sistema de poder no continente. Desse ponto em diante, acredita-se que o pragmatismo⁸ informou as relações militares entre Brasil e Estados Unidos, pois, se do ponto de vista militar, não se tratava de uma relação entre iguais, por outro lado, também não se baseava na subordinação plena. Assim sendo, a associação assimétrica entre os dois países visava a objetivos claros e bem definidos. Dessa maneira, tratava-se de um caminho possível para alcançar os fins estabelecidos pelos militares de ambos os lados no cenário da década de 1940, formatado pela Segunda Guerra Mundial, num primeiro momento, e, depois, pela Guerra Fria.

A escolha da revista *A Defesa Nacional* como objeto de estudo relaciona-se ao seu histórico e às temáticas abordadas nas suas páginas, bem como ao fato de o periódico apresentar um alto nível de representatividade entre os militares, especialmente os oficiais. Logo, trata-se de um periódico escrito por oficiais, que abordam assuntos ligados ao meio castrense e direcionados, prioritariamente, para leitores também militares. Além disso, a opção pela revista deu-se em virtude da existência de longas séries completas e da sua disponibilização para consulta. A partir daí, estabeleceu-se como corpo documental da presente pesquisa os editoriais e os artigos publicados no periódico no corte cronológico estabelecido pela investigação.

A imprensa começou a dotar-se de maior importância como fonte, passando da desconsideração para a centralidade nas pesquisas históricas, a partir de significativas mudanças acontecidas na historiografia internacional e nacional, sobretudo, a partir de meados da década de 1970. Logo, tal questão relaciona-se ao alargamento do campo de

⁸ Compreende-se por pragmatismo “a indução e a adequação das percepções dos reais interesses nacionais aos desígnios externos, de forma a fazer prevalecer o resultado sobre os valores políticos e ideológicos, a oportunidade sobre o destino, a liberdade de ação sobre as camisas-de-força dos particularismos, a aceitação sobre a resistência aos fatos”. CERVO, Amado. *Relações internacionais do Brasil. In: _____. O desafio internacional: a política exterior do Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 1994. p. 27.

preocupações temáticas dos historiadores, que se percebe a partir da inclusão de questões ligadas ao inconsciente, ao mito, às mentalidades e aos aspectos do cotidiano nas investigações históricas. Assim sendo, as referidas alterações, promovidas, inicialmente, pela *História Nova dos Annales*, mudaram a concepção de documento e a maneira de criticá-lo.⁹

Ainda, ao lado das novas perspectivas trazidas pela historiografia francesa, merece nota a renovação que sofreu a historiografia marxista, sobretudo, a inglesa, reunida, principalmente, em torno da revista *New Left Review*. Portanto, o abandono por certos grupos marxistas da ortodoxia economicista, o reconhecimento da importância dos elementos culturais e a adoção da perspectiva dos vencidos, isto é, uma história vista de baixo, colaboraram para a mudança na concepção de fonte histórica¹⁰.

Além disso, a história imediata, voltada para o tempo presente, nicho até pouco tempo apenas ocupado por jornalistas e sociólogos, e a renovação da história política, a partir dos estudos de René Remond e de um grupo de historiadores franceses¹¹, também contribuíram para a importância atual que a imprensa assumiu nos estudos históricos contemporâneos. De fato, cada um dos “abalos epistemológicos”¹² mencionados aqui traz a perspectiva do “fortalecimento da história cultural, tributária, em grau bastante variável, da Antropologia, ancorada no estudo das práticas e representações sociais”¹³.

A partir da noção de que a imprensa é fundamentalmente um “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”¹⁴, negando-se, portanto, “aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo de transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere”¹⁵, orienta-se a presente investigação. Soma-se a tal noção o entendimento de que as revistas e jornais são espaços de sociabilidade que se configuram em redes cujas adesões e exclusões conferem estrutura ao campo intelectual. Logo, compreende-se *A Defesa Nacional* como um espaço de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, no qual o periódico consagrava uma determinada visão a respeito da

⁹ Ver LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

¹⁰ Ver LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla. *Fontes históricas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2006. p. 111-153.

¹¹ Ver RÉMOND, Réne (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

¹² LUCA, Tânia Regina de. *Op. cit.* p. 114.

¹³ LUCA, Tânia Regina de. *Op. cit.* p. 114.

¹⁴ CAPELLATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. p. XIX.

¹⁵ CAPELLATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *Op. cit.* p. XIX.

influência norte-americana sobre o Brasil de forma mais ampla e a respeito do Exército de forma mais específica.

A revista, inspirada no formato da *Militär Wochenblatt*¹⁶, formou-se como um periódico de conteúdo predominantemente técnico e militar. Contudo, não se pode negar seu caráter político, pois, em alguns artigos e em muitos editoriais, seus articulistas abordavam questões nacionais, e, ao fazê-lo, expunham o seu pensamento político conservador, forjado, em grande parte, a partir da experiência de estágio no exército alemão¹⁷. Nas páginas de *A Defesa Nacional*, os *jovens turcos* costumavam publicar manuais, trechos de livros e relatórios militares traduzidos do alemão; escreviam artigos sobre armas, canhões e sobre a munição germânica, analisando, ainda, a organização do exército alemão e sua participação em guerras e batalhas.

A criação da revista¹⁸ liga-se à busca pela modernização do Exército nas décadas iniciais da República, processo que ganhou força partir da criação do Estado-Maior do Exército, assim como da Lei do Serviço Militar Obrigatório e da reorganização do sistema militar de ensino. Desse modo, fundada em outubro de 1913, *A Defesa Nacional* identificava-se com um discurso voltado à profissionalização e à modernização do Exército, o que, segundo o seu editorial de estreia, não impedia seus fundadores de perceber “o Exército, única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente”¹⁹, como uma instituição que “vai, às vezes, um pouco além de seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator de transformação política ou de estabilização social”²⁰.

Por isso, pode-se afirmar que o fortalecimento institucional, a abertura para modelos estrangeiros e a vigorosa disposição para o exercício militar da função educativa e organizadora sobre a população são elementos que perpassam a linha editorial da revista. A respeito de sua periodicidade, *A Defesa Nacional* manteve-se em

¹⁶ A *Militär Wochenblatt* era uma revista de teor técnico e militar publicada por militares alemães entre os anos de 1816 e 1942. Disponível em: <<http://de.wikipedia.org/wiki/Milit%C3%A4r-Wochenblatt>>. Acesso em: 2 nov. 2009.

¹⁷ LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. Os jovens turcos na disputa pela implementação de uma missão estrangeira no Brasil. Disponível em: <http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/files/CristinaLuna.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2009.

¹⁸ Para maiores informações a respeito do histórico da revista, ver LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. *Os jovens turcos na disputa pela implementação da missão militar estrangeira no Brasil*. Disponível em: <<http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/files/CristinaLuna.pdf>>. Acesso em: fev. 2009. NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *Modernização no exército brasileiro e a revista A Defesa Nacional: as reformas orgânicas do biênio 1934-1935*. In: GORDIN, Helder (Org.). *Anais do VII congresso internacional de estudos ibero-americanos*. Porto Alegre: PUCRS, 2008.

¹⁹ Editorial. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 1. out. 1913. p. 5.

²⁰ Editorial. *Op. cit.* p. 5.

circulação de forma ininterrupta desde a sua fundação, apenas alterando-se seu período de publicação em 1962, quando deixou de ser mensal e tornou-se bimestral.

Instigado, principalmente, pelo Marechal Hermes da Fonseca, pelo Barão do Rio Branco, à época ministro das relações exteriores, e pelo poeta Olavo Bilac, o início da modernização do Exército baseou-se numa conjuntura histórica marcada no País pela transição da Monarquia para a República e, depois, pela Primeira Guerra Mundial. Os primeiros anos republicanos não alteraram de maneira significativa a situação técnica/organizacional do Exército, especialmente no que se refere aos problemas com os soldados, o processo de recrutamento e o uso da instituição para conter a instabilidade interna. A Primeira Guerra Mundial, por sua vez, apesar de colocar em foco as Forças Armadas e a importância de seu profissionalismo, no caso brasileiro mostrou, de forma escancarada, as suas deficiências e limitações.

Em 1908, o Marechal Hermes da Fonseca liderou uma comitiva brasileira que viajou à Alemanha com a intenção de viabilizar a possibilidade de dotar o Exército de armamento moderno, bem como de novos conhecimentos técnicos e profissionais. Dessa maneira, o Brasil estabeleceu um acordo objetivando um aperfeiçoamento de quadros do Exército através de missões de estudo na Alemanha, e, para tanto, enviou três turmas de jovens oficiais para estágios no Exército germânico.

O envio de militares brasileiros à Alemanha resultou de uma preocupação de alguns oficiais e civis com o atraso do Exército e da diplomacia em questões relativas à soberania do País. Na última década do século XIX, a Argentina contestou a posse do Brasil sobre o território das Missões, tendo Rio Branco participado do litígio, arbitrado por Groover Cleveland, presidente dos Estados Unidos, que deu ganho de causa ao Brasil, em 1895. A preocupação com a Argentina era, portanto, constante. Além disso, vale lembrar que a Argentina, assim como o Chile, já iniciara a modernização de sua Armada e de seu Exército. Ademais, o litígio com a Bolívia sobre a região do Acre (1900-1903) e a guerra de Canudos (1896-1897) evidenciaram a incapacidade do poderio militar brasileiro frente a ameaças externas e internas.

Além da turma enviada em 1906, outras duas turmas foram enviadas em 1908 e 1910, respectivamente. Vale notar que a estada da segunda turma de oficiais brasileiros na Alemanha coincidiu com a primeira visita do ministro da Guerra brasileiro àquele país, entre agosto e setembro de 1908. A convite de Guilherme II, a comitiva brasileira, composta pelo ministro Hermes da Fonseca, pelo general Mendes de Moraes, pelo major Tasso Fragoso, pelo capitão Deschamps Cavalcanti e pelo correspondente do

Jornal do Comércio, assistiu às manobras de guerra do exército germânico, realizadas em diferentes locais da Alemanha. Em Berlim, Hermes da Fonseca foi convidado a montar o cavalo particular Imperador para passar em revista às tropas reunidas em sua homenagem. Os brasileiros foram, ainda, agraciados com banquetes oficiais e com convites à ópera, e os jornais alemães acompanharam a visita e elogiaram a figura do nosso ministro da Guerra, apontado como o grande modernizador do Exército Brasileiro.

Durante esses eventos, a delegação brasileira travou contatos com o *Kaiser*, com o Chefe do Estado-Maior alemão Helmuth Von Moltke e com vários outros militares, dentre os quais generais e oficiais de baixa patente, como o tenente Auer, que ciceroneou a comitiva durante toda a sua estada na Alemanha, que contou, ainda, com visitas às fábricas de material bélico Mauser e Krupp, à Escola Militar de Lichterfeld, às fábricas da Allgemeine Electricitäts Gessellschaft e à estação telegráfica sem fios de Navem.

Ao retornarem ao Brasil, os militares engrossavam as fileiras pela modernização do Exército, pois o contato com a prática militar, a estratégia, a tática e a operacionalidade bélica alemãs tornou tais jovens oficiais conhecedores das mais modernas técnicas militares. Outra mudança significativa foi o contato com a literatura europeia sobre a formação militar para a guerra e a função profissional do militar, com destaque para o histórico posicionamento do Exército alemão na formação da nação. Esses militares garantiriam grande impulso ao processo de modernização do Exército através da reprodução de seu aprendizado no Brasil. Conforme José Murilo de Carvalho²¹, a medida de maior impacto do Marechal Hermes da Fonseca para o treinamento de oficiais, também sugerida pelo Ministro Rio Branco, foi o envio de tropas para servirem arregimentadas no exército do *II Reich*.

Os estagiários, embora em pequeno número e, em alguns casos, com grandes dificuldades acerca do entendimento do idioma, são ainda hoje exaltados pelo Exército como fonte inaugural do processo de modernização. A difusão do aprendizado adquirido no Velho Continente tornou-se, portanto, a causa que movia a ação daqueles *jovens turcos*²² que, através do contato direto com as tropas, da atuação na Escola Militar e pela fundação da revista *A Defesa Nacional* – instrumento que servia de meio

²¹ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005. p. 13-61.

²² A denominação *jovens turcos* é uma referência aos oficiais da Turquia de Mustafá Kemal que tentaram a modernização do atrasado Exército turco. Além disso, o movimento é derivado da junção da jovem oficialidade que volta da Alemanha com a “Missão Nativa”, oficiais que tentaram movimentos reformistas sem, no entanto, saírem do país.

para veiculação do pensamento militar renovado –, tentavam transmitir a um maior número de membros da corporação e da sociedade brasileira em geral a importância das ideias que defendiam convictamente. Assim sendo, a revista organizou-se graças ao último grupo enviado para estágios na Alemanha, do qual, entre outros, faziam parte Bertholdo Klinge, Euclides de Oliveira Figueiredo e Estevão Leitão de Carvalho, além de alguns militares que, apesar de não terem feito parte do estágio, compartilhavam de seus ideais.

Nos últimos anos, observa-se um alargamento das temáticas envolvendo a História Militar, as quais abriram outras possibilidades para os estudos que possuem como foco as relações entre as forças armadas e a sociedade. Para tanto, o foco da chamada *Nova História Militar Brasileira* deslocou-se daquilo que, geralmente, compreendia-se como assunto da matéria – ou seja, as batalhas, as táticas e as principais figuras militares – para temas relacionados ao sistema de recrutamento, às rebeliões, à formação de oficiais e ao cotidiano dos *praças*. Portanto, prestar grande atenção na interação entre as forças armadas e a sociedade tornou-se uma preocupação de pesquisa para os investigadores inseridos na *Nova História Militar Brasileira*²³.

Assim sendo, a construção do objeto de estudo do presente trabalho realizou-se com base em uma revisão bibliográfica que congregou um diálogo de obras de dois perfis diferentes: a) trabalhos voltados à história das relações internacionais, mais especificamente que tratam das relações Brasil-Estados Unidos, e b) trabalhos que tratam do macrotema militares e política.

Nas últimas duas décadas, aumentou sensivelmente o número de obras, acadêmicas ou não, sobre história das relações internacionais desenvolvidas no País. No entanto, a maior parte das pesquisas diz respeito à política externa brasileira, investigando, portanto, as formulações e estratégias no cenário internacional dos sucessivos governos brasileiros. Os referidos trabalhos, logo, consistem em estudos panorâmicos que vêm fornecendo os parâmetros para a periodização da história da política externa brasileira. Todavia, tais obras são o ponto de partida, e não de chegada, para qualquer nova pesquisa²⁴.

²³ Para maiores esclarecimentos conceituais e práticos sobre a Nova História Militar Brasileira, ver: CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

²⁴ Ver: BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado. *História da política exterior do Brasil*. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002. VIZENTINI, Paulo. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente, 1951-1964*. Petrópolis: Vozes, 1995.

Num primeiro momento, a respeito das relações Brasil-Estados Unidos, merece destaque a obra de Moniz Bandeira²⁵, que possui seus trabalhos mais voltados para uma abordagem vinculada à questão da dominação imperialista imposta pelos Estados Unidos ao Brasil. Assim sendo, embora tenham grandes méritos pela enorme pesquisa de arquivo e pela capacidade explicativa, seus estudos pecam por subordinar, em muitas ocasiões, a lógica própria da política às questões socioeconômicas e, portanto, passam longe da dinâmica estritamente militar do relacionamento brasileiro-estadunidense. Ao vincular diretamente a dinâmica das relações militares entre os dois países às contradições de classe do período, ignorando os interesses dos militares enquanto grupo, Moniz Bandeira coloca seu trabalho no mesmo *hall* de outros pesquisadores, como Nelson Werneck Sodré²⁶ e Octavio Ianni²⁷, que entendem a ação dos militares a partir de uma perspectiva instrumental.

Tal maneira de avaliar a ação política dos militares, seja ela no ambiente interno ou no cenário externo, entra em contradição com o enfoque proposto por Edmundo Campos Coelho²⁸. O sociólogo defende a ideia de que a ação militar no Brasil, seja ela política ou não, deve ser pensada de forma organizacional. Essa perspectiva, portanto, inverte a posição dos militares como meros instrumentos de diferentes classes sociais, pois lhes atribui a condição de um ator com interesses e necessidades próprias, cujo processo de afirmação da Instituição no corpo do Estado gera graus cada vez maiores de autonomia e de fechamento aos influxos sociais.

Nesse sentido, as intervenções militares na política são compreendidas como uma reação do Exército à desconfiança da sociedade em relação às forças armadas ou às ameaças que as políticas civis de instrumentalização e cooptação representam à *unidade* militar. Assim sendo, a inflexão sugerida por Campos Coelho torna-se importante, porque confere aos militares a condição de protagonistas de sua própria ação.

SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. 3. ed. Barueri: Manole, 2003.

²⁵ BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

²⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

²⁷ IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

²⁸ COELHO, Edmundo C. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Outra ressalva aos trabalhos de Moniz Bandeira, de Nelson Werneck Sodré e de Octávio Ianni tem origem no estudo de Gerson Moura²⁹, que propõe uma *visão gramisciana* das relações internacionais. Ao estudar o relativo equilíbrio da influência alemã e norte-americana, entre os anos 1935 e 1942, sobre a definição dos rumos da política externa brasileira, Gerson Moura diz que a política externa de um país dependente, como o caso do Brasil, está condicionada, simultaneamente, ao sistema de poder em que se situa, bem como às conjunturas políticas interna e externa.

Logo, Moura contraria a noção de que a política externa de um país dependente é um simples reflexo das decisões do centro hegemônico, negando, ainda, a possibilidade de entendê-la mediante apenas o exame das decisões no país subordinado. A partir daí, o trabalho de Gerson Moura pode ser encaixado em uma perspectiva analítico-sistêmica, pois a explicação é construída com base na análise de eventos históricos específicos, encadeados em um sistema geral previamente articulado.

Ainda acerca das relações militares entre Brasil e Estados Unidos, a maior parte dos estudos específicos sobre a influência norte-americana nas Forças Armadas realizou-se através de investigações feitas por historiadores norte-americanos, como Frank Mccann³⁰ e Sonny Davis³¹, que organizam suas obras partindo de uma estrutura factual-narrativa; ou seja, seus trabalhos fornecem uma explicação histórica ao longo da narração de eventos sucessivos, sem maiores preocupações com um embasamento teórico mais refinado.

Na visão de Frank Mccann, a Segunda Guerra Mundial, se aumentou as possibilidades de o Brasil concretizar o seu enorme potencial na arena sul-americana, também deixou o País muito próximo da dependência dos Estados Unidos. Assim sendo, o brasilianista propõe uma análise do crescimento dessa dependência em seu trabalho. Fatores como a Grande Depressão (1930-1934) e a ascensão do nazismo acabaram influenciando a política estadunidense para a América Latina, dando-lhe uma nova roupagem.

Nesse cenário, os Estados Unidos buscavam uma hegemonia econômica e política na América Latina. Essa pretensão, na visão dos líderes brasileiros, não merecia

²⁹ MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

³⁰ MCCANN, Frank. *A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

³¹ DAVIS, Sonny. *A brotherhood of arms: Brazil-United States Military Relations*. Niwot: University of Colorado Press, 1996.

grande oposição, pois estes estavam convencidos de que tinham mais a ganhar do que a perder com a aquiescência. Apesar de as autoridades brasileiras tentarem uma conduta pragmática para assegurar a melhor posição possível para o País, a aproximação com os Estados Unidos não trouxe todos os benefícios esperados e, ao contrário, se transformou em dependência econômica, política e militar.

Já Sonny Davis, a partir de documentos da *Joint Brazil United States Defense Commision* e da *Joint Brazil United States Military Commission*, pesquisou a relação entre Brasil e Estados Unidos no período da Guerra Fria, ressaltando que, no período imediatamente após Segunda Guerra Mundial, as relações militares entre ambos os países caracterizava-se pelo fato de “each side attempted the other’s expectations, but internal and international pressures prevented either country from doing so the hoped for degree”³². Logo,

when national and institutional goals coincided, as in the case of the post war defense role, the establishment of the ESG, the 1964 military coup, and the intervention in the Dominican Republic, the two militaries came to concordance. When the objectives diverged or, in Brazil’s case, when institutional integrity was threatened over issues as U.S. requests for Brazilian troops in Korea and Vietnam, the two countries went in different directions³³.

Por fim, merecem menção os trabalhos de Eduardo Svartman³⁴, o qual sustenta que as relações militares brasileiras com os norte-americanos, mesmo em períodos de alinhamento em termos de política exterior, não se caracterizavam pela tutela nem pelo alinhamento automático, mas sim pelo pragmatismo – aliás, visão compartilhada pelo brasileiro Sonny Davis. Por isso, Svartman explica que, desde os anos 1930, os militares brasileiros tinham claro que a modernização de sua corporação e uma defesa nacional eficiente dependiam de uma aliança estratégica capaz de garantir armas,

³²DAVIS, Sonny. *Op. cit.* p. XV.

³³DAVIS, Sonny. *Op. cit.* p. XV.

³⁴ SVARTMAN, Eduardo. *Guardiões da nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006; _____. *A americanização do Exército brasileiro: pragmatismo e incorporação seletiva de modelos*. In: *Anais da II Jornada de História das Relações Internacionais*. Porto Alegre: Fapa/Anpuh, 2008; _____. *Cooperação militar Brasil-Estados Unidos: notas para uma reflexão teórica*. In *Anais do VII congresso internacional de estudos ibero-americanos*. Porto Alegre: PUC-RS, 2008. 1 Cd-Rom.

equipamentos e condições para o desenvolvimento de uma indústria bélica nacional, que, por sua vez, somente seria possível com a industrialização do País como um todo.

Para dar conta da problemática formulada, utiliza-se um aparato conceitual da *História Cultural*, mais especificamente o conceito de representação, proposto por Roger Chartier ³⁵. Conforme o historiador francês, as representações são determinadas pelos interesses específicos do grupo social que as forja, assim como não se limitam ao plano do discurso, pois elas são capazes de engendrar estratégias e práticas que legitimam as propostas e as ações do grupo em relação aos demais.

Assim como os sujeitos que as elaboram, as representações são inseridas na realidade social, nela atuando. Dessa forma, trata-se de uma orientação que vê inscritos, no campo intelectual, os conflitos e as contradições que, comumente, se percebe em análises econômicas. Por isso, as representações criadas pelos sujeitos históricos remetem às singularidades e às divisões do mundo social, traduzem as formas pelas quais os atores sociais percebem a configuração do social, ou, em outra instância, como gostariam que fosse tal realidade. Logo, as representações elaboradas pelos sujeitos históricos ligam-se intimamente à realidade social, que as condiciona e por elas é condicionada.

Ainda merece nota que

as representações podem se constituir em um significativo instrumento de poder e opressão de um grupo social específico sobre os demais, demarcando os símbolos que representam o poder e que só um determinado grupo possui e, além disso, exercendo a função de eliminar a violência explícita como instrumento ³⁶.

As representações revelam uma intencionalidade de compreender a realidade, com seus impasses e desafios, para estabelecer as linhas de ação tática e estratégicas e para nela interferir. Por isso, os articulistas da revista não apenas descrevem a incorporação de modelos militares norte-americanos ou o cenário político do momento, mas também sugerem e ponderam a adoção de políticas a fim de materializar os objetivos traçados para o Exército.

³⁵ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

³⁶ CHARTIER, Roger. *Op. cit.* p. 22.

Além disso, a presente dissertação compreende o processo de aproximação do Exército brasileiro com seu par norte-americano inserido no quadro de adesão do Brasil daquilo que Gerson Moura denominou como “sistema de poder dos Estados Unidos na América Latina”³⁷. Dessa forma, usa-se a expressão *sistema de poder*, conforme o conceito de Moura, para descrever “uma constelação de estados, no qual um centro – a grande potência – tem a capacidade de atuar autonomamente como Estado soberano e, ao mesmo tempo, exercer graus variados, influência marcante ou decisiva sobre outros Estados do sistema”³⁸. Nesse marco mais amplo, cuja dinâmica estabeleceu as possibilidades brasileiras de maior ou menor autonomia na arena internacional, a barganha brasileira procurou agregar aspectos econômicos e comerciais à dimensão geopolítica e estratégica. Tanto antes como depois da Segunda Guerra Mundial, esse foi um ponto importante na agenda dos dois países.

Para dar conta dos objetivos propostos, estruturou-se esta dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo, contextualiza-se a importância da Revolução Francesa e da Revolução Industrial para a formação dos primeiros exércitos profissionais no continente europeu, bem como é traçado um histórico da evolução do profissionalismo militar no Velho Continente, destacando-se, principalmente, os exércitos francês e prussiano. Além disso, disserta-se a respeito da influência dos referidos militares europeus na América Latina, mencionando-se as missões alemãs no Chile e na Argentina, bem como a contribuição dos militares franceses para a profissionalização e modernização do Exército brasileiro. Nesse último ponto, ressaltam-se as principais contribuições francesas para a estruturação do Exército brasileiro como uma instituição profissionalizada, que, gradativamente, substituiu uma formação mais voltada para as matérias civis por um conhecimento mais propriamente militar.

O segundo capítulo faz uma retomada das relações militares Brasil-Estados Unidos no contexto dos anos 1930 e 1940 e expõe os diferentes interesses nacionais brasileiros e norte-americanos envolvidos nessas relações. Assim sendo, disserta-se acerca dos contextos internos brasileiro e norte-americano, bem como da situação hemisférica, que, à época, tinha uma forte presença alemã, a qual chegou a ameaçar a influência estadunidense na região. Também nesse capítulo avalia-se a influência norte-americana nas páginas d’*A Defesa Nacional* entre 1942 e 1946.

³⁷ MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 42.

³⁸ MOURA, Gerson. *Op. cit.* p. 97.

Por fim, no terceiro capítulo, faz-se uma análise das relações Brasil-Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, situando-se as alterações promovidas no que se refere a ambos os países a partir daquela nova conjuntura internacional. O enfoque principal situa-se nas edições d'*A Defesa Nacional* publicadas entre 1947 e 1950, para verificar quais os impactos na maneira de avaliar os Estados Unidos pelos articulistas do periódico após as decepções com os norte-americanos no campo diplomático, apesar do interesse dos militares estadunidenses em manter uma relação diferenciada com seus pares brasileiros.

1 PARA SAIR DA TERRA DO NUNCA: CAPITALISMO, ESTADO-NAÇÃO E EXÉRCITOS PROFISSIONAIS

1.1 Considerações iniciais: a *dupla revolução* e a profissionalização dos exércitos

A ascensão do Estado Moderno trouxe mudanças para a organização política, socioeconômica e cultural da Europa. A partir daí, por meio da importação gradativa do referido modelo – às vezes via ferro, fogo e sangue –, em alguns séculos, boa parte do Globo imitava o mecanismo de organização política desenvolvido no Velho Continente.

Inicialmente caracterizado pela soberania real, bem como pela multinacionalidade de sua população, o Estado Moderno, que centralizou a burocracia e o sistema tributário, também concentrou nas mãos reais o poder de coerção, processo que apenas tornou-se realizável através da formação de exércitos permanentes. Porém, devido às limitações econômicas e políticas de certos Estados, os antigos modelos militares, baseados no instável sistema da contratação de mercenários e no feudal mecanismo da convocação de vassalos, ainda persistiram na Europa.

Os exércitos permanentes dos anos iniciais do Estado Moderno, apesar da imposição de uma disciplina militar, ainda tinham carência de uma formação técnica, específica, que diferenciasse completamente seus membros e concedesse uma identidade plena para eles. No entanto, a partir da segunda metade do século XVIII, com o desenvolvimento dos Estados Nacionais, baseados num contrato social entre o povo e os governantes, aconteceu uma substancial mudança na formação dos exércitos. As forças militares, gradativamente, deslocaram sua lealdade e obediência da figura do rei para uma entidade abstrata, mas nem por isso com menos poder para catalisar as paixões humanas para a guerra, chamada nação. Com isso, quando Luís XVI, mesmo portando uma procuração divina, perdeu a cabeça, o modelo de Exército do *Antigo Regime*, fundamentado nos privilégios de casta, também perdeu espaço para outra proposta de instituição militar, caracterizada pela “abertura” aos homens de talento e alicerçada nos preceitos estabelecidos pela “dupla revolução”.³⁹

³⁹ A expressão “dupla revolução”, sugerida pelo historiador inglês Eric Hobsbawm, refere-se à Revolução Francesa e à Revolução Industrial, processos determinantes para a formação da Idade Contemporânea. Ver HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

O sistema de Estado-nação deu um caráter imprescindível ao Exército profissional e ofereceu recursos suficientes para sustentá-lo. Conforme Samuel Huntington, a competição entre os Estados fez que cada qual criasse um grupo permanente de especialistas dedicados aos interesses da segurança militar. Logo, “a perda ou a ameaça de perda dessa segurança pela guerra ou, mais precisamente, pela derrota na guerra, significou para cada país uma instigação imediata ao profissionalismo militar”.⁴⁰

O mesmo dinamismo que leva às mudanças na história da humanidade também não permite que o significado das palavras seja estático, inflexível, como mostra o caso do termo *revolução*. Segundo Gianfranco Pasquino, essa palavra foi criada na Renascença, numa referência ao lento, regular e cíclico movimento das estrelas, como que a mostrar que as mudanças políticas não se podem apartar de *leis* universais implícitas. Todavia, no século XVII, a expressão passou a designar um termo propriamente político, que significava o retorno a um estado das coisas justo e ordenado, tomando como referência a volta da monarquia na Inglaterra, em 1688. A utilização do termo com o significado contemporâneo, isto é, um processo que estabelece a criação de uma nova ordem, com mudanças políticas e socioeconômicas substanciais, geralmente estabelecidas com a utilização da violência, remonta à segunda metade do século XVIII.⁴¹

Ninguém compreendeu tão bem o conceito de revolução como sinônimo de mudança, como os monarcas, os nobres e o clero europeu, especialmente, o francês, a partir dos anos finais do século XVIII. Esse encontro da palavra com o seu significado atual, regado a sangue e vapor, deu-se numa época que ligou, definitivamente, o conceito de revolução à ideia de alteração da ordem das coisas de uma forma radical. Logo, para aquele contexto, usa-se o referido termo, sem risco de críticas, para explicar as mudanças por que a sociedade europeia passava, as quais, posteriormente, foram sentidas pelo resto do mundo. No período em questão, isto é, entre o final do século XVIII e todo o século XIX, a sociedade europeia tornou-se o epicentro da Revolução Industrial, assim como da Revolução Francesa, a “dupla revolução”, o “levante gêmeo”, marcas do triunfo do capitalismo liberal.

⁴⁰ HUNTINGTON, Samuel. *O soldado e o estado: teoria política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1996. p. 51.

⁴¹ Para maiores detalhes sobre o conceito de revolução, ver PASQUINO, Gianfranco. *Revolução*. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. CD-ROM.

A partir daí, a sociedade científica, urbana e industrial que emergiu sepultou o *Antigo Regime*, ainda que alguns hábitos do “defunto” continuassem fazendo parte do cotidiano do mundo dos vivos. Nesse contexto, descobriu-se, na França, que o sangue dos reis tinha a mesma coloração vermelha das simples pessoas sem a benção da escolha divina; descoberta, aliás, conseguida da maneira menos ortodoxa possível, ou seja, separando a cabeça do pescoço de um monarca. Enquanto isso, do outro lado do Canal da Mancha, na Inglaterra, com a construção do primeiro sistema fabril moderno do mundo, o homem foi colocado em luta constante contra o tempo, no melhor estilo *Capitão Gancho* contra o *Crocodilo Tic-Tac*, pois a produção em série, a necessidade de expansão dos mercados, bem como a necessidade constante de lucros da recém vitoriosa burguesia, não permitiam mais a *Peter Pan* e a *Wendy* uma estada eterna na *Terra do Nunca*.

Enfim, o mundo que surgiu daí permitia ao *Capitão Nemo* percorrer, na ficção de Julio Verne, *vinte mil léguas submarinas* a bordo do *Nautilus*⁴², bem como possibilitava a um entediado aristocrata inglês, *Philleas Fogg*, em algumas dezenas de dias, fazer um *tur* por quatro continentes e ainda chegar a tempo de ganhar uma aposta de seus amigos⁴³. Assim, além de permitir *voltas ao mundo em oitenta dias*, o mundo europeu pós-“dupla revolução” também permitia a esperança na possibilidade de ascensão social a um jovem provinciano francês de família humilde, mas de grande capacidade intelectual e quase nenhum escrúpulo, *Julien Sorel*, dividido entre a entrada para a carreira no clero ou a opção militar para alcançar o generalato⁴⁴, no melhor estilo *Napoleão Bonaparte*.

Entretanto, as mudanças nos meios de transporte e no sistema produtivo, socioeconômico e político, que permitiram aos personagens de Julio Verne e Sthendal seguirem suas trajetórias, trouxe com elas uma mudança substancial na balança de poder mundial, pois, de fato, a mais notável consequência para a história mundial dessa “dupla revolução”, como lembra Eric Hobsbawm,

⁴² Ver VERNE, Julio. *Vinte mil léguas submarinas*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

⁴³ Ver VERNE, Julio. *A volta ao mundo em 80 dias*. São Paulo: Martin Claret, 1999.

⁴⁴ Ver STHENDAL. *O vermelho e o negro*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

foi estabelecer um domínio do globo por uns poucos regimes ocidentais... que não tem paralelo na história. Ante os negociantes, as máquinas a vapor, os navios e os canhões do Ocidente – e ante suas idéias –, as velhas civilizações e impérios do mundo capitularam e ruíram. A Índia tornou-se uma província administrada pelos cônsules britânicos, os Estados islâmicos entraram em crise, a África ficou exposta a uma conquista direta. Até mesmo o grande império chinês foi forçado a abrir suas fronteiras à exploração ocidental em 1839-1842.⁴⁵

Entre os itens listados pelo historiador inglês, ou seja, “os negociantes”, “as máquinas”, “os navios” e “os canhões”, concentram-se esforços, a partir de agora, na questão dos “canhões” e suas implicações, isto é, nos impactos que o período da “dupla-revolução” trouxe para as questões militares.

As campanhas militares anteriores à “dupla revolução” duravam, na maioria das vezes, um curto espaço de tempo, do mesmo modo que os armamentos estavam muito distantes de matarem em escala industrial. No melhor ritmo do *fordismo*, os armamentos que se desenvolveram a partir do século XIX ganharam um potencial destrutivo que transcendeu, em termos de guerra, tudo que o homem tinha vivenciado. Logo, as guerras curtas e, geralmente, impetuosas, bem como os armamentos não muito destrutivos, em comparação com as máquinas de moer carne da sociedade industrial, foram superados.

Aquele modelo de guerra – que tinha nos “incêndios” seus “maiores perigos para as habitações e os meios de produção” e que permitia, facilmente, a reconstrução de fazendas ou casas, causando como “única destruição material realmente difícil de reparar rapidamente” a destruição das “florestas ou plantações de azeitonas e frutas, que levam anos para crescer”⁴⁶ –, ou seja, a guerra pré-industrial, ficou em um tempo perdido, em um lugar do passado aonde era possível não se atacar um oficial inimigo, pois o adversário no *front* de hoje corria o risco de tornar-se o cunhado ou genro de amanhã, por meio dos casamentos entre nobres.

Na guerra pré-industrial, ainda, o corpo de oficiais atendia mais às necessidades da aristocracia do que ao desempenho militar eficiente. Desse modo, a riqueza, as origens familiares, bem como a influência pessoal e política ditavam, na maioria dos casos, os recebedores dos altos postos militares. Nesse mesmo contexto, não existia um conjunto de conhecimentos profissionais específico para a profissão militar, nem se dispunha de instituição formal alguma, com exceção de umas poucas escolas técnicas,

⁴⁵ HOBSBAWM, Eric. *Op. cit.* p. 18.

⁴⁶ HOBSBAWM, Eric. *Op. cit.* p. 135.

para ministrar conhecimentos militares, não havendo, tampouco, qualquer sistema para aplicar na prática esses conhecimentos. Os oficiais comportavam-se como aristocratas, e à aristocracia acreditavam pertencer mais do que a qualquer outro grupo. Portanto, em resumo, “a profissão militar simplesmente não existia”.⁴⁷

A guerra que antecede a tecnologia industrial e o sentimento do conflito da sociedade industrial tinha na natureza e no atrapalho humano suas principais fontes de destruição, ou seja, as doenças e os acidentes matavam mais que os próprios combates em situações de guerra⁴⁸. Assim, como arriscadamente escreveu Eric Hobsbawm, “para a maioria dos habitantes da Europa, exceto os combatentes, a guerra provavelmente não significou mais do que uma interrupção direta ocasional do cotidiano, se é que chegou a significar isto”.⁴⁹

1.2 Profissionalismo militar e modernização dos exércitos

A Europa, a partir de meados do século XVIII, vivenciou um processo de mudanças que resultou na sociedade burguesa/industrial. Nessa conjuntura, iniciou o caminho que levou ao profissionalismo militar e à modernização dos exércitos, fenômenos influenciados pelo cenário ideológico, econômico e político da época. As próximas linhas, portanto, buscam compreender como aconteceu a evolução do referido processo, começando pela definição da ideia de profissionalismo militar e as suas conexões com a modernização dos exércitos.

Conforme Samuel Huntington, uma profissão é um tipo peculiar de grupo funcional com características altamente especializadas e apresenta como características a especialização, a responsabilidade e a corporatividade. A respeito da primeira, define-se o profissional como um técnico dotado de habilidades e conhecimentos

⁴⁷ HUNTINGTON, Samuel. *Op. cit.* p. 46.

⁴⁸ Eric Hobsbawm, comentando a respeito da guerra pré-industrial, explica que “as perdas eram pesadas, embora não excessivamente, novamente segundo os aniquiladores padrões de nosso século; mas curiosamente poucas dessas perdas deveram-se realmente ao inimigo. Somente 6% ou 7% dos marinheiros britânicos que morreram entre 1793 e 1815 sucumbiram diante dos franceses; 80% morreram devido a doenças e acidentes. Os riscos realmente aterradores da guerra eram a negligência, a sujeira, a má organização, os serviços médicos deficientes e a ignorância em termos higiênicos, que massacraram os feridos, os prisioneiros e, em propícias condições climáticas, como nos trópicos, praticamente todos”. HOBBSAWM, Eric. *Op. cit.* p. 135-136.

⁴⁹ HOBBSAWM, Eric. *Op. cit.* p. 135.

especializados num campo significativo do esforço humano, que apenas são adquiridos através da educação e da experiência prolongadas.

Acerca da segunda, considera-se o profissional um técnico militante que trabalha e presta um serviço essencial ao funcionamento da sociedade, como, por exemplo, o estímulo à saúde, à educação ou à justiça. Assim sendo, na visão de Samuel Huntington, o cliente de toda a profissão é a sociedade, individual ou coletiva. Portanto, “o caráter essencial e geral de seu serviço, bem como o monopólio de suas habilidades, impõem ao profissional a responsabilidade de prestar serviços quando a sociedade os exige”⁵⁰. Dessa forma, acredita-se que é a responsabilidade social que distingue o profissional de outros técnicos com habilidades apenas intelectuais.

Por fim, sobre a terceira, o cientista político estadunidense explica que os membros de uma profissão têm em comum a sensação de unidade orgânica e de autoconsciência como um grupo que os difere de leigos. Essa sensação coletiva tem origens na disciplina diuturna e no treinamento indispensável à competência profissional, assim como no vínculo comum de trabalho e na solidariedade com uma responsabilidade social única.

Especificamente a respeito do profissionalismo militar, a competência e a qualidade fundamental encontram sua melhor definição na expressão *administração da violência*, que pode ser resumida nos seguintes deveres principais de um oficial: organizar, equipar e treinar as tropas; planejar sua atividade e dirigir as operações dentro e fora de combate.

Segundo Rafael Bañón e Jose Antonio Olmeda⁵¹, a existência do Exército como organização social complexa e profissional, orientada constantemente para a guerra, em contraponto à mobilização esporádica de tropas militares, apenas tornou-se viável a partir da ascensão da sociedade burguesa industrial. Logo, apenas com a economia monetária, a centralização do poder, o estabelecimento da racionalidade administrativa, bem como com a adoção de critérios baseados no mérito e na capacidade individual, contrapondo-se aos antigos critérios de sangue e casta, desenvolveu-se plenamente uma profissionalização dos exércitos, que ganharam *status* de uma organização formal estável para fazer a guerra. A profissionalização dos exércitos, portanto, vincula-se ao processo histórico de racionalização da organização militar e sua configuração,

⁵⁰ HUNTINGTON, Samuel. *Op. cit.* p. 27.

⁵¹ BAÑÓN, Rafael; OLMEDA, José. El estudio de las fuerzas armadas. In: BAÑÓN, Rafael; OLMEDA, José (compiladores). *La institución militar en el Estado contemporáneo*. Madrid: Alianza Editorial, sd. p. 13-64.

gradativa, como instituição social, assim como à socialização dos quadros militares e sua consolidação como grupo social diferenciado.

Nesse processo, a evolução dos métodos profissionais de ingresso nos exércitos passou por três fases: eliminação dos pré-requisitos aristocráticos para o ingresso; exigência de um nível básico de formação profissional e de competência; bem como exigência de educação geral que fosse ministrada em instituições não dirigidas por militares. Num estágio posterior, a institucionalização da educação militar, por meio da universalização das academias de formação de oficiais em tempo integral, trouxe contribuições imprescindíveis rumo à profissionalização definitiva dos exércitos. Conforme explica Bengt Abrahamsson,

la intitucionalización de la educación militar que tuvo lugar a finales del XVIII significó una ruptura importante con la tradición del oficial como líder militar a tiempo parcial, cuyos conceptos e honor y espíritu de cuerpo estaban enraizados primariamente em sus vínculos a la nobleza. Conforme las Instituciones militares europeas comenzaron a sentir la creciente presión de la clase burguesa, las fuertes tradiciones feudales de la Institución Militar, daban para a valores más compatibles con las concepciones burguesas de mérito y educación.⁵²

Ainda a respeito da universalização das academias militares de ensino, com elas aconteceu a transição que transformou o soldado heroico no soldado profissional, ou seja, no soldado administrador da violência. Em outros termos, houve “la conversión del individuo en hombre organizado”⁵³, que marca “el triunfo de la rutina y los procedimientos racionales de organización social”⁵⁴ no meio militar. Assim, os corpos de oficiais, antes do “levante gêmeo”, preservavam os valores da nobreza e do cavalheirismo, passando, depois, a apreciar a competência e o mérito, valores burgueses.

A universalização das academias militares contribuiu, também, para o incremento da socialização profissional, pois prestou um auxílio determinante para o desenvolvimento de uma coesão do grupo social, que tem atribuído formalmente e de fato o controle do processo de adoção de decisões na estrutura organizativa, do mesmo

⁵² ABRAHAMSSON, Bengt. La socialización profesional: teoría, éticay espíritu de cuerpo. In: BAÑÓN, Rafael; OLMEDA, José (compiladores). *La institución militar en el Estado contemporáneo*. Madrid: Alianza Editorial, sd. p. 209.

⁵³ BAÑÓN, Rafael; OLMEDA, José. *Op. cit.* p. 42.

⁵⁴ BAÑÓN, Rafael; OLMEDA, José. *Op. cit.* p. 42.

modo que representa “la capacitación técnica adquirida durante la selección, formación, perfeccionamiento y desarrollo de la carrera militar”⁵⁵. A profissionalização, ainda, implica na conversão de uma organização num sistema autossuficiente que oferece para seus membros um modelo de vida. Conforme Geike Teitler⁵⁶, as características que distinguem um soldado profissional dos não profissionais são: os conhecimentos técnicos e o sentimento dos membros da instituição de pertencer a grupo social distinto. Assim sendo, o tempo gasto pelos oficiais, aspirantes e soldados de menor patente nas academias militares tende a desenvolver neles tais características ao longo do período em que realizam seus estudos nessas instituições.

O sistema de progresso na carreira militar, acompanhando a implantação de padrões profissionais para o ingresso no corpo de oficiais, adotou padrões profissionais em favor da mobilidade dentro do corpo. De modo geral, apesar de algumas exceções, “o novo sistema de ascensão tomou a forma da promoção por antigüidade combinada com promoção por merecimento”⁵⁷.

Outras mudanças complementares ao processo de profissionalização dos exércitos são verificadas a partir do rápido crescimento do número de pessoas ligadas a eles, bem como por meio do caráter permanente de um vínculo estabelecido entre o militar e a instituição. O avanço do nacionalismo e da democracia resultou em importante noção que se manteve estreitamente ligada ao aparecimento do profissionalismo, ou seja, o conceito de *nação em armas* e seu corolário de Exército nacional, com um efetivo recrutamento através do serviço militar de todos os cidadãos por um curto período de anos. Na oficialidade, a passagem do amadorismo para o profissionalismo esteve virtualmente associada à mudança nas fileiras da condição de soldado de carreira para a condição de cidadão-soldado. A respeito da mudança do tamanho da escala e do alcance da guerra, Alan Forest escreve que

the average number of French troops engaged in any single battle rose substantially from around 50,000 in 1793 and 1794 over 80,000 at the height of the Empire, which, of course, forced France’s enemies to follow unit to avoid being overwhelmed. The result, during the Napoleonic Wars, was a period of mass battles and heavy casualties, with armies launching rapid attacks with the aim of destroying their opponents.⁵⁸

⁵⁵ BAÑÓN, Rafael; OLMEDA, José. Profesionalización: introducción. In: BAÑÓN, Rafael; OLMEDA, José (compiladores). *Op. cit.* p. 156.

⁵⁶ TEITLER, Gerke. La génesis de los cuerpos de oficiales profesionales: aspectos teóricos. In: BAÑÓN, Rafael; OLMEDA, José (compiladores). *Op. cit.* p. 161-184.

⁵⁷ HUNTINGTON, Samuel. *Op. cit.* p. 63.

⁵⁸ FOREST, Alan. The nation in arms I: the French wars. In: TOWNSHEND, Charles (Org.). *The oxford history of modern war*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 67-68.

O Exército de massa, todavia, não serviria de grande coisa se não tivesse ocorrido o desenvolvimento dos métodos de produção em série, que chegaram acompanhados de uma transformação no tipo de armamento empregado. A produção em escala industrial, portanto, está intimamente ligada ao surgimento do Exército nacional permanente e de seus métodos de gestão, que levaram à profissionalização da instituição, pois a industrialização criou uma estratificação social de empregos e profissões que substituíram a antiga da sociedade pré-industrial. No que se refere aos exércitos, “puede encontrarse un eco de esta transformación em la división formal en armas, cuerpos y servicios entrecruzada por la división jerárquica vertical de los empleos y cargos”.⁵⁹

Paralelamente ao aumento no contingente das tropas, aconteceram mudanças na gestão organizativa e na divisão do trabalho. Assim, os militares não apenas aprofundaram a divisão do trabalho em sua organização, mas também a promoveram nos teatros de operações. Logo, a guerra não foi mais a mesma, pois os conflitos armados, a partir de então, realizavam-se em divisões, não mais em exércitos. Daí em diante, os exércitos e as marinhas tornaram-se organismos complexos que incorporam centenas de diferentes especialidades, criando a necessidade de outro tipo de especialista: aquele capaz de coordenar e dirigir essas partes diversificadas em favor da meta almejada. Portanto, “não mais seria possível dominar essa habilidade mantendo-se a competência em muitos outros campos”⁶⁰, de modo que se tem mais um incentivo ao Exército profissional.

Finalmente, a normalização dos problemas e a oferta de soluções específicas para cada um deles também consistem em um dos elementos fundamentais à profissionalização dos exércitos. De acordo com Gerke Teitler, a normalização é importante para o processo de profissionalização, pois, através dela, estão perfeitamente delimitados quais são os problemas que ficam ou não fora da competência das instituições. Dessa forma, “solo cuando se há alcanzado la exigência de normalizar los problemas y sus soluciones, es posible organizar la formación que garantiza la capacitación profesional, sobre la que se basa el monopolio, y que es la engendra el inicio del esprit de corps”⁶¹. Portanto, sem a normalização não se pode definir que

⁵⁹ BAÑÓN, Rafael; OLMEDA, José. El estudio de las fuerzas armadas. In: BAÑÓN, Rafael; OLMEDA, José (compiladores). *Op. cit.* p. 44.

⁶⁰ HUNTINGTON, Samuel. *Op. cit.* p. 50.

⁶¹ TEITLER, Gerke. *Op. cit.* , p. 169.

conhecimento e que capacitação se exigirá – e quais não se exigirá – no futuro do membro da profissão.

Além disso, a mudança na natureza tanto da oficialidade quanto dos soldados lhes alterou as relações com o restante da sociedade. No Exército do século XVIII, as praças formavam um grupo de proscritos, marginais e suspeitos, sem raízes nem conexões com a sociedade. Por outro lado, os oficiais tinham *status* definido na sociedade, em virtude de sua posição aristocrática. Na inversão de papéis no século XIX, os conscritos passaram a representar um corte transversal da população do país – os cidadãos de coração – ao passo que os oficiais formaram um grupo profissional isolado, que vivia num mundo a parte, com poucos laços com a sociedade externa. Enquanto o pessoal conscrito era a parte mais “militar” do Exército do século XVIII, no Exército moderno, os oficiais é que a constituem.

O desenvolvimento do capitalismo, portanto, trouxe consigo as condições necessárias para a profissionalização dos exércitos permanentes, uma instituição compreendida como um sistema social com poder legítimo para administrar a violência, condição que não está presente nos agrupamentos esporádicos de indivíduos armados em períodos anteriores. Logo, a ideia de um Exército profissional é filha do “levante gêmeo”. Assim sendo, a partir de agora, olha-se para os dois exércitos que iniciaram o processo em estudo: primeiramente o francês e a sua ideia de nação em armas, e, depois, o prussiano/alemão, instituição que efetivamente transformou-se em pioneira na questão do profissionalismo dos exércitos.

1.3 A Europa e a profissionalização dos exércitos: as contribuições francesas e prussianas

Uma rápida olhada no Exército francês antes e depois de o espírito da *Marseillaise* encarnar na nação atesta as mudanças pelas quais ele passou no período em questão. O Exército anterior à Revolução Francesa caracterizava-se pela rígida separação entre soldados, que se alistavam devido à vida miserável que possuíam, e oficiais, os quais, na sua totalidade, pertenciam aos quadros da nobreza. Com a Revolução Francesa, aconteceram substanciais mudanças nesse modelo de Exército

regular do *Anciën Régime*, movidas, fundamentalmente, pela implantação do Exército de massa, assim como pela ideia da nação em armas.

Mesmo antes do 14 de julho de 1789, o espírito da Revolução Francesa estava encarnado em boa parte do corpo do Exército francês, sendo este uma das partes da nação mais envolvidas na luta contra o modelo de sociedade vigente. Porém, as mudanças nas estruturas internas do Exército francês começaram de forma mais concreta na década de 1790, época em que os ideais iluministas da Revolução Francesa transcendiam as fronteiras do país⁶².

Assim sendo, na visão do clero e dos membros da nobreza, ela transformou-se no pior dos exemplos para outros povos do Velho Continente, que passaram a considerar seriamente a hipótese de cortar o poder e, em situações de necessidade extrema, também os pescoços da aristocracia reacionária europeia. Visualizando um cenário sombrio, um futuro no qual viver e, especialmente, reinar não seria exatamente uma tarefa das mais seguras, a nobreza europeia, vizinha e solidária aos *Bourbons* da França, moveu-se para corrigir o grande erro do povo, isto é, tirar um escolhido pelo Todo Poderoso do seu trono. Logo, tal espírito de solidariedade, misturado com uma substancial dose de instinto de autopreservação, gerou uma série de invasões estrangeiras à França.

Para combater as coalizões estrangeiras que queriam manter o *status quo* anterior à queda da Bastilha, bem como pela coerência ideológica da Revolução Francesa, o Exército francês mudou seus mecanismos de funcionamento. Primeiramente, através da Lei Amálgama, de 1793, instituiu-se a “fusão entre o velho batalhão de tropas regulares, envaidecidos pelas suas aptidões técnicas, e o novo batalhão de voluntários, orgulhosos do seu entusiasmo pela Revolução”⁶³; a partir daí, o Exército francês mesclava capacidade técnica e disposição ideológica. Num segundo momento, depois de iniciativas nem sempre bem sucedidas, através da Lei Jourdan, de 5 de setembro de 1798, declarou-se permanentemente obrigatório o serviço militar dos jovens entre 18 e 24 anos.

Além disso, o comando da Revolução Francesa, nessa época na fase mais radical, dominado pelos jacobinos, instituiu a ideia da nação em armas. Então, como a pátria vivia dias de perigo e incerteza, caberia ao povo francês, beneficiário direto da nova ordem, pelo menos no discurso das lideranças, combater para que “essas

⁶² Ver FOREST, Alan. *Op. cit.* p. 55-73.

⁶³ MONDANI, Marco. Guerras napoleônicas. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História das guerras*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 189.

lideranças estrangeiras não façam as leis em nossos lares”, bem como lutar contra o “estandarte ensanguentado da tirania”. Portanto, a ordem consistia em: convocar “às armas cidadãos”, os “filhos da pátria”, em nome da sobrevivência dos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade; assim nascia a ideia da nação em armas. Conforme Alan Forest,

It was the whole French people who were at war, the nation in arms defending its liberties and values when they were under attack. In the process the Revolution itself became more narrowly nationalistic shedding its universal claiming that liberty was the prerogative of the French... every citizen was now a soldier and every soldier a citizen.⁶⁴

Ainda na trilha desse processo, os conflitos decorrentes da Revolução Francesa marcam a transição para um novo tipo de guerra, diferente daquela entre monarcas, pois, a partir de então, procurava-se destruir as instituições do inimigo. Ou seja, na situação em análise, o maremoto político francês impunha constituições liberais à Áustria e à Prússia, que, por sua vez, tentavam auxiliar no retorno dos *Bourbons* ao trono da França dentro dos moldes absolutistas.

Se, no período jacobino, os “soldiers were encouraged to attend political clubs in nearby towns, and some units formed their own, specifically military clubs inside the army”⁶⁵, quando o Diretório assumiu o controle de uma França afogada em sangue, o quadro mudou. A partir daí, desenvolveram-se políticas para o Exército que “reflected in a more single-minded professionalism, whereby competence and military skile rewarded and political views counted less”. Portanto, “the Directory was interested in success rather than ideology”.⁶⁶

Em outras palavras, o caminho seguido pelo Diretório na questão do Exército francês guiava-se pelo pragmatismo, tendência acentuada após o *Golpe do 18 Brumário*, pois o governo napoleônico não seguia exatamente uma coerência ideológica, mas sim a vontade de transformar a França na potência hegemônica da Europa, estendendo as fronteiras de seu Império. Ainda relaciona-se à chegada de Napoleão ao poder, especificamente no que se refere ao processo de profissionalização do Exército, a ênfase que “it was state service, and especially army service, that unlocked the door to social

⁶⁴ FOREST, Alan. *Op. cit.* p. 60.

⁶⁵ FOREST, Alan. *Op. cit.* p. 61.

⁶⁶ FOREST, Alan. *Op. cit.* p. 63.

preeminence, thus allowing Napoleon to perpetuate the myth that every soldier carried a marshal's baton in his kitbag"⁶⁷. Napoleão, portanto, expandiu a abertura das carreiras militares aos homens de talento⁶⁸, ou, pelo menos, como diz Eric Hobsbawm, “para a energia, a sagacidade, o trabalho duro e a ganância”.⁶⁹

As Guerras Napoleônicas, assim, “foram uma guerra de transição, a última guerra do velho mundo e a primeira guerra do novo mundo”⁷⁰, conflitos nos quais

o ponto central da estratégia do Grande Exército francês consistia na utilização da massa de soldados como um corpo coeso capaz de movimentar-se sempre à ofensiva como elemento surpresa – uma ofensiva pautada decisivamente na força da infantaria, na luta travada corpo a corpo, tendo como arma fundamental a baioneta.⁷¹

Entretanto, após as alterações geográficas e políticas causadas pelo Grande Exército Napoleônico no Velho Continente, outro país assumiu o posto de vanguarda no que diz respeito à profissionalização e à modernização dos exércitos: a Prússia, ou, depois de 1871, o novíssimo, mas nem por isso menos poderoso, Império Alemão. O fato de o II *Reich* registrar seu nascimento na Galeria dos Espelhos do Palácio de Versalhes, depois de humilhar profundamente o orgulho nacional francês graças à vitória na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), formalizou uma rivalidade que coloriria de vermelho-sangue a Europa, como as duas guerras mundiais mostrariam anos mais tarde.

No século XIX, a profissionalização militar concentrou-se em dois períodos: o primeiro foi durante as Guerras Napoleônicas e imediatamente depois, porque, daí em diante, criou-se instituições de ensino militar básico, ao mesmo tempo em que se

⁶⁷ FOREST, Alan. *Op. cit.* p. 64.

⁶⁸ Segundo Marco Mondani, “a formação de um exército novo – construído sob uma perspectiva mais democrática, com uma hierarquia mais móvel e aberta aos setores mais subalternos da sociedade – não foi uma invenção dos revolucionários franceses. Em meio a Revolução Inglesa de 1640, o deputado Oliver Cromwell e o General Thomas Fairfax já haviam levado a cabo uma experiência revolucionária de remodelação do Exército Real, dando vida a um Exército de Novo Tipo (New Model Army), uma corporação de onde foram excluídos do comando todos os lordes e a maioria dos deputados, e cuja técnica organizacional passou a ser o valor e mérito pessoais dos soldados. O Exército de Novo Tipo inglês não era mais um exército formado por mercenários recrutados nas prisões ou entre arruaceiros de toda espécie, mas sim uma corporação em grande medida constituída de voluntários. Ele era o povo comum em uniforme – o povo em armas –, no qual a liberdade de organização e discussão vinha propiciando uma rápida conscientização política dos seus membros”. *Op. cit.* p. 189.

⁶⁹ HOBSBAWM, Eric. *Op. cit.* p. 263.

⁷⁰ MONDANI, Marco. *Op. cit.* p. 189.

⁷¹ MONDANI, Marco. *Op. cit.* p. 202.

negligenciavam os obstáculos de casta para o acesso ao oficialato. O outro período, na segunda metade do século XIX, assistiu aos processos de revisão nos procedimentos de seleção e de promoção, bem como à reorganização dos estados-maiores e à fundação de instituições de ensino militar avançado.

Em ambos os períodos, a Prússia tornou-se o Estado pioneiro. De acordo com Samuel Huntington, embora, em meados da década de 1870, todos os países da Europa tivessem adquirido os elementos básicos do profissionalismo militar, somente na Prússia eles se desenvolveram num sistema completo e acabado. Dessa forma, tornavam o Exército prussiano pioneiro as exigências de uma educação geral e especial para o ingresso, a aplicação de exames, a criação de instituições de ensino militar superior, a existência efetiva de promoção por merecimento e desempenho, o desenvolvimento de um sistema aprimorado e eficiente de estado-maior, bem como um senso de unidade e responsabilidade corporativas, além do reconhecimento dos limites da competência profissional⁷². Porém, em meio a tantos países no continente europeu, por que a Prússia assumiu tal posição de vanguarda na questão da profissionalização dos exércitos?

Se aspectos geográficos não são mais vistos pela ciência como fatores determinantes para definir questões raciais, o mesmo não se pode dizer sobre questões militares, principalmente no caso da Prússia. Os prussianos, com um território disperso entre três diferentes impérios, viram-se particularmente condicionados a uma poderosa força militar para manter sua independência e sua integridade, de modo que a existência de um exército forte tornou-se fundamental à sobrevivência do país. Somadas a isso, a derrota e a humilhação sofridas pelos prussianos, em combates contra as tropas napoleônicas, demonstraram a seus dirigentes que aquela maneira de fazer a guerra no estilo do século XVII não mais garantiria a segurança necessária ao país.

O outro ponto condicionante à vanguarda prussiana no que se refere à profissionalização do Exército vincula-se à existência de uma única fonte reconhecida de autoridade legítima sobre as forças militares. Samuel Huntington explica que um oficial profissional está imbuído do ideal de servir à nação, logo, na prática, ele tem de ser leal a uma única instituição, que, normalmente, aceita como corporificando a autoridade da nação. Entretanto, se existe autoridade, ou ideias conflitantes sobre a quem cabe a autoridade, o profissionalismo torna-se uma coisa difícil, e até impossível, de se alcançar. No caso prussiano, portanto, para se desenvolver o profissionalismo no

⁷² Para maiores informações, ver HUNTINGTON, Samuel. *Op. cit.* p. 49-74.

âmbito do Exército, a aceitação do rei como senhor supremo da guerra e única autoridade sobre assuntos militares revelou-se um condicionante importante.

O primeiro país a profissionalizar seu corpo de oficiais, isto é, a Prússia, destacou-se também pelo pioneirismo na introdução do serviço militar obrigatório⁷³. A lei de 3 de setembro de 1814 obrigava todos os súditos prussianos a servirem por cinco anos ao Exército, três no serviço ativo e dois na reserva, e quatorze anos na *Landwehr*. Embora variassem, de tempos em tempos, os prazos de serviço militar, o sistema básico fixado por lei permaneceu em vigor até a Primeira Guerra Mundial. Logo, os exércitos aumentaram de tamanho, fazendo-se imprescindível uma liderança mais capaz e experimentada. Dessa forma, tornou-se, a partir de então, obrigação dos oficiais constituírem-se na principal base do grupo militar, bem como responderem pelo avanço da técnica militar e treinarem o fluxo constante de recrutas.

Paralelamente, à medida que a ciência da guerra se desenvolvia, instituições para seu estudo avançado tornaram-se cada vez mais necessárias. Nesse item, também, os prussianos tornaram-se pioneiros. Em 1810, fundava-se, em Berlim, a famosa *Kriegsakademie*, uma escola que tinha a proposta de transformar-se numa universidade militar para altos estudos da ciência da guerra. Oficiais, para nela ingressarem, precisavam, primeiramente, cumprir cinco anos de serviço mediante atestado de desempenho elevado de suas funções, devendo, ainda, ser aprovados numa série de exames especiais de dez dias de duração. Uma amostra da importância concedida à *Kriegsakademie* pode ser mensurada pelo fato de a frequência às suas salas de aula ter se tornado um pré-requisito para alcançar um alto posto de comando ou uma das ambicionadas posições no Estado-Maior Geral.

A respeito do modelo de Estado-Maior destaca-se, aqui, mais uma vez, as inovações militares prussianas. O Estado-Maior Geral prussiano, a rigor, data do dia 25 de novembro de 1803, mas o modelo não teve a oportunidade de funcionar antes da derrota prussiana para o Exército napoleônico. Se, nas primeiras décadas, o Estado-Maior prussiano teve de lutar por posição e reconhecimento contra o Ministério da Guerra e o Gabinete Militar, que costumavam ser o centro da reação aristocrática, a partir da liderança de Von Moltke, que se tornou seu chefe em 1857, a situação alterou-se sensivelmente. Os conhecimentos científicos e racionais de Von Moltke tornaram-se o ideal predominante da oficialidade alemã.

⁷³ Ver HUNTINGTON, Samuel. *Op. cit.* p. 49-74.

Sendo assim, nas décadas posteriores a 1860, o serviço no Estado-Maior tornou-se o cargo mais ambicionado do Exército alemão. Destaca-se que o aspecto mais revolucionário do sistema prussiano foi, provavelmente, “o pressuposto de que o gênio era supérfluo e até mesmo perigoso, devendo-se depositar confiança em homens comuns que se distinguem por formação superior, organização e experiência”⁷⁴. Moltke e o Exército prussiano, portanto, compreenderam uma importante lição ensinada pelo fracasso do comando centralizado nas mãos de Napoleão nas guerras da primeira década do século XIX, a qual mostrou que “à proporção que a guerra se prolongava, tornava-se tão ampla, tão complexa e as forças engajadas tão consideráveis que, sem dispor de um bem organizado estado-maior, não era possível, para um único homem, por mais genial que fosse, conduzi-la eficientemente”⁷⁵.

Por fim, a Prússia assistiu à competência e ao espírito profissionais alcançarem o desenvolvimento mais completo, pois o espírito de corpo de oficiais prussianos lentamente transformou-se “de espírito de classe aristocrática num espírito de casta militar”⁷⁶. Logo, a linha que se traçou dividia militares e civis, e não burgueses e nobres. Nesse processo, a aristocracia de berço viu-se substituída pela aristocracia de formação e da aplicação, ou seja, um grupo de oficiais militares, os quais formaram uma comunidade profissional coesamente entrelaçada. O resultado, assim, gerou um espírito de corpo único na Europa.

Ainda sobre a contribuição germânica à profissionalização dos exércitos, Samuel Huntigton escreve que “los alemanes profesionalizaron el comercio de la guerra, y las invenciones modernas com sus nuevas técnicas, la han especializado al incrementos sus procesos técnicos”⁷⁷. Esse processo, embora iniciado na primeira década do século XIX, ganhou maior destaque quando o imperador Guilherme I, seu *Chanceler* Otton Von Bismarck, e seu ministro da guerra Albrech Von Roun, criaram uma série de reformas militares que provocaram uma enorme crise constitucional na Prússia, mas que, por sua vez, equilibravam as necessidades de eficiência militar com o cenário político reacionário, antiliberal, à época do mundo europeu pós-Congresso de Viena.

⁷⁴ HUNTIGTON, Samuel. *Op. cit.* p. 69.

⁷⁵ FULLER, John. *A conduta da guerra: estudo da repercussão da revolução francesa, revolução industrial, revolução russa na guerra e em sua conduta*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002. p. 55.

⁷⁶ HUNTIGTON, Samuel. *Op. cit.* p. 71.

⁷⁷ HUNTINGTON, Samuel. La mentalidad militar: el realismo conservador de la ética de los militares profesionales. In: BAÑÓN, Rafael; OLMEDA, José (compiladores). *La institución militar en el Estado contemporáneo*. Madrid: Alianza Editorial, sd. p. 199.

Antes mesmo de ocupar o trono, Guilherme I começou a articulação para colocar em prática seus planos de promover alterações no Exército prussiano. Assim sendo, em 1858, Guilherme I encarregou o General Albrecht Von Roon de elaborar um plano com as mudanças necessárias para adaptar o Exército aos novos tempos da guerra, bem como aos velhos tempos da ordem social e política, época em que as cabeças reais não corriam os riscos de uma decapitação. Ainda no mesmo ano de 1858, o General prussiano entregou suas sugestões ao Imperador. Primeiramente, sugeria-se a modernização de certos equipamentos da artilharia para atender às novas demandas tecnológicas, assim como se defendia a atualização do controle sobre o aumento no número da população, pois, com isso, buscava-se evitar que um número considerável de jovens capazes deixasse de prestar o serviço militar, enquanto homens mais velhos, membros da *Landwehr*, seriam obrigados a lutar nos teatros de ação nas guerras. Além disso, Von Roon propunha um período total de serviço militar de sete anos, entre ativa e reserva. De igual modo, o “*Landwehr* deveria ter sua importância diminuída para garantir que o Exército fosse totalmente leal à Monarquia, o que não era possível com um sistema em que os oficiais eram eleitos entre os civis notáveis”.⁷⁸

Criado em 1813, o *Landwehr* tratava-se de uma milícia de cidadãos, uma espécie de guarda nacional, que dispunha de uma organização própria e de seu armamento, cujos efetivos constituíam-se pelo pessoal que, aos passar três anos no Exército e dois na reserva, transferia-se para servir mais alguns anos na guarda. Além disso, civis que não tinham sido chamados para o Exército devido às falhas no sistema de conscrição também faziam parte da *Landwehr*.

Não demorou muito tempo e as reformas do General Albrecht Von Roon começaram a sair do mundo do papel para tornarem-se parte de uma realidade europeia na qual se demonstraram extremamente eficientes. Com elas, aboliu-se a parcela civil do *Landwehr*, e, para tanto, criou-se comandos de áreas guarnecidos pelo pessoal do Exército regular, locais para treinamento dos homens que antes faziam parte do *Landwehr*. A partir daí, tinham obrigações de prestar serviço militar ao Estado todos os homens oriundos do Exército regular, cumprindo sete anos de serviço entre ativa e reserva. O *Landwehr*, com isso, transformou-se numa “segunda reserva, à qual caberiam

⁷⁸ VIDIGAL, Armando. Guerras de unificação alemã. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História das guerras*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 291.

tarefas mais simples em caso de guerra, como ocupar posições nas fortalezas, defesa das linhas de suprimento e depósitos etc”.⁷⁹

Alcançou-se, portanto, o propósito de diminuir a importância do *Landwehr*, bem como a ideia de fortalecer o Exército, o qual ganhou uma nova constituição, compreendendo sete classes de idade e, assim sendo, ficou muito reforçado. A oposição liberal no parlamento prussiano, inicialmente, lutou contra as reformas na década de 1860, porém a tal resistência não resistiu ao poder de sedução do Exército prussiano, que não usava flores nem poemas, mas sim ferro e sangue, mecanismos mais eficientes para a conclusão do processo de unificação alemã, algo que, se não fez todos os prussianos caírem de amores pelo Exército, pelo menos, satisfaz às ambições tanto de conservadores como de liberais no parlamento.

Ainda no que se refere às referidas reformas, boa parte decorreu-se das novas tecnologias, geradas pelo verdadeiro *boom* criativo – usado tanto para fazer viver quanto para matar – trazido pela Revolução Industrial. As mudanças nos meios de comunicações, ferrovias e telégrafo elétrico; o desenvolvimento das armas, tanto canhões como fuzis, que passaram a adotar a alma raiada e o carregamento pela culatra; bem como a evolução dos projéteis, isto é, a passagem do projétil sólido para o projétil com alto explosivo, causaram uma transformação revolucionária na tática e na estratégia militares, pois

As novas armas permitiam o combate a maiores distâncias e determinaram mudanças na tática da infantaria, da artilharia e da cavalaria. Os novos meios de comunicação asseguraram o emprego de maiores efetivos, que podiam ser distribuídos por áreas de grande extensão.⁸⁰

Em 1843, o Exército prussiano adotou o fuzil com carregamento pela culatra, usando-o com sucesso nas campanhas militares nos anos de 1848 e 1864. Em 1866, contudo, problemas com a artilharia fizeram os prussianos rever certos conceitos e realizar reformas profundas. Num primeiro momento, as baterias de campanha foram totalmente reequipadas com canhões de aço – o que permitia maiores cargas de projeção e, com isso, maior alcance – e de alma raiada e carregamento pela culatra, fabricados nas instalações da *Krupp*. Diferentemente do Exército francês, que apresentou armas

⁷⁹ VIDIGAL, Armando. *Op. cit.* p. 292.

⁸⁰ VIDIGAL, Armando. *Op. cit.* p. 292.

mais modernas aos seus soldados alguns dias antes do uso nos campos de batalhas, entre os prussianos estudou-se, de forma cuidadosa, as melhores formas de fazer uso daquelas “máquinas de moer carne”, sendo criada a Escola de Artilharia para tal fim. Assim, quando a guerra e o nacionalismo alemão exigiram o sangue francês e mais algumas oferendas – compreenda-se, aqui, Alsácia e Lorena –, o desempenho da artilharia prussiana, na Guerra Franco-Prussiana, ganhou *status* da maior surpresa tática da campanha.

Nesse processo de modernização/profissionalização do Exército prussiano, Helmuth Von Moltke, o *Velho*, tornou-se, também, um personagem destacado, pois não hesitou em aproveitar para as guerras inovações tecnológicas criadas no século XIX. Para Moltke, “o advento da ferrovia permitia que muito mais homens e equipamentos fossem posicionados, bem mais rapidamente, em frentes mais amplas que anteriormente”⁸¹. Logo, o *Velho* não hesitou em trazer as estradas de ferro e o telégrafo para o controle do governo, adaptando-os para uso militar. As tropas, transportadas e supridas por uma rede de ferrovias, poderiam manter suas posições no campo de batalha qualquer que fosse a estação do ano. A ideia ligada ao uso das ferrovias para a guerra, amplamente difundida por Moltke, ligava-se ao princípio napoleônico da invariável “confiança na velocidade para economizar tempo e realizar surpresas estratégicas; sua insistência em conseguir a superioridade de forças no campo de batalha, particularmente onde era realizado o ataque decisivo, e seu dispositivo de segurança cuidadosamente estudado”⁸².

A partir desse raciocínio, Moltke acreditava na necessidade de os exércitos manterem-se dispersos durante os deslocamentos, deixando para se concentrar no momento de combate. Com isso, as tropas conseguiriam muito mais agilidade no deslocamento, bem como obteriam a concentração no momento em que ela se tornava efetivamente necessária. Com auxílio da ferrovia e do telégrafo, Moltke acreditava ser possível realizar manobras de uma amplitude nunca antes vista, envolvendo, como uma tenaz, a linha frontal inimiga e sua reserva. Dessa forma, alicerçado em tais pontos, o *Velho* desenvolveu um novo conceito de Estado-Maior que se tornou um modelo para todos os exércitos modernos. Para ele,

⁸¹ VIDIGAL, Armando. *Op. cit.* p. 294.

⁸² FULLER, John. *Op. cit.* p. 51.

a condução da nova guerra exigiria a existência de um excelente grupo de oficiais, altamente treinados para a exploração das novas técnicas e da rede de ferrovias, colocados num Estado-Maior com poderes para interferir de forma direta sobre os comandantes no campo de batalha.⁸³

Em 1866, de forma surpreendente, pois o Exército prussiano encontrava-se no meio de uma campanha militar contra os austríacos, o *Velho* conseguiu que o gabinete real expedisse uma ordem estabelecendo que, desde ali, as determinações do Estado-Maior fossem comunicadas diretamente às tropas, ou seja, tornou-se desnecessário as tais ordens transitarem pelos corredores lerdos do Ministério da Guerra. Moltke, portanto, implantou um sistema de “diretivas gerais” para substituir as rígidas “ordens de operação”. A partir daí, “o subordinado passaria a receber uma tarefa de longo prazo expressa em termos gerais, o que lhe dava considerável liberdade de ação, permitindo-lhe usar todo empenho e iniciativa na execução da sua tarefa”.⁸⁴

O Exército prussiano, dessa forma, combinava “short-service conscripts, supported by a large reserve of men who had posse through the regular army, transported to war by railways”⁸⁵. Além disso, “the whole was organized by on élite of general staff officers, who, because they had received a common training in a common doctrine, could usually be relied upon to react in a predictable manner in whatever crisis they found themselves”.⁸⁶

Depois de esmagar os Exércitos dinamarquês, austríaco e francês, o sistema militar prussiano tornou-se uma inspiração, um modelo de eficiência para os demais países europeus. Daí em diante, os exércitos do Velho Continente, talvez sem muita escolha e tempo para ideias mirabolantes, tinham interesse em desenvolver um sistema militar à la prussiano, isto é, capaz de mobilizar o maior número de tropas no menor tempo possível. Portanto, quando a guerra batesse às suas portas, cada país acreditava que sua segurança estava ligada ao tamanho de suas forças armadas e à velocidade com que elas poderiam deslocar-se no campo de batalha. As demais potências europeias, entretanto, não se esqueceram da Lei de *Lavousier*, pois não promoveram um processo de cópia literal do modelo prussiano aos seus exércitos, pois o adaptaram, dentro do possível, às suas realidades.

⁸³ VIDIGAL, Armando. *Op. cit.* p. 294.

⁸⁴ VIDIGAL, Armando. *Op. cit.* p. 295.

⁸⁵ FRENCH, David. The nation in arms II: nineteenth century. In: TOWNSHEND, Charles (Org.) *The oxford history of modern war*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 78.

⁸⁶ FRENCH, David. *Op. cit.* p. 78.

No caso russo, por exemplo, antes mesmo da década de 1860, as reformas militares iniciaram-se, mais especificamente, depois da Guerra da Crimeia; todavia, a Guerra Franco-Prussiana dotou-as de um novo ímpeto. Na mais autocrática das autocracias europeias, porém, não se podia encorajar o ideal da nação em armas no meio de um regime czarista, legitimado pela procuração divina. Em 1874, mesmo assim, “the existing system of long service with colours was replaced by six years with colours and nine years with the reserve”⁸⁷. Dessa forma, pelo menos na teoria, os homens de todos os grupos sociais poderiam passar pelo Serviço Militar, mas, na prática, para os ricos e os “bem educados” providenciavam-se mecanismos para colocarem substitutos. Para aqueles que “insistissem” no cumprimento de seus deveres patrióticos, mesmo sendo tão “ilustres” figuras, criavam-se maneiras para que servissem pelo menor tempo possível.

Entre 1877-1878, durante a guerra contra os turcos, o governo czarista russo estabeleceu corpos e unidades reservas para acelerar o processo de mobilização; dessa forma, alguns passos – de formiga, diga-se de passagem – deram-se no sentido de apresentar o Serviço Militar como um dever patriótico e não como uma punição aos que cometeram o pior dos crimes nas sociedades autocráticas, isto é, não terem nascido nas camadas mais próximas do céu. Em 1914, quando mais uma guerra voltou ao cenário europeu, o Estado russo negou tantos direitos civis para tantos de seus cidadãos, que, na realidade, a Rússia era uma nação em armas apenas em termos numéricos.

No caso do Império Austro-Húngaro, uma das principais vítimas da máquina de guerra prussiana, decidiu-se pela divisão anual em dois contingentes. Por um lado, isto aconteceu pela falta de dinheiro, e, por outro, pelo medo de encorajar a oposição nacionalista num império multinacional, que, a qualquer momento, via-se com a possibilidade de dormir e não acordar do mesmo tamanho. Assim, um contingente servia por três anos “*with the colours*”, sete anos na reserva, e outro evitava o serviço militar regular, passando doze anos na *Landwehr*. Além disso, como concessão ao nacionalismo húngaro, a Hungria passou a controlar sua própria *Landwehr*, autônoma em relação à austríaca. Assim, apenas após a Guerra da Bósnia-Hezergovina, 1876-1878, quando o Exército imperial mostrou-se uma organização lenta para os padrões do ferroviário século XIX, que “the army took momentous decision to place the needs of

⁸⁷ FRENCH, David. *Op. cit.* p. 79.

military efficiency before those of political reliability”⁸⁸, e, “henceforth it stationed the bulk of its regiments in the districts from which they drew their recruits”.⁸⁹

Entre as grandes potências europeias do século XIX, a Grã-Bretanha tornou-se a exceção à regra, recusando-se a adotar o modelo de Serviço Militar prussiano. A relutância britânica baseava-se tanto em fatores políticos como nas suas necessidades militares, pois a força do liberalismo manteve-se intensa demais para obrigar ao governo britânico compelir seus súditos ao uso do uniforme militar. Porém, existia outro ponto para tais restrições, ligado às características do Exército britânico, porque este não existia, primordialmente, para lutar contra vizinhos, mas sim para vigiar e manter a ordem dentro de um império colonial tão grande quanto a força da Real Marinha Britânica.

Logo, isso fez o modelo prussiano impraticável à realidade britânica, pois “newly trained conscripts would hardly have time to become acclimatized to service in a distant imperial outpost before the time had come for them to take their discharge”⁹⁰. Mesmo a Grã-Bretanha, entretanto, tinha algo para aprender com a Prússia, prova disso encontra-se entre os anos finais da década de 1860, período em que Edward Cardweel, secretário de Estado para a Guerra, transformou as forças regulares e de reserva, pois “reduced the length of service for the regulars, created a reserve for the regular army, and established localized recruiting areas by associating regular army units with reserve units of the militia and volunteers”.⁹¹

Nenhum dos países europeus tinha tantos interesses na questão de compreender o funcionamento do Exército prussiano como a França, humilhada e ofendida na guerra de 1871, e ferida para sempre no seu nacionalismo. Realmente, o ressentimento francês não deixava dúvidas que um amanhã não muito distante traria um novo conflito militar com o Império Alemão, inspirado no nacionalismo e regado pelo sangue franco-germânico. Anteriormente à Guerra Franco-Prussiana, as elites militares francesas exportaram seu poderio militar da mesma maneira que exercia sua influência política e ideológica, através de toda a Europa.

Desde os primeiros passos que levaram ao processo de unificação alemã, com as guerras contra os dinamarqueses e os austríacos, os franceses visualizavam problemas com os alemães, e, de fato, a história mostrou que eles estavam corretos, quando

⁸⁸ FRENCH, David. *Op. cit.* p. 80.

⁸⁹ FRENCH, David. *Op. cit.* p. 80.

⁹⁰ FRENCH, David. *Op. cit.* p. 82.

⁹¹ FRENCH, David. *Op. cit.* p. 82.

estourou a Guerra Franco-Prussiana. Sendo assim, a política de segurança francesa, de meados do século XIX à primeira metade do século XX, girava em torno da Alemanha. Conforme Richard Challener, o marco temporal mais lógico para servir de ponto de partida formou-se na Guerra Austro-Prussiana de 1866, pois, naquele momento, o Imperador francês Napoleão III descobriu que o Exército franco perdia sua posição dominante no continente europeu, para a frustração e infelicidade geral do povo francês, acostumado a exportar seu poderio militar, do mesmo modo que exercia sua influência política, ideológica e cultural, através de toda a Europa.

Quando os prussianos não deixavam mais dúvidas que os franceses dariam sua “contribuição” à unificação alemã – contribuição, aliás, dolorosa –, na tentativa de salvar o país de um massacre, Napoleão III “efetou algumas poucas reformas militares ineficazes, embaralhou seus trunfos diplomáticos e escutou alguns conselhos notadamente maus de seus generais”⁹². Em 1870, portanto, o resultado mostrou-se o pior possível, ou melhor, a Segunda Guerra Mundial e a ocupação nazista mostrariam aos franceses que as coisas sempre podem piorar quando se relacionam aos alemães. Porém, no que diz respeito às consequências da Guerra Franco-Prussiana, o Exército francês, de tantas glórias no passado, foi esmagado quase tão rapidamente quanto os austríacos; além disso, o regime político francês entrou em colapso e, por fim, “a Terceira república irrompeu, trôpega, das cinzas do Segundo Império”.⁹³

Com a derrota para a Prússia, a França seguiu o exemplo do inimigo vitorioso e, através da legislação de 1872, promoveu uma reforma militar básica que instituiu, novamente, o serviço militar obrigatório. A explicação para tanto, primeiramente, ligava-se à noção de que os franceses não organizaram eficientemente seu potencial humano, portanto, o modelo de Exército instituído pós-1815 falhara e, por conseguinte, uma reforma realmente eficiente proporcionaria um Exército de massa, através do serviço militar obrigatório. A partir daí, adaptar o novo Exército francês, pelo menos em parte, ao bem sucedido exemplo prussiano também se tornou um dos planos, pois todos estavam de acordo que uma das principais razões para o sucesso alemão foi o emprego do serviço militar obrigatório pela Prússia.

Em segundo lugar, com o advento da Terceira República, houve uma revitalização da tradição do soldado-cidadão e do conceito de nação em armas. Embora

⁹² CHELENER, Richard. A política de segurança francesa de 1871 a 1939. In: WEIGLEY, Russel (Org.). *Novas dimensões da história militar*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981. p. 123.

⁹³ CHELENER, Richard. *Op. cit.* p. 123.

tenham os inventado durante a Revolução Francesa, após as Guerras Napoleônicas os franceses estavam fartos das “glórias” trazidas pela megalomania bonapartista, que, à época, contagiou o país. A partir daí, a burguesia, que dominou os regimes pós-1815, queria manter seus filhos fora do Exército; logo, deixou-se de lado a ideia da nação em armas, entretanto, o tempo e, especialmente, os prussianos fizeram os franceses retomá-la. Finalmente, em terceiro lugar, os teóricos militares franceses começaram a sustentar que, a partir de então, todas as guerras seriam guerras de massa, levadas por exércitos de massa. Então, as demandas de uma eventual nova guerra, nos padrões industriais, convocavam, mais uma vez, “às armas cidadão”, agora não contra um déspota absoluto ou uma coalizão de Estados estrangeiros, mas sim contra um único inimigo, aliás, diga-se de passagem, íntimo, um vizinho, isto é, o Império Alemão.

A inércia dos acontecimentos da Guerra Franco-Prussiana, ainda, trazia mais questionamentos sobre a estratégia francesa de defesa. Com isso, outro aspecto relevante refere-se à crença, no meio político militar francês, que a humilhação, no conflito contra os prussianos, passaria pelas falhas no sistema de Estado-Maior, nas deficiências no treinamento dos oficiais e, principalmente, na omissão da organização das ferrovias francesas para atender às finalidades da Guerra. Partindo-se daí, as escolas militares foram remodeladas, e criou-se um sistema de Estado-Maior, ao mesmo tempo em que uma seção inteira na instituição empenhou-se “na elaboração de planos detalhados de Mobilização que explorassem (refere-se a planos?), a pleno, a mobilidade propiciada pela rede ferroviária francesa”.⁹⁴

A rivalidade militar entre franceses e, após a Unificação, alemães, a partir das últimas décadas do século XIX, atravessou o Oceano Atlântico e transformou-se em disputas diplomáticas por influência na América do Sul. Portanto, as máquinas de guerra desenvolvidas pelos franceses e alemães, através de missões militares, influenciaram a modernização e o profissionalismo dos exércitos sul-americanos, processo para o qual se dá mais ênfase a partir de agora.

⁹⁴CHALLENGER, Richard. *Op. cit.* p. 125.

1.4 O exército norte-americano e a sua profissionalização

A década de 1860 mostrou ao mundo que mais um país começava a entrar no seleto grupo das potências mundiais, ou seja, os Estados Unidos. Naqueles anos, Nova York tornou-se a terceira maior cidade do mundo, e a Filadélfia tinha mais habitantes do que Berlim. Além disso, em todo o leste estadunidense, expandia-se, aceleradamente, o número de indústrias, ao mesmo tempo em que, no centro e no sul norte-americano, a agricultura desenvolvia-se aceleradamente. No oeste do país, por sua vez, a exploração de ouro, iniciada nos idos da década de 1840, começava a fornecer seus primeiros rendimentos mais significativos ⁹⁵.

Apesar de representarem um país periférico em face do protagonismo europeu daqueles anos, no campo político, os norte-americanos praticaram alguns atos que mostravam, pelo menos parcialmente, suas aspirações futuras na arena internacional. A compra do Alasca da Rússia Czarista e a exigência da saída das tropas francesas do território mexicano, fatos datados de 1867, são amostras do aumento da presença internacional dos Estados Unidos. Mesmo recém saídos da Guerra da Secessão (1861-1865), os estadunidenses, de fato, transpareciam que a Doutrina Monroe merecia alguma consideração pelos países do Velho Continente. Contudo, apesar do tom empregado pelos norte-americanos com os franceses na questão mexicana, na prática, caso o Exército estadunidense precisasse entrar em conflito com o seu par francês ou com qualquer outro país de potência razoável, o resultado, para Washington, dificilmente entraria para os anais das grandes conquistas e vitórias militares dos Estados Unidos.

Embora a Guerra da Secessão seja apontada como “o primeiro conflito moderno da história”⁹⁶, expressão cujo significado vai muito além do aspecto tecnológico⁹⁷, ela

⁹⁵ Para uma visão geral do período, ver HOBSBAWM, Eric. *The age of capital, 1848-1875*. New York: Vintage books, 1996.

⁹⁶ MARTIN, André. Guerra de secessão. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História das guerras*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 243.

⁹⁷ Conforme André Martin, “do ponto de vista de uma sociologia da guerra, convém registrar que a Guerra Civil Americana foi a primeira em que os combatentes dos dois lados eram cidadão comuns e não soldados profissionais. Além disso, existiu um componente ideológico que transformou o conflito numa espécie de guerra total, na qual nenhum armistício era possível e só a rendição incondicional do inimigo poderia colocar termo aos enfrentamentos. Finalmente, embora nem toda a economia tivesse sido canalizada para o esforço de guerra, ela foi a primeira em que a vitória dependeu, de forma exclusiva, da capacidade de produção e, conseqüentemente, do poderio da indústria. A Guerra de Secessão representou, em termos estritamente militares, a transição entre uma maneira de guerrear que se baseava apenas na estratégia, para outra em que a logística se tornou o elemento decisivo”. MARTIN, André. *Op. cit.* p. 243.

não significou a consolidação de um Exército poderoso para os norte-americanos, aliás, longe disso, tendo um efeito justamente contrário. Não obstante toda a inovação que a Guerra Civil Americana trouxe para os conflitos bélicos, como, por exemplo, a utilização pioneira dos trens, telégrafos e submarinos, na batalha entre o Norte e o Sul do país tais recursos não foram suficientes para, imediatamente após o seu término, consolidarem um Exército profissional e poderoso nos Estados Unidos.

Conforme Samuel Huntington, a preponderância do “pacifismo empresarial fez da característica dominante das relações entre civis e militares pós-1865 uma total e inflexível hostilidade de praticamente toda a comunidade norte-americana contra tudo o que fosse militar”⁹⁸. Com isso, nas décadas seguintes ao conflito civil, a principal atribuição do reduzido Exército estadunidense limitava-se a combater os índios ao longo das fronteiras do país. No campo externo, mesmo após a Guerra Hispano-Americana (1898), as principais atividades da instituição castrense norte-americana envolviam a presença de substanciais continentes em Cuba e no Havaí, bem como na Zona do Canal do Panamá e nas Filipinas.

A política militar do Congresso estadunidense refletia, rigorosamente, a filosofia do pacifismo empresarial. Segundo Samuel Huntington, “os gastos do Exército foram sistematicamente reduzidos, de mais de um bilhão de dólares durante a Guerra Civil para trinta e cinco milhões em 1871”⁹⁹, assim como “o efetivo do Exército consistia, em média, de vinte e cinco mil oficiais e praças”¹⁰⁰. Nesse quadro, não espanta que a escassez de fundos não possibilitasse aos militares estadunidenses experimentarem e desenvolverem novas técnicas e armamentos. Dessa forma, “o Exército dos Estados Unidos era uma enorme política de fronteira de caça aos índios bem aparelhada para essa função, mas completamente despreparada e inadequada para outras operações mais sérias. O pacifismo empresarial havia reduzido as Forças Armadas a sucata”¹⁰¹.

De fato, o Exército norte-americano encontrava-se estagnado. Conforme Edward Coffman, os veteranos da Guerra Civil mantinham virtualmente todos os cargos de responsabilidade. Também, muitas vezes, no cotidiano das guarnições e quartéis, os militares voltavam-se mais para “atividades sociais”¹⁰², pois “não se tentava nenhuma

⁹⁸ HUNTINGTON, Samuel. *Op. cit.* p. 246.

⁹⁹ HUNTINGTON, Samuel. *Op. cit.* p. 248.

¹⁰⁰ HUNTINGTON, Samuel. *Op. cit.* p. 248.

¹⁰¹ HUNTINGTON, Samuel. *Op. cit.* p. 248.

¹⁰² COFFMAN, Edward. Comando e comandantes norte-americanos na I Guerra Mundial. In: WEIGLEY, Russel (Org.). *Novas dimensões da história militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982. p. 208.

atividade de cunho militar, além do serviço de guarda e das revistas obrigatórias”¹⁰³. Segundo as palavras de Bantley Moot, “ninguém que não tenha visto pode descrever a desoladora tristeza da vida nas guarnições do Exército nos anos oitenta e noventa do século passado (XIX), ou imaginar a rigidez intelectual de quase todos os homens que, com mão de ferro, as comandavam”¹⁰⁴. Logo, passadas praticamente três décadas do término da Guerra da Secessão, os norte-americanos contavam ainda com um Exército de guerra civil, com a infantaria apoiando-se apenas em fuzis e pistolas. Ao descrever as condições de seu regimento, o General Simpson fornece uma amostra concreta do quadro descrito, pois nele “havia apenas duas metralhadoras, das quais nenhuma funcionava”¹⁰⁵. Contudo,

o próprio isolamento e a rejeição, que reduziram o efetivo das forças e obstruíram o avanço tecnológico, fizeram desses mesmos anos os mais férteis, criativos e formativos na história das Forças Armadas norte-americanas. Sacrificando poder e influência, retraindo-se para a própria casca, o corpo de oficiais teve condições de desenvolver um caráter militar distinto. A profissão militar norte-americana, suas instituições e seus ideais representaram, fundamentalmente, um produto desses anos. Nenhum outro período exerceu uma influência tão decisiva em moldar o curso do profissionalismo militar norte-americano e a natureza de sua mentalidade militar.¹⁰⁶

Dessa forma, os anos de isolamento tornaram o militar norte-americano um profissional com valores e perspectivas basicamente estranhos aos da maioria de seus concidadãos, situação que fez emergir, de acordo com Samuel Huntington, “uma tensão entre o militar profissional conservador e a sociedade liberal”¹⁰⁷. Partindo daí, pode-se afirmar que a profissionalização dos militares do Exército norte-americano realizou-se graças à obra de um pequeno grupo de oficiais em anos posteriores à Guerra Civil Americana, entre os quais se destacaram os generais William Sherman e Emmory Upton, num primeiro momento.

O General Sherman, como Comandante Geral do Exército, deflagrou o movimento pela reforma profissional da instituição. Nesse quadro, o oficial conseguiu, em 1868, a reativação da Escola de Artilharia em *Fort Monroe* e tornou-se conhecido

¹⁰³ COFFMAN, Edward. *Op. cit.* p. 208.

¹⁰⁴ COFFMAN, Edward. *Op. cit.* p. 208.

¹⁰⁵ COFFMAN, Edward. *Op. cit.* p. 208.

¹⁰⁶ HUNTINGTON, Samuel. *Op. cit.* p. 248.

¹⁰⁷ HUNTINGTON, Samuel. *Op. cit.* p. 248.

como o “pai” da Escola de Infantaria e Cavalaria em *Fort Leavenworth*. Além disso, apoiou a criação de um sistema completo de formação militar, no qual a academia militar de *West Point* ministraria não somente a formação liberal preliminar que todo oficial exigia, mas também a doutrinação em valores e disciplina indispensáveis aos militares. A partir daí, as escolas militares “dariam então aos oficiais os conhecimentos especializados de sua profissão, preparando-os para postos mais elevados”¹⁰⁸. Entretanto, tão importante quanto as questões institucionais, talvez tenha sido o estilo que o oficial implantou no Exército norte-americano. O General Sherman possuía uma visão e um pensamento rigorosamente militares, pregando o afastamento de seus pares da política. Sendo assim, o espírito profissional que ele manifestava difundiu-se por todos os postos de oficialidade naqueles anos; logo, gradativamente, a proibição de oficiais participarem de atividades não militares tornou-se mais rigorosa e mais clara.

Destaca-se, ainda, que praticamente todas as instituições do profissionalismo militar norte-americano, com exceção das academias militares de *West Point* e *Annapolis*, tiveram origem entre a Guerra Civil Americana e a Primeira Guerra Mundial. A ligação comum no seu aparecimento encontrava-se na substituição do tecnicismo¹⁰⁹ pelo profissionalismo militar. Se, em 1865, os Estados Unidos mal possuíam uma formação militar profissional, em compensação, em 1915, tinham um sistema abrangente e completo em quase todos os elementos para o desenvolvimento do profissionalismo militar, inclusive contando com a sua própria universidade da guerra em *Fort Leavenworth*. Somado a isso, o passo definitivo na implantação da formação militar avançada antes da Primeira Guerra Mundial foi dado com a criação do *Army War College*, em 1901.

Dessa maneira, por volta de 1900, a ênfase militar distinguia os estabelecimentos de ensino ligados às Forças Armadas de instituições civis de ensino superior e as isolava das grandes correntes da educação norte-americana. Nesse contexto, o novo sistema militar educacional viu surgir, simultaneamente, a criação de associações e publicações profissionais numa escala sem precedentes nos Estados Unidos, como é o caso dos

¹⁰⁸ HUNTINGTON, Samuel. *Op. cit.* p. 250.

¹⁰⁹ Conforme Huntington, o elemento técnico enfatizou os ofícios mecânicos e as ciências especializadas que contribuíram para a profissão do soldado. Logo, o bom militar era um especialista com habilidade técnica. O oficial norte-americano dos anos pré-Guerra Civil era, frequentemente, muito bem treinado e cientificamente bem educado, mas seu treinamento não era numa habilidade militar compartilhada com todos os seus colegas e que os distinguisse do restante da sociedade. Ao invés disso, o oficial era versado numa de várias especialidades técnicas, a competência que o separava de outros oficiais treinados em especialidades diferentes e, ao mesmo tempo, favorecia vínculos estreitos com civis que praticavam a mesma especialidade fora das Forças Armadas. Portanto, “o oficial do exército era quase sempre de mentalidade mais técnica do que militar”. HUNTINGTON, Samuel. *Op. cit.* p. 211-214.

periódicos *Military Service Institution* (1879), *Cavalry Journal* (1888), *Journal of the United States Artillery* (1892), *Infantry Journal* (1904) e *Field Artillery Journal* (1911).

Já a respeito do General Emory Upton, pode-se dizer que ele preparou um novo sistema de tática de infantaria para o Exército, tendo servido como comandante de cadetes em *West Point* de 1870 a 1875 e viajado pelo mundo de 1876 a 1877, visitando, oficialmente, instituições militares estrangeiras. Suas duas grandes obras, *The Armies of Europe and Asia* e *The Military Policy of the United States*, “são estudos sobre instituições militares norte-americanas e estrangeiras, expressando claramente os postulados fundamentais da ética militar profissional e apresentando exemplos para uma ampla variedade de reformas”¹¹⁰.

Em comparação com o processo de profissionalização dos Exércitos na Europa, o surgimento da profissão militar nos Estados Unidos apresenta características diferentes, pois no país do Novo Continente a profissionalização resultou quase que absolutamente da vontade dos próprios oficiais, ao passo que, no Velho Continente, o profissionalismo resultava, via de regra, de correntes sociopolíticas em ação na sociedade como um todo. Nos Estados Unidos, portanto, “o profissionalismo foi uma reação de um grupo inerentemente conservador contra uma sociedade liberal, muito mais do que produto de um movimento geral em favor de uma reforma conservadora”¹¹¹.

No que se refere ao processo de ingresso na oficialidade, destaca-se que o mesmo dava-se, originalmente, nos postos mais baixos através das academias do Exército norte-americano, que seguia, à época, o modelo de promoção por antiguidade até o posto de coronel, inclusive. Para os generais, apesar de escolhidos pelo poder político, também se considerava, usualmente, os princípios de antiguidade. Por volta de 1890, garantia-se um nível mínimo de competência profissional através da exigência de exames para a promoção de todos os oficiais abaixo do posto de major, mesmo período

¹¹⁰ HUNTINGTON, Samuel. *Op. cit.* p. 252.

¹¹¹ De acordo com Huntington, a ideia de uma ciência da guerra e de uma profissão militar especializada nessa ciência foi a contribuição sulista à tradição militar norte-americana. O profissionalismo militar identificava-se com uma minoria conservadora setorial que, no decurso do século XIX, se tornou cada vez mais isolada do país. O apoio sulista, que permitiu ao profissionalismo militar expressar-se como uma ideia, também o condenou à derrota na prática no período anterior e imediatamente posterior à Guerra da Secessão. A identificação de instituições e ideias militares com aquela parte da sociedade norte-americana que era nitidamente diferente dos elementos predominantes na cultura do país fortaleceu a tendência, no Norte e no Oeste, de considerar o profissionalismo militar como algo inerentemente alienígena e aristocrático. Porém, as ideias oriundas dessa fonte sulista foram conquistando a mentalidade dos militares norte-americanos. Sendo assim, as raízes do profissionalismo militar norte-americano remetem ao conservadorismo de meados do século XIX. HUNTINGTON, Samuel. *Op. cit.* p. 211-240.

em que foram instituídos sistemáticos relatórios de pessoal sobre o caráter e a eficiência de oficiais.

Elihu Root, Secretário da Defesa à época, deu forte apoio à implantação do sistema de promoção por escolha, mas

os oficiais temiam que a relação só viesse acarretar a intromissão de influência social e política, o que teria de ser evitado a todo custo se se quisesse preservar a integridade do corpo de oficiais [...] a suspeita dos militares em relação à política levou os oficiais a aceitar um padrão mais baixo de profissionalismo ao invés de um mais elevado, que poderia ser mais suscetível à manipulação por parte de forças externas¹¹².

Ainda acerca da participação de Elihu Root para o processo de profissionalização do Exército estadunidense, ressalta-se a sua atuação perante o Congresso para que este aprovasse, em 1901, a determinação de que os oficiais em funções de Estado Maior não poderiam passar mais de quatro anos afastados da tropa. Tal determinação legislativa foi importante porque acabou com a ideia de privilégios que cercava os militares do Estado Maior, os quais, até então, exerciam mandatos vitalícios. Com isso, efetivamente, rompeu-se “o isolamento do quadro de Estado-Maior do restante do Exército e se constituiu um grande passo para a criação de uma profissão militar homogênea”¹¹³.

Na questão da assistência social, ao longo de três décadas após a Guerra da Secessão, construiu-se um sistema de aposentadorias, antes virtualmente inexistente. Essas questões ligadas à aposentadoria e às promoções destinavam-se “a realçar a existência isolada e corporativa da oficialidade, a estreitar vínculos entre seus membros e a alargar a brecha entre eles e outros segmentos da sociedade”¹¹⁴.

No final do século XIX e início do XX, mostravam-se os resultados do processo de profissionalização do Exército norte-americano após a Guerra de Secessão. Em 1898, de acordo com Samuel Huntington, os graduados em *West Point* constituíam 80% da oficialidade; vinte anos mais tarde, travava-se a Primeira Guerra Mundial sob liderança quase que exclusivamente profissional do lado estadunidense, sendo a política praticamente alijada das nomeações. Quando, à época da Grande Guerra, o Ministro da

¹¹² HUNTINGTON, Samuel. *Op. cit.* p. 266.

¹¹³ HUNTINGTON, Samuel. *Op. cit.* p. 267.

¹¹⁴ HUNTINGTON, Samuel. *Op. cit.* p. 264.

Guerra Newton D. Baker tinha de decidir quais os oficiais que recomendaria para as promoções no quadro de oficiais gerais, embora não tivesse obedecido rigorosamente ao critério de antiguidade, havia-o levado em consideração, porém, “atribuía maior ênfase ao vigor físico e mental dos oficiais em questão e às opiniões de seus superiores”¹¹⁵.

No entanto, quando ocorreu a possibilidade de intervenção dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial, o Exército regular do país contava apenas com aproximadamente 127.500 homens, incluindo pouco mais de cinco mil oficiais. Portanto, tratava-se de um número muito pequeno em comparação aos imensos Exércitos beligerantes. Ainda, os norte-americanos não tinham um serviço de conscrição, nem um amplo sistema de reservas que possibilitassem uma rápida expansão, numa emergência no contingente militar. Contudo, esse exército de 1917, “era cinco vezes maior do que aquele diminuto de 25 mil homens, no qual, virtualmente, todos os oficiais superiores norte-americanos da Primeira Guerra Mundial haviam ingressado, como tenentes, durante o último quarto do século XIX”¹¹⁶.

No quadro inicial da Primeira Guerra, na Europa, pouco se cogitava que os Estados Unidos pudessem intervir. A fragilidade militar norte-americana à época permitia comentários a respeito de uma suposta intervenção estadunidense no conflito, como o feito pelo secretário de Estado para a Marinha alemã, Admiral Campelle, sobre os Estados Unidos: “They will not even come, because our submarines will sink them. Thus America from a military point view means nothing, and again nothing, and for third time nothing”¹¹⁷.

Os especialistas militares europeus acreditavam que, de qualquer modo, seria uma guerra de curta duração. De acordo com Edward Coffman, à medida que o conflito progredia, os militares e alguns grupos de civis norte-americanos começaram a apoiar a necessidade de uma preparação; os que assim defendiam tal ideia não propunham uma intervenção, mas, ao contrário, visavam a uma defensiva, em caso de invasão. Todavia, o risco assumido pelo governo alemão com a Guerra submarina indiscriminada, entre os anos de 1916-1917, precipitou o encadear de acontecimentos que levaram o Presidente Wilson a solicitar ao Congresso uma Declaração de Guerra.

¹¹⁵ COFFMAN, Edward. *Op. cit.* p. 212.

¹¹⁶ COFFMAN, Edward. *Op. cit.* p. 205.

¹¹⁷ KEEGAN, John. *The first world war*. New York: Vintage Books, 2000. p. 372.

De modo geral, presumia-se que os Estados Unidos ofereceriam sua ajuda financeira e material aos seus aliados europeus e, talvez, algum reforço naval. Porém, em poucas semanas, os norte-americanos receberam a visita de missões aliadas europeias que expuseram a situação no Velho Continente, dando a conhecer suas necessidades. Logo, “ao mesmo tempo em que não pressionavam na ocasião pelo envio de tropas, indicavam que seria bem recebida uma força simbólica para mostrar a bandeira”¹¹⁸. Com isso, Washington começou a mobilizar a economia e a expandir as Forças Armadas. O Congresso, por sua vez, decretou a conscrição, e operários constituíram, rapidamente, instalações para receber as centenas de milhares de conscritos. No final da guerra, “o efetivo do Exército alcançaria 3,7 milhões que iriam exigir mais de duzentos mil oficiais para comandar essa imensa força”.¹¹⁹

Contudo, apesar de todo o esforço do governo norte-americano, na prática, o que se observou era o quanto o Exército do país estava longe de seus pares das grandes potências europeias. Essa constatação ficou bastante clara quando os aliados europeus começaram a pensar na necessidade de um reforço considerável, em pessoal, fornecido pelos norte-americanos. A intenção dos franceses e ingleses era que os norte-americanos servissem como recomplementos nas suas Unidades, o que evitaria “a necessidade de comandantes e de oficiais de Estado-Maior e também de Unidades logísticas norte-americanas, considerados sem experiência”¹²⁰.

Ainda, como as tropas norte-americanas tiveram um treinamento muito reduzido nos Estados Unidos, esse treinamento seria complementado na Europa. Assim sendo, os instrutores franceses e ingleses ministravam e supervisionavam a primeira fase da instrução de armamento e dos exercícios táticos, demonstrando como construir o sistema de trincheiras e ensinando técnicas de guerra. Além disso, como se fabricava as armas automáticas e a artilharia de campanha nos países europeus aliados, tornava-se evidente a necessidade de uma ajuda na instrução de armamento. Depois disso, os norte-americanos seguiam à frente de combate, onde serviam como Unidades incorporadas, enquadradas ou subordinadas ao Comando francês ou inglês.

De fato, como escreve Russell Weigley, “a moderna história militar norte-americana – em seus aspectos operacionais – começa, principalmente, com a Primeira Guerra Mundial, com o ingresso dos Estados Unidos nas alianças militares mais

¹¹⁸ COFFMAN, Edward. *Op. cit.* p. 211.

¹¹⁹ COFFMAN, Edward. *Op. cit.* p. 214.

¹²⁰ COFFMAN, Edward. *Op. cit.* p. 217.

importantes”¹²¹. Para os militares norte-americanos, a transição de uma força de polícia para o comando de forças que deveriam, forçosamente, defrontar-se com o Exército alemão constituía um desafio dos maiores, que, aliás, impulsionou o profissionalismo militar no país. Anos depois, na Segunda Guerra Mundial, a grande transição de um Exército de guerra civil – Guerra da Secessão – para um Exército Moderno – a Primeira Guerra Mundial – mostrou-se uma valiosa fonte de ensinamentos.

1.5 A profissionalização dos exércitos na América do Sul: o caso brasileiro e a influência estrangeira

Os exércitos, na visão de Alan Rouquié, são símbolos de soberania, emblemas do progresso técnico e da modernidade. Assim sendo, a criação de exércitos permanentes, dotados de um corpo de oficiais profissional, faz parte de um processo de modernização ligado ao crescimento das economias nacionais, bem como “no carece de importância que “la modernización del aparato de Estado haya comenzado por un ramo militar”¹²².

Os exércitos de países periféricos, na maioria dos casos, não puderam transformar-se na direção de aumentar seu nível qualitativo e profissional sem o auxílio estrangeiro. Esse processo de modernização dependente não se efetuou apenas através da compra de armas dos países europeus, mas, também, pela adoção de modelos de organização, treinamento e doutrina dos países centrais. Nos últimos anos do século XIX e no início do século XX, havia dois exércitos, aliás, muito inimigos, que significavam dois modelos militares de vanguarda dignos de serem imitados: o alemão, baseado na tradição prussiana, e o francês.

Entre a guerra de 1870 e a I Guerra Mundial, tais países lançaram-se numa disputa na América do Sul pelo aumento de suas influências no subcontinente, fazendo da região um prolongamento da rivalidade entre ambos na Europa. Nesse cenário, estava em jogo a eleição de um modelo militar pelos países sul-americanos, questão extremamente relevante porque a escolha de um em detrimento de outro significa o estabelecimento de relações privilegiadas no terreno diplomático e, sobretudo, no

¹²¹ WEIGLEY, Russell. Comentários. In: WEIGLEY, Russel (Org.). *Novas dimensões da história militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982. p. 203.

¹²² ROUQUIÉ, Alan. *América Latina: introducción al extremo ocidente*. 7. ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007. p. 213.

comércio de armas com o país escolhido. Além disso, os valores e as ideias do profissionalismo militar europeu forneceram algumas das bases para a ação política dos militares na América do Sul¹²³. Portanto, “a presença militar estrangeira fazia parte do jogo político das grandes potências no sentido de assegurar mercados para suas indústrias”.¹²⁴

As escolhas dos países sul-americanos estavam diretamente ligadas às suas rivalidades, assim como ao cenário europeu do momento. Assim aconteceu com a Argentina e o Chile, que recorreram a missões alemãs para reformar seus exércitos. A germanização das instituições chilena e argentina caracterizou-se por ser um processo profundo, isto é, algo além da compra de armamento, da adoção de uniformes e da marcha “passo de ganso”, pois também incorporou regulamentos internos, a organização das unidades e a visão dos problemas internacionais dos alemães. O Chile, inclusive, converteu-se numa espécie de Prússia latino-americana, colaborando para a germanização de outros exércitos, aos quais enviou missões militares e recebeu efetivos para treinamento, como nos casos de Colômbia e Venezuela, Equador e El Salvador.

No caso chileno, em meio à presidência de Domingo de Santa Maria (1881-1886), o governo contratou os serviços do capitão alemão Emilio Körner Henze, que promoveu uma reforma no Exército a partir da criação da Academia de Guerra e do Colégio Militar, da formação de um eficiente Estado-Maior e da organização de zonas militares, que, transformadas em divisões, permitiram, inclusive, um adequado apoio logístico. Além disso, destaca-se a aquisição de um moderno equipamento militar, pelo envio de oficiais chilenos à Alemanha e pela contratação de uma equipe de assessores militares alemães capazes de auxiliarem Körner no processo de transformação do exército daquele país.

Também na Argentina a reformulação do Exército ocorreu, em grande parte, sob a influência da Alemanha. Durante a década de 1890, várias comissões de compra de armamentos, chefiadas, principalmente, pelo tenente-coronel Pablo Riccheri, foram enviadas à Alemanha. Além disso, o país contava com a presença de três oficiais alemães incorporados ao seu Exército: Albert Von Sydow, Rudolf Von Colditz e Georg Ruhde. Finalmente, em 1899, durante a presidência de Julio Roca, chegou à Argentina

¹²³ Para maiores detalhes sobre a questão, ver NUNN, Frederik. *Yesterday's soldiers: european military professionalism in South America, 1890-1940*. Niwot: University of Nebraska press, 1983.

¹²⁴ DOMINGOS NETO, Manuel. *Op. cit.* p. 50.

uma missão militar alemã, que contou com uma equipe de militares comandada pelo coronel alemão Alfred Arent.

Peru e Brasil, por sua vez, lançaram mão do modelo francês. Os franceses, inspirando-se na sua experiência colonial, reorganizaram e instruíram o Exército peruano entre 1896 e 1940, com uma única interrupção entre 1914 e 1918. Os brasileiros esperaram o término da guerra para, finalmente, contratarem uma missão francesa, dirigida por Maurice Gamelin, que transformou completamente o Exército brasileiro até 1939.

O recrutamento dos oficiais e sua formação nas escolas especializadas, assim como a instauração do serviço militar obrigatório, tornaram-se as reformas centrais para a profissionalização dos exércitos sul-americanos e sua entrada na modernidade militar. A velha legião de soldados de carreira recrutados “por engache”, ou enviados por tribunais para pagar suas penas, juntamente com os oficiais, muitas vezes filhos de boas famílias providos de recomendações de padrinhos influentes, formava o Exército. Com a influência estrangeira, porém, tudo muda, pois a tropa compõe-se de civis e os oficiais tornam-se profissionais permanentes, com uma formação técnica. No caso brasileiro, o processo que levou a isso iniciou em meados do século XIX, mas apenas desenvolveu-se com vigor no período republicano, com substancial auxílio alemão e, principalmente, francês.

Se isso se deve à influência deixada pela colonização ibérica não interessa discutir aqui, mas o caso é que a sociedade brasileira, ao longo de sua história, mostrou, pelo menos certa parcela dela, que tem grandes dificuldades para adotar e, principalmente, cumprir os padrões estabelecidos de uma burocracia moderna, profissionalizada, que coloca em primeiro lugar o mérito e não os laços afetivos, priorizando, portanto, a ética do malandro e o personalismo, baseados no famoso “jeitinho brasileiro” em vez da impessoalidade¹²⁵. Logo, o Exército, parte da máquina estatal brasileira, não negou, durante tempo razoável, o compadrio e o patrimonialismo, características típicas da sociedade nacional. Sendo assim, como a evolução da instituição demonstra, o processo de profissionalização caminhou a passos lentos, feitos entre boas e más intenções, bem como baseado em leis modernizantes restritas ao papel,

¹²⁵ Para maiores informações sobre as dificuldades da introdução dos padrões de uma burocracia moderna no Brasil e o desenvolvimento de uma lógica moderna, ver SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. A respeito da ideia de personalismo, ver BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

mas que, depois, com o auxílio estrangeiro, inseriram o Exército na trilha da modernidade.

Nesse processo, apareceram tentativas de dotar o Exército de um maior grau de profissionalização, que antecederam a chegada de uma missão militar estrangeira em solo nacional. Entretanto, as referidas reformas profissionalizantes, pelo menos aquelas feitas no século XIX, restringiram-se a formalidades, tornando-se letra morta, pois as estruturas sociais da época impediam uma mudança mais significativa do ponto de vista prático. Em pleno Segundo Império, em meados da década de 1850, o País assistiu a uma significativa tentativa de mudança na organização e na estrutura do Exército, estimulada pelos avanços nos países industrializados e pela conjuntura interna. O então ministro da guerra Manoel Felizardo de Souza Mello realizou uma profunda reforma na lei de promoções, estabelecendo rigorosos requisitos de antiguidade, assim como prêmios de instrução, que proporcionaram aos homens modestos chances de competir pelas promoções com membros da elite, uma tentativa de abrir o Exército aos homens de talento.¹²⁶

Conforme a legislação em questão estabelecia, para ganhar uma patente, precisava-se: ter dezoito anos, ser alfabetizado e estar no Exército há dois anos. Já as promoções para primeiro tenente e capitão somente ocorreriam por tempo de serviço, após dois anos em cada posto. Porém, como as vagas para promoções demoravam a aparecer, na prática, os oficiais precisariam esperar de quatro a cinco anos, em média, antes de cada nova promoção. Além disso, metade das promoções dos oficiais superiores, de major a coronel, aconteceriam por tempo de serviço, e a outra metade por mérito. Destaca-se, também, que as promoções por tempo de serviço exigiriam dez anos ou mais, muitas vezes, até mesmo as promoções por mérito levariam de sete a oito anos. Além disso, oficiais gerais seriam escolhidos com base no mérito.

Em zonas de combate, por sua vez, existia a possibilidade de os intervalos de tempo entre as promoções serem cortados pela metade; ao passo que, nas armas técnicas, ou seja, a artilharia e a engenharia, as promoções apenas ocorreriam através de estudo até o posto de major, pois a lei de 1850 determinava que todos os oficiais pertencentes a elas, obrigatoriamente, deveriam ter concluído o curso de nível universitário de suas armas e, conseqüentemente, aqueles que não possuíam diplomas foram transferidos desses corpos para a infantaria e a cavalaria. Assim sendo, “embora a

¹²⁶ Para detalhes a respeito da referida questão, ver SHULTZ, John. *O exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

lei de 1850 ainda que fornecesse margem ao favoritismo e à política, ela estabeleceu requisitos mínimos de tempo de serviço e educação, que acelerou com a transformação social e intelectual da oficialidade”.¹²⁷

Na mesma década de 1850, criava-se a segunda Academia Militar do Império, localizada na província do Rio Grande do Sul (RS). Além disso, o Exército, então sob o comando do Duque de Caxias, transferiu, dois anos depois, o setor de atividades práticas da Academia Militar do Rio de Janeiro para um novo local próximo ao Pão-de-Açúcar. A partir daí, os estudantes obrigaram-se a viver no quartel durante dois anos antes de entrarem para as respectivas unidades, assim como na mesma década assistiu-se à criação de um sistema escolar militar secundário. Todavia, apesar dos primeiros sopros de modernidade e profissionalismo trazidos nas décadas, apenas alguns anos depois se removeram, definitivamente, os obstáculos colocados no caminho à profissionalização do Exército, graças, em grande parte, à Guerra do Paraguai (1865-1870), assim como à queda da monarquia.

O Exército, com o término da Guerra do Paraguai, tornou-se a força militar mais importante do País, ganhando em seguida *status* como uma instituição nacional. Assim sendo, “os militares passaram a reclamar a condição de defensores da Pátria e a ocupar significativo espaço na cena política”¹²⁸. Nesse cenário, Oliveira Junqueira, ministro da guerra entre 1872 e 1875, estava convencido de que o Exército exigia reformas substanciais. No entanto, a maioria dos políticos ignorou totalmente os militares, logo, “os problemas de sempre aflingiam o Exército: salários baixos, promoções demoradas e injustas, condições de vida miseráveis e falta de pensões para as viúvas, aleijados (ou: alejados [sic]) e órfãos”.¹²⁹

Em meados de 1873, o Parlamento aprovou uma lei que concedia um aumento de cinquenta por cento aos oficiais, porém, apenas uma geração depois, ou seja, em 1887, quando surgiu a ameaça de intervenção militar, o Poder Legislativo encontrou uma maneira de executar a medida proposta pelo ministro Junqueira catorze anos antes. Ainda no ministério de Junqueira, em 1874, separou-se a escola central da Academia Militar. Durante a Guerra do Paraguai, todos os militares haviam deixado a Academia Militar, entretanto, em vez de promover a sua remilitarização, o ministro a transformou na primeira escola de engenharia civil do Império. Para os militares, Junqueira

¹²⁷SHULTZ, John. *Op. cit.* p. 27.

¹²⁸ NETO, Manuel Domingos. *Influência estrangeira e luta interna no Exército, 1889-1930*. In: ROUQUIÊ, Alain (Org). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980. p. 45.

¹²⁹ SHULTZ, John. *Op. cit.* p. 77.

estabeleceu a duração do curso militar “em dois anos para os oficiais da infantaria e cavalaria, em três anos para os oficiais de artilharia, em quatro anos para os oficiais do Estado-Maior e em cinco anos para os engenheiros militares. Todos esses cursos deveriam ser ministrados na Praia Vermelha”.¹³⁰

Entretanto, a reforma mais polêmica de Junqueira diz respeito à lei de recrutamento militar de 1874, que se relacionava “ao alistamento universal e ao sorteio para cobrir as vagas não preenchidas pelo voluntariado e o reengajamento”. Com isso, Junqueira esperava solucionar o problema de efetivos do Exército, pois “a lei previa o recrutamento por sorteio e um tempo de serviço de seis anos para todos os homens entre 19 e 25 anos, abolindo as punições corporais, eliminava o posto de cadete e prometia uma generosa compensação aos voluntários que servissem vinte anos”.¹³¹

Todas essas reformas receberam apoio entusiasmado do corpo de oficiais, mas a lei em si era mais uma afirmação de princípios do que propriamente um fato. Ela permitia tantos meios de se evitar o serviço militar – entre eles, a compra de substitutos e a isenção a bacharéis, padres, proprietários de empresas agrícolas e pastoris, caixeiros de loja etc – que apenas os membros da classe inferior continuaram a ser recrutados. Ainda, a legislação em análise, como lembra José Murilo de Carvalho, deixava o alistamento e o sorteio a cargo de juntas paroquiais presididas pelo juiz de paz e completadas pelo pároco e pelo subdelegado. Esses dispositivos, portanto, “a transformaram em completo fracasso”¹³² e o recrutamento forçado, bem como as punições corporais continuaram existindo até a República. Além disso, o posto de cadete sobreviveu por mais de vinte anos.

A continuidade do recrutamento “feito a laço” – assim como as brigas, os roubos e as bebedeiras comuns nos quartéis e a contrapartida para tudo isso, ou seja, os castigos físicos – provocava verdadeiro pavor na população em relação à possibilidade de recrutamento para o Exército. Embora abolido pela lei de 1874, praticou-se o castigo no Exército até muito mais tarde, sendo “as surras de espada sem corte, depois de varas de marmelo no Exército frequentes”.¹³³

Nos primeiros anos da República, embora os militares emergissem como atores políticos de fato, a situação do Exército não tinha passado por alterações significativas.

¹³⁰ SHULTZ, John. *Op. cit.* p. 81.

¹³¹ SHULTZ, John. *Op. cit.* p. 81.

¹³² CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005. p. 20.

¹³³ CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.* p. 21.

Logo, a condição da instituição mostrava um Exército completamente defasado em relação às organizações militares dos países industrializados, assim como em relação a alguns vizinhos sul-americanos. Em síntese, em pleno regime republicano, o Exército mantinha, praticamente, as mesmas características das décadas finais período imperial, ou seja, tratava-se de uma instituição profissional sem profissionalismo pois, apesar de algumas tentativas de reformas, a população recusava-se a prestar o serviço militar, de modo que se praticava o recrutamento forçado.

Nesse cenário, as fileiras do Exército compunham-se de camponeses sem sorte ou marginais urbanos transferidos das cadeias para os quartéis, com a disciplina mantida pelos mais violentos meios. Além disso, para completar o quadro, o Exército mostrava-se uma instituição que não oferecia uma formação especializada, pois as disciplinas ministradas nas escolas militares tinham um caráter teórico e generalista, assim como a progressão na carreira continuava vinculada a padrinhos, e o Estado-Maior não possuía autoridade efetiva.

A respeito da questão da formação dos oficiais, grande parte deles no fim do Império e na primeira década da República formou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, que continuava semelhante à Academia Militar de 1810. Em 1858, esta se bipartiu para separar a parte de engenharia civil do ensino propriamente militar. Assim sendo, o ensino da engenharia civil ficou com a Escola Central, transformada, em 1874, na Escola Politécnica, já então sob jurisdição do Ministério do Império, mas a separação não teve efeito imediato.

De acordo com José Murilo de Carvalho, a Escola Militar, principalmente após a entrada do positivismo, transformou-se num centro de estudos de matemática, filosofia e letras, mais do que de disciplinas militares. Depoimentos de ex-alunos e o conteúdo de revistas publicadas pelos estudantes denunciam a predominância de um ambiente muito distante do que seria de esperar numa instituição destinada a preparar técnicos em fazer guerra. Assim sendo, “não se poderia esperar que profissionais competentes saíssem dessas escolas, com exceção talvez dos engenheiros militares”.¹³⁴

Conforme Celso Castro, na instituição militar, além das sociedades científicas, literárias e filosóficas, mantidas pelos próprios alunos que existiam na escola,

¹³⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.* p. 25.

a matemática era conceituada como valor essencial na formação de estados mentais e de predisposições psicológicas, como fundamental à formação da estrutura mental dos jovens militares. A matemática e o estudo das ciências parecem ser, parodiando uma imagem de Durkheim, a “ossatura” do espírito da mocidade militar que habitava o “Tabernáculo da Ciência”.¹³⁵

Dessa forma, na Escola Militar, os estudos teóricos mereciam mais atenção do que os estudos práticos, os quais, na realidade, eram bastante deficientes. Conforme ressalta Frank Mccann, das dezoito matérias do currículo, cinco poderiam ser classificadas como militares: arte militar, ou seja, história militar, fortificações, artilharia, administração militar e higiene militar. Para piorar a situação, na Escola não se ensinava nada sobre balística, assim como o curso de fortificações concentrava-se em velhos estilos. Ainda como prova da defasagem da instituição de ensino, os alunos de artilharia aprendiam detalhes a respeito da pólvora negra, enquanto boa parte dos exércitos já a tinham substituído pela pólvora sem fumo. Em uma escola destinada a preparar oficiais, portanto, “os candidatos nada aprendiam sobre armas e seus usos”.¹³⁶

Entretanto, a percepção de que as novas armas e meios de transporte afetariam a condução dos conflitos bélicos e o temor de novos levantes militares como o de 1904, no qual a Escola Militar da Praia Vermelha aderira à Revolta da Vacina, promoveram algumas alterações no funcionamento da instituição. Conforme Eduardo Svartman, a partir do regulamento de 1905, a Escola deixou de formar bacharéis em ciências em favor da ampliação do ensino prático, com forte espírito militar e adestramento em tiro, tática e regras de serviço em campanha. Para tanto, a instituição “estabeleceu um regime disciplinar mais severo, um currículo no qual predominavam as disciplinas profissionais e uma complementação dos estudos em escolas de aplicação”.¹³⁷

Porém, as mudanças mais substanciais em âmbito geral dentro do Exército levaram mais alguns anos para se realizarem e introduzirem, efetivamente, a instituição na modernidade militar. Segundo Manuel Domingos Neto, em meados da República Velha, o Exército iniciou uma mudança real nas estruturas da instituição, que contaram com o apoio externo para estabelecer seu novo modelo de organização militar e para a

¹³⁵ CASTRO, Celso. *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995. p. 52-53.

¹³⁶ MCCANN, Frank. *Soldados da pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 134.

¹³⁷ SVARTMAN, Eduardo. *Guardiões da nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006. p. 78.

capacitação técnica de seus oficiais, bem como para o seu reaparelhamento para a fixação de seus princípios doutrinários.

O processo inicial de profissionalização do Exército organizou-se em meio a uma conjuntura histórica marcada pela instauração da República e pelo contexto da Primeira Guerra Mundial. Primeiramente, a mudança de um sistema imperial para outro republicano não alterou significativamente as condições do Exército, pois os problemas dos soldos, de recrutamento, bem como o uso das tropas para conter distúrbios internos continuaram a repetir-se como nos tempos reais no País. Além disso, depois da Guerra de Canudos, em 1897, o Exército ficou bastante desgastado, praticamente em ruínas. Para agravar a situação, a sociedade civil parecia desinteressada, pouco se importando com o Exército; apenas após a crise do Acre e o medo da intervenção dos Estados Unidos, bem como a sensação de fraqueza diante do militarismo no mundo, fizeram-se notar algumas demandas de reforma. Conforme Frank Mccann, porém, os vários planos de reforma militar revelaram-se frustrados, pela visão limitada das oligarquias estaduais, situação que transformou no futuro “os oficiais mais impacientes de reformistas em revolucionários”.¹³⁸

Nesse contexto, destaca-se a proposta de reforma realizada pelo ministro da guerra João Medeiros de Mallet, titular da pasta na presidência de Campos Sales (1898-1902). Segundo Frank Mccann, Mallet

queria mudar a composição das unidades, centralizar as nomeações, reorganizar a educação militar, enfatizar a importância do treinamento de tiro ao alvo, executar manobras rotineiramente, regularizar o planejamento, melhorar os critérios de promoção e elevar o nível intelectual do corpo de oficiais. Além disso, os quartéis e outras instalações do Exército precisavam ser remodelados, e as unidades careciam de armamento moderno.¹³⁹

Entretanto, as políticas monetárias restritivas do governo de Campos Sales, formuladas em resposta à substancial dívida externa brasileira, não permitiram a implementação imediata das ideias de Mallet. Ainda assim, o “Projeto Mallet”, como ficou conhecido, “forneceu a base intelectual para as atividades de reforma até a Primeira Guerra Mundial”.¹⁴⁰

¹³⁸ MCCANN, Frank. *Op. cit.* p. 104.

¹³⁹ MCCANN, Frank. *Op. cit.* p. 106.

¹⁴⁰ MCCANN, Frank. *Op. cit.* p. 107.

Quando Hermes da Fonseca assumiu o Ministério da Guerra, no governo de Afonso Pena (1906-1909), também buscou reformar o Exército e habilitar a instituição para o conceito moderno de guerra vigente à época. Conforme Frank Mccann, na estrutura administrativa do Exército, Hermes da Fonseca recomendou que as diretorias de artilharia, engenharia, saúde e contabilidade deveriam ser reduzidas a um tamanho mais modesto e anexadas ao secretariado de guerra, o qual também assumiria boa parte do trabalho administrativo que sobrecarregava o Estado-Maior. A respeito deste último, inspirada no modelo alemão, a proposta visava a deixá-lo livre para supervisionar o treinamento de tropas, assim como a estudar a defesa do País e a planejar futuras campanhas militares. Para tanto, “a reorganização do Exército de agosto de 1909 livrou o Estado-Maior de muitas tarefas administrativas, como codificar a legislação militar, supervisionar as transferências, as reformas e a justiça militar e registrar o estado civil dos oficiais”¹⁴¹. Porém, mais uma vez, as restrições orçamentárias impediram a concretização de uma reforma plena no Exército.

A respeito da Primeira Guerra Mundial, que contribuiu, ainda que timidamente, para valorizar as Forças Armadas e colocar em destaque a importância de seu profissionalismo, no caso brasileiro, também, expôs suas deficiências. Sendo assim, a Primeira Guerra revelou as fraquezas do Exército e, em contrapartida, revelou o outro lado da moeda, ou seja, a existência de exércitos organizados e bem equipados nos moldes da guerra moderna para além das fronteiras nacionais.

Em 1908, o Marechal Hermes da Fonseca, então ministro da guerra, antes mesmo dos primeiros combates da Grande Guerra, viajou à Europa em busca de material bélico moderno e de novos conhecimentos técnico-profissionais. Na Alemanha, Hermes da Fonseca, admirador do modelo militar prussiano, estabeleceu contato com o governo alemão e, a partir daí, selou um acordo, propondo o aperfeiçoamento de quadros do Exército brasileiro através de estagiários, que realizariam missões de estudo na Alemanha.

A partir daí, o governo brasileiro enviou três turmas para estágios no Exército alemão. O último grupo retornou no final de 1912, trazendo consigo uma forte vontade modernizadora, pois o contato com a prática militar, a estratégia, a tática e a operacionalidade bélica germânica incentivou os *jovens turcos* a iniciarem uma intensa campanha pelo aperfeiçoamento profissional do Exército. Segundo Edmundo Campos Coelho, a ideia básica do movimento ligava-se à concepção de que a função primordial

¹⁴¹ MCCANN, Frank. *Op. cit.* p. 143.

do Exército “consistia na defesa externa e que esta só poderia ser efetiva pela existência de uma força militar profissional treinada, equipada e excluída das lutas político-partidárias, por um lado, e pela capacidade do país em mobilizar eficazmente seu potencial de guerra, por outro”.¹⁴²

Os *jovens turcos*, ainda exaltados pelo Exército como percussores do processo de modernização da instituição, basicamente, defendiam: a constituição do Exército em grandes unidades em tempos de paz; o recrutamento mediante obrigatoriedade do serviço militar; a instrução orientada para combate; a construção de campos de instrução em todas as guarnições; a compra de armamento moderno e munição para os exercícios de tiro; fardamento e calçamento adequados; e a contratação de uma missão militar estrangeira para colaborar na remodelação e no aperfeiçoamento profissional do Exército¹⁴³.

Outro ponto que mereceu a atenção dos *jovens turcos* relaciona-se à indefinição de atribuições entre o Ministério da Guerra, órgão essencialmente político, e o Estado-Maior, órgão essencialmente técnico. Nesse contexto, não se conheciam, na prática, as funções precisas de um Estado-Maior no País. Embora a criação do referido órgão tenha acontecido em 1896 – substituindo a antiga Repartição de Ajudante-General, que tivera funções puramente administrativas –, a tendência a atribuir ao Estado-Maior as mesmas funções do anterior e, simultaneamente, a transferir para o gabinete do ministro da guerra as atribuições técnicas manteve o Estado-Maior sem autoridade para exercer a função para qual foi criado. Logo, colocadas no âmbito do gabinete do ministro, as questões técnico-profissionais transformavam-se em questões políticas.

Tais ideias procuraram difundir através do contato direto com as tropas, da atuação na Escola Militar entre 1919-1922 e da fundação da revista *A Defesa Nacional*, um instrumento utilizado para divulgar o pensamento militar inovador do grupo. A revista, fundada em 1913, foi organizada pelo último grupo enviado para o estágio na Alemanha, do qual faziam parte Bertholdo Klinge, Euclides de Oliveira Figueiredo e Estevão Leitão de Carvalho, entre outros, além de alguns militares que, embora não tenham feito parte do estágio, compartilhavam de seus ideais. Sua organização legal é a *Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual A Defesa Nacional*, pessoa jurídica e de direito privado.

¹⁴² COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 92.

¹⁴³ Ver, CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.* p. 13-61.

Evidentemente, o grupo em questão despertou um forte sentimento de hostilidade por parte dos quadros superiores do Exército, pois os *jovens turcos*, com suas propostas reformadoras, ameaçavam de forma ostensiva posições, interesses e privilégios estabelecidos na instituição. Entretanto, em 1916, apesar das críticas e oposições, os *jovens turcos* procuraram implantar suas propostas modernizadoras no âmbito da Escola Militar, naquilo que se chamou de Missão Indígena, um grupo de jovens instrutores, entre os quais estavam alguns *turcos* e outros jovens oficiais simpatizantes à causa, imbuídos da nova mentalidade.

1.6 A contribuição da missão francesa

O processo de centralização do poder nas mãos do governo federal enfrentou grandes desafios no período inicial da República. O conflito entre o poder federal e as unidades federativas, os estados, refletiu-se nas questões militares, pois o grande poderio das forças de segurança estaduais rivalizava com o Exército. No caso da polícia militar paulista, mais tarde denominada Força Pública, chegou-se ao extremo de tal instituição contratar, em 1906, uma missão militar francesa para proporcionar-lhe um treinamento bélico especializado.

Assim sendo, reformas no Exército tornaram-se, ao longo dos primeiros anos do século XX, uma necessidade institucional amplamente admitida, especialmente a partir do período em que o marechal Hermes da Fonseca foi indicado para o cargo de ministro da guerra do governo de Afonso Pena, iniciado em 15 de novembro de 1906. Logo foram adotadas iniciativas e medidas que impulsionaram decisivamente o movimento pela reforma da força terrestre.

Após tentativas frustradas da contratação de uma Missão Militar Alemã de setores do Exército¹⁴⁴, utilizando o grande prestígio intelectual da França no Brasil, os agentes franceses conseguiram organizar uma rede de amigos influentes formada por

¹⁴⁴ Segundo Frank McCann, o fracasso da contratação de uma missão alemã deve-se em grande parte ao cenário interno da política brasileira. A pressão de importantes políticos paulistas, como, por exemplo, Jorge Tibiriçá e Rodolfo Miranda, influenciaram Hermes a romper seus compromissos com Berlim. Eleito presidente em 1910, Hermes defrontou-se com considerável agitação política, e desistir dos acordos com os alemães poderia granjear-lhe muito capital político em São Paulo, cujos líderes, em sua maioria, haviam apoiado o senador Rui Barbosa. Além disso, os descontentamentos de franceses, britânicos e americanos, que se incomodavam com o aparente sucesso alemão, também pesaram para o cancelamento das negociações com Berlim.

parlamentares, ministros e donos de jornal, que foram acionados pelos franceses na defesa da ideia da contratação de uma Missão Militar. Logo tais articulações culminaram num acordo para o estabelecimento de uma Missão Militar Francesa no Brasil. Portanto, o trabalho dos *jovens turcos* foi continuado e completado pela referida missão, que iniciou suas atividades formalmente em 1920. A chegada e a negociação para a vinda da Missão Militar Francesa aconteceu no período em que o civil Pandía Calógeras, combatido até mesmo pelos *jovens turcos*, que preferiam naturalmente uma missão alemã, ocupava a pasta do Ministério da Guerra.

A partir da chegada da Missão Militar Francesa, comandada pelo general Maurice Gamelin, o processo de transformação do Exército em uma instituição profissionalizada acelerou-se. Desse modo, a influência francesa foi determinante para o cumprimento do serviço militar obrigatório, a partir de 1916, a ampliação dos efetivos, a renovação do armamento, bem como a nova estrutura organizacional e a reforma completa do ensino e as novas regras de promoção hierárquica.

Embora limitada pelas exigências do Estado-Maior a um papel de consultora, a missão teve efeitos profundos e duradouros no Exército. Inicialmente excluída da Escola Militar, a Missão Militar Francesa encarregou-se de três diferentes cursos: o de Aperfeiçoamento de Oficiais, para capitães e tenentes, que tornou permanente; o de Estado-Maior e o de Revisão de Estado-Maior, este último para capitães, majores e coronéis que já tivessem feito o curso. Sob sua influência, “a educação militar desdobrou-se em vários estágios e tornou-se mais técnica graças à criação de escolas para cada especialidade”.¹⁴⁵

Na questão que se refere à formação de oficiais de Estado-Maior, a Missão Militar Francesa exerceu seu maior impacto, pois, com as inovações introduzidas no sistema de ensino, melhorou muito a qualidade técnica da oficialidade brasileira. Até então, o Estado-Maior não exercera sua verdadeira função de formulador da política de defesa nacional. Aliás, na verdade, não existiam planos nacionais de defesa, mas apenas a preocupação com a proteção das fronteiras do Sul e do Sudoeste, dentro de um conceito estreito de segurança.

Portanto, embora a nova visão de defesa nacional de que fazia parte a mobilização de recursos humanos, técnicos e econômicos tenha passado a circular no Brasil somente após a volta dos *jovens turcos*, “foi a Missão francesa que tornou

¹⁴⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.* p. 28.

possível o início da implementação da nova doutrina graças à formação de oficiais de estado-maior e da reestruturação do órgão”.¹⁴⁶

Para a organização militar, as principais consequências da Missão Militar Francesa relacionam-se com a reformulação do Estado-Maior, que significou uma maior centralização e coesão. Assim sendo, as atividades militares passaram a ser planejadas e controladas em pormenores por um órgão de cúpula. Em 1920, como decorrência desse processo, surgiram o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) e o Regulamento para Instrução e Serviços Gerais (RISG), o que permitiu maior controle interno com a redução da probabilidade de quebras da hierarquia pela ação de escalões inferiores, como o tenentismo, reforçando o poder político da organização.

A mudança permitiu, ainda, uma extraordinária expansão da noção do papel do Exército, pois

a nova concepção de defesa abrangia todas as dimensões relevantes da vida nacional, desde a preparação militar propriamente dita até o desenvolvimento de indústrias estratégicas como a siderurgia. É significativo que já em 1927, por influência da missão, foi criado o Conselho de Defesa Nacional, cujo objetivo era planejar a mobilização nacional para a defesa, incluindo aspectos psicológicos e econômicos.¹⁴⁷

Apesar da necessidade de modernização do Exército, a presença de estrangeiros e os novos métodos de organização e prática militar provocaram descontentamentos entre alguns militares de altas patentes, com medo de perderem a autoridade e a importância na arma. Do outro lado estava o segmento favorável aos estrangeiros, um grupo formado por oficiais que faziam parte das “gerações formadas a partir de 1905 pela Escola Militar do Rio Grande do Sul e pela Escola do Realengo, no Rio de Janeiro, que substituíram a tradicional Escola da Praia Vermelha”.¹⁴⁸

Conforme Manuel Domingos Neto, um novo tipo de oficial se formava nas escolas da Missão Francesa, um oficial que gastava seu tempo na preparação técnica e concluiria que o País estava defasado em relação ao seu Exército. Portanto, a forma como se organizava o Brasil à época “não permitia a montagem adequada de seu

¹⁴⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.* p. 29.

¹⁴⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.* p. 29.

¹⁴⁸ DOMINGOS NETO, Manuel. *Op. cit.* p. 57.

sistema de segurança”¹⁴⁹, logo, paralelamente à transformação do Exército, os oficiais lutariam pela transformação do País”. Assim sendo, os oficiais, mesmo contrariando o mito do grande mudo francês, defendiam duas grandes ideias: a organização do Exército era indispensável à Existência do Estado-Nação; e falta de espírito cívico à população, a qual caberia ao Exército desenvolver.

Outro ponto do programa de modernização que teve importância para os desdobramentos políticos diz respeito à reestruturação do Estado-Maior. A partir da Missão Militar Francesa, o curso do Estado-Maior, pela abrangência temática e pelo nível dos alunos, foi na prática um ambiente altamente propício ao desenvolvimento e à consolidação de ideias políticas, pois, até então, “o Exército brasileiro não dispunha de um órgão encarregado de estabelecer seus planos de ação e de controlar sua execução”.¹⁵⁰

Assim sendo, o Exército do fim da Primeira República estava treinado e equipado como nenhuma outra corporação do País, com estreita colaboração dos militares franceses, mas a influência hegemônica franca na instituição não sobreviveu à Segunda Guerra Mundial, quando os brasileiros confirmaram a expectativa de que, mesmo após os anos de presença francesa, o País não estava suficientemente preparado para a guerra moderna. A partir daí, teve início a substituição do modelo de inspiração francesa por outro, inspirado nos Estados Unidos. Portanto, a década de 1930 começou a assistir ao processo de americanização do Exército, o qual se discutirá nas próximas páginas, pois, como afirma Manuel Domingos Neto, “a reciclagem doutrinária, motivada pela nova influência, de fato consolidou, no projeto militar, o objetivo da modernização do País... modernização baseada na cooperação externa”.¹⁵¹

¹⁴⁹ DOMINGOS NETO, Manuel. *Op. cit.* p. 63.

¹⁵⁰ DOMINGOS NETO, Manuel. *Op. cit.* p. 66.

¹⁵¹ DOMINGOS NETO, Manuel. *Op. cit.* p. 66.

2 ENTRE PERIGOS E OPORTUNIDADES: A COOPERAÇÃO MILITAR BRASIL-ESTADOS UNIDOS À ÉPOCA DA II GUERRA MUNDIAL

2.1 Considerações iniciais: a guerra global chega às Américas

O substancial aumento na população, na riqueza e na geração de energia promovidos pela Revolução Industrial, de fato, transformou o mundo e as formas de interação entre as pessoas, inclusive, a mais lamentável delas, a guerra, que teve dali para frente uma capacidade de matar sem paralelo na história. Nesse cenário, a Segunda Guerra Mundial apresentou ao mundo o máximo do poder de destruição e a pior barbárie capazes de produzirem-se pelo engenho humano na sociedade técnica, científica e industrial daqueles anos.

O contexto do período entre as guerras mundiais, que culminou nos horrores praticados em *Aushevit* e nas visões do apocalipse geradas pelos ataques nucleares em *Yroshima* e *Nagasaki*, têm como elementos iniciais o desemprego em massa e uma inflação elevadíssima, bem como o protecionismo comercial e uma intensa mobilização política fomentadora de conflitos sociais acentuados, especialmente em solo europeu. Além disso, outro ponto bastante delicado relacionava-se com a situação das minorias nacionais, que ganhou mais complexidade a partir do reconhecimento do princípio de autodeterminação dos povos, questão proposta nas conversações de paz do pós-guerra.

Completando a conturbada conjuntura à época, destaca-se a crise das instituições e valores da democracia liberal, resultando na ascensão de regimes autoritários, cujos programas de governo incluíam a exaltação da violência, o nacionalismo expansionista, a ditadura, e a utilização dos novos métodos de propaganda e comunicação de massa. Assim sendo, “os únicos países europeus com instituições políticas adequadamente democráticas que funcionaram sem interrupção durante todo o período entreguerras foram a Grã-Bretanha, a Finlândia (minimamente), o Estado Livre Irlandês, a Suécia e a Suíça”¹⁵²

Em suma, um expectador minimamente atento naqueles difíceis anos concluiria que o sangue derramado e o dinheiro gasto com a Primeira Guerra Mundial não

¹⁵² HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 115.

resolveram nada, porque as esperanças de um mundo pacífico e democrático, apesar de vivas nos corredores da sede da então quase obsoleta Liga das Nações, estavam enterradas pelos fatos à época no Velho Continente. Portanto, o cenário que surgiu dali empurrou o continente europeu, e depois o mundo, para a maior catástrofe militar que a humanidade teve o desprazer de vivenciar, a Segunda Guerra Mundial.

Esta guerra, que começou exclusivamente europeia, tornou-se, de fato, uma guerra global

graças em parte às agitações antiimperialistas entre os súditos e dependentes da Grã-Bretanha, ainda o maior império mundial, bem como pelo fato de que o triunfo de Hitler na Europa deixou um vácuo imperial parcial no Sudeste Asiático, no qual o Japão então entrou, afirmando um protetorado sobre as desamparadas relíquias dos franceses na Indochina.¹⁵³

Nesse cenário, os Estados Unidos encararam a extensão do poder do Eixo no Sudeste Asiático como intolerável aos seus interesses na região e, logo, aplicaram severa pressão econômica sobre o Japão, cujo comércio e abastecimento dependiam inteiramente das comunicações marítimas. Assim sendo, os interesses conflitantes na Ásia levaram à guerra entre os dois países e, conseqüentemente, ao ataque japonês à *Pearl Harbor* em meados de dezembro de 1941. A opinião pública e o governo estadunidense encaravam o Pacífico, desde meados do século XIX, como um campo natural para a ação dos Estados Unidos, semelhante à América Latina. Logo, o isolacionismo norte-americano, que pretendia manter-se fora da guerra em solo europeu, não tinha mais como evitar o conflito, com isso, a guerra batia à porta dos Estados Unidos.

A ofensiva japonesa à *Pearl Harbor* resultou do embargo ocidental, isto é, norte-americano, ao comércio japonês e ao congelamento de bens nipônicos no exterior. A partir daí, o Japão precisava a passar à ação, se não queria que sua economia, inteiramente dependente de importações oceânicas, fosse estrangulada rapidamente. À conturbada relação Tóquio-Washington, somou-se a declaração de guerra da Alemanha aos Estados Unidos. Dessa forma, o conflito tornara-se mundial, e um país com a extensão e a posição geográfica, os recursos naturais e o potencial demográfico do Brasil não podia mais manter-se na sua *equidistância pragmática*, o histórico das

¹⁵³ HOBSBAWM. Eric. *Op. cit.* p. 47-48.

relações com os Estados Unidos, a pressão exercida pela Casa Branca, o cenário geopolítico sul-americano, bem como o momento interno do País, exigiram uma nova dinâmica no relacionamento com os norte-americanos, questão a qual se passa a analisar agora.

2.2 A cooperação militar e os interesses nacionais: o lado brasileiro

Quando, em meados de 1902, o Barão de Rio Branco assumiu o Ministério das Relações Exteriores, definiram-se novas diretrizes que provocaram uma guinada na política externa brasileira. Com isso, o principal eixo diplomático brasileiro cruzou o Atlântico e mudou de lado, ou seja, os Estados Unidos superaram em importância na escala diplomática nacional a Europa¹⁵⁴. A partir daí – apesar de alguns cenários internacionais e vários chanceleres diferentes, que, em determinados momentos, empurravam o Brasil para um alinhamento automático e incondicional, assim como em outras situações buscavam um maior grau de autonomia sobre os norte-americanos –, as relações Brasil - Estados Unidos ocuparam uma posição central na política externa brasileira.

Assim, os anos de Paranhos como titular do Itamaraty (1902-1912) e os imediatamente posteriores, isto é, as últimas décadas da República Velha, caracterizam-se pelo progressivo aumento de intercâmbios econômicos, graças, principalmente, ao café, entre o Brasil e o “Grande Irmão do Norte”¹⁵⁵. Já no período histórico subsequente, ou seja, no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), em especial ao longo do Estado Novo (1937-1945), observa-se a evolução das relações entre Brasil - Estados Unidos para além de questões estritamente comerciais, pois se fortaleceram, também, os laços culturais, políticos e militares entre os dois países¹⁵⁶. No entanto, o

¹⁵⁴ Para uma análise das alterações promovidas pelo Barão do Rio Branco na política externa brasileira, ver: BURNS, Bradford. *A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações Brasil - Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC, 2003, 270 p.; HEINSFELD, Adelar. *A geopolítica de Rio Branco: as fronteiras nacionais e o isolamento argentino*. Joaçaba: Edições UNOESC, 2003. v. 1. 192 p.; SILVEIRA, Helder Goldim. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: facies de um paradigma ideológico da americanização nas relações internacionais do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 105-126.

¹⁵⁵ Para aprofundar a referida questão, ver: BUENO, Clodoaldo. *Política externa da primeira república: os anos de apogeu de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

¹⁵⁶ Sobre o aumento das relações culturais e a influência destas nas questões políticas e militares, ver: TOTA, Antonio. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da segunda guerra*. São Paulo: Cia. das letras, 2000. p. 235.

estreitamento dos referidos vínculos não aconteceu sem maiores conflitos no turbulento cenário internacional das décadas de 1930 e 1940, sobretudo, nas questões referentes às relações militares, as quais se tornaram o nó górdio que Rio de Janeiro e Washington desamarraram para chegar ao nível de cooperação da aliança entre ambos os países na Segunda Guerra Mundial.

Os movimentos de aproximação e distanciamento referentes às forças armadas brasileiras e norte-americanas foram gerados pelas ambições de cada uma em questões de vital importância à segurança nacional dos dois países. No caso brasileiro, primeiramente, convém levar em consideração as lógicas organizacionais que davam a tônica da relação com os norte-americanos, pois, para as Forças Armadas nacionais, estava em jogo a necessidade de adaptar as tropas brasileiras a um novo tipo de guerra, isto é, a *guerra total*. Tratava-se, portanto, de alcançar uma atualização de equipamentos e doutrinação para as Armas do País, objetivo determinado, em parte, para fazer frente ao processo de modernização das forças armadas argentinas, bem como para garantir a ordem interna contra as revoltas que pipocavam no País.

A respeito dos norte-americanos, a questão motriz ligava-se à inserção do Brasil no sistema de poder dos Estados Unidos na América Latina¹⁵⁷, que se institucionalizou a partir do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR, 1947) e da criação da Organização dos Estados Americanos (OEA, Conferência de Bogotá, 1948). O principal objetivo hemisférico estadunidense, portanto, vinculava-se à necessidade de consolidar a segurança nacional do país através da articulação de um sistema hemisférico de defesa, que, primeiramente, serviria para opor-se a eventual avanço da Alemanha Nazista nas Américas. Depois, o mesmo sistema seria acionado para combater o então grande inimigo dos Estados Unidos, a União Soviética, colaborando para a manutenção e o aumento de intensidade do sentimento anticomunista na América Latina. Além disso, Washington queria garantir a concretização de outros objetivos secundários, entre os quais estavam: o fornecimento de matérias-primas estratégicas e a garantia da primazia em termos de missões de assessorar e de “standarizar” as Forças Armadas da região, conforme o modelo norte-americano, de modo a consolidar um mercado de armamentos¹⁵⁸.

¹⁵⁷ MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 42-43.

¹⁵⁸ SVARTMAN, Eduardo. *Cooperação militar Brasil - Estados Unidos: notas para uma reflexão teórica*. In *Anais do VII congresso internacional de estudos ibero-americanos*. Porto Alegre: PUC-RS, 2008. 1 Cd-Rom.

Se para os norte-americanos convencer a maior parte dos setores populares da sociedade brasileira do sentimento de amizade que unia os Estados Unidos ao Brasil não foi das tarefas mais difíceis – processo realizado através da utilização da potente indústria cultural estadunidense –, o mesmo não pode ser dito sobre o processo de sedução da cúpula militar brasileira. Nesse caso, a parceria entre Pato Donald e Zé Carioca e as idas de Carmen Miranda a *New York* e *Los Angeles* muito pouco puderam fazer em relação ao convencimento do primeiro escalão dos militares brasileiros a respeito de um apoio incondicional aos Estados Unidos.

Os militares condicionavam o apoio brasileiro aos norte-americanos ao atendimento de suas demandas, que, basicamente, passavam pela colaboração estadunidense no processo de modernização e reequipamento das Forças Armadas, assim como no fornecimento de auxílio técnico e financeiro para a instalação de uma indústria siderúrgica no Brasil. Essa inflexibilidade dos militares brasileiros, em relação às condições impostas para uma maior cooperação com os Estados Unidos, encontrava origem em acontecimentos internos e externos. Primeiramente, convém lembrar o convulsionado contexto interno vivenciado pelo Brasil na década de 1930, o qual forneceu o diagnóstico definitivo das limitações do Exército nacional.

A Guerra Civil de 1932 mostrou as condições precárias do Exército e levou à conclusão de que uma completa reforma na instituição tornava-se imprescindível, incluindo a aquisição de aviões, de artilharia moderna e de amplos estoques de munição, assim como a elevação do número de tropas. Sem isso, concluía os militares, a vitória sobre os rebeldes não afastaria a intranquilidade política interna, pois ainda se fazia presente a possibilidade de movimentos ligados a sublevações comunistas ameaçarem a ordem então vigente, fato que parecia ultrapassar a fronteira entre o hipotético e o real a partir da Intentona Comunista de novembro de 1935. Dessa forma, fortaleceu-se, de modo indireto, o coro dos militares, que clamava por melhorias em suas condições de equipamentos e que aumentou dramaticamente a apreensão dos líderes governamentais sobre o estado das Forças Armadas¹⁵⁹.

Somados aos referidos fatos, no plano externo, observava-se a renovação das hostilidades entre a Bolívia e o Paraguai e o prosseguimento da questão de Letícia¹⁶⁰, situações que aumentavam a ansiedade do oficialato militar, que protestava com

¹⁵⁹ HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências: os aspectos políticos da rivalidade comercial, 1930-1939*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 183-184.

¹⁶⁰ Sobre a Guerra do Chaco, conflito entre Paraguai e Bolívia, e a questão de Letícia, envolvendo Colômbia e Peru, ver: CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *Op. cit.* p. 240-244.

indisfarçável preocupação contra a pobreza dos instrumentos de guerra de que dispunham. Todavia, o principal fator externo para a modernização das Forças Armadas encontrava-se na situação argentina, pois se tornara público o fato de os argentinos possuírem uma grande superioridade econômica¹⁶¹ e militar em relação ao Brasil, fator que determinou o aumento da massa de Buenos Aires na balança de poder na América do Sul. Logo, a superioridade militar argentina começou a preocupar substancialmente as autoridades brasileiras na década de 1930.

De acordo com Eduardo Svartman, a Argentina empreendeu um progressivo plano de reequipamento de suas Forças Armadas, que se estendeu desde o final dos anos 1920 até as portas da Segunda Guerra Mundial. A partir do referido quadro, a embaixada brasileira em Buenos Aires foi intensamente mobilizada para acompanhar o processo de reequipamento e ampliação das Forças Armadas argentinas, com especial atenção das autoridades nacionais aos avanços argentinos na área de aviação militar.

A preocupação brasileira com o país vizinho fica expressa na correspondência do Embaixador do Brasil na Argentina, Luis Guimarães, ao Ministro Osvaldo Aranha, em 1938, na qual faz menção à visita oficial do Ministro da Guerra argentino à fábrica de aviões localizada em Córdoba, que entregara, no ato,

trinta aeronaves de treinamento militar ali montadas com tecnologia alemã. Mais tarde, a embaixada registrou também que seriam entregues mais vinte aviões do mesmo tipo e que seria feita uma nova encomenda para outras trinta unidades, totalizando oitenta Foke-Wulf 44J. A fábrica, contudo, não se restringia à tecnologia alemã, estando prevista ainda a montagem de aviões de procedência norte-americana¹⁶².

Com um olho no flanco austral e outro no setentrional, a diplomacia brasileira, da mesma forma, acompanhava, apreensivamente, um suposto auxílio dos Estados Unidos à modernização do potencial bélico argentino. A possibilidade de uma aproximação Estados Unidos - Argentina transformou-se em um fantasma a assombrar os corredores do Itamaraty, que igualmente provocava calafrios nas casernas, pois a

¹⁶¹ Para se ter uma idéia da prosperidade argentina, basta destacar que, às vésperas da grande Depressão (1929-1933), o Produto Interno Bruto (PIB) argentino era o dobro do brasileiro e equivalente ao PIB somado de todos os outros países sul-americanos. Ver: MELLO, Leonel Itaussu. *Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul*. São Paulo: ANNABLUME, 1996. p. 29-30.

¹⁶² SVARTMAN, Eduardo. *Diplomatas, políticos e militares: as visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 131.

ajuda estadunidense aos argentinos poderia não se restringir apenas à montagem de aviões, mas envolver também a ida de uma possível missão militar aérea à Argentina.

Outra situação que provocava receio nos quadros militares e civis estatais brasileiros relacionava-se à possibilidade de os argentinos adquirirem bombardeiros norte-americanos de longo percurso, suspeita que se tornou digna de ser levada a sério quando três deles visitaram Buenos Aires na posse do presidente Roberto Marcelino Ortiz, em 20 de fevereiro de 1938. Além disso, registrou-se um aumento no número do contingente militar da Argentina, que saltara de 20 mil, em 1929, para 34 mil, em 1938, bem como a compra de grande quantidade de armas da Tchecoslováquia, fatos que marcaram o rompimento argentino com o acordo firmado juntamente com os brasileiros e os chilenos de não aumentarem seu poderio militar. Ainda é digno de nota o processo de renovação iniciado na marinha de guerra do país vizinho, que, conforme o agora Embaixador do Brasil em Buenos Aires, Rodrigues Alves, tinha adquirido “dois novos torpedeiros construídos em estaleiros ingleses, que seriam seguidos por mais três até o final do ano”¹⁶³.

O incremento dos gastos militares argentinos continuou nos anos seguintes. Nesse contexto, Rodrigues Alves informa ao Itamaraty a entrega de três navios caçaminas à Marinha daquele país, construídos em estaleiros locais, e a chegada de um lote de trinta aviões de caça de fabricação norte-americana. Em 1940, o ministro brasileiro escreveu ao Rio de Janeiro para informar a respeito de um desfile ao largo do porto de Buenos Aires, onde os portenhos podiam observar dois cruzadores, *destroyers* e submarinos novos. Além disso, a correspondência da embaixada brasileira à capital federal noticiava, com ênfase, a inauguração de uma fábrica de armas leves em Rosário, que, somada à indústria de munições já existente, contribuía para a redução da dependência argentina em relação ao exterior para o abastecimento bélico das forças armadas locais¹⁶⁴.

¹⁶³ SVARTMAN, Eduardo. *Op. cit.* p. 133. Ainda, aqui, convém ressaltar que a preocupação com a superioridade naval argentina e a defasagem tecnológica da Marinha Brasileira tinha motivado, em 1932, um plano de aquisição naval para o Brasil, o qual foi revisto no ano de 1934. Por este, o Brasil adotava uma visão realista do cenário sul-americano, pois deixou de lado a idéia de supremacia naval no Cone sul e adotou, realisticamente, como meta, o equilíbrio. Tal premissa deveu-se ao fato de a Armada argentina estar bem à frente da brasileira, porque já tinha iniciado seu processo de modernização, recebendo de estaleiros italianos, britânicos e espanhóis dois cruzadores leves, cinco contratorpedeiros e três submarinos. Em 1938-1939, os argentinos incorporariam à sua esquadra mais um moderníssimo cruzador e sete contratorpedeiros construídos na Inglaterra. Ver, ALVES, Vagner Camilo. Ilusões desfeitas: a “aliança especial” Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: Instituto brasileiro de relações internacionais, janeiro-junho de 2005. p. 151-177.

¹⁶⁴ SVARTMAN, Eduardo. *Op. cit.* p. 135-165.

A orientação da política militar argentina, ao lado da polêmica questão da recusa norte-americana em fornecer dois *destroyers* e seis contratorpedeiros de segunda mão às forças armadas brasileiras ¹⁶⁵, foram as questões responsáveis pela criação de obstáculos que abalaram a credibilidade do grupo pró-norte-americanos no Palácio do Catete, precisamente no contexto em que se disputava internamente a orientação política e econômica que o Estado Novo assumiria na conjuntura internacional. Conforme Sonny Davis, a respeito da polêmica questão dos *destroyers*, os norte-americanos cederam às pressões do governo argentino, que alertava que tal concessão ao Brasil romperia o equilíbrio naval sul-americano. Além disso, as autoridades estadunidenses levaram em consideração as reclamações britânicas, que invocavam os acordos navais de Washington e Londres, respectivamente de 1922 e 1936, para justificarem a ilegalidade do negócio ¹⁶⁶.

Da mesma forma, o deslumbramento com a máquina de guerra alemã fez com que parte importante do oficialato brasileiro, pelo menos, inicialmente, pendesse para o lado germânico da balança, tendência que levou a uma série de conflitos entre o Itamaraty, sobretudo após Osvaldo Aranha assumir a pasta (1938), e as Forças Armadas nacionais, que tinham como principais figuras à época o General Góes Monteiro (chefe do Estado-Maior) e o General Eurico Gaspar Dutra (Ministro da Guerra) ¹⁶⁷.

A possibilidade de a Argentina utilizar o seu potencial militar como forma de pressão política ou como instrumento de conflagração real, portanto, tornou-se um elemento determinante na avaliação do cenário geopolítico sul-americano, realizado por militares e diplomatas brasileiros. Logo, pesava, substancialmente, na condução das referidas negociações com os Estados Unidos.

¹⁶⁵Ver: ALVES, Vagner Camilo. *Op. cit.* p. 156.

¹⁶⁶ Para maiores informações sobre a pressão argentina e britânica no governo norte-americano a respeito da referida questão, ver: DAVIS, Sonny. *A brotherhood of arms: Brazil-United States Military Relations*. Niwot: University of Colorado Press, 1996. Cap. 1.

¹⁶⁷ Entretanto, as inclinações nazi-fascistas de uma parcela do oficialato brasileiro eram menos importantes que o nacionalismo e o projeto de modernização do país e das Forças Armadas. Dessa forma, a proliferação das idéias fascistas nas Forças Armadas foi sendo neutralizada em razão dos temores mais concretos de mobilização social por parte dos integralistas e da atuação do Partido Nazista alemão no sul do País. Os militares brasileiros perceberam, também, que uma aliança barganhada pela diplomacia com os Estados Unidos lhes garantia o cumprimento do seu projeto de reequipamento das forças armadas, do desenvolvimento industrial e de projeção no cenário regional. Ver: SVARTMAN, Eduardo. *Política externa e região em tempos de crise*. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 37-54.

2.3 A cooperação militar e os interesses nacionais: o lado norte-americano

Os Estados Unidos, desde os anos iniciais do século XX, através do Corolário Roosevelt (1903), mantinham uma política intervencionista na América Latina, mas, no plano transcontinental, os norte-americanos ainda viviam uma longa transição entre o padrão isolacionista e internacionalista de sua política externa. Um dos divisores de águas nessa questão estadunidense foi a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), pois inaugurou, ainda que provisoriamente, uma nova atitude norte-americana no cenário internacional, a qual exigiu significativas alterações no comportamento da política externa estadunidense em relação à Europa. No caso da “Grande Guerra”, portanto, os Estados Unidos romperam sua política isolacionista no que dizia respeito aos assuntos militares do velho continente.

A explicação para os norte-americanos romperem seu isolamento continental e lançarem-se num embate na outra margem do Atlântico vincula-se à ameaça que os alemães simbolizavam para o sistema político e social norte-americano, ou seja, o autoritarismo germânico ganhava credenciais para apresentar-se como uma alternativa à democracia liberal. Ainda, o Império Alemão representava um risco à estabilidade do sistema internacional, pois uma vitória do II Reich traria alterações que se processariam em uma nova organização do equilíbrio de poder europeu, situação que prejudicaria os interesses dos Estados Unidos ¹⁶⁸.

Os Estados Unidos, portanto, desvelavam duas orientações externas, ou seja, uma econômica, que significava a proteção de seu mercado, a abertura dos mercados alheios e o saneamento financeiro da Europa para manter sua capacidade de pagamento de dívidas; e a de segurança, que se traduzia na elevação de sua capacidade estratégica ao âmbito de grande potência e na contenção da capacidade de outras nações, particularmente da Europa Continental e do Japão ¹⁶⁹.

Após a Primeira Guerra Mundial, todavia, a diplomacia dos Estados Unidos retornou ao padrão de relacionamento com a Europa anterior ao conflito, ou seja, a partir de 1921, enterrando os sonhos do idealismo *wilsoniano*, os republicanos “buscavam os benefícios da ordem internacional sem querer compartilhar de suas

¹⁶⁸ Para maiores detalhes sobre a referida questão, ver: PECEQUILO, Cristina. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 90-103.

¹⁶⁹ Para a referida questão, ver CERVO, Amado. *A instabilidade internacional (1919-1939)*. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

responsabilidades, em nome do tradicional isolacionismo, que, no fundo, correspondia a uma política realista de defesa de interesses nacionais”¹⁷⁰. Se, do ponto de vista moral, o engajamento na política europeia parecia benéfico, na prática, aos olhares da maioria da população e da opinião pública norte-americana, não favorecia aos Estados Unidos.

Logo, no passar dos anos 1920 e 1930, verifica-se um “real fechamento dos Estados Unidos ante o mundo, com impactos sobre a ordem e os seus interesses, passando-se pela Grande Depressão e pelas crises e instabilidades no pós-Guerra”¹⁷¹. Observa-se, portanto, um abandono do ativismo *wilsoniano*, isto é, os norte-americanos deixam nas instáveis mãos europeias de então, as quais não tinham condições de conduzir com sucesso os arranjos internacionais da época.

Apesar disso, as linhas da política exterior norte-americana evidenciaram uma atuação concreta voltada para desativar a herança de guerra. Em termos práticos, isso significou rejeitar o Tratado de Paz de Versalhes e a adesão à Liga das Nações, concluindo, em 1921, a paz em separado com a Alemanha e, em 1923, concluindo a retirada das forças militares do solo alemão. Outro aspecto relevante ligava-se à tentativa de controlar a segurança mundial.

Com a Conferência de Washington, 21 de novembro de 1921 a seis de fevereiro de 1922, a Casa Branca objetivava limitar o controle das marinhas de guerra, fixando, por tratado, a tonelagem nas proporções de 5 para os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, de 3 para o Japão e de 1,75 para a França e a Itália. Assim sendo,

os tratados de Washington tinham um objetivo: conter o expansionismo japonês na China e nas ilhas do Pacífico Oriental... A preocupação dos Estados Unidos concentrava-se, pois, no Pacífico e no Extremo Oriente, mas não ignorava a Europa, tanto que enviaram representação à Conferência de Desarmamento de 1932, convocada pela Sociedade das Nações.¹⁷²

Ainda, a diplomacia estadunidense queria fazer do país uma “fortaleza econômica”, ou seja, a política exterior dos Estados Unidos elegeu por objetivo econômico assegurar a supremacia econômica sobre o resto do mundo. Para tanto, a estratégia permanecia tradicional, isto é, fechar o seu mercado e usar os instrumentos de

¹⁷⁰ CERVO, Amado. *Op. cit.* p. 150.

¹⁷¹ PECEQUILO, Cristina. *Op. cit.* p. 104.

¹⁷² CERVO, Amado. *Op. cit.* p. 150-151.

poder para abrir os mercados dos outros países ¹⁷³. Os Estados Unidos, dessa forma, estavam em condições de investir no exterior e de proteger-se da concorrência; eis o porquê se pode compreender esse luxo de nacionalismo: podiam dominar.

No aspecto regional, a política externa norte-americana queria a consolidação de sua base continental base, mas, a partir de 1921, claramente atenuou sua carga imperialista dos anos do grande porrete de Theodore Roosevelt, iniciada nos idos de 1904. Nesse contexto, a posição estadunidense melhorara no continente americano ¹⁷⁴, substituindo os europeus como principais investidores e exportadores desde a Primeira Guerra. A partir de tratados, conferências e arbitramentos, o sistema pan-americano, portanto, tornou-se o único à época com o privilégio de ver desenvolver-se a diplomacia wilsoniana, que preparou o caminho para a diplomacia da boa vizinhança, inaugurada, formalmente, com o governo de Franklin Delano Roosevelt.

Embora a diplomacia norte-americana estivesse longe da indiferença em relação aos temas globais da época, em relação às questões europeias, não existia o mesmo grau de interesse como em relação à América Latina e à Bacia do Pacífico. Esse abandono do ativismo *wilsoniano*, ou seja, a omissão estadunidense em assumir um papel de liderança na construção de uma ordem internacional, somada à fraqueza das potências do velho continente, leia-se, aqui, Grã-Bretanha e França, “permitiram que a Alemanha, a partir de 1936, avançasse posições, fortalecendo-se política e economicamente, rearmando-se e expandido seu território aos Estados vizinhos sem contestação” ¹⁷⁵.

Em 1933, com a eleição de Franklin Delano Roosevelt, que comandou os Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial e nas primeiras conferências de paz, iniciou-se, gradativamente, um processo de reengajamento dos Estados Unidos no cenário mundial. Embora existisse, à época, uma pressão do Congresso e da opinião pública à manutenção do isolacionismo, o contexto que levou ao segundo conflito mundial não deu outra opção à Casa Branca, pois, mais uma vez, o perigo de uma hegemonia alemã na Europa, e todas as consequências nefastas que isso traria aos Estados Unidos, estava presente, bem como havia o agravante de que, no Pacífico,

¹⁷³ No campo jurídico, a lei de comércio de 1922 “elevou as tarifas alfandegárias, em média, de 21% para 38% e concedeu ao presidente o poder de retaliar, em até 50%, se considerasse haver discriminação contra produtos norte-americanos em mercados externos”. Ver CERVO, Amado. *Op. cit.* p.151.

¹⁷⁴ Em 1928, os Estados Unidos vendiam tanto à América Latina tanto quanto a Europa e adquiriam 37% de suas exportações. Seus investimentos, 20% do total em 1913, ultrapassavam os britânicos e equivaliam a 15 vezes os franceses. Economia e finanças eram as armas da nova estratégia política norte-americana na região. Para os números citados, ver CERVO, Amado. *Op. cit.* p.153.

¹⁷⁵ PECEQUILO, Cristina. *Op. cit.* p. 106.

poderia surgir outra esfera de liderança de uma potência hostil, ou seja, o Japão, que buscava a concretização do sonho de seu grande império na Ásia.

Diante do quadro exposto, os Estados Unidos necessitavam definir “uma política externa bem acabada”, na qual os principais objetivos passavam pelo desenvolvimento das Forças Armadas, a definição da posição estratégica, bem como a escolha de parceiros para a formação de alianças e a realização de seus objetivos preferenciais. Então, claramente, os Estados Unidos “precisavam definir suas fronteiras estratégicas e direcionar recursos adequados para sua proteção, visando à defesa de seu interesse vital: a segurança nacional”¹⁷⁶.

A partir da delicada situação dos Estados Unidos no pré-Segunda Guerra Mundial, a diplomacia norte-americana deu novos rumos para as relações com América Latina. Primeiramente, vale registrar, o discurso pautado pela Doutrina Monroe e o Corolário Roosevelt perdeu fôlego, pois a Grande Depressão reduziu a projeção de poder dos Estados Unidos, inclusive, ao sul do Rio Grande. Além disso, a instabilidade política europeia, trazida pela ascensão dos regimes totalitários, ao lado de uma mudança no perfil dos países latino-americanos, que já manifestavam abertamente seus descontentamentos com as práticas diplomáticas do “Grande Irmão do Norte” para a região, também contribuíra para a reformulação de paradigmas norte-americanos na condução das relações com a América Latina, que, logo, deram origem à Política da Boa Vizinhança¹⁷⁷.

A Política da Boa Vizinhança marca um momento diferenciado nas relações Estados Unidos - América Latina, pois adotava uma atitude mais conciliadora ao incentivar retirada de tropas estadunidenses dos países latino-americanos e o abandono da possibilidade de futuras intervenções. Além disso, estimulou-se a criação de mecanismos que substituíssem a coerção pela consulta e cooperação nas relações

¹⁷⁶ PECEQUILO, Cristina. *Op. cit.* p. 111.

¹⁷⁷ A política da Boa Vizinhança “teve diversos pais, mas talvez os mais importantes tenham sido Hebert Hoover e Elihu Root, embora Hoover tivesse feito a maior parte de sua contribuição antes de tornar-se Presidente. Enquanto serviu durante quase oito anos como Secretário do Comércio, 1921-1928, ele foi responsável pelo redirecionamento da política dos EUA, afastando-a do que ela fizera de mal - ocupação militar - e aproximando-a do que ela sempre fizera excepcionalmente bem - negócios. Do mesmo modo que o pan-americanismo de Root, o patrocínio de Hoover de um comércio externo de amplo alcance e iniciativas de investimento afetou profundamente a política dos Estados Unidos, porque ambos ajudaram a criar novos e mais sofisticados interesses no setor privado, e desta forma estimularam a evolução da política dos EUA para longe dos excessos ameaçadores da era Roosevelt-Taft”. SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: Poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: EDUSC, 2000. p. 331.

hemisféricas. Porém, mais do que conquistar aliados, a política em análise buscava eliminar a influência dos países europeus na região. .

Para tanto, o Congresso passou a Lei de Acordo Comercial Recíproca de 1934, que concedia ao ramo executivo o poder de diminuir tarifas até 50% em troca de concessões similares por parte de parceiros comerciais da nação, logo, em pouco tempo, o comércio dos Estados Unidos com a América Latina cresceu significativamente, triplicando em dólares entre 1934 e 1941, época em que a guerra na Europa havia mais uma vez privado os consumidores latino-americanos de fontes concorrentes de suprimentos.

Quando a reciprocidade comercial foi combinada a outras iniciativas do *New Deal*, especialmente à criação do Banco de Exportação-Importação, em 1934, “o nítido resultado econômico dos anos da Depressão e da devastação europeia que se seguiu foi aumentar ainda mais o papel dominante dos EUA nos mercados latino-americanos”¹⁷⁸

Ao mesmo tempo, a administração Roosevelt também amarrava as pontas soltas da política intervencionista que haviam se desenrolado por mais de uma década. Em 1934, os Estados Unidos chegaram a um acordo com Cuba para revogar a Emenda *Platt*, substituído-a por um novo tratado que dava aos Estados Unidos o direito de reter indefinidamente sua base naval em *Guantánamo*. Em 1936, um novo acordo foi assinado com o Panamá para remover algumas das estipulações mais ofensivas do Tratado *Hay-Bunau-Varilla*, e mais tarde naquele mesmo ano o tratado de intervenção no Haiti expirou. Em 1937, os Estados Unidos e o México concordaram em revoar o artigo 8 do Tratado *Gadsden*, que havia dado aos Estados Unidos o direito nunca exercido de enviar tropas através de *Tehuantepec*.

Enquanto essas mudanças estavam ocorrendo, preocupações sobre a segurança nacional começaram a exercer uma influência crescente sobre a política dos Estados Unidos em relação à América Latina. A partir do momento em que Hitler solidificara seu poder nas eleições alemãs, no dia seguinte à posse de Roosevelt, o governo estadunidense imediatamente disparou os primeiros alarmes.

¹⁷⁸ SCHOULTZ, Lars. *Op. cit.* p. 338-339.

2.4 O avanço alemão na América Latina e o Brasil

O avanço dos países do Eixo em direção à América Latina, principalmente o aumento da presença comercial e da influência ideológica alemã em solo brasileiro, preocupavam os Estados Unidos. No que diz respeito às relações teuto-brasileiras, conforme Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, no período de 1934-1938, a posição norte-americana no Brasil foi ameaçada e mesmo suplantada pela de sua concorrente, em 1936, 1937 e 1938, no referente ao valor das importações brasileiras, assim como cresceram, na mesma época, as exportações brasileiras para a Alemanha¹⁷⁹.

Para o desagrado estadunidense, o referido movimento do comércio exterior nacional em direção à Alemanha não só ameaçava a hegemonia comercial dos Estados Unidos no Brasil, como também mostrava uma tendência mundial do governo alemão: ampliar seus mercados consumidores e buscar novas fontes de matérias-primas para abastecer o parque industrial germânico. Com isso, o Estado nacional-socialista procurava, novamente, um papel central para a Alemanha no cenário internacional, utilizando-se, para tanto, também, da compra de matérias-primas brasileiras. Na década de 1930, logo, os objetivos revanchistas e expansionistas do “nazismo encontraram perfeita consonância com as limitações do mercado interno alemão, agravadas pela política de cartelização e compressão salarial, que apontavam a conquista de espaços econômicos no exterior como a solução para os problemas do momento”.¹⁸⁰

O governo alemão, para tanto, recorreu à desvalorização da moeda, ao *dumping* e aos acordos bilaterais de compensação¹⁸¹, mecanismos comerciais explicativos das razões que levaram os norte-americanos a perderem mercados para os alemães no Brasil. Especificamente sobre o último dos itens, constituiu-se numa alternativa às dificuldades comerciais tanto dos brasileiros como dos alemães, pois ambos sofriam com a carência de moedas aceitas no comércio internacional. Assim, para atenderem às

¹⁷⁹ No referido período, cresceram as exportações brasileiras para a Alemanha, que participava, em 1932, com um percentual de 9,0% nas importações brasileiras; já em 1936, 1937 e 1938, elevou-se esse índice para 23,5, 23,9, 25,0 %, respectivamente. Quanto aos Estados Unidos, que detinham a cifra de 30,3% das importações brasileiras em 1932, nesses últimos anos citados, viram-na reduzida para 22,1, 23,0 e 24,2 %, também respectivamente. No referente às exportações, os Estados Unidos, que recebiam 45,8% das vendas brasileiras em 1932, em 1938 compraram 34,3%. A Alemanha, em contrapartida, que comprava 8,9% das exportações do Brasil em 1932, em 1938 comprou 19,1%. Os números foram retirados de CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *Op. cit.* p. 253-254.

¹⁸⁰ MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 55.

¹⁸¹ A respeito de um panorama da situação da economia alemã no período, ver: HILTON, Stanley. *Op. cit.* p. 79-123.

suas necessidades – no caso brasileiro, a venda de seus produtos oriundos do setor primário e a compra de manufaturados e, no caso alemão, a falta de matérias-primas para as suas indústrias e a busca de novos mercados –, estabeleceu-se um comércio baseado nos marcos *aski*¹⁸², também conhecido por comércio compensado.

No caso do governo brasileiro, pressionado pelas demandas militares num preocupante quadro financeiro, na medida em que os preços das matérias-primas caíam, as exportações diminuíaam e as dívidas comerciais atrasadas cresciam; logo, simplesmente, não havia moedas estrangeiras para gastar em armamentos. Nessa conjuntura totalmente adversa das contas públicas brasileiras, tornou-se tentadora a possibilidade de o País adquirir equipamentos para as Forças Armadas com pagamentos não em divisas estrangeiras, mas em “moedas bloqueadas”, obtidas com a venda de excedentes em matérias-primas, um estímulo eficaz para que os integrantes do governo nacional se pusessem no caminho do comércio compensado com a Alemanha. Esse “jeitinho alemão” de fazer comércio, logicamente, da mesma forma contagiou o Exército brasileiro, que enxergava nos atalhos comerciais para a Alemanha uma estrada promissora para a obtenção de equipamentos modernos.

O funcionamento desse sistema comercial baseava-se na abertura de contas especiais por bancos brasileiros em casas bancárias germânicas. A partir daí, os importadores alemães, após conseguirem as devidas permissões de um escritório de controle de importações, depositariam seus pagamentos em marcos alemães em tais contas, a crédito do vendedor brasileiro. Ressalta-se, entretanto, que as referidas contas só poderiam ser usadas pelos brasileiros para comprar mercadorias teutas de exportação. Feito o depósito, o exportador brasileiro conseguiria, através do Banco do Brasil, vender seus marcos *aski* a um importador brasileiro que quisesse comprar produtos alemães. Já o exportador alemão, por sua vez, seria pago pelo banco germânico em que mantinha a conta *aski*, mediante instruções do banco brasileiro. Para o descontentamento de Washington, “o uso do sistema *aski* permitiu aos alemães oferecer preços mais favoráveis do que seus competidores americanos”. Logo, em 1938, por exemplo, os “marcos *aski* permitiram aos importadores brasileiros comprar produtos alemães a preços 24% menores do que teriam custado em marcos alemães”.¹⁸³

¹⁸² Para maiores explicações acerca do comércio compensado, ver: HILTON, Stanley. *Op. cit.* p. 79-123. Já sobre as reações comerciais norte-americanas em relação ao comércio compensado Brasil-Alemanha, ver: McCANN, Frank. *A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. p. 125-146.

¹⁸³ McCANN, Frank. *Op. cit.* p. 136-137.

Nesse cenário, começaram negociações diretas entre o governo brasileiro e companhias germânicas de armamentos, com destaque para a *Krupp*. A partir de meados de 1933, o alto comando militar brasileiro passou a requerer material bélico e treinamento para seus oficiais, considerando à época insuficiente aquele proporcionado pela missão francesa.

Assim sendo, a empresa *Krupp* enviou em fim de junho de 1936 o funcionário Fritz Von Büllow ao Rio de Janeiro, como encarregado para encaminhar as discussões sobre o referido contrato. Em 18 de fevereiro de 1937, a empresa alemã conseguiu o primeiro contrato no programa de aquisição de armamentos efetuados pelo Brasil, logo, durante nos idos de 1937, oficiais brasileiros iniciaram inspeções ao material bélico alemão comprado pelo País, como o caso do capitão-tenente Adolpho M. de Noronha Torezão, que “estava em missão oficial do Ministério da Marinha para a fiscalização da confecção de assessórios encomendados da *Badische Maschinenfabrik Durlach*”¹⁸⁴ Nesse cenário, o governo brasileiro optou pela compra de 900 peças de artilharia, com a entrega do material ocorrendo em 6 anos e o pagamento feito pelo governo brasileiro com o desconto de 75% dos custos em marcos de compensação. Dessa forma, a assinatura do referido contrato de compra de armamentos da Alemanha exigiu que militares brasileiros fossem acompanhar a fabricação das armas.

Em março de 1939, chegou o material de artilharia da Alemanha para o Brasil, encomendado dois anos antes. Após a entrega do material de artilharia, as negociações para um terceiro contrato das forças armadas do Brasil com empresas se intensificaram. Entre as diversas negociações do governo brasileiro,

cita-se a solicitação, efetuada em 8 de maio de 1939, para que dois maiores e dois capitães pudessem visitar as usinas das fábricas *Bochumer Vereine* e *Deusche Edel-Stahlwerke*... Em 28 de julho de 1939, foram assinados mais 5 contratos para compra de material de transporte de artilharia. Para o pagamento, poderia ser utilizado 85% de marcos compensados. Novamente, os contratos tinham como principal fábrica a *Krupp*, mas outras 5 empresas faziam parte do contrato¹⁸⁵.

As companhias germânicas “receberam ativo apoio do governo nazista, que estava empreendendo intensivos preparativos bélicos durante os últimos meses de 1936,

¹⁸⁴ RAHMEIER, Andrea Helena. *Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2009. p. 126.

¹⁸⁵ RAHMEIER, Andrea Helena. *Op. cit.* p. 189-190.

tornando-se assim cada vez mais preocupado com a diminuição no fornecimento de matérias-primas”¹⁸⁶. O referido empenho do Estado nacional-socialista nessa questão comercial encontra motivação no fato de o comércio armamentista tornar-se mais um dos meios de expansão da capacidade industrial alemã, bem como auxiliar a Alemanha a atingir o ritmo de economia de guerra. Dessa forma, a encomenda brasileira era ainda mais atraente para as autoridades alemãs, e, como a situação financeira do Brasil favorecia as companhias bélicas alemãs, os representantes do governo nazista utilizaram-se disso para propor aceitar 80% do pagamento em marcos de compensação¹⁸⁷.

Enquanto os alemães avançavam a passos largos ao encontro das aspirações modernizantes das Forças Armadas brasileiras, o Exército estadunidense recém começava a despertar de um sono profundo e improdutivo, que não tinha resultado outra coisa se não o aumento da distância dos seus pares latino-americanos. Segundo Frank McCann, em janeiro de 1938, o Exército estadunidense possuía um número insuficiente de adidos militares servindo em nações americanas, pois apenas México, Cuba e Brasil tinham adidos em tempo integral, enquanto outros três oficiais cobriam dois ou mais países. Além disso, havia somente duas missões de Exército: um grupo de quatro homens no Brasil e a missão de um homem só na Guatemala. Esse escasso contato, assim, refletia, inclusive, uma política de “desestimular a venda de armas por indústrias americanas”¹⁸⁸ à região.

Em termos estatais, o grande marco do fim do marasmo norte-americano em relação à América Latina, e, conseqüentemente, ao Brasil, realizou-se quando o então Secretário de Estado, Cordell Hull, preocupado com a crescente expansão das atividades nazistas na região, solicitou uma conferência de nível interministerial, realizada em 10 de janeiro de 1938, para debater a possibilidade da extensão da ajuda militar aos países latino-americanos. Como resultado do encontro, “o Departamento de Estado determinou a prestação de uma crescente assistência militar para fortalecer os vínculos dos Estados Unidos no continente” a fim de “lançar as bases de uma cooperação militar e naval mais cerrada e se contrapor às iniciativas das nações do Eixo”. Para tanto, o referido órgão fez as seguintes sugestões de cooperação:

¹⁸⁶ HILTON, Stanley. *Op. cit.* p. 203.

¹⁸⁷ Para maiores detalhes a respeito do comércio bélico brasileiro com empresas alemãs, especialmente a *Krupp*, ver: HILTON, Stanley. *Op. cit.* p. 203-204.

¹⁸⁸ McCANN, Frank. *Op. cit.* p. 93.

treinar militares latino-americanos nas escolas das Armas nos EUA; realizar vôos freqüentes de demonstração de aeronaves americanas e visitas de navios de guerra; convidar oficiais latino-americanos de alta hierarquia para visitar os Estados Unidos; fornecer publicações das Forças Armadas para as bibliotecas militares e designar outros adidos militares e navais na área. O Exército e a Marinha concordaram e tomaram medidas para a implementação de tais decisões. O Exército acrescentou duas sugestões importantes: incentivar a aviação comercial na América Latina e promover a venda de armas americanas.

O Departamento de Estado, portanto, apoiado por outros setores do governo norte-americano, buscava objetivos militares importantes para a segurança dos Estados Unidos através de uma aproximação com a América Latina. Para a sua concretização, a administração Roosevelt recorreu ao discurso do pan-americanismo, defendido nas conferências pan-americanas, que, desde Buenos Aires, em 1936, transformaram-se em mecanismos importantes para a consolidação da influência dos Estados Unidos na região. Nas conferências de Lima, Panamá e Havana, respectivamente em 1938, 1939 e 1940, as manobras da diplomacia estadunidense dirigiam-se para a solidificação de um sistema de segurança coletiva, baseado na solidariedade continental, claramente voltado para combater a influência do Eixo na América Latina. Nesse contexto, a diplomacia argentina rejeitava o caráter coercitivo do pan-americanismo, buscando a manutenção da neutralidade e, assim, a manutenção dos fluxos comerciais com os países do Eixo, sobretudo a Alemanha. Enquanto isso, no Brasil, gradativamente, o Itamaraty caminhava para um alinhamento com os Estados Unidos. A cúpula militar brasileira, todavia, ainda não tinha sido convencida de que os norte-americanos seriam a solução de seus problemas.

Com a intenção de melhorar a cooperação entre Brasil- Estados Unidos, o Departamento de Estado convidou o ministro Osvaldo Aranha, em janeiro de 1938, para visitar os Estados Unidos e tratar de temas relevantes para ambos os países. No campo militar, especificamente, a pauta das reuniões girou em torno da elaboração de planos cooperativos que visavam à defesa nacional em detrimento da expansão da presença alemã na região, prioridade do lado estadunidense, e ao reequipamento das Forças Armadas, por parte dos representantes brasileiros. Segundo Ricardo Seitenfus, a missão Aranha mostrou que os Estados Unidos reconheciam no Brasil, antes de tudo, “a

qualidade de parceiro comercial digno de maior interesse e reafirmam o desejo de afastar a influência econômica e política do Eixo sobre a América Latina”¹⁸⁹.

Porém, no que diz respeito à importante questão do suprimento de armas, apesar de as rodadas de visitas e reuniões de 1939 definirem a direção das relações Brasil - Estados Unidos para os anos seguintes, uma série de problemas internos impediam uma política norte-americana mais efetiva. Logo, a legislação restritiva, a incapacidade da indústria americana de oferecer preços e condições de pagamento competitivos com relação às propostas alemãs bem como o desejo do Governo brasileiro de conseguir o máximo de quantidade de armas pelo preço mínimo, completada pela oposição da Argentina, não permitiram o fechamento da questão de forma favorável a ambos os países.

O cenário europeu e a insistente presença germânica no Brasil, assim como a importância que o País assumia na geografia da guerra que se desenhava, gradativamente, colaboraram para o entendimento das questões militares hemisféricas à época, pois funcionaram como um elemento multiplicador da boa vontade estadunidense em relação às demandas dos militares brasileiros. Assim, o Chefe do Exército norte-americano, George C. Marshall, em maio de 1939, foi ao Brasil, e “sua visita fortaleceu a determinação de elementos pró-Estados Unidos das Forças Armadas Brasileiras de evitar vínculos com o Eixo”¹⁹⁰. Quando Marshall retornou aos Estados Unidos, levou consigo o General Góes Monteiro como convidado, intercâmbio de ideias a partir do qual veio o começo da cooperação em tempo de Guerra, embora o processo se mostrasse lento e por vezes de realização impossível.

Góes Monteiro retornou dos Estados Unidos impressionado com as conversas com Roosevelt e as visitas às instalações militares. Todavia, não quis comprometer seu país com acordos que, mais tarde, poderiam se revelar prejudiciais. Além disso, o General acreditava que a indústria americana era capaz de fornecer armas para ambos os países, mas, “na medida em que o sentimento isolacionista proibiu essa ação - tal como exemplificado pela incapacidade da Administração de conseguir do Congresso que aprovasse a legislação autorizando assistência militar à América Latina -, o Brasil não podia antagonizar a possivelmente vitoriosa Alemanha”¹⁹¹.

¹⁸⁹ SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. 3. ed. Barueri: Manole, 2003. p. 159.

¹⁹⁰ McCANN, Frank. *Op. cit.* p. 119.

¹⁹¹ McCANN, Frank. *Op. cit.* p. 120.

O interesse norte-americano pelo apoio brasileiro explica-se pelo planejamento militar estadunidense, de 1939 a 1942, que denunciava a natureza exposta do saliente brasileiro, assim como o desejo do Exército de guarnecê-lo com suas tropas. Os planos do Exército norte-americano, então, detalhavam objetivos particulares e imediatos, a maioria deles visando ao estacionamento de suas forças no Nordeste e não à aquisição de bases permanentes no Brasil. A cúpula militar brasileira, entretanto, rejeitava sistematicamente as ofertas americanas de envio de tropas, preferindo reforçar o poder de combate de suas próprias forças. Logo, “o objetivo do Exército Brasileiro, a partir de 1939, foi aumentar e aperfeiçoar suas atividades terrestres para capacitá-lo a defender o Brasil sem a assistência americana”¹⁹². A solução do problema, portanto, estava na possibilidade ou não de os Estados Unidos suprirem a demanda por armamento dos militares brasileiros.

Ainda nesse período, contudo, prevalecia uma atitude isolacionista no Congresso e na opinião pública dos Estados Unidos, de modo que, legalmente, o Exército norte-americano não podia fornecer o referido material de seus arsenais, bem como as empresas privadas não tinham maneiras para rivalizar com a oferta da *Krupp*. Mesmo após o início da Guerra, a Resolução *Pittman*, legislação que autorizava a cessão de armamento pelo Exército norte-americano aos seus pares na América Latina, ainda tramitava no Congresso estadunidense, dificultando, sobretudo, a relação com o Brasil. Para tentar dar fôlego à cooperação com os brasileiros, o General Marshall ofereceu “excedentes da artilharia de costa, setenta e cinco velhas peças de campanha e alguns canhões antiaéreos por preços nominais”¹⁹³, equipamentos, aliás, que estavam tão longe quanto à paz de atender às pretensões dos militares brasileiros.

Enquanto os norte-americanos ainda tinham dívidas a respeito da identidade da sua política externa, os alemães condecoravam importantes oficiais brasileiros – inclusive o Ministro da Guerra e o Chefe do Estado-Maior recebiam medalhas alemãs, em 1940. Além disso, a Alemanha já havia invadido a Polônia e triunfado nos Países Baixos, França e outras regiões da Europa, portanto, na projeção do governo norte-americano, o velho continente curvado diante do poderio germânico não era mais uma fantasia. A preocupação com esse cenário hostil aos interesses estadunidenses ganhou proporção faraônica quando os militares norte-americanos previam que, com a Europa aos pés de Hitler, logo em seguida viria o Brasil, onde, aliás, o nazismo “já dispunha de

¹⁹² McCANN, Frank. *Op. cit.* p. 115.

¹⁹³ McCANN, Frank. *Op. cit.* p. 121.

um núcleo e uma organização”, que, “com o apertar do botão em Berlim, seria colocada em funcionamento”¹⁹⁴.

Na prática, apesar das colônias alemãs no sul do Brasil e da atuação do Partido Nacional-Socialista em algumas delas, o medo do governo norte-americano tornou-se maior que a ameaça nazista real no Brasil. Por isso, durante os primeiros meses de 1940, “os chefes militares americanos agiam como se uma invasão do Hemisfério Ocidental fosse iminente”¹⁹⁵. Nesse ínterim, a Casa Branca entendia que nenhum plano de operações no Brasil conseguiria ser bem-sucedido sem a cooperação das Forças Armadas brasileiras. Assim, atender às demandas do Exército brasileiro, ainda que parcialmente, parecia não ser mais uma opção ou um capricho, mas, sim, uma necessidade.

A prova de uma mudança de atitude da diplomacia norte-americana em relação às exigências brasileiras foi dada no mês de junho de 1940, logo após a França “cair de joelhos” diante das tropas nazistas, quando a Divisão de Planejamento de Operações do Exército e o Departamento de Estado “produziram a configuração definitiva de uma política nacional de suprimento de armas ao Brasil (e outras nações latino-americanas), que o Presidente Roosevelt aprovou em primeiro de agosto”¹⁹⁶. Dessa forma, forneciam-se armas ao Brasil, em termos financeiros, que os brasileiros pudessem pagar, “para assegurar sua capacidade de se defender contra um ataque do Eixo ou desordem interna”. Sendo assim, em 2 de agosto, Summer Welles pediu ao então embaixador norte-americano Jefferson Caffery para informar ao General Dutra que os brasileiros poderiam adquirir todas as suas armas em três anos e nos próximos meses receberiam parte do equipamento de aviação e viaturas.

Os acordos de 1940, todavia, não foram imediatamente cumpridos, bem pelo contrário, necessitou-se de um tempo maior, assim como novos desdobramentos no cenário internacional, para que ambos os países alcançassem a cooperação prevista pelas referidas conversações militares. Nesse momento, ainda existiam grandes arestas a serem aparadas nas questões da incapacidade norte-americana de suprir a demanda brasileira por armamentos e na relutância dos militares em permitir tropas estadunidenses no território nacional antes que recebessem o material bélico pretendido.

¹⁹⁴ McCANN, Frank. *Op. cit.* p. 107.

¹⁹⁵ McCANN, Frank. *Op. cit.* p. 167.

¹⁹⁶ McCANN, Frank. *Op. cit.* p. 170.

Diante desse quadro formado pela debilidade militar do Brasil e pela lentidão das negociações, bem como, no entender do Departamento da Guerra norte-americano, da limitada mobilização militar brasileira, os Estados Unidos pretendiam deslocar suas tropas para realizar a defesa da região. Dessa forma, sucessivos planos de envio de tropas, com e sem autorização brasileira, foram elaborados, e as reiteradas demandas nesse sentido acentuaram ainda mais as precauções dos militares brasileiros, que, possivelmente, pensavam que apenas um Exército moderno e forte conseguiria assegurar, que, uma vez estacionadas no Nordeste, as forças estadunidenses não ficariam para sempre, quanto às tensões entre os membros do Governo Vargas ¹⁹⁷.

Apesar das diferenças quanto ao nível e à proposta de cooperação militar, os interesses militares brasileiros e norte-americanos convergiam durante o período de julho de 1940 a dezembro de 1941, mas, mesmo assim, havia frequentes dificuldades para o entendimento. Para os Estados Unidos, qualquer cooperação militar com o Brasil somente podia inscrever-se no âmbito de um projeto continental para a defesa coletiva do hemisfério. Já o Brasil, por sua vez, opunha-se ao multilateralismo hemisférico estadunidense, porque não pretendia colocar seu território à disposição de seus vizinhos. Contudo, ao longo do segundo semestre de 1940 e de todo o ano de 1941, “os Estados Unidos e o Brasil fortaleceram seus vínculos, como jamais o haviam feito” ¹⁹⁸. Para tanto, foram firmados acordos que definiram a resolução de questões econômicas, como o acerto do pagamento das dívidas comerciais brasileiras e a definição de um arranjo acerca dos mercados de café e algodão; e outros que buscavam atender aos anseios militares brasileiros ligados ao desenvolvimento de um complexo siderúrgico e ao fornecimento de armamentos.

Muito graças às assombrações dos fantasmas da *Krupp*, bem como de outras empresas alemãs e do governo alemão nacional-socialista, que tiravam o sono de Washington porque se apresentavam como uma possibilidade aos brasileiros, em 25 setembro de 1940, os Estados Unidos e o Brasil firmaram mais um instrumento de cooperação que previa a concessão de auxílio técnico e financeiro para a construção de uma usina siderúrgica no País. Conforme Ricardo Seitenfus, o acordo estipulava “um investimento inicial de 45 milhões de dólares, dos quais 20 milhões seriam financiados

¹⁹⁷ Para maiores detalhes sobre a questão, ver: SVARTMAN, Eduardo. A americanização do Exército brasileiro: pragmatismo e incorporação seletiva de modelos. In: *Anais da II Jornada de História das Relações Internacionais*. Porto Alegre: Fapa/Anpuh, 2008.

¹⁹⁸ SEITENFUS, Ricardo. *Op. cit.* p. 236.

pelos Estados Unidos e garantidos pelo Banco do Brasil, ao passo que os 25 milhões restantes são de responsabilidade do Tesouro brasileiro”¹⁹⁹.

Embora a questão siderúrgica já estivesse encaminhada, o outro ponto vital para os militares brasileiros, ou seja, a concessão de armamentos, ainda se encontrava indefinido. Existia, em setembro de 1940, uma longa caminhada entre as propostas brasileiras, que se limitavam ao aceite de equipamento militar norte-americano, e as de Washington, que buscavam uma ampla cooperação, na prática, “uma verdadeira aliança protetora”. Porém, graças ao empenho e às pressões do governo norte-americano, no início de 1941, alguns acordos foram firmados.

O primeiro, assinado em janeiro de 1941, estabeleceu a instalação de missões do Exército e da Aeronáutica norte-americanas no Rio de Janeiro. Com isso, completava-se a assistência às três armas brasileiras, porque a Marinha norte-americana auxiliava, desde a década de 1920, a Marinha nacional. O segundo, concluído em meados de abril do mesmo ano, atendia à necessidade de intensificar a vigilância. Por esse, o Brasil concedeu facilidades à Marinha estadunidense nos portos do litoral Norte-Nordeste, para reparos e reabastecimentos. Em troca, o governo norte-americano prometeu liberar material de guerra indispensável à Marinha brasileira. Por fim, o terceiro acordo militar responde, ainda que insuficientemente, a uma solicitação brasileira, pois os Estados Unidos abriram, no final de 1941, pelo *Eximbank*, uma linha de crédito de 12 milhões de dólares, permitindo que o Brasil adquirisse, pela primeira vez, um importante equipamento militar norte-americano, justificado pela diplomacia estadunidense como uma forma de eliminar a concorrência da germânica *Krupp*²⁰⁰.

Enquanto os norte-americanos esperavam uma reação positiva dos brasileiros em relação à concessão de créditos para a compra de armamento, na prática, observou-se uma atitude completamente diversa. Os militares brasileiros não apenas demonstraram insatisfação com o valor liberado como não o utilizaram, ou seja, nem uma compra de armamento foi feita pelo Brasil com esse dinheiro, pois o montante era visto como insuficiente. Porém, a partir do momento em que o Executivo norte-americano decide utilizar-se da Lei para a ajuda e a defesa da democracia, aprovada em janeiro de 1941, e propôs ao Rio de Janeiro, em junho do mesmo ano, o início de novas negociações a situação parecia dar uma guinada.

¹⁹⁹ SEITENFUS, Ricardo. *Op. cit.* p. 238-239.

²⁰⁰ Para maiores explicações sobre os acordos citados, ver: SEITENFUS, Ricardo. *Op. cit.* p. 246-252.

Dentro desse contexto, em junho de 1941, o Departamento de Estado preparou um acordo padrão para uma compra no estilo *lend-lease*. Assim, no 1º dia de outubro, os Estados Unidos e o Brasil assinaram um acordo no qual “os primeiros se comprometeram a fornecer até cem milhões de dólares de equipamento militar ao Brasil durante os três anos seguintes”²⁰¹. Os militares brasileiros, porém, continuaram inflexíveis, isto é, permaneciam com uma atitude reticente quanto à concessão das demandas norte-americanas.

2.5 E depois de *Pearl Harbor*?

Com o ataque japonês a *Pearl Harbor*, a assombração da guerra tinha, definitivamente, tornado-se algo real para os Estados Unidos, e, sendo o litoral nordeste do Brasil fundamental à segurança do flanco sul estadunidense, não restava outra opção a não ser resolver as relações com Rio de Janeiro, a partir daí tem-se uma oportunidade para a diplomacia brasileira tirar dividendos para o País. A retórica do pan-americanismo precisou transformar-se em ação política, logo, a pressão norte-americana aumentou em relação à América Latina e, sobretudo, ao Brasil, que fez uma opção decididamente pró-americana.

A partir da Conferência do Rio de Janeiro, no primeiro mês de 1942, a posição brasileira ficou definida como pró-Estados Unidos, portanto, acabava, formalmente, a lógica de uma diplomacia pendular, típica do período da *equidistância pragmática* (1935-1942). Com o alinhamento à posição dos Estados Unidos na Guerra, iniciou-se um período de intensa colaboração Brasil - Estados Unidos entre fevereiro e agosto de 1942, o qual culminou com a assinatura de um conjunto de acordos que, conforme Ricardo Seitenfus, dividem-se em três grupos: estratégicos e militares, econômicos e de luta contra o Eixo.²⁰²

O mais relevante dos acordos, favorável ao desenvolvimento da cooperação militar Brasil - Estados Unidos, trata-se do documento assinado no terceiro dia do mês de março de 1942. Por esse, através da forma de um *Lend- Lease*, os Estados Unidos comprometeram-se a fornecer, de forma escalonada, até o início de 1948, armas e

²⁰¹ SEITENFUS, Ricardo. *Op. cit.* p. 249.

²⁰² SEITENFUS, Ricardo. *Op. cit.* p. 280-284.

munições de guerra, num total de duzentos milhões de dólares, destinados à Marinha e ao Exército brasileiros. Dessa forma, o Brasil beneficiou-se com uma redução de 65% do valor real no preço dos armamentos adquiridos nos Estados Unidos.

A “boa vontade” norte-americana “sensibilizou” os militares brasileiros, que deixaram suas restrições à militarização do Nordeste e do arquipélago de Fernando de Noronha, a partir daí, esquecidas em algum lugar bem distante do “Saliente Nordestino”. Assim, em fevereiro de 1942, o Brasil concordou, formalmente, que três destacamentos de soldados norte-americanos se instalassem no Nordeste.

Ainda no mesmo fevereiro de 1942, uma comissão brasileira, chefiada pelo Ministro da Fazenda Arthur de Sousa Costa, viajou aos Estados Unidos com a tarefa de negociar as formas e a extensão da futura cooperação econômica entre os dois países. A referida comissão, rapidamente, concluiu o acerto de outras questões relevantes à cooperação entre Brasil e Estados Unidos, em meio às quais um acordo militar firmado no terceiro dia de março de 1942. Por esse, buscava-se aumentar a cooperação no plano econômico através da concessão de um crédito do *Eximbank* de 100 milhões de dólares para a produção de materiais estratégicos, bem como 14 milhões para modernizar a ferrovia Vitória – Itabira, além de incentivos à produção de borracha, ferro, níquel, cobalto e tungstênio para atender às necessidades norte-americanas na Guerra.

No campo de luta contra o Eixo, o Brasil, por sua vez, colaborou com os Estados Unidos para a criação e o desenvolvimento de um sistema de contra-espionagem continental, formado pelos países americanos que romperam relações com a Alemanha, a Itália e o Japão. Para tanto, os Estados americanos reuniram-se no âmbito do Comitê de Crise para as Questões de Defesa Política, em 15 de abril de 1942, criado em virtude da resolução XVII da Conferência do Rio de Janeiro.

Ainda como parte dessa onda cooperativa entre Washington e Rio de Janeiro, em 7 de maio de 1942, Brasil e Estados Unidos renovaram o mandato da missão naval norte-americana com a Marinha de Guerra nacional, assim como, através de uma troca de notas, no mesmo mês, criaram a Comissão Técnica Militar Mista, com o objetivo de verificar a aplicação dos acordos militares existentes e tratar da possibilidade de novos entendimentos nesse campo, bem como avaliar as necessidades imediatas do território brasileiro e centralizar as negociações de cooperação militar entre os dois países.

Nesse cenário, as negociações tornaram-se intensas, e nenhum dos lados recebeu tudo que queria, embora ambos alcançassem seus objetivos primários com um custo relativamente baixo. Os Estados Unidos aprovaram a expansão de sua presença no

Brasil, incluindo um aumento no número do contingente militar no País, assim como conseguiu o uso de bases navais e a permissão para utilizar o espaço aéreo brasileiro sem maiores complicações, questões concluídas com o Acordo Político Militar de 1942, que possibilitou a criação da *Joint Brazil-United States Defense Commission* e da *Joint Brazil-United States Military Commission*²⁰³, veículos fundamentais para a aliança militar.

Paralelamente às negociações militares no “front diplomático”, registrava-se, de forma gradual, um aumento da influência norte-americana no Exército brasileiro em detrimento do modelo militar francês, que pautava a matriz doutrinária e técnica do Exército nacional desde 1919. Essa aproximação entre os militares brasileiros e estadunidenses resultou na *americanização do Exército brasileiro*²⁰⁴, que iniciou no período, mas cuja conclusão a Segunda Guerra Mundial acelerou, pois, nesse período, enviou-se um grande número de oficiais para cursos de adaptação às práticas de guerra empregadas pelo Exército dos Estados Unidos, dando início a uma tendência que perdurou durante décadas, bem como se reequipou o Exército nacional com artefatos bélicos, táticas e procedimentos de origem norte-americana.

Naquela conjuntura, os contatos entre os oficiais de ambos os países cresceram. Logo, no início de 1943, alguns oficiais foram enviados ao norte da África em missões de observação junto às tropas norte-americanas, assim como os Estados Unidos mudaram a política do Exército de não convidar estrangeiros para treinamentos no país. Logo, os estadunidenses abriram suas escolas militares aos oficiais brasileiros, principalmente a Escola de Comando Estado-Maior *Fort Leave worth*, Kansas, a Escola de Infantaria em *Fort Benning*, Geórgia, e a Escola de Artilharia em *Fort Sill*, Oklahoma, para que ali realizassem estágios ou cursos.

O objetivo principal desses cursos e estágios era, no prazo de 90 dias, a conversão dos brasileiros que os frequentassem de uma formação francesa calcada na guerra de trincheiras para a guerra de movimento, e familiarizá-los com os regulamentos, equipamentos e armamentos empregados pelo Exército norte-americano. A rotina dos militares brasileiros, nesse período, previa, conforme Eduardo Svartman, “uma semana de adaptação dos oficiais no centro ou escola, seis a oito semanas de

²⁰³ Para uma análise da importância dos dois órgãos na cooperação militar Brasil-Estados Unidos, ver DAVIS, Sonny. *A brotherhood of arms: Brazil-United States Military Relations*. Niwot: University of Colorado Press, 1996.

²⁰⁴ Ver SVARTAMAN, Eduardo. *Guardiões da nação: formação, idéias e engajamento político dos generais de 1964*. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006. p. 159-186.

instrução, duas a três semanas de estágios em outros centros ou em manobras e, por fim, uma semana para visitar grandes cidades como Nova York ou Washington”²⁰⁵. Uma vez de volta ao Brasil, os militares contribuiriam para que as compras de armas fossem deslocadas da Europa para os Estados Unidos, bem como auxiliariam na consolidação da América Latina como uma região a salvo de influência europeia. A projeção norte-americana sobre o continente, dessa forma, sairia fortalecida frente aos rivais.

Como resultado desse intercâmbio entre militares brasileiros e norte-americanos, o Exército nacional mudou, substancialmente, sua forma de enxergar a guerra, pois substituiu a formulação e o planejamento defensivos por uma concepção ofensiva, algo que significou uma fundamental transformação intelectual. Para os militares brasileiros, os norte-americanos “simplificavam a estrutura organizativa e operacional francesa, compartilhada por ambos os exércitos, e a adaptaram à nova realidade militar, de modo que a assimilação por parte dos oficiais brasileiros foi relativamente fácil”²⁰⁶. Assim, missões de observação, estágios, cursos e a experiência de combate – vitoriosa – junto às tropas norte-americanas permitiram uma rápida assimilação da doutrina militar daquele país por essa geração de oficiais brasileiros. O resultado desse fluxo foi a consolidação de “uma forte simpatia pelos Estados Unidos entre o oficialato brasileiro em geral”²⁰⁷.

2.6 A americanização do Exército nas páginas d’*A Defesa Nacional*, 1942-1946

Em meados de 1942, Natal assistia à chegada de vários aviões que traziam técnicos e soldados norte-americanos, pois a base aérea estadunidense de *Parnamirim Field* encontrava-se pronta para fornecer o primeiro impulso ao *trampolim para vitória* dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. A partir daí, o convívio entre norte-americanos e brasileiros aumentou substancialmente, contribuindo, dessa forma, para as trocas culturais, políticas e econômicas entre as nações.

Nesse contexto, antes de acionarem os motores dos aviões para se comunicarem melhor com os mecânicos, os pilotos, no interior da cabine das aeronaves, mostravam a mão fechada com o polegar para cima, o popular sinal de positivo, o *thumbs up*. Porém,

²⁰⁵ SVARTAMAN, Eduardo. *Op. cit.* p. 172-173.

²⁰⁶ SVARTAMAN, Eduardo. *Op. cit.* p.173.

²⁰⁷ SVARTAMAN, Eduardo. *Op. cit.* p.173.

naquela conjuntura, não se lê o sinal apenas como um inocente gesto usando uma das mãos, mas sim como uma marca simbólica dos acontecimentos daqueles anos, porque quando o primeiro nativo de terras brasileiras, observando os aviões e os pilotos americanos com seus gestos, “mimetizou o positivo, com o dedão para cima, o Brasil já estava americanizado”.²⁰⁸

As páginas da revista *A Defesa Nacional*, todavia, não registram relatos a respeito do exato momento em que um caipira brasileiro ou mesmo um oficial qualquer das Forças Armadas ergueram seus polegares para cima, marcando, assim, a *americanização* do Brasil. Em contrapartida, entretanto, na sua edição de outubro de 1942, a revista publicou o *Vocabulário de Gíria Norte-Americana*, assinado pelo Tenente Octavio Alves Velho, o que, se não é suficiente para dizer que o País americanizava-se, pelo menos oferece um razoável indício de que a influência militar norte-americana tinha obtido sucesso no flerte com a linha editorial do periódico.

No editorial de novembro de 1943 da publicação, vem à tona o tamanho da expectativa que cercava o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos no campo militar à época. Se, num primeiro momento, o conteúdo do texto expressava que vem de longe “a nossa familiaridade com a melhor bibliografia militar do mundo”²⁰⁹, destacando que antes da Guerra “os livros e revistas militares da França predominavam na leitura dos nossos quadros”²¹⁰, depois, porém, o editorial ressalta a importância dos Estados Unidos. Para tanto, o texto explica que “agora instalado na América do Norte o maior e o mais avançado núcleo de preparação militar do mundo”, bem como, também, em razão da “nossa posição internacional, que nos coloca, inclusive, no terreno de ação comum, deslocou-se o nosso centro de interesse”²¹¹, pois “é dos Estados Unidos que recebemos, praticamente, toda a bibliografia militar”²¹².

A partir dos livros e periódicos norte-americanos, portanto, “logramos acompanhar o desenvolvimento dos métodos de combate e das novas armas”²¹³. No entanto, ciente dos eventuais problemas para o acesso as tais informações bélicas, como, por exemplo, as dificuldades criadas pela distância dos idiomas, e mesmo pela circulação restrita das publicações norte-americanas, assim como para evitar o proveito direto da bibliografia estrangeira apenas a uma pequena minoria, a revista engajava-se

²⁰⁸ TOTA, Antonio. *Op. cit.* p 10.

²⁰⁹ Editorial. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 354, nov. 1943, p. 9.

²¹⁰ Editorial. *Op. cit.* p. 9.

²¹¹ Editorial. *Op. cit.* p. 9.

²¹² Editorial. *Op. cit.* p. 9.

²¹³ Editorial. *Op. cit.* p. 9.

no processo de divulgação das inovações militares estadunidenses a um maior número de militares naquela época. O conteúdo do editorial em análise transparece o papel que os responsáveis pela revista atribuíam para o periódico na divulgação das ideias norte-americanas, que se tornavam cada vez mais presentes no cotidiano profissional dos militares brasileiros. Assim sendo, comentava-se que

o Exército brasileiro possui, desde trinta anos atrás, A Defesa Nacional... que não poupa sacrifícios e aumenta as suas tiragens, redobra o esforço no sentido de proporcionar aos seus leitores as melhores, mais recentes e mais completas informações técnicas militares. Podemos dizer, com orgulho, que as nossas páginas são as únicas em que os quadros do Exército brasileiro encontram, atualmente, verdadeiros elementos de aperfeiçoamento profissional, porque não só, desde o início da guerra, vulgarizamos através de traduções idôneas trabalhos de todas as origens, sob condição exclusiva de que sejam realmente interessantes, como freqüentemente fazemo-los acompanhar de comentários esclarecedores, de sorte que o leitor tome conhecimento de novos assuntos, de novos problemas já relacionados com as nossas idéias anteriores²¹⁴.

Porém, mesmo antes da edição de novembro de 1943, a revista mostrava sinais do aumento da influência norte-americana nos textos publicados nas suas páginas. Dessa forma, artigos como o assinado pelo Capitão Lindolfo Ferraz Filho, que descrevia o conhecimento técnico de como “as diferentes unidades motorizadas americanas marcham”²¹⁵, baseando-se numa bibliografia composta do *Field Manual Number 25*, bem como em suas notas e observações tomadas no *Field Artillery Scholl* em *Fort Sill* durante o *Battery Officers Courses*, não se caracterizavam como raridades nas páginas da revista, sobretudo, após a visita do General Eurico Gaspar Dutra aos Estados Unidos, aliás, assunto principal do editorial do periódico em setembro de 1943.

Comentava-se no texto que a visita do Ministro da Guerra aos Estados Unidos consistia num “acontecimento histórico, pleno de significação política”²¹⁶, e, ainda, “altamente promissor no que tange as repercussões diretas sobre a nossa estrutura militar”²¹⁷. Por isso, “há um lado da sua visita aos Estados Unidos que interessa

²¹⁴ Editorial. *Op. cit.* p. 11-12.

²¹⁵FERRAZ FILHO, Cap. Lindolfo. Como marcham as unidades motorizadas dos Estados Unidos. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 333, maio 1942, p. 45.

²¹⁶ Editorial. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 352, set. 1943, p. 5.

²¹⁷ Editorial. *Op. cit.* p. 5.

essencialmente ao Exército”²¹⁸, ou seja, trata-se da questão que envolve “o resoluto e lúcido renovador do nosso aparelhamento militar”.²¹⁹

As expectativas expostas no conteúdo do editorial em análise relacionam-se ao processo de modernização do aparato bélico do Exército brasileiro, a partir do contato com o seu par estadunidense, o qual ganhou grande esperança de materializar-se na forma de rifles, tanques e afins com a visita do Ministro aos Estados Unidos, pois

S. Exca., retornará ao seu posto de Ministro da Guerra repleto de impressões pessoais do que seja a organização, a instrução e o aparelhamento de uma das mais poderosas forças militares que o mundo já conheceu. Toda nação norte-americana converteu-se, sabidamente, num vasto arsenal a serviço da vitória, e o soldado americano, instruído em prazos mínimos, à pressão dos acontecimentos, tem comprovado a sua extraordinária capacidade com vitórias indiscutíveis, obtidas em campanhas mais dispares e difíceis²²⁰

Ainda no mesmo texto, ressalta-se que o General Dutra, desde o início da sua administração, lançou-se à tarefa de modernizar os armamentos do Exército, pois o Ministro priorizava o alcance de um grau adequado de desenvolvimento à indústria bélica, preocupando-se com a construção de instalações compatíveis com as necessidades decorrentes daquele momento histórico. Dessa forma, para a satisfação dos autores do editorial, a viagem daquela liderança brasileira à “oficina guerreira dos Estados Unidos”²²¹ produziria fortes estímulos para a continuação de sua obra. Por fim, ressaltava-se que o Exército encontrava-se em face com condições excepcionais para aumentar sua força, “para elevar-se ao nível a que sempre aspirou – o de força efetivamente capaz, sob todos os aspectos, de corresponder à importância da posição internacional que nos toca e tocará, no quadro dos conflitos mundiais”²²².

Todavia, na primeira edição d’*A Defesa Nacional* do ano de 1942, ainda existia oportunidade para a publicação de um texto, assinado pelo Coronel Daniker, que tecia honrosos elogios às qualidades que o Alto Comando Alemão mostrava no *front* até aqueles dias, “uma moderação, de que não seriam capazes os cérebros acanhados”²²³,

²¹⁸ Editorial. *Op. cit.* p. 5.

²¹⁹ Editorial. *Op. cit.* p. 5.

²²⁰ Editorial. *Op. cit.* p. 5.

²²¹ Editorial. *Op. cit.* p. 6.

²²² Editorial. *Op. cit.* p. 6.

²²³ DANIKER, Coronel. A condição militar alemã e o soldado alemão. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 329, jan. 1942, p. 23.

ações que contariam com “dedos de mestre”²²⁴, pois seus métodos característicos, com a concentração máxima de forças no local decisivo, “não permitiam o desperdício de energias”²²⁵. Além disso, o militar suíço frisava que tais habilidades não se restringiam apenas à esfera de ação do Alto Comando Alemão, mas também que se verificavam, igualmente, nos movimentos e nas ações dos soldados. Em resumo, o texto mostrava-se dotado de uma admiração irrestrita e convicta às virtudes alemãs nos palcos da guerra.

Ainda na mesma edição da revista existia espaço para reclamar a necessidade de uma reforma no sistema de formação de sargentos do Exército brasileiro. Para tanto, recomendava-se a retomada de uma escola específica para cumprir a demanda em questão, uma instituição de ensino, que, aliás, deveria inspirar-se no modelo de *sucesso* adotado pelos alemães:

E se o contraste chocante entre a nossa situação atual e a de dez anos atrás não basta para convencer os espíritos relutantes, talvez os impressione o que tem feito o exército germânico nesse sentido. Logo após o rompimento das cláusulas do Tratado de Versalhes, o Comando Alemão restabeleceu as escolas de Suboficiais e, indo mais além, criou, paralelamente as Escolas preparatórias para as escolas de Suboficiais em número elevado, tal o valor atribuído à formação de tais graduados.²²⁶

Entretanto, algumas semanas depois, isto é, na próxima edição da revista, o tom do discurso contido nos artigos em relação às forças armadas germânicas alterou-se significativamente, pois os alemães deixaram de oferecer o modelo, a inspiração para qualquer tópico relacionado às questões militares. As circunstâncias tinham mudado, os norte-americanos declararam guerra aos japoneses, e os alemães, por sua vez, solidários aos seus aliados, declararam guerra ao “grande irmão do norte” dos brasileiros. Assim sendo, quando o governo brasileiro formalizou o rompimento com os países do Eixo, nas primeiras semanas de 1942, a revista passou a ressaltar, de forma mais ostensiva, as virtudes e qualidades técnicas, assim como morais dos estadunidenses. Além disso, os textos escolhidos pelo conselho editorial procuravam atacar diretamente a reputação germânica, que antes se tornou famosa pela eficiência, mas que, agora, adquiria a pior das famas, merecendo repulsa e desaprovação.

²²⁴ DANIKER, Coronel. *Op. cit.* p. 23.

²²⁵ DANIKER, Coronel. *Op. cit.* p. 24.

²²⁶ PEREIRA, Ten. Cel. Alcides Nunes. A formação de sargentos de infantaria. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 329, jan. 1942, p. 25.

As mudanças no cenário internacional, provocadas pelo ataque à base estadunidense de *Pearl Harbor*, não foram ignoradas pelo editorial da revista de fevereiro de 1942, que fornece uma boa amostra da linha adotada em relação à situação, pois, “diante do perigo que ameaçava o grande irmão do norte”²²⁷, tornava-se “preciso que todos os países americanos, do norte, do centro e do sul, numa demonstração de decidida solidariedade, corressem levar-lhe o conforto moral”²²⁸, auxiliando, dentro das suas capacidades e limitações, para que Washington conseguisse “vingar o rude golpe que sofrera”.²²⁹

O uso do verbo *vingar* explicita que o conselho editorial da revista incentivava a ideia de que os norte-americanos deveriam buscar a desforra em relação aos japoneses, e, conseqüentemente, com quem fossem seus aliados, no caso, os alemães. Porém, sabidamente, entre as Forças Armadas brasileiras existiam grupos de militares admiradores do Eixo, especialmente daquele militarismo típico das sociedades alemãs daqueles tempos. Nesse ponto entra a revista e seus colaboradores, que não aparecem apenas como agentes da cultura, mas também do processo político e social. Logo, os sujeitos em questão exerciam uma função de intelectual no sentido amplo do *gramisciano*, ou seja, cuja organicidade tem relação não apenas com a ideia de classe, mas também com o estamento burocrático e com o seu grupo, tornando indissociável o elo entre a sua inserção social e a sua ação, tanto no universo da cultura como na *práxis*.²³⁰

Dessa forma, fornecer elementos para que tais grupos reorientassem suas preferências tornou-se uma tendência nos artigos. Assim sendo, alguns textos destacavam-se no periódico pelo forte teor antigermânico, ou seja, bastante semelhante à posição adotada pela política externa do País, agora alinhada, de forma irrestrita no campo diplomático, aos interesses dos Estados Unidos. Esses textos, portanto, buscavam desqualificar os antes quase invencíveis alemães, bem como mostravam que a opção feita pelo Estado brasileiro no conflito julgava-se correta, pois o aliado escolhido detinha o maior potencial bélico, os melhores valores e mais virtudes morais e econômicas que os alemães.

²²⁷ Editorial. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 330, fev. 1942, p. 5.

²²⁸ Editorial. *Op. cit.* p. 5.

²²⁹ Editorial. *Op. cit.* p. 5.

²³⁰ Ver, GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Um texto traduzido pelo então Coronel Henrique Lott apresentava questões acerca dos exércitos germânicos e anglo-saxões, fazendo uma análise comparativa com base em um histórico de ambos. O artigo informava aos leitores, isto é, aos militares brasileiros, a constatação de que “os motivos de sucesso ou da derrota de um exército devem ser procurados e estudados tomando-se como base a história”²³¹. Portanto, na visão do articulista, “um golpe de vista sobre a história mostrará que os soldados alemães, especialmente os saxões, austríacos e bávaros foram destroçados em combate quase em todas as guerras de que participaram, desde os tempos de César até a Guerra de 1914-1918”²³².

Não bastando desqualificar técnica e moralmente os alemães, o conteúdo do artigo desconstruía eventuais crenças ligadas aos *super poderes* do exército nazista. Por isso, o artigo conclui que o “exército alemão não é um instrumento invencível como muitos asseguram, pois seu material, sua tática e seu comando não são sempre perfeitos, ele não é comandado por super-homens”²³³. Em contrapartida, “os exércitos anglo-saxões só foram destroçados em combate, em poucos casos isolados, como durante a guerra de 1912 e em Bull Rum na guerra civil”²³⁴.

Daí para frente a maioria dos artigos, boa parte deles traduzidos de periódicos norte-americanos, destacavam o espírito inventivo estadunidense, tentando apresentar uma imagem vigorosa, em termos militares, dos Estados Unidos. Já os alemães, por sua vez, eram desqualificados, como, por exemplo, no texto traduzido pelo Capitão Nelson Rodrigues de Carvalho, que atribui “muitos dos sucessos da Força Aérea Alemã, ao gênio germânico de apanhar dos estrangeiros e deles apreender alguma coisa”²³⁵.

O texto traduzido pelo Major Adalberto Santos e pelo Capitão Antonio de Moraes ressalta, a respeito da infantaria dos Estados Unidos, que o progresso em tática, assim como em técnica de carros era notável à época e que o “equipamento americano é superior ao de qualquer outra nação”²³⁶.

Outro artigo na mesma linha do mencionado acima trata-se do texto traduzido por Cibele Silva Fonseca, aliás, a única mulher no período estudado a contribuir para a

²³¹ LOTT, Henrique Teixeira. Princípios que regem as operações dos alemães. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 330, fev. 1942, p. 9.

²³² LOTT, Cel. Henrique Teixeira. *Op. cit.* p. 9.

²³³ LOTT, Cel. Henrique Teixeira. *Op. cit.* p. 9.

²³⁴ LOTT, Cel. Henrique Teixeira. *Op. cit.* p. 9.

²³⁵ CARVALHO, Cap. Nelson Rodrigues de. Aviões ligeiros como elementos orgânicos das infantarias. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 331, mar. 1942, p. 125.

²³⁶ SANTOS, Maj. Adalberto; MORAES, Cap. Antonio de. Unidades blindadas, armamento, organização e características. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 330, fev. 1942, p. 34.

revista. A autora lembrava em seu artigo que, na guerra da época, as forças armadas devem ser capazes de deslocar-se

velozmente de um lugar para outro, combater em movimento tão bem como nas trincheiras e assegurar uma rápida circulação de reabastecimento às linhas de frente. Para fazerem tudo isso, as forças armadas requerem melhores veículos automóveis. Os exércitos modernos devem ter velocidade para vencerem as batalhas.²³⁷

Nesse contexto, o artigo ressaltava que o exército dos Estados Unidos possuía, à época da publicação, perto de 200 mil veículos, e que mais deles estariam postos em serviço em pouco tempo. Além disso, mencionava-se que o Exército tinha quatro divisões organizadas de combate com automóveis, embora um ano antes não tivesse nenhuma, dotadas completamente de pessoal e material, o que significa que “cada divisão terá 10.097 conscritos, 600 oficiais e mais de 3000 veículos”²³⁸. O texto ainda explica que “daqui um ano, salvo engano, as forças armadas terão sido aumentadas para oito divisões”.²³⁹

O espírito empreendedor, o engenho e o constante progresso técnico dos Estados Unidos nos assuntos militares continuam destacando-se no artigo. A respeito da força blindada estadunidense, o texto explica que, quando essa foi criada, os únicos carros médios que o exército possuía eram de 18 toneladas; seu armamento mais pesado era um canhão de 37 mm; e sua blindagem não era suficientemente espessa para resistir a projéteis antiaéreos dos exércitos estrangeiros. Porém,

os colossos que em breve sairão das fábricas, conhecidos por M 3, pesam 38 toneladas e levam um canhão de 76 mm, guarnecido por um de 37 mm e quatro mais metralhadoras de calibre 30 (7, 62 mm). Têm blindagem mais pesada que seus antecessores e fazem 30 milhas por hora nas boas estradas e de 20 a 30 milhas em qualquer terreno. Embora o exército possua carros que considera iguais aos construídos no estrangeiro, não tem interrompido as experiências. Recentemente, iniciou proas em um veículo de oito rodas, um carro sem lagarta, que tem sido chamado ao mesmo tempo de carro de combate e carro de perseguição.²⁴⁰

²³⁷ FONSECA, Cibele Silva. A motorização e mecanização. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 333, maio 1942, p. 105.

²³⁸ FONSECA, Cibele Silva. *Op. cit.* p. 105.

²³⁹ FONSECA, Cibele Silva. *Op. cit.* p. 105.

²⁴⁰ FONSECA, Cibele Silva. *Op. cit.* p. 105.

Outro aspecto da estrutura militar norte-americana que aparece nas páginas da revista diz respeito à formação dos candidatos aos postos de oficialato no Exército. Artigos traduzidos da revista *Life*, publicados n’*A Defesa Nacional*, descrevem o cotidiano das escolas militares formadoras de oficiais, sempre exaltando o caráter extraordinário dos métodos, que contavam com “atestados fornecidos pelos melhores educadores e acumulavam elogios”²⁴¹, assim como dos militares que lá estudavam para ocuparem os mais altos cargos do exército dos Estados Unidos e, na visão exposta nos artigos, decidirem os rumos da Guerra.

A respeito da Escola de Candidatos a Oficial de *Bonning*, o articulista escreve que o objetivo principal da instituição era “desenvolver aptidão para conduzir homens”²⁴², qualidade fundamental ao oficial de infantaria em campanha. Ainda, ressalta-se que o curso possuía uma natureza inteiramente prática, iniciada com o estudo do armamento de infantaria, que cada candidato a oficial deveria conhecer em todas as minúcias. No mesmo texto são apresentados, inclusive com fotos ilustrativas, alguns modelos de armamentos utilizados pelo exército norte-americano, como, por exemplo, a *carbine*, arma individual para uso de oficiais e alguns sargentos; o *automatic rifle M1*, armamento geralmente distribuído aos soldados da infantaria; a *submarine gun, water cooled machine gun* e a *air cooled machine gun*, ambas metralhadoras; e o *37 MM antitank gun*, canhão anticarro.

Entre os pontos mais destacados nas linhas do texto, aparecem o cotidiano e o formato do curso. Conforme o autor, a formação dos jovens oficiais norte-americanos relacionava-se aos “trabalhos intensivos de campo, com o objetivo de submeter os conhecimentos dos estudantes a [sic] dura prova de batalhas simuladas”²⁴³. Assim sendo, cada campanha de alunos organizava-se “de modo a permitir o revezamento de todos nas funções de cabo de esquadra e sargento de pelotão”²⁴⁴. A respeito das batalhas simuladas, o articulista escreve que nem

²⁴¹ CORD, Cel. Paulo Mac. Como se formam oficiais no *Fort Bonning*. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro. n. 354, nov. 1943, p. 24.

²⁴² CORD, Cel. Paulo Mac. *Op. cit.* p. 24.

²⁴³ CORD, Cel. Paulo Mac. *Op. cit.* p. 36.

²⁴⁴ CORD, Cel. Paulo Mac. *Op. cit.* p. 36.

os produtores afamados da *Broadway* [...] possuem a noção mais exata da arte teatral que os instrutores da Escola de candidatos a oficial aplicam, pois são feitas representações meticulosamente ensaiadas de cenas militares, a cargo de tropas regulares de infantaria à disposição na escola, são freqüentemente reproduzidas diante das turmas de alunos a fim de lhes dar uma impressão antecipada da guerra... partes do projeto de ensino.²⁴⁵

Logo, ao fim de treze semanas de trabalho na escola de candidatos a oficial, restavam ali apenas os que demonstraram aos instrutores e aos “camaradas” de curso que satisfaziam “às rigorosas exigências estabelecidas para o desempenho das altas funções de oficial no exército dos Estados Unidos”.²⁴⁶

Outra instituição militar de ensino estadunidense que mereceu a atenção da revista trata-se da Escola de Comando e Estado-Maior de *Fort Leavenworth*, Kansas, um lugar onde “quaisquer considerações de ordem teórica eram sempre postas de lado”²⁴⁷. O cotidiano dos militares na instituição envolvia, conforme escreveu o articulista, nove laboriosas semanas, tempo gasto com todo o estudo possível, debruçando-se sobre mapas e soluções para problemas, planos de operações e quadros de mecanização, nos limites do minucioso, caracterizando-a, portanto, como uma verdadeira *universidade da guerra*.

Dessa forma, depois que um oficial diplomava-se na instituição, julgava-se que este possuía condições de assumir responsabilidades que envolviam “a segurança de milhares de vidas, a salvaguarda de milhões de toneladas de material e o próprio destino político do mundo”²⁴⁸. Convém mencionar que, para ingressarem à *Fort Leavenworth*, os alunos deveriam ter posto igual ou superior ao de capitão. Conforme o julgamento do conteúdo do artigo, o êxito ou insucesso da Segunda Guerra Mundial relacionava-se à dependência final dos militares que frequentavam a Escola de Comando e Estado-Maior estadunidense, um local onde “os temas defensivos foram relegados para segundo plano e tudo é absorvido no estudo de elementos reais de ataque”²⁴⁹.

Ainda destaca-se que o curso na instituição orientava-se no sentido de tornar os oficiais aptos para dirigirem uma das quatro seções do estado-maior norte-americano. Durante os seis primeiros meses de aulas, os oficiais estudavam assuntos de todas as

²⁴⁵ CORD, Cel. Paulo Mac. *Op. cit.* p. 24.

²⁴⁶ CORD, Cel. Paulo Mac. *Op. cit.* p. 36.

²⁴⁷ CORD, Cel. Paulo Mac. Escola de comando (destinada à preparação de oficiais de Estado-Maior). *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro. n. 351, ago. 1943, p. 10.

²⁴⁸ CORD, Cel. Paulo Mac. *Op. cit.* p. 10.

²⁴⁹ CORD, Cel. Paulo Mac. *Op. cit.* p. 10.

seções em comum, mas, quando findava o período inicial de estudos, os alunos especializavam-se em uma das funções, as quais eram descritas da seguinte maneira:

A primeira, G-1, trata do pessoal: complemento dos efetivos, registros das alterações, vigilância da higiene e da conduta da tropa, guarda dos prisioneiros. A segunda, G-2, de informações, colhe, coordena e distribui os referentes ao inimigo. A terceira, G-3, elabora os planos de operações e redige as ordens conseqüentes, dentro da idéia de manobra. A quarta, G-4, requisita, armazena e fornece as provisões, organiza os transportes, dirige trafego, zela pelos feridos e faz sepultar os mortos.²⁵⁰

Outra escola preparatória de militares estadunidenses mencionada nas páginas da revista é o *Fort Belvoir*, um dos centros de instrução de engenharia existentes nos Estados Unidos, onde o autor do artigo estagiou em meados de 1943. Citando uma bibliografia formada pelo *Soldier Handbook, Engineer Soldier Handbook, The Army, Modern Battle*, bem como se aproveitando de sua experiência na Escola, o articulista apresenta a instituição como um centro com instrutores experimentados e capazes em quantidade e variedade, bem como em outros aspectos explica que nada lhe faltava, pois quando necessário pode-se “construir tudo, até mesmo um rio”²⁵¹, para o espanto do então aluno brasileiro.

O cotidiano dos militares na instituição e o formato dos cursos ali desenvolvidos chamaram a atenção do estagiário brasileiro, que frisava em seu artigo que, na escola, “não se perde tempo: se os recrutas chegam a ela num domingo... na segunda-feira já estão na instrução”²⁵². Além disso, valeu menção o fato de os soldados começarem suas atividades às 6 horas da manhã e as deixarem às 10 horas da noite, nos dias em que não existiam exercícios noturnos.

A respeito da instrução, *Fort Belvoir* seguia o programa organizado pelo Departamento de Guerra, que se dividia em três períodos: primeiro período de instrução militar, ou seja, 6 semanas; segundo período de instrução e tática, isto é, 8 semanas; e o terceiro período de instrução e campanha, com a duração de 3 semanas. Ainda,

²⁵⁰ CORD, Cel. Paulo Mac. *Op. cit.* p. 10.

²⁵¹ MOLLER, Cap. Floriano. A engenharia no exército americano. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 356, jan. 1944, p. 106.

²⁵² MOLLER, Cap. Floriano. *Op. cit.* p. 107.

mencionava-se que o programa de instrução baseava-se em “48 horas semanais, o que dá 8 horas por dia de instrução”.²⁵³

Depois de tais estudos, na concepção do articulista, o soldado saía apto a enfrentar o inimigo e preparado a aplicar todos os conhecimentos que recebeu, sabendo desativar as armadilhas que os adversários pudessem lhes apresentar, pois também conhecia as armas e os recursos de que este lança mão. Destacava-se que o exposto nas linhas anteriores apenas tornava-se viável porque “a instrução de minas anti-carros alemãs, italianas e japonesas é dada com a mesma dedicação e eficiência de um bom instrutor de engenharia de qualquer exército do Eixo”²⁵⁴. Outra observação importante presente no texto consiste no comentário que expunha o fato de os “americanos, na ministração da instrução, eliminarem o mais possível qualquer divagação teórica sobre os assuntos estudados, tornando-os o mais objetivo possível”.²⁵⁵

A respeito dos colegas de curso, os soldados americanos são descritos como “homens inteligentes e educados, animados de espírito esportivo e do desejo de vencer ao inimigo que eles sabem preparados com eficiência ou com o fanatismo”²⁵⁶. A instrução de combate, por sua vez, dava-se sob condições que mais se aproximavam da realidade, como, por exemplo, na *infiltration course*, em que cada pelotão deveria executar “um deslocamento de 80 metros sob o fogo de 3 metralhadoras e através de inúmeras cargas de explosivos, controlados eletricamente de uma torre de observação”²⁵⁷, assim como havia “discos de bombardeios para acostumar o soldado ao ruído da batalha”.²⁵⁸

Além do exposto acima, o oficial brasileiro fazia comentários acerca dos materiais militares vistos na instituição estadunidense. O militar destacava o uso do *petrordo de TNT* em seu *invólucro amarelo* pesando ½ libra (225 gramas), este quase um símbolo da engenharia americana, assim como o *tetril*, *nitro starch*, o *cordel detonate*, minas anticarros, minas contra pessoal, *booby traps* e detentor de minas.

Ao fazer um balanço final a respeito da experiência nos Estados Unidos, Moller explicava que

²⁵³ MOLLER, Cap. Floriano. *Op. cit.* p. 108.

²⁵⁴ MOLLER, Cap. Floriano. *Op. cit.* p. 109.

²⁵⁵ MOLLER, Cap. Floriano. *Op. cit.* p. 110.

²⁵⁶ MOLLER, Cap. Floriano. *Op. cit.* p. 110.

²⁵⁷ MOLLER, Cap. Floriano. *Op. cit.* p. 111.

²⁵⁸ MOLLER, Cap. Floriano. *Op. cit.* p. 111.

as vantagens de um estágio no exército americano são evidentes, saltam à primeira vista, e dispensam assim maiores comentários. O nosso ponto de vista é que se mande para a *Enginner School* o maior número de oficiais de engenharia de preferência tenentes e capitães, dado a natureza objetiva dos cursos que se destinam mais aos oficiais de subunidades: uma turma para cursos gerais e outra para cursos especializados – equipamento mecanizado, disfarce, etc.²⁵⁹

Por fim, no que se refere à necessidade do aumento do número de oficiais de Engenharia no Exército brasileiro, o militar comentava que as autoridades nacionais vêm compreendendo a urgência de incrementar o contingente de engenheiros, tanto que, na segunda turma enviada para *Fort Belvoir*, houve, em relação à primeira, “um aumento de 2 para 5 entre os de Engenharia e de 2 para 3 entre os de Transmissões”²⁶⁰. Apesar disso, “as necessidades da nossa arma são muito maiores, bastando citar que a Engenharia americana cresceu em 4000% nestes últimos dois anos (relatório do General Marshall)”²⁶¹.

Já sobre a Escola de Intendência Norte-americana, o Capitão Álvaro de Souza escreveu que, com a sua organização já secular, com os estabelecimentos e centros distribuídos por todo o país, assim como possuidora de um estudo com problemas bem definidos e cursos especializados, a instituição provava que “naquele país o Serviço de Intendência devia andar, nesses últimos 20 anos de armistício, muito além das estreitas perspectivas de paz”²⁶². Comenta, ainda, o oficial brasileiro que tinha a impressão, de acordo com tudo que vira na América do Norte, no tocante à instituição citada, “que ali os assuntos de intendência constituíam sempre elementos ponderáveis na consciência dos dirigentes do Exército”²⁶³.

Porém, apesar da empatia demonstrada por alguns militares brasileiros que voltavam de cursos nos Estados Unidos, a leitura de certos artigos evidencia que a relação de determinados colaboradores do periódico com os norte-americanos não se caracterizava por uma admiração passiva, sem críticas. Do mesmo modo, estes não exaltavam um relacionamento de tutela a respeito das questões militares. Assim sendo, mesmo a transição de um modelo militar francês para outro estadunidense não se via como consenso em meados de 1942, período, porém, em que o contato entre os

²⁵⁹ MOLLER, Cap. Floriano. *Op. cit.* p. 133.

²⁶⁰ MOLLER, Cap. Floriano. *Op. cit.* p. 133.

²⁶¹ MOLLER, Cap. Floriano. *Op. cit.* p. 133.

²⁶² SOUZA, Cap. Álvaro de. Serviço de intendência no exército dos Estados Unidos. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 346, mar. 1943, p. 25.

²⁶³ SOUZA, Cap. Álvaro de. *Op. cit.* p. 26.

militares brasileiros e norte-americanos era restrito, porque ainda não existia um grande fluxo de oficiais brasileiros direcionando-se para os Estados Unidos para cursos de aperfeiçoamento. Em setembro do citado ano, um artigo, assinado pelo Cel. T. A. Araripe, defendia a validade da doutrina militar francesa mesmo após a invasão nazista da França.

O militar destacava que “ao em vez [sic] de proclamar apressadamente que a doutrina francesa foi a causa da derrota e levá-la ao descrédito, convém verificar lealmente se foi aplicada”²⁶⁴. O Coronel, portanto, menciona que, para aplicar a doutrina preconizada, o armamento francês era deficiente, porque “no tocante às armas anti-carros e anti-aéreas as dotações teóricas ficaram longe da realidade”²⁶⁵, na medida em que, “depois das perdas no norte, os efetivos já não correspondiam às necessidades de defesa, tal como preconizavam os Regulamentos, o que constitui uma razão para a não observância destes”²⁶⁶.

A respeito da tão questionada doutrina defensiva francesa, o militar escrevia que, “sem negar o valor da defensiva, a ofensiva é o modo de ação por excelência e o único que proporcionava resultados decisivos”²⁶⁷. Apesar disso, o Exército nunca tomou a ofensiva, no período de três de setembro de 1939 a 10 de maio de 1940. Assim sendo, a causa primordial do fracasso francês “não reside na doutrina, apesar dos erros que ela possa apresentar, e sim no fato de ter lastimavelmente faltado os meios necessários para aplicá-la, falta que longe de ser atenuada foi aumentada à medida que passavam os dias”²⁶⁸. Por fim, o autor concluía que os alemães puseram em ação, com os meios necessários, uma doutrina ofensiva e conseguiram bom êxito. Já os franceses, por sua vez, aplicaram como puderam uma doutrina defensiva adaptada, evidentemente, à sua concepção de ofensiva.

Já o artigo assinado pelo Major Ivano não economiza elogios para a doutrina militar francesa adotada pelo Exército brasileiro até então. O militar escreve que “a nossa doutrina de guerra reside nas magistras aulas que nos foram dadas pelos nossos mestres franceses”²⁶⁹. Além disso, em seu texto, pede aos militares brasileiros que acreditem, pratiquem, estudem a doutrina vigente no País, e somente depois pensem na

²⁶⁴ ARARIPE, Cel. T. A. A doutrina francesa e a guerra. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 337, set. 1942, p. 16.

²⁶⁵ ARARIPE, Cel. T. A. *Op. cit.* p. 19.

²⁶⁶ ARARIPE, Cel. T. A. *Op. cit.* p. 19.

²⁶⁷ ARARIPE, Cel. T. A. *Op. cit.* p. 19.

²⁶⁸ ARARIPE, Cel. T. A. *Op. cit.* p. 19-20.

²⁶⁹ GOMES, Maj. Ivano. Revisão da doutrina de guerra. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 337, set. 1942, p. 45.

sua revisão, que, aliás, em sua opinião, provavelmente seria uma obra “para as nossas futuras gerações”.²⁷⁰

Segundo o oficial, “parece que ainda não temos uma doutrina brasileira; a francesa, que adotamos, não foi completamente adaptada aos nossos prováveis teatros de operações, às nossas possibilidades industriais, às nossas estradas, às nossas possibilidades econômicas”²⁷¹. Por fim, o major conclui que “na América do Sul, ainda por muitos anos, parece, não se poderá pensar em guerra relâmpago e em paraquedistas; teremos sim, e tão somente, a guerra de movimento, aquela praticada na Europa durante o período de 1914-1918”.²⁷²

Porém, engana-se quem espera opiniões com o conteúdo semelhante às proferidas pelos militares Araripe e Gomes apenas daqueles oficiais sem oportunidade de frequentar os cursos e os estágios nos Estados Unidos. Logo, alguns oficiais brasileiros que tiveram oportunidade de conhecer o *american system* e expuseram suas impressões nas páginas da revista, nos anos imediatamente posteriores à Guerra, mostraram-se críticos em relação à experiência.

As representações mostradas nas páginas da revista exibem oficiais descrevendo, não exatamente surpresos, o cotidiano nas escolas militares norte-americanas, nada nem próximo do entusiasmo de Carmen Miranda quando voltou de uma temporada em terras estadunidenses²⁷³. Talvez mais movidos pelo nacionalismo que pelas condições reais do Exército nacional, o fato é que esses militares brasileiros não pareciam tão encantados pela opulência da sociedade e dos valores norte-americanos, nem muito admirados pelos saberes técnicos que lá viam.

Um artigo que demonstra as impressões na linha mencionada é o texto assinado pelo Capitão Médico Dr. Saulo Teodoro de Melo. O militar, ao analisar a organização do serviço de saúde do exército norte-americano nos locais de operações bélicas, escreve que “muitas similitudes encontraremos com as nossas organizações, afora pequenas diferenças de nome e estrutura, podendo afirmar-se que pouco existe lá que já

²⁷⁰ GOMES, Maj. Ivano. *Op. cit.* p. 45.

²⁷¹ GOMES, Maj. Ivano. *Op. cit.* p. 45.

²⁷² GOMES, Maj. Ivano. *Op. cit.* p. 45.

²⁷³ “Em 1940, um pequeno incidente ocorrido no *show business* brasileiro demonstrou que a americanização tinha de superar algumas resistências... Na noite de 15 de julho, a elite carioca que viu o *show* de Carmen Miranda no Cassino da Urca mostrou-se bastante refratária à cantora, recém chegada de Nova York... Logo no início, Carmen cumprimentou a platéia com um *Good night, people*. O público nem sequer reagiu ao inglês incorreto de Carmen... O mal estar aumentou depois que ela cantou *The South American Way...*” (TOTA, Antônio. *Op. cit.* p. 16-17).

nós, aqui no Brasil, não tenhamos ventilado e previsto, nos trabalhos de estado-maior”.²⁷⁴

Em um tom bastante semelhante, o Major José Garcia, ao comentar sobre os cursos de comando e estado maior norte-americano dos quais participou, escreveu que “bem percebem os nossos amigos que nós, oficiais do estado maior que aqui estamos, não somos novatos na arte teórica da guerra”. O militar, buscando ressaltar as habilidades dos oficiais brasileiros que em solo estadunidense estiveram para aperfeiçoamentos, afirma que “tanto isto é verdade que não demorará a comprovação em território brasileiro dos bons resultados das turmas brasileiras nos Estados Unidos”. Porém, o oficial ressalta, de forma bastante pragmática e nacionalista, que “não tem tido estas turmas, nem aquelas autoridades que recebem seus relatórios, a mesquinha preocupação de tudo copiar”, algo que na sua visão “seria desmerecer o valor de nosso estado maior”.²⁷⁵

O mesmo militar observa, no artigo citado, que “há um trabalho que precisamos ter muito cuidado para preservar”²⁷⁶, ou seja, refere-se ao trabalho desenvolvido pelo Exército brasileiro, pois, ao seu juízo, “não há segredos para nós em métodos e processos de instrução”²⁷⁷, logo, “é necessário que não contra marchemos ou mudemos o rumo, ou aceleramos a marcha apenas para nos adaptar aos processos adotados para um povo muito diferente do nosso, que empregou processos ditados por circunstâncias muito especiais”²⁷⁸.

A ideia da substituição irrestrita do modelo militar francês pelo norte-americano, inclusive nas questões técnicas, também merece ressalvas parciais a partir da leitura da revista. O Major Eduardo Gomes, ao escrever a respeito das diferenças entre ligação e transmissão, dizia que o sistema franco-brasileiro, ou seja, a ligação, encontrava-se preterida pelo sistema norte-americano, isto é, a transmissão. O militar explicava que “esta divergência de atitudes – a americana de um lado, a francesa e a brasileira de outro – tem sido interpretada desfavoravelmente em relação à importância da Ligação”²⁷⁹, pois “estudiosos do assunto admitem que o americano, levado pela sua super técnica,

²⁷⁴ MELO, Cap. Saulo Teodoro de. Organização do serviço de saúde do exército norte-americano nos teatros de operações. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 369, dez. 1945.

²⁷⁵ GARCIA, Maj. José. Os cursos de comando e estado maior americano. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 379, out. 1946, p. 28.

²⁷⁶ GARCIA, Maj. José. *Op. cit.* p. 28.

²⁷⁷ GARCIA, Maj. José. *Op. cit.* p. 28.

²⁷⁸ GARCIA, Maj. José. *Op. cit.* p. 28.

²⁷⁹ DOMINGUES, Maj. Eduardo. Transmissões e ligações. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 379, out. 1946, p. 52.

pela sua mania de especialização e pela sua incrível riqueza de meios”²⁸⁰, colocou de lado “a noção de Ligação, exaltando, em câmbio, a noção de Transmissão”²⁸¹.

O Major, no entanto, escrevia que

somos favoráveis aos dois processos de estudar o assunto: o francês – por nós também adotado no REG 84 - e que procura desenvolver, diretamente a noção de Ligação para que se sinta a sua importância e a necessidade de sua realização; e o americano – que procura assegurar indiretamente a realização da Ligação, ressaltando a importância das Transmissões²⁸².

Porém, naquilo em que os norte-americanos podiam oferecer as soluções necessárias, os artigos valorizavam o conhecimento *made in U.S.A*, dando-lhe como solução para os problemas semelhantes que o Exército brasileiro, eventualmente, enfrentaria em território nacional. O artigo assinado pelo Tenente Jarbas G. Passarinho oferece um exemplo dessa questão.

O militar cita o Tenente Coronel E. Garrison – que em relatório oficial, publicado na *Military Review*, explana sobre a artilharia japonesa na Birmânia –, e explica o fato para fazer menção a tal texto, pois “procurando encontrar soluções é que tivemos oportunidade de ler como o Corpo de Intendência do Exército dos EUA resolvera situações de uma semelhança notável com as nossas que afligiam suas tropas lutando no teatro do pacífico”²⁸³. Passarinho destaca que os uniformes das tropas norte-americanas compunham-se de “calçados, não de couro, mas com grossas solas de borracha providas de inserções metálicas para evitar escorregaduras, cano de lona, cordões de fibra de vidro”²⁸⁴, bem como destacava as bexigas de flutuação e os tipos de barracas, equipamentos que o Exército brasileiro deveria adotar para as missões na Amazônia, pois o clima da região é semelhante ao da região da Ásia citada.

Já o Major José Campos de Camargo destaca a evolução norte-americana na aviação e nos processos topográficos a partir da Guerra. O militar escreveu que “a aviação, melhor aparelhada, proporcionou grande evolução nos processos cartográficos”. Assim sendo, “permitiu, mesmo horas depois de ser sobrevoada

²⁸⁰ DOMINGUES. Maj. Eduardo. *Op. cit.* p. 52.

²⁸¹ DOMINGUES. Maj. Eduardo. *Op. cit.* p. 52.

²⁸² DOMINGUES. Maj. Eduardo. *Op. cit.* p. 52.

²⁸³ PASSARINHO. Ten. Jarbas G. Considerações em torno de exercícios de combinação de armas na Amazônia. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 379, out. 1946, p. 83.

²⁸⁴ PASSARINHO. Ten. Jarbas G. *Op. cit.* p. 84.

determinada zona, se dispor de um documento fotográfico apto à montagem de qualquer operação militar”. Ainda observa o oficial, em tom altamente entusiasmado, que “não parou aí a engenhosidade norte-americana”²⁸⁵, pois “conseguiram os *yankees* muito mais”, logo, “chegaram a realizar, em escalas convenientes, planos de relevos que devem ser ressaltados porque dão resultados satisfatórios em qualquer terreno ou situação em que forem empregados”.²⁸⁶

Num artigo de janeiro de 1945, o Major R.D. propõe um resumo da organização da Divisão de Infantaria (D. I.) americana com o intuito de promover uma comparação entre as semelhanças e as diferenças que apresenta em relação apenas à D.I. brasileira territorial, “pois a D.I. de ultramar é mui análoga à americana”²⁸⁷. Além disso, o militar explica que a divisão de infantaria do Exército compõe-se, do ponto de vista pessoal, de três elementos essenciais a qualquer unidade, são eles: de comando, da tropa, dos serviços. Depois, o oficial apresenta a hierarquia da graduação dos praças no Exército norte-americano, que se organiza a partir dos seguintes postos: *master sargent, first sargent, technical sargent, staff sargent, technician grade 3, 4, 5, private, first class, private*. Para finalizar, o autor encerrava o texto com um sugestivo “*shake-hands*”.²⁸⁸

Outros artigos também ressaltam os exemplos que o Exército poderia fornecer ao seu par brasileiro. Nos idos de 1944, o Cap. Welt Ribeiro²⁸⁹ julgava útil a tradução das diretivas de Instrução organizadas pelo Comando Geral das Forças Terrestres dos Estados Unidos, tanto pela matéria tratada, de interesse na conjuntura da época, bem como pelo método de exposição dos assuntos, tratados minuciosamente, evidenciando-se o alto grau de organização da instrução no exército norte-americano.

Em outro artigo, o Cel. Hugo de Sá Campelo Filho comentava que, a partir da leitura de “regulamentos do Exército dos Estados Unidos da América do Norte, de lá trazidos por companheiros que tiveram a oportunidade de nele realizarem estágios, e, em conversa sobre o assunto”, concluía pela necessidade do Exército brasileiro também possuir *sub-calibes*. Nas linhas seguintes o militar explica que os americanos chamam de *sub-calibes* “a um conjunto constituído, em essência, de um cano de fuzil de cal 22, um 30, convenientemente adaptado no interior do cano de canhão 37 mm, contra carro,

²⁸⁵ CAMARGO, Maj. José Campos de. A topografia e a Segunda Guerra Mundial. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 379, out. 1946, p. 88.

²⁸⁶ CAMARGO, Maj. José Campos de. *Op. cit.* p. 88.

²⁸⁷ R.D. Major. A D.I. norte-americana: subsídios para a organização de futura D.I. brasileira. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 368, jan. 1945, p. 33-34.

²⁸⁸ R.D. Major. *Op. cit.* p. 36-37.

²⁸⁹ RIBEIRO, Cap. Welt. Ataques à baixa altura. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 356, jan. 1944, p. 97.

dispondo ainda de um mecanismo de disparo da citada arma”²⁹⁰. No mesmo volume da revista, o mesmo armamento mereceu destaque em outro texto, este, por sua vez, uma tradução do *The Field Artillery Journal*, chamada “O redutor para o tiro de instrução do canhão de 37 mm”.²⁹¹

Em resumo, o conteúdo das páginas da revista mostra a expectativa do conselho editorial em relação aos Estados Unidos, baseando-se, para tanto, na concepção de que a parceria com o “grande irmão do norte” traria substanciais ganhos ao Exército brasileiro. Além disso, os textos ressaltam a novidade que os armamentos e a doutrina norte-americana significavam para os militares nacionais, pois a revista, nas suas páginas, procurava atualizar os seus leitores sobre as inovações estadunidenses no campo da guerra.

Deve-se mencionar, ainda, o uso de bibliografias em inglês como base para vários artigos contidos no periódico ao longo do recorte temporal analisado, assim como as descrições de material bélico estadunidense contidas nas páginas d’*A Defesa Nacional*. No contexto da Guerra, a mudança de atitude em relação aos países do Eixo também aparece de forma destacada, pois o conteúdo de alguns artigos, os mais panfletários, pelo menos, deixa claro que, sejam quais forem as inovações de guerra que o Eixo pudesse lançar “contra as forças da liberdade, está fora de dúvida que o Tio Sam também possui algumas surpresas de sua parte, prontas para entrar em ação”.²⁹²

Além disso, os textos que descreviam o cotidiano das escolas militares norte-americanas, redigidos por oficiais brasileiros ou traduzidos de periódicos norte-americanos, mostram uma variedade de opiniões, que oscilam entre a admiração e a crítica, aparecendo, dessa forma, uma concepção pragmática, pelo menos por parte dos oficiais brasileiros, na avaliação das experiências nas intuições de ensino estadunidenses. Assim, a *americanização* do Exército brasileiro nas páginas da revista tinha concluído sua primeira etapa, porém, resta analisar, a partir de agora, a influência militar norte-americana nos anos iniciais da Guerra Fria n’*A Defesa Nacional*.

²⁹⁰ CAMPELO FILHO, Cel. Hugo de Sampaio. O tubo redutor para tiro de instrução de canhão 37 mm contra carro. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 361, jul. 1944, p. 91.

²⁹¹ PEREIRA, Cel. Armando. O redutor para o tiro de instrução do canhão de 37 mm. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 361, jul. 1944, p. 86.

²⁹² LIMA, Victor José. Novos armamentos do eixo. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 334, jun. 1942, p. 36.

3 NA CONTRAMÃO DO ITAMARATY: A COOPERAÇÃO MILITAR BRASIL- ESTADOS UNIDOS NO INÍCIO DA GUERRA FRIA

3.1 Considerações iniciais: e fez-se a Guerra Fria

A história das relações internacionais da segunda metade do século XX apresentou como seus principais condicionantes os resultados da Segunda Guerra Mundial. Após seis anos de batalhas e milhões de litros de sangue derramados, os Aliados venceram o Eixo, e o mundo assistiu à formação de uma nova ordem mundial. Porém, no contexto do imediato pós-guerra, um voo pelo céu europeu mostraria, lá do alto, as principais cidades europeias destruídas, assim como uma excursão via terra pelas ruas da porção euroasiática do planeta escancararia o maior nível de sofrimento que a espécie humana consegue suportar.

Naquele contexto, caso Marco Pólo tivesse que descrever Londres, Paris, Varsóvia ou Hiroshima ao imperador Kublai Khan, no imediato pós-guerra, nem mesmo a imaginação de Ítalo Calvino²⁹³ conseguiria encontrar alguma beleza naqueles lugares arrasados pelos sucessivos anos de conflitos, transformados em toneladas de ferros retorcidos. Contudo, um otimista, comparando tal momento com períodos anteriores, como, por exemplo, o pós-Primeira Guerra Mundial, argumentaria que o horizonte da política internacional vislumbrado parecia mais promissor, com um rastro de esperança que, eventualmente, conduziria a um, no mínimo razoável, entendimento entre as potências.

Realmente, se nos tempos em que se decidiam os rumos das relações internacionais no Palácio de Versalhes, os estadistas e diplomatas não mostraram a lucidez necessária para promover um arranjo considerável de interesses, o mundo pós-1945 não merece que se diga o mesmo. A política internacional, após a vitória sobre Eixo, trouxe algumas soluções, sobretudo, para os países desenvolvidos, a respeito de problemas que quase levaram à aniquilação humana em décadas anteriores.

²⁹³ Ver CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. 12. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

A integração dos ex-inimigos dos Aliados à economia capitalista demonstrou que a atitude da diplomacia internacional, liderada pelos norte-americanos, passou longe da atitude predatória, sobretudo francesa, em relação aos alemães na Conferência de Versalhes (1919)²⁹⁴. Porém, contrariando otimistas e idealistas de toda espécie, isso não representou o início de um período de paz, pois um novo conflito configurava-se no cenário internacional, a Guerra Fria (1947-1991).

Nem bem foram encerradas as conversações de paz após a rendição dos países do Eixo, Estados Unidos e União Soviética, os grandes inimigos durante os anos da Guerra Fria, começaram uma série de desentendimentos a respeito de suas áreas de influência na nova ordem mundial. Ambos os países, através de pressão político-militar, bem como pelo auxílio econômico e pela atração cultural, arregimentaram o maior número de países possíveis para as suas causas. Logo, grosso modo, o mundo dividiu-se, pelo menos inicialmente, em dois campos antagônicos, pois de um lado tinha-se a parte, conforme a visão norte-americana, do *mundo livre*, ou seja, os Estados Unidos e seus aliados; de outro, por sua vez, achavam-se as *forças anti-imperialistas*, isto é, a União Soviética e os demais países do seu lado da Cortina de Ferro.

Apesar das *boas intenções* de ambas as superpotências, na prática, tanto americanos como soviéticos utilizaram-se de políticas expansionistas para consolidarem, respectivamente, o capitalismo e o socialismo real. Entretanto, sabe-se que os dois inimigos nunca chegaram às vias de fato, aliás, uma das explicações para tanto se relaciona ao equilíbrio do terror estabelecido ao longo dos anos pelos arsenais nucleares de ambos. Contudo, o fato de norte-americanos e soviéticos não transformarem a humanidade numa massa amorfa e radioativa não impediu que a Guerra Fria dominasse os principais temas e discussões das relações internacionais por mais de quatro décadas.

Compreende-se a Guerra Fria como um *conflito intersistêmico*²⁹⁵, caracterizado pela rivalidade leste-oeste como um produto do embate entre dois sistemas sociais distintos, envolvendo uma dinâmica competitiva e universalizadora. Dentro dessa

²⁹⁴ Ver ARARIPE, Luís de Alencar. Tratado de Versalhes (1919). In: MAGNOLI, Demétrio. *História da paz*. São Paulo: Contexto, 2008.

²⁹⁵ “O conflito intersistêmico é uma forma específica de conflito interestatal e intersocietal, no qual formas convencionais de rivalidade – a militar, a econômica e a política – são compostas por, e freqüentemente legitimadas em termos de uma total divergência de normas políticas e sociais. As formas convencionais de competição, incluindo a guerra, podem desempenhar um papel, mas a competição de valores é igualmente importante, e pode, repetidas vezes, ser a principal dimensão em que um lado do conflito prevalece sobre outro”. HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 187.

lógica, a Guerra Fria somente chegaria ao seu final a partir do momento em que um bloco prevalecesse sobre o outro. A Guerra Fria, acima de tudo, caracterizou-se como um produto da heterogeneidade no sistema internacional e somente poderia encerrar-se pela obtenção de uma nova homogeneidade. Portanto, de acordo com Fred Halliday, o conflito entre americanos e soviéticos “não poderia terminar com compromisso ou convergência, mas somente com a prevalência de um desses sistemas sobre o outro”²⁹⁶.

Ainda, a Guerra Fria envolveu uma preparação militar e gastos econômicos no setor bélico numa escala sem precedentes na história, com a presença de milhares de soldados norte-americanos na parte ocidental e central do Velho Continente, assim como um similar número de soldados soviéticos servindo no lado oriental europeu. Além disso, a corrida armamentista entre as duas superpotências aumentou significativamente o desenvolvimento de armamentos e outros equipamentos para uso militar, dando capacidade ímpar de destruição a Moscou e a Washington. Os casos das criações das bombas de hidrogênio, das bombas intercontinentais, dos mísseis balísticos, dos submarinos nucleares e dos satélites de espionagem²⁹⁷ ilustram o salto dado pela indústria bélica no período em questão.

Esse mundo de orçamentos militares gigantescos e disputas ideológicas acirradas formou-se a partir da combinação de três fatores. Num primeiro momento, a Segunda Guerra Mundial fechou as cortinas, pelo menos no século XX, para a Europa como principal protagonista das relações internacionais, representando um profundo declínio político-econômico, sem chances de recuperação imediata, e que criava um vácuo de poder político dentro do Continente e em outras regiões do planeta. Desse modo, numa conjuntura formada pela fragmentação dos impérios coloniais inglês e francês, processo apoiado tanto pelos americanos como pelos soviéticos, o surgimento de novos atores e temas, que começaram a inserir-se no cenário internacional, promoveu alterações no diálogo e na estrutura de poder mundial à época.

Como segundo elemento, a definição da nova ordem internacional relacionava-se à situação dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, pois nenhum outro país beneficiou-se tanto do conflito como o *Grande Irmão do Norte* dos brasileiros. Nesse contexto, os Estados Unidos detinham vantagens nunca obtidas por outra potência no plano político-militar, pois os americanos não apenas dominavam os mares, como

²⁹⁶ HALLIDAY, Fred. *Op. cit.* p. 192.

²⁹⁷ A respeito da Guerra Fria e os avanços na indústria bélica, ver: TOWLE, Philip. Cold war. In: TOWNSHEND, Charles (Org.) *The oxford history of modern war*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 158-176.

também possuíam bases aéreas, navais e exércitos em todos os continentes; além disso, possuíam a bomba atômica e uma aviação estratégica capaz de atingir quase todas as áreas do planeta²⁹⁸.

A Casa Branca, no plano econômico, impôs o dólar como moeda do comércio internacional ao conjunto do mundo capitalista na Conferência de Bretton Woods (1944) e liderou a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), instituições fomentadoras do multilateralismo econômico, o qual constituía “uma necessidade que se impunha aos norte-americanos diante da iminência de crise da produção industrial e da recessão que elevava a população de desempregados de cerca de 2,5 milhões para 8 milhões desde o final de 1945”.²⁹⁹

A partir do sucesso estadunidense na Conferência de Bretton Woods, que levou à criação das referidas instituições internacionais multilaterais econômicas, “os Estados Unidos passavam a regular e dominar os investimentos e o intercâmbio de mercadorias em escala planetária”³⁰⁰. Além disso, a hegemonia norte-americana consubstanciou-se, também, no plano diplomático, através da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), que procurou instrumentalizar nos aspectos “jurídico, político e ideológico o internacionalismo necessário à construção de um sistema mundial calcado no livre fluxo de mercadorias e capitais”.³⁰¹

Por fim, apesar das enormes perdas econômicas e demográficas geradas nos anos da Segunda Guerra Mundial, a União Soviética emergiu, ao lado dos Estados Unidos, como uma superpotência internacional, aliás, também favorecida pelo declínio europeu. Assim sendo, os soviéticos reafirmaram sua influência no leste da Europa por meio de acordos que estabeleciam como princípio fundamental que os países limítrofes com a pátria do comunismo no Velho Continente não possuiriam governos anti-soviéticos³⁰².

Nesse cenário, portanto, o segundo pós-guerra apresenta, lado a lado, dois sistemas políticos e econômicos, capitalismo e socialismo, numa rivalidade que acrescenta aos aspectos econômicos e militares a dimensão ideológica. Dessa forma, os

²⁹⁸ Ver VIZENTINI, Paulo Fagundes. A guerra fria (1947-1987): conflito ou sistema? *História: debates e tendências*. Passo Fundo, n. 6, jul. 2006. p. 9-38.

²⁹⁹ SARAIVA, José Flávio Sombra. Dois gigantes e um condomínio: da guerra fria à coexistência pacífica (1947-1968). In: _____. (Org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 199.

³⁰⁰ VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Op. cit.* p. 11.

³⁰¹ VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Op. cit.* p. 11.

³⁰² Ver WAACK, William. Conferências de Yalta e Postdam. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História da paz*. São Paulo: Contexto, 2008.

elementos para o início da Guerra Fria encontravam-se presentes, tratando-se apenas de uma questão de tempo para a declaração formal das hostilidades entre ambos os países, o que, de fato, não demorou a acontecer, como a Doutrina Truman e o Plano Marshall mostrariam mais tarde.

3.2 Os Estados Unidos e a Guerra Fria

Depois de milhares de vidas perdidas e alguns por centos a mais no crescimento econômico, os Estados Unidos acabaram a Segunda Guerra Mundial como a principal potência do mundo. Logo, manter o desempenho econômico do país nos anos posteriores à guerra consistia num dos desafios que o governo estadunidense tinha pela frente na nova ordem mundial que se configurou a partir daquele momento. Nesse contexto, a Guerra Fria significou, pelos menos inicialmente, uma maneira de manter seu impulso desenvolvimentista iniciado nos anos da Segunda Guerra Mundial. Tratou-se, assim, de um período em que os norte-americanos colocaram “seu imenso poderio econômico e militar a serviço de objetivos mundiais hegemônicos”.³⁰³

Para tanto, os Estados Unidos tinham que movimentar-se num cenário composto de tendências socialistas/comunistas nos movimentos antifascistas europeus, as quais conferiram força a uma esquerda que, em sua maioria, opunha-se à penetração norte-americana em seus países. Além disso, os americanos enfrentavam a existência de vias nacionais autônomas tanto no Oeste quanto no Leste da Europa, assim como, internamente, presenciavam o movimento operário aumentando sua influência. Tais questões representavam um verdadeiro obstáculo à consolidação do projeto de poder global elaborado pela Casa Branca³⁰⁴.

Assim sendo, os Estados Unidos, para tornarem-se bem-sucedidos nas suas pretensões internacionais, precisavam conciliar a sua capacidade de exercer o multilateralismo econômico com a vontade de construção de uma grande área sob influência dos valores do capitalismo. Partindo daí, a consolidação da hegemonia norte-americana no mundo não consistiu numa meta exclusivamente ideológica, pois algumas das

³⁰³ AYERBE, Luís. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002. p. 65.

³⁰⁴ Ver VIZENTINI, Paulo. *Op. cit.* p. 9-38.

forças mais profundas que alimentaram a Guerra Fria, do lado dos Estados Unidos, foram constituídas no ambiente econômico. A política industrial e financeira do gigante associava-se à luta do anticomunismo, ingrediente fundamental na preleção doméstica da Guerra Fria nos Estados Unidos³⁰⁵.

À medida que se passou a desenhar a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, nos Estados Unidos começou a ganhar corpo a tese de que a economia de guerra deveria tornar-se permanente, mesmo que, naquele momento, a única ameaça real fosse um Eixo praticamente sem forças. Então, nesse contexto, surgiu uma Associação Industrial de Segurança Nacional (AISN), “que deveria garantir a permanência, em tempos de paz, da organização militar-industrial estruturada durante a guerra, para que a América estivesse sempre adequadamente preparada e defendida”³⁰⁶.

A percepção do confronto global com a União Soviética introduziu um mecanismo de aceitação, por parte de diversos setores da sociedade estadunidense, de uma espécie de permanente estado de guerra. Dessa forma, “a estrutura produtiva assentada sobre o complexo militar-industrial beneficiou-se sensivelmente do clima de Guerra Fria, marcando profundamente a própria política externa dos Estados Unidos”³⁰⁷. A vinculação dessa estrutura produtiva com a política externa americana manifestava-se na pressão que os setores envolvidos no complexo militar-industrial realizavam no aumento de uma política de portas abertas, bem como no interesse de que o desenvolvimento dos países periféricos ocorresse de maneira complementar e subordinada aos Estados Unidos. Portanto,

seja como fato conjuntural, seja como tendência geral, é inegável que a produção de armas e de material bélico para as próprias Forças Armadas e para as exportações atingiu enormes proporções nos Estados Unidos e converteu-se num fenômeno permanente dentro da sua estrutura econômica. O conhecimento científico e o avanço tecnológico produzidos pela pesquisa vinculada à indústria bélica e à corrida armamentista geraram enormes lucros, que se alastraram por toda a economia à medida que eram incorporados à indústria civil, produzindo benefícios na qualidade de oferta de consumo do cotidiano da população³⁰⁸.

³⁰⁵ SARAIVA, José Flávio Sombra. *Op. cit.* p. 200.

³⁰⁶ PADRÓS, Enrique Serra. O complexo militar-industrial dos Estados Unidos: fator de reordenamento do pós-segunda guerra. *História: debates e tendências*. Passo Fundo, n. 6, jul. 2006. p. 58.

³⁰⁷ PADRÓS, Enrique Serra. *Op. cit.* p. 59.

³⁰⁸ PADRÓS, Enrique Serra. *Op. cit.* p. 59.

A Guerra Fria, por conseguinte, permitia aos Estados Unidos manter o controle político e a primazia econômica tanto sobre seus aliados industriais europeus como sobre a periferia subdesenvolvida, isto é, a América Latina e a Ásia, assim como por meio dos aliados do Velho Continente na África e no Oriente Médio. Ao manipular a ideia de uma ameaça externa, os Estados Unidos obtinham a unidade do mundo capitalista e orientavam-na contra a União Soviética e os movimentos de esquerda e nacionalistas, tanto metropolitanos como coloniais emergidos no pós-guerra.

A partir daí, a administração do presidente norte-americano Henry Truman (1945-1953), no que se refere à Europa, passou a trabalhar na estruturação de um mercado europeu rentável para as finanças e comércio privado dos Estados Unidos. Sendo assim, isso permitiria aos estadunidenses lançarem os fundamentos materiais necessários ao desencadeamento da luta contra as tendências políticas opostas aos seus interesses, ou seja, o comunismo soviético. Em 1947, portanto, a diplomacia estadunidense formalizou a implementação da política de contenção ao comunismo soviético, pois, com a Doutrina Truman e o Plano Marshall, tinha-se estruturado os marcos iniciais formais da Guerra Fria.

A Doutrina Truman, que, aliás, tornou-se a lógica motriz das ações da política externa norte-americana nos anos seguintes da Segunda Guerra Mundial, partia do princípio que os Estados Unidos tinham a obrigação moral de auxiliar os *povos livres* que fossem ameaçados pela agressão comunista de procedência externa e de parcelas internas armadas ou não. Logo, entende-se a Doutrina Truman “como produto da percepção da incompatibilidade, mas também como resultado de confrontos de interesses reais entre as duas superpotências que, de fato, haviam se tornado os dois pólos principais do sistema depois da Segunda Guerra Mundial”³⁰⁹.

O Plano Marshall, por sua vez, concedia empréstimos a juros baixos aos governos europeus para que adquirissem mercadorias dos Estados Unidos. Dessa forma, a Europa, depois da Segunda Guerra Mundial, reergueu-se com a ajuda norte-americana. Segundo Antonio Tota, o Plano Marshall e seu “investimento de US\$ 13,3 bilhões lançou os Estados Unidos à hegemonia econômica mundial”³¹⁰, provocando “uma prosperidade interna quase sem igual, estimulando o investimento, a produção e a

³⁰⁹ PECEQUILO, Cristina. *Op. cit.* p. 141.

³¹⁰ TOTA, Antonio Pedro. *Os americanos*. Rio de Janeiro: Contexto, 2009. p. 178.

criação de empregos”³¹¹. Para os países europeus, porém, o custo político da aceitação do Plano Marshall tinha um valor bastante elevado, pois “as nações beneficiárias deveriam abrir suas economias aos investimentos norte-americanos, o que, no caso das economias fracas, como as do leste, representava o abandono de parte da soberania desses países”³¹².

A partir da Doutrina Truman e do Plano Marshall, portanto, os Estados Unidos passaram de um extremo a outro, ou seja, saíram do isolacionismo dos tempos pós-Primeira Guerra Mundial e adotaram uma conduta voltada ao internacionalismo, patrocinando uma política sistemática de envolvimento sem fronteiras. Dessa maneira, com a formulação de doutrinas políticas para a contenção dos soviéticos na esfera global, os planos econômicos de reconstrução das áreas atingidas pela Segunda Guerra Mundial e consideradas vulneráveis à influência soviética, assim como a constituição de uma grande aliança militar ocidental, ou seja, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), formaram-se as partes constitutivas de um único objetivo dos Estados Unidos: “assenhorear-se de mais espaços econômicos, políticos e ideológicos no cenário do pós-guerra”³¹³.

3.3 Estados Unidos, América Latina e Guerra Fria: a situação do Brasil

Para o mundo, a contenção representou o engajamento definitivo dos Estados Unidos no sistema e um comprometimento direto com a administração de seus fluxos e condução de políticas. Nesse cenário, o Brasil e a América Latina ficaram sob as asas da águia estadunidense, pois, nitidamente, a hegemonia norte-americana nos pontos político, econômico e cultural prevaleceu no território latino-americano. Porém, se, no aspecto da cooperação econômica, Brasil e Estados Unidos tinham visões diferentes na maneira de encaminhá-la, no político, houve completo alinhamento, prolongando-se, para além do período do governo do General Eurico Gaspar Dutra (1946-1950).

A preocupação dos Estados Unidos em relação à América Latina e ao Brasil no início da Guerra Fria se concentrava, sobretudo, nas posturas nacionalistas de alguns governos e movimentos que visualizavam uma perspectiva equidistante da influência do

³¹¹ TOTA, Antonio Pedro. *Op. cit.* p. 178.

³¹² VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Op. cit.* p. 14.

³¹³ SARAIVA, José Flávio Sombra. *Op. cit.* p. 200.

país como base para qualquer política de afirmação nacional. Além disso, outra preocupação vinculava-se à “disponibilidade dos recursos naturais da região em caso de uma guerra com a União Soviética e a eventualidade de um boicote de governos, sindicatos e demais movimentos, em que a infiltração de idéias antiamericanas possa ser decisiva”³¹⁴.

Embora a América Latina estivesse inserida na mesma lógica de preocupações e prioridades da contenção, na prática, porém, a grande estratégia da Guerra Fria significou “o declínio do eixo hemisférico e um crescente desinteresse dos Estados Unidos pela região”³¹⁵, pois “na realidade nenhuma relação interamericana especial existiu seja no sentido de exclusividade ou prioridade”³¹⁶. Portanto, mesmo enquadrada no conflito bipolar, a América Latina, por sua distância dos principais teatros, estratégicos do pós-guerra, ou seja, a Europa e o Pacífico, e devido à sua condição geográfica específica, estando sob a liderança incontestável dos Estados Unidos, não foi percebida como uma área de risco ou prioritária do interesse norte-americano. Apesar disso, os Estados Unidos formaram mecanismos multilaterais na América Latina que acabaram tornando-se referência para a política externa norte-americana em outras partes do mundo, com as políticas hemisféricas reproduzindo arranjos semelhantes aos demais criados no sistema internacional, mas sem a intensidade, a criatividade e o comprometimento equivalente dos Estados Unidos, como se percebe com o TIAR e a OEA.

A respeito do primeiro, define-se como um acordo militar pelo qual os Estados Unidos e os países latino-americanos comprometiam-se a apoiar qualquer um dos signatários, em caso de ameaça armada externa. Logo, o TIAR buscava a difusão da ideia de defesa hemisférica contra a agressão externa, assim como a consolidação da liderança político-militar dos Estados Unidos sobre o conjunto do continente americano. A respeito da ideia de defesa hemisférica, destaca-se que ela “nasceu no Departamento de Estado e era a contrapartida lógica da política de boa vizinhança”³¹⁷, bem como “pressupunha processos de consulta e ação entre as repúblicas americanas; portanto, no plano militar, dever-se-ia fazer um esforço de estabelecer um conceito multilateral de defesa, a defesa hemisférica”³¹⁸.

³¹⁴ AYERBE, Luís. *Op. cit.* p. 81.

³¹⁵ PECEQUILO, Cristina. *Op. cit.* p. 217.

³¹⁶ PECEQUILO, Cristina. *Op. cit.* p. 217.

³¹⁷ MOURA, Gerson. *Op. cit.* p. 73.

³¹⁸ MOURA, Gerson. *Op. cit.* p. 73.

Além disso, o TIAR instrumentalizaria os objetivos estratégicos dos Estados Unidos para a América Latina, entenda-se, aqui, o fornecimento de matérias-primas estratégicas essenciais à manutenção da estabilidade política e segurança interna de cada nação, bem como o apoio aos estadunidenses em questões internacionais e a proteção de linhas vitais de comunicação. Dessa forma, a partir da leitura da diplomacia estadunidense à época, “a segurança nacional dos Estados Unidos passava pelo controle de todo o continente”.³¹⁹

Já a OEA, instituição com sede em Washington, “estabelecia vínculos políticos entre os países ligados militarmente pelo TIAR”³²⁰. Ainda a respeito da organização, ela converteu-se numa forma de a política pan-americanista de Washington institucionalizar-se, de forma que a função do referido organismo hemisférico, para os Estados Unidos, ligava-se à manutenção do controle estadunidense sob o continente, sobretudo no comprometimento dos países americanos com o modelo político democrático vigente no Ocidente. Também, a instituição trazia as disputas regionais para a sua esfera de competência, portanto, fora do alcance das Nações Unidas³²¹.

Para a América Latina, contudo, ambos significaram mais uma retórica de parceria nos anos iniciais da Guerra Fria do que um sinal de prioridade da região para a diplomacia norte-americana. Prova dessa tendência fornece-se pelo orçamento para a América Latina solicitado pelo Executivo ao Congresso estadunidense, pois, dos 45 milhões de dólares, apenas autorizaram 34,5 milhões de dólares. Para os primeiros quinze meses de aplicação do Plano Marshall, o presidente Truman solicitou ao Congresso 6,8 bilhões de dólares, que foram autorizados integralmente³²².

3.4. As relações militares Brasil Estados Unidos, 1946-1950

Um Brasil redemocratizado, colaborador na política latino-americana dos Estados Unidos ao longo dos anos da Segunda Guerra Mundial e com uma ficha repleta de auxílios prestados no esforço de guerra norte-americano, esperava que o pós-guerra

³¹⁹ MOURA, Gerson. *Op. cit.* p. 75.

³²⁰ VIZENTINI, Paulo. *Op. cit.* p. 46.

³²¹ Para maiores detalhes sobre o contexto hemisférico à época da formação do TIAR e da OEA, ver: MUNHOZ, Sidnei. Ecos da emergência da guerra fria no Brasil. *Revista Diálogos*, n. 6, 2004. A respeito do funcionamento da OEA, ver: SEITENFUS, Ricardo. *Manual das organizações internacionais*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

³²² Os dados se encontram em: AYERBE, Luís. *Op. cit.* p. 78.

trouxesse a inauguração de uma fase de relações especiais entre os dois aliados. Assim, no período em análise, a política externa brasileira aceitou, sem restrições, as teses econômicas defendidas na Conferência de Chapultepec, na qual a diplomacia brasileira destacava-se pelo alinhamento aos norte-americanos. Além disso, à mesma época, o governo brasileiro adotou outras medidas que aproximavam plenamente as posições do Itamaraty das defendidas pelo Departamento de Estado no cenário internacional.³²³

Nesse contexto, o governo afastava o País do bloco do Leste, como a surpreendente ruptura das relações diplomáticas com a União Soviética mostrou, já que nem mesmo Washington chegou a tal extremo naqueles anos. Dessa maneira, o rompimento das relações, ocorrido em outubro de 1946, tornou-se a culminância de um processo de deterioração das relações entre brasileiros e soviéticos. Ainda no que diz respeito ao alinhamento incondicional com os estadunidenses, houve a adoção das teses de livre comércio, vitoriosas em Bretton Woods. Igualmente,

fizeram-se esforços para acomodar os ideais de pan-americanismo ao quadro maior da nova mensagem do poder hegemônico, a saber, o discurso do “mundo livre” ou “civilização ocidental”, ao mesmo tempo em que estadistas, políticos e militares brasileiros assimilavam rapidamente a linguagem do “perigo amarelo”, “perigo asiático”, “cortina de ferro”³²⁴.

A política exterior brasileira desse período, portanto, apenas superficialmente, fazia lembrar a política de alinhamento aos norte-americanos praticada nos últimos anos do governo Vargas no Estado Novo, quando a diplomacia pendular não encontrava mais espaço para manobras entre os dois lados do Atlântico. Dessa forma, o governo do General Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) acreditava constituir-se em um aliado privilegiado dos Estados Unidos, visão, aliás, também baseada nos pressupostos ideológicos da Escola Superior de Guerra (ESG)³²⁵, criada em 1948, tendo como modelo o *National War College* dos Estados Unidos. A ESG guiava-se por concepções

³²³ Ver HIRST, Mônica. *Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

³²⁴ MOURA, Gerson. *Op. cit.* p. 70.

³²⁵ Porém, mesmo nas negociações para a instalação da ESG, realizada entre militares brasileiros e norte-americanos, existiram divergências. Para mais detalhes, ver: DAVIS, Sonny. *A brotherhood of arms: Brazil–United States military relations, 1945-1977*. Niwot: Colorado University Press, 1996. p. 93-115.

voltadas ao “binômio segurança e desenvolvimento, defendendo para o país um projeto econômico de capitalismo associado internacionalmente”³²⁶.

Nesse quadro de fantasia, no qual o governo Dutra julgava-se um aliado privilegiado dos norte-americanos, a diplomacia nacional convenceu-se que o Brasil deveria manter laços especiais com o mundo ocidental, tendo em vista a possibilidade de um conflito generalizado, ou seja, uma possível terceira guerra mundial. Assim sendo,

esperava-se que esse alinhamento aos Estados Unidos daria ao país algumas vantagens especiais: 1) a manutenção de sua superioridade militar no conjunto da América do Sul, advinda da participação na guerra; 2) participação plena nas conversações de paz do pós-guerra e na construção de uma nova ordem internacional.³²⁷

Logo, a combinação de combate ao comunismo internacional, oriunda das preocupações criadas pela orientação ideológica do governo Dutra com a ordem interna, com o alinhamento à política internacional estadunidense constituiu “a linha mestra da política externa brasileira no pós-guerra, seguida de modo absolutamente consistente de 1946 a 1950”³²⁸. Contudo, na prática, nos anos do governo Dutra, não existiu a contrapartida estadunidense pelo empenho brasileiro em colaborar com seu aliado.

De fato, o interesse norte-americano pela América Latina e, sobretudo, pelo Brasil apenas despertaria na conjuntura política que ensejou a Operação Pan-americana, portanto, já nos anos da presidência de Juscelino Kubitschek, e influenciado pela Revolução Cubana (1959), que assombrou as pretensões estadunidenses para o subcontinente latino-americano. Dessa forma, nos anos iniciais da Guerra Fria, Brasil e Estados Unidos tinham concepções diferentes sobre a cooperação para o desenvolvimento econômico. Enquanto o Rio de Janeiro insistia no caráter político da ajuda econômica bilateral, Washington, além de apresentar outras divergências, entendia que “o Brasil deveria procurar ampliar suas fontes internas de financiamento antes de pedir ajuda do governo norte-americano”³²⁹ e que, “para programas de

³²⁶ VIZENTINI, Paulo. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente, 1951-1964*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 43.

³²⁷ MOURA, Gerson. *Op. cit.* p. 59.

³²⁸ MOURA, Gerson. *Op. cit.* p. 59.

³²⁹ MALAN, Pedro Sampaio. *Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964)*. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1984. p. 63.

desenvolvimento, o interlocutor não deveria ser o governo americano, mas a instituição multilateral criada para tal fim – o Banco Mundial”.³³⁰

Nesse cenário imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, o Exército estadunidense não estendeu a cooperação com o Exército brasileiro nas mesmas bases do período do conflito. Com isso, o Departamento de Guerra deixava explícita a sua rejeição sumária à intenção brasileira de consolidar-se como potência dominante na América do Sul com auxílio dos Estados Unidos. Porém, apesar de tal fato, a partir do exposto por Sonny Davis, destaca-se que um ambicioso plano indicava que uma parcela significativa dos militares americanos continuaram incentivadores de um auxílio mais substancial no processo de modernização do Exército brasileiro. Entretanto, o projeto sofreu forte oposição do Departamento de Estado, especialmente do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Adolf Berle.³³¹

Além disso, mudanças nos rumos da política dos Estados Unidos para a América Latina afetaram o bilateralismo e, conseqüentemente, a transferência de armas defendidas pelos militares estadunidenses aos seus pares brasileiros. A partir da invasão da Normandia (1944), a influência dos militares sobre a política externa dos Estados Unidos diminuiu, ao passo que o Departamento de Estado aumentou a sua capacidade de influência perante a presidência norte-americana. Outro aspecto importante para tal mudança na visão estadunidense da relação com os brasileiros relaciona-se à perda de poder de Summer Welles, expoente da defesa da ajuda ao Brasil, para o secretário de estado Cordell Hull, que favorecia a política do internacionalismo e da defesa hemisférica coletiva para as Américas.³³²

Portanto, em lugar de manter o enfoque bilateral que agradava aos brasileiros, Washington escolheu uma abordagem multilateral nas relações militares com a América Latina. Os militares brasileiros, entretanto, preferiam a continuidade de uma cooperação bilateral, logo, mostravam-se contrários aos planos de defesa hemisféricos, pois temiam que a articulação de planos de defesa coletivos trouxesse uma partilha dos recursos militares norte-americanos para o continente entre o Brasil e os demais países latino-americanos.

Equivocadamente, os militares brasileiros, num primeiro momento, imaginavam que a posição estratégica do Brasil no continente tornava-se suficiente para justificar

³³⁰ MALAN, Pedro Sampaio. *Op. cit.* p. 63.

³³¹ DAVIS, Sonny. *Op. cit.* p. 47.

³³² Ver DAVIS, Sonny. *Op. cit.* p. 42- 69.

suas pretensões à hegemonia sul-americana, como também para limitar o acesso da Argentina aos benefícios da assistência militar dos Estados Unidos, um ledô engano, como os anos iniciais da guerra fria mostrariam ao País.

Um dos pontos mais relevantes que levou à revisão das relações militares entre o Rio de Janeiro e Washington, nos idos da década de 1940, diz respeito à aproximação Estados Unidos-Argentina³³³. Para fazer frente ao aumento da instabilidade internacional provocada pela Guerra Fria, a Casa Branca procurou uma melhor relação com Buenos Aires; atitude que se explica pelo fato de o governo estadunidense considerar à época o Estreito de Magalhães um ponto estratégico no caso de um eventual conflito com a União Soviética, o qual, possivelmente, tornaria inoperante o Canal do Panamá. A partir disso, a cooperação argentina tornava-se necessária para manter aberta uma rota marítima pelo sul, em caso do início de uma guerra. A obtenção do referido objetivo passava, obrigatoriamente, pela construção de um entendimento diplomático-militar com a Argentina. Além disso, a aproximação de Washington com Buenos Aires ainda poderia significar a diminuição das resistências argentinas à política externa norte-americana no âmbito da ONU e da OEA.

A preocupação estadunidense com o governo argentino explica-se pelo fato de o presidente argentino Juan Domingo Perón, em 1947, ter inaugurado a chamada Terceira Posição, uma política externa que não alinhava a Argentina de imediato aos Estados Unidos nem à União Soviética³³⁴. Nesse cenário, inevitavelmente, o desdobramento da Guerra Fria na América do Sul tendeu a separar profundamente o nacionalismo da política externa argentina do alinhamento com a diplomacia norte-americana.

A respeito de Perón e sua Terceira Posição, ressalta-se que algo em torno de “120 tratados internacionais foram firmados pela Argentina entre 1946 e 1950, sendo os principais com quase todas as nações sul-americanas”³³⁵. Logo, com um corte nitidamente latino-americano, tal política externa “muitas vezes objetivou a construção de um bloco econômico na América do Sul que pudesse atenuar as desvantagens das trocas comerciais, tanto em relação aos Estados Unidos quanto ao mercado mundial”³³⁶. De fato, a Argentina encontrava-se no período áureo de sua política externa independente, ou seja, o país tornava-se capaz “de gerar vetores de discussão própria

³³³ Para esta questão, ver: DAVIS, Sony. Brazil-United States military relations in the early post-World War II Era. In: *Revista Diálogos*. Maringá, vol. 6, n. 1, 2004.

³³⁴ Ver CAVLAK, Iuri. As relações entre Brasil e Argentina no início da guerra fria. In: *História: debates e tendências*. Passo Fundo, vol. 1, n. 1, 1999.

³³⁵ CAVLAK, Iuri. *Op. cit.* p. 83.

³³⁶ CAVLAK, Iuri. *Op. cit.* p. 83.

aos seus interesses e não apenas esperar que os Estados Unidos”³³⁷ apresentassem sua agenda para a região.

Assim, o Brasil passou a temer a aproximação norte-americana com a Argentina porque via a possibilidade de perder a parceria privilegiada e o apoio político dos Estados Unidos para resolução dos problemas dentro da órbita de influência brasileira no continente sul-americano. Os militares estadunidenses reconheciam que os brasileiros não enxergavam com bons olhos a aproximação com Buenos Aires, mas pensavam que poderiam convencê-los da necessidade de cooperação com a Argentina.

No início de 1947, um relatório da inteligência estadunidense afirmava que os soviéticos tinham oferecido treinamento e tecnologia militar aos argentinos, fato que se transformou na força motriz de uma virada na forma como Washington abordava as relações com Buenos Aires. Um tempo depois, o Departamento de Estado enviou Willis Crittberg para a capital argentina com a missão de discutir a possibilidade de ajuda militar com os líderes daquele país. Depois disso, o ministro argentino da guerra, General José Humberto Sora Molina, viajou para Washington após a Conferência de Bogotá para debater sobre a colaboração militar com os estadunidenses. Nesse quadro, Kenneth Royall, secretário da guerra, prometeu a Sora Molina que os Estados Unidos venderiam para a Argentina uma grande quantidade de armas, munições e outros produtos militares, bem como pediu vagas adicionais nas escolas das Forças Armadas norte-americanas para oficiais argentinos ³³⁸. Sendo assim, “United-States-Argentine rapprochement stunned the Brazilians and helped spur their move to a less emotional and more pragmatic diplomacy”.³³⁹

Outro ponto importante para a compreensão do distanciamento que se abateu nas relações militares Brasil-Estados Unidos no início da Guerra Fria vincula-se a aspectos internos da política norte-americana. Com a morte de Franklin Roosevelt e o início do mandato de Henry Truman, pairavam dúvidas a respeito da condução da política externa estadunidense. Conforme Vagner Alves, Truman não tinha conhecimento nem força política suficiente para impor imediatamente marca própria à política externa norte-americana. Nesse contexto, surgiram dúvidas acerca do cumprimento dos compromissos firmados pelos Estados Unidos nos anos de guerra. Na ausência de uma orientação presidencial sobre o assunto, a questão dependia da vontade das organizações estatais

³³⁷ CAVLAK, Iuri. *Op. cit.* p. 97.

³³⁸ DAVIS, Sonny. *Op. cit.* p. 77.

³³⁹ DAVIS, Sonny. *Op. cit.* p. 78.

norte-americanas, que tinham poder decisório para isso³⁴⁰. Porém, observa-se que tais organizações apresentavam posições divergentes, cujo antagonismo gerou incertezas na condução da política externa norte-americana para a região.

No geral, os militares queriam cumprir o acordado, para o que apresentavam, basicamente, duas razões. Primeiramente, os militares norte-americanos buscavam agradar a seus pares latino-americanos, atores importantes nos processos decisórios dos seus países. Depois, queriam a padronização dos equipamentos militares em toda a América Latina, de maneira a garantir mercados e influência militar para os Estados Unidos na região, evitando, assim, qualquer infiltração europeia no subcontinente latino-americano. Conforme Sonny Davis,

In defense of the program the armed forces chiefs repeated familiar arguments: the program was too important because it would speed mobilization of recipient aliens in case of war, it would provide a large reserve pool, and, perhaps most important, it would forestall other interested nations from furnishing equipment.³⁴¹

Especificamente a respeito da importância do Brasil nessa estratégia defendida pelos militares estadunidenses, o brasilianista comenta que “not only was Brazil the closest military ally in the region, but it also the focus of the major threat to standardization and therefore to U.S. military pre-eminence.”³⁴²

Todavia, o Departamento de Estado não enxergava a questão da mesma forma, pois os diplomatas norte-americanos enfatizavam os custos que a transferência de armas poderia representar para Washington. Em termos econômicos, a simples manutenção de grandes forças militares podia comprometer seriamente as finanças dos países receptores, o que por certo afetaria as relações dos Estados Unidos com os países da região. Também, existia a preocupação a respeito do uso que os militares latino-americanos podiam fazer do armamento. Logo, receios sobre possíveis agressões contra países vizinhos e golpes militares tornaram-se argumentos para o não cumprimento do acordado pelos estadunidenses com os países latino-americanos. Nesse cenário, a Casa Branca não cumpriu os acordos da época da guerra, pois, em última instância, “o

³⁴⁰ Ver ALVES, Vagner Camilo. Ilusões desfeitas: a “aliança especial” Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, Instituto brasileiro de relações internacionais, jan./jun. 2005.

³⁴¹ DAVIS, Sonny. *Op. cit.* p. 74.

³⁴² DAVIS, Sonny. *Op. cit.* p. 74.

Departamento de Estado acabou exercendo um poder de veto sobre a questão naquele momento”.³⁴³

Mesmo assim, no entanto, a partir de 1946, ocorreram várias reformas no Exército brasileiro, cuja organização, treinamento e armamento foram ajustando-se ao modelo norte-americano. Desse modo, criou-se um Estado Maior das Forças Armadas, reorganizou-se o Ministério da Guerra e instituiu-se a Escola Superior de Guerra – tudo dentro dos moldes estadunidenses. Ainda, “as noções de defesa hemisférica e defesa nacional foram gradativamente dando lugar às noções de segurança hemisférica e ‘segurança nacional’, nos quadros de referência ideológica da Guerra Fria e teriam forte influência no futuro militar e político do país”.

A partir da implementação formal da Doutrina Truman (1947), os Estados Unidos passam a ter, explicitamente, um objetivo claro, que marcou sua política externa nas próximas quatro décadas: a contenção do comunismo soviético. Especificamente na América Latina, a Doutrina da Contenção vem acompanhada do TIAR (1947) e da OEA (1948), trazendo à tona a questão da assistência militar para a região. Nesse contexto, retirou-se boa parte dos entraves colocados pela diplomacia estadunidense em anos anteriores, pois, agora, necessitava-se armar e equipar a América Latina. Contudo, nesse momento, ainda que existisse consenso entre militares e diplomatas a respeito da necessidade de auxiliar militarmente a região, outras partes do mundo recebiam prioridade, de forma que a América Latina não se beneficiou satisfatoriamente daquela conjuntura.

Além disso, a legislação específica para auxílio militar à região, o *Interamerican Military Cooperatio Act*, não passou de letra morta nos corredores de Washington, pois outras responsabilidades assumidas pelo governo estadunidense absorveram mais recursos e vontade política em detrimento da América Latina. Ainda, os programas interinos que propiciavam a transferência de algum equipamento militar terminaram em 1948. Quando o Congresso dos Estados Unidos finalmente passou o primeiro grande programa de ajudar militar de 1949, lastreando a política de contenção adotada pelo Executivo, nem um único centavo destinou-se à América Latina. Embora fosse prevista a doação de quase US\$ 1,5 bilhão em armas para os mais diversos países, os latino-americanos apenas poderiam comprar armas dos norte-americanos a preços comerciais³⁴⁴. Logo, político e militares brasileiros envolvidos nas questões de

³⁴³ ALVES, Vagner Camilo. *Op. cit.* p. 16.

³⁴⁴ Ver ALVES, Vagner Camilo. *Op. cit.* p. 16-18.

reequipamento do material bélico nacional, obviamente, encontravam-se totalmente decepcionados com o comportamento norte-americano na questão.

Contudo, mesmo que a prioridade dos Estados Unidos estivesse centrada na Europa e na Ásia durante a fase inicial da Guerra Fria, a cooperação militar com o Brasil continuou sendo uma pauta importante nas relações entre os dois países. Os militares estadunidenses enxergavam a aproximação com seus pares brasileiros como uma oportunidade para convencer as demais nações do continente a adotar as doutrinas, técnicas, armas e os equipamentos norte-americanos, garantindo, assim, a *standardização* das Forças Armadas na região.

Essa colaboração operacionalizava-se, em especial, na Comissão Mista Militar Brasil/Estados Unidos, na Junta Interamericana de Defesa, bem como na manutenção do fluxo de oficiais brasileiros que faziam cursos nos Estados Unidos e de oficiais norte-americanos atuando como consultores no Brasil. Apesar das dificuldades para o fornecimento de material bélico, os estadunidenses procuravam manter sua influência na América Latina através de outras práticas, entre as quais o treinamento de oficiais oriundos da região nas escolas norte-americanas. Segundo Sonny Davis,

Training Latin American officers, however, was legal and less expensive. In grouping countries as to the desirability of training their military personnel, the department of state and the pentagon agreed that US national interests placed Brazil in group 1... Mexico and Venezuela were only other latin American countries in the same category [...] Once convinced of the value of the American Way, the politically important officer corps would be a powerful counterweight to nationalist and leftist tendency within military and political circles. In this line of thinking, training and education were tools for maintaining influence, especially when applied at aducated levels in a war college [...] The major problem, however, was that training alone was not enough. The lack of legal means to provide arms assistance still hampered the standardization program ³⁴⁵.

Portanto, ainda que não existisse um programa que subsidiasse a compra de armas pelo Brasil, como aconteceu à época da Segunda Guerra Mundial, continuou havendo um grande fluxo de militares brasileiros às escolas e às bases militares estadunidenses para a realização de cursos e estágios. Nesse contexto, a influência norte-americana sobre o Exército brasileiro ganhou maiores conotações políticas e ideológicas, de modo que não se restringia mais apenas às questões técnicas. Contudo,

³⁴⁵ DAVIS, Sonny. *Op. cit.* 86-88.

no caso d'*A Defesa Nacional*, os norte-americanos encontraram rivais para a sua influência no Exército brasileiro, como as páginas que seguem mostrarão.

3.5 A americanização do Exército nas páginas d'*A Defesa Nacional*, 1947-1950

Conforme Richard Alan Nelson, propaganda é definida como a forma propositada e sistemática de persuasão que visa a influenciar, com fins ideológicos, políticos ou comerciais, as emoções, as atitudes, as opiniões e as ações do público-alvo por meio da transmissão controlada de informação através dos canais de mídia³⁴⁶. Ainda, acrescenta-se que a propaganda consiste num modo específico de apresentar uma informação com o objetivo de servir a uma agenda, ou seja, de alterar o modo como as pessoas entendem uma situação, um problema, um produto.

Desde, pelo menos, *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*³⁴⁷, a propaganda consiste em uma das importantes fontes utilizadas pelos historiadores brasileiros na árdua tarefa de elaborar uma representação plausível do passado. Especificamente a respeito d'*A Defesa Nacional* e da temática proposta pela presente dissertação, propagandas de empresas e produtos também mostram o aumento da presença norte-americana na revista. Logo, propagandas da *Motocycleta Indian*, “usada pelo exército e a polícia dos EE. UU.”³⁴⁸, somadas às publicidades do *Lincol Cigarros*, “tipo americano”³⁴⁹, e a outra peça promocional que pedia aos leitores para beberem *Coca-Cola*³⁵⁰, eventualmente, fariam Mr. Slang, personagem britânico de América³⁵¹, concluir que, ao menos em parte, a *americanização* da revista, se não concluída, encontrava-se a caminho.

Afora a questão das propagandas, quem lesse a transcrição feita n'*A Defesa Nacional* da fala do Ten. Cel. Jackson Grahman – “apresentada ao Chefe de Estado Maior e aos oficiais de Estado Maior no Palácio da Guerra, em 22 de dezembro de 1948, em

³⁴⁶ Ver NELSON, R. A. *A Chronology and Glossary of Propaganda in the United States*. Westport, CT and London: Greenwood Press, 1996.

³⁴⁷ Ver FREIRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Castelo Branco & Associados Propaganda, 1984.

³⁴⁸ *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 396, maio 1947, p. 94.

³⁴⁹ *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 397, jun. 1947, p. 39.

³⁵⁰ *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 397, jun. 1947, p. 106.

³⁵¹ LOBATO, Monteiro. *América*. São Paulo: Brasiliense, 1959.

seguida a conferência de mais cinco engenheiros do Exército dos Estados Unidos”³⁵², fazendo sugestões diretas aos mais graduados oficiais brasileiros – também perceberia que a influência norte-americana no Exército brasileiro aproximava-se daquele mesmo caminho mostrado pelas propagandas. Tratando de questões referentes à engenharia militar brasileira, comparando-a com a norte-americana, o Ten. Cel. Grahan explica que

a nossa doutrina proporcionava o curso de extensão universitária a todos os oficiais da ativa de Engenharia do Exército. Em geral, isto consiste em um curso de estudos intensivos em uma universidade civil, poucos anos depois de completados os quatro anos usuais da Academia Militar de *West Point* ou em curso de engenharia universitária [...] Peço aos senhores para considerarem essa doutrina [...] para poderem adotá-la inteiramente a medida que for praticável³⁵³.

As questões expostas, adicionado o conteúdo de alguns artigos e de outros tipos de textos presentes na revista, mostravam que a influência técnica e doutrinária, bem como econômico-comercial estrangeira n’*A Defesa Nacional*, se não se restringiam aos norte-americanos, pelo menos deixavam evidente a ideia de que eles possuíam a maior influência externa nas páginas do periódico. Dificilmente, nos anos escolhidos para o estudo da revista, localiza-se referência a armamentos e outros tipos de equipamentos necessários à guerra oriundos de outros países que não sejam os Estados Unidos. Notícias a respeito de um “avião de reação *Skytreak*”³⁵⁴ – uma aeronave construída para a marinha estadunidense –, ou artigos explicando o funcionamento da *metralhadora Browning Col HB-M2*³⁵⁵, do *revólver Smith Wesson 45*³⁵⁶, do *fuzil metralhador Thompson 45 americano*³⁵⁷, ou de uma *super bazooka* – que, apesar de o modelo encontrar-se em testes “há tempos, só agora o Exército fez a sua primeira encomenda, de alguns milhares dessas armas à *Aeroneu Aircraft Co.*”³⁵⁸ –, continuavam corriqueiras n’*A Defesa Nacional*.

³⁵² GRAHAN, Ten. Cel. Jackson. Comentário sobre a engenharia militar brasileira. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 421, maio 1949. p. 13.

³⁵³ GRAHAN, Ten. Cel. Jackson. *Op. cit.* p. 14.

³⁵⁴ Notícias militares. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 404, jan. 1948. p. 146.

³⁵⁵ BRAGA, Gustavo. Lisboa (aspirante a oficial). A metralhadora Browning Col 50 HB-M2. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 408, maio 1948. p. 51.

³⁵⁶ Revólver Smith Wesson (perguntas ao artilheiro). *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 408, mai. 1948. p. 66.

³⁵⁷ Metralhador Thompson 45 (perguntas ao artilheiro). *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 419, abr. 1949. p. 112.

³⁵⁸ Bilhetes de Washington. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 420, maio 1949. p. 206.

Conforme Andre Maurois, *a leitura de um bom livro é um diálogo incessante: o livro fala e alma responde*. Logo, se o escritor francês tem alguma razão no que escreveu, observa-se, pelas referências bibliográficas dos articulistas d'*A Defesa Nacional*, que, cada vez mais, as suas almas e os seus corpos tinham que dominar o inglês para comunicarem-se, pois a quantidade de livros consultados nessa língua continuou bastante significativa no período em análise.

O Gen. Tristão de Alencar Araripe, por exemplo, ao escrever acerca da importância de ser chefe³⁵⁹, incluiu em sua bibliografia as seguintes obras: *A syllabus for psychology of military leadership* (1947), *Psychology for the armed service* (1946), *Leadership for american army leaders* (1944), *General and generalship* (1941), *The art of leadership* (1941), *L'art de commander* (1913), *Essai sur l'éducation morale du soldat* (1936). Repara-se que dos sete livros mencionados pelo oficial brasileiro, cinco são escritos em língua inglesa e apenas dois em francês, sendo ambos datados do período antecessor da Segunda Guerra Mundial.

O Maj. Ivano Gomes também faz uma reflexão a respeito da mesma temática do Gen. Tristão de Alencar Araripe, ou seja, a questão da chefia militar. Como referência para as suas afirmações, o militar se utiliza de um material divulgado pela Escola Superior de Guerra (ESG), datado de primeiro de setembro de 1949. Segundo o oficial, o referido material trata-se de um excelente *Método de Trabalho*, referente à preparação de *Estudos Analíticos Militares*. A preciosa contribuição, como escreveu o oficial, tinha como autor Ten. Cel. de Infantaria do Exército dos Estados Unidos Benjamim F. Bayer. No mesmo texto, também se divulgou aquilo que o Maj. Ivano Gomes chamou de um trabalho excepcional, referente ao *Estudo Analítico da Formação do Chefe*, cuja autoria é de uma comissão composta de quatro oficiais da Escola de Comando e Estado Maior dos Estados Unidos, ou seja, o Cel. R. H. Naylos (Eng), o Cel. W B Kern (Inf), o Cel. J. R. Luper (Avi) e o Ten. Cel. B. C. Chapla (Inf). Nesse segundo trabalho – aplicação do primeiro – seus autores,

depois de argumentarem em torno dos tipos e dos atributos do chefe militar, expõem conceitos que peço permissão para transcrever [...] É necessário reconhecer que o caráter ocupa o primeiro lugar entre os atributos de um comandante chefe [...] Todo condutor de homens precisa ter muito caráter, ou

³⁵⁹ ARARIPE, General Tristão de Alencar. Ser chefe. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 408, mai. 1948. p. 159.

coragem moral, que permita as grandes decisões e aquele sangue frio ou coragem que domina os perigos³⁶⁰.

Já o Cap. Barbosa Lima³⁶¹, ao explicar o funcionamento do odógrafo terrestre M1, utilizou como referências bibliográficas para seu artigo o *TM-9401 (War Department)* e edições da *The Military Engineer*. O Maj. Napoleão Nobre³⁶², por sua vez, ao dissertar a respeito de operações anfíbias, encontrou no *The military serviver*, no *The art of war* e na *Joint operation aspect review* suas fontes de consulta. Ainda na questão bibliográfica, talvez, o texto mais expressivo a respeito da importância estadunidense nesse ponto trata-se do artigo do Cap. Waldyr da Costa Godolphim.

No texto intitulado “Um estudo sobre a bibliografia oficial do Exército norte-americano”³⁶³, o militar explica que as principais normas que dirigem o Exército estadunidense com força de leis são: *Constitution, Manual for Courts: Martial Articles of War, Army Regulations, Department of the Army Circulars, Regulations of Services Branches, Department of the Army Technical and Training Publications*. Ao longo do texto, aparecem explicações a respeito de cada um dos mencionados conjuntos de normas que regem o Exército estadunidense.

Num primeiro momento, a respeito da *Constitution*, o oficial menciona, simplesmente, que se trata da própria Constituição dos Estados Unidos; já sobre o *Manual for Courts* explica que consiste no Código de Justiça do Exército, que expõe detalhadamente as leis militares, bem como se divide em duas seções: “o manual propriamente dito” e os “apêndices”. Além disso, o referido documento estabelecia vários tipos de cortes marciais e regulava os assuntos que a elas diziam respeito, tais como questões de pessoal, atribuições, processos, arquivos, poderes, etc. A respeito dos apêndices, menciona-se, apenas, que os mesmos continham disposições gerais.

No que se relaciona ao *Army Regulation*, por sua vez, ressalta-se que são os regulamentos básicos de administração para todo o Departamento do Exército, assim como contém matéria administrativa que diz respeito às armas e aos serviços. Já acerca do *Department of the Army Circulars*, explica-se que consistem em circulares do

³⁶⁰ GOMES, Maj. Ivano. A formação da chefia militar (lições que nos vêm de fora). *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 430, maio 1950. p. 77.

³⁶¹ LIMA, Cap. Barbosa. O odógrafo terrestre. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 408, maio 1948.

³⁶² NOBRE, Maj. Napoleão. O planejamento de operações anfíbias. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 408, maio 1948. p. 151.

³⁶³ GODOLPHIM, Cap. Waldyr da Costa. Um estudo sobre a bibliografia militar oficial do Exército norte-americano. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 409, jun. 1948. p. 159.

Departamento do Exército de natureza diretiva, de aplicação geral e de duração temporária, as quais são comumente empregadas para fornecer informações de ordem administrativa. O *Regulation of Service Branches* consiste em regulamentos especializados de cada serviço. Por fim, sobre *Department of the Army Technical and Training Publications*, explica que consistem em publicações técnicas e de treinamento do Departamento do Exército, como, por exemplo, o *Field Service Regulations*, *Field Manuals*, *Technical Manuals*, *Training Circulars* ³⁶⁴.

Não satisfeito com a transcrição sumária dos documentos citados, o Cap. Waldyr da Costa Godolphim ainda se deteve nas publicações que diziam respeito à organização e ao suprimento das Forças de Terra, pois, segundo o militar, elas completavam os regulamentos administrativos. Além disso, escreveu sobre publicações do mesmo assunto a cargo do *Ordnance Department*, “cujo caráter técnico obriga a possuir uma bibliografia detalhada sobre o material, seus métodos de manutenção, suprimento, etc.”³⁶⁵.

Na conclusão de seu trabalho, o oficial menciona que a intenção do artigo consistia em fornecer auxílio “aos militares brasileiros que se debruçam sobre os regulamentos americanos em suas investigações profissionais”³⁶⁶, pois “procuramos dar informações gerais sobre o método das publicações e regulamentos do Exército americano”.³⁶⁷

A julgar pela corriqueira presença de artigos que tratavam diretamente de regulamentos norte-americanos e realizavam comparações com os brasileiros, a preocupação do Cap. Waldyr tinha fundamento. Sendo assim, o militar, possivelmente, encontrou alguns leitores atentos para o seu texto. Um potencial leitor do trabalho do Cap. Waldyr, seguramente, poderia ter sido o Cap. Nilton Freixinho, que dissertou na revista acerca dos regulamentos de artilharia de campanha brasileiros, mencionado suas ligações com os norte-americanos.

Conforme o Cap. Nilton, no aspecto do emprego da Arma, o regulamento básico para o artilheiro é o Regulamento de Operações C-100 5. O referido documento, nas palavras do militar, depois de definir em capítulo especial o papel da artilharia no combate, focaliza, objetivamente, o emprego da artilharia no quadro das diferentes fases do combate, particularmente nos escalões regimento, divisão e corpo de exército.

³⁶⁴ GODOLPHIM, Cap. Waldyr da Costa. *Op. cit.* p. 159-164.

³⁶⁵ GODOLPHIM, Cap. Waldyr da Costa. *Op. cit.* p. 160.

³⁶⁶ GODOLPHIM, Cap. Waldyr da Costa. *Op. cit.* p. 168.

³⁶⁷ GODOLPHIM, Cap. Waldyr da Costa. *Op. cit.* p. 168.

Porém, o mais interessante e menos técnico presente nas linhas escritas pelo oficial é o comentário que diz que “a edição que existe em português, publicada para uso da F.E.B., deverá ser substituída por uma nova edição baseada no FM 100-5 do Exército norte-americano, edição de junho de 1944”.³⁶⁸

Além disso, o militar explica que a Escola de Estado Maior, desde março de 1948, realizava seus trabalhos de acordo com o regulamento de operações C 100-5. Ainda, tendo por base as regras estabelecidas pelo regulamento, a instituição de ensino trabalhou na elaboração de outros três regulamentos: tática e técnica de grupo e bateria motorizada, FM 6-101 (1944); emprego de artilharia divisionária e escalões de artilharia mais elevada FM 6-100 (1944); emprego de artilharia FM 6-20 (1948).³⁶⁹

Em 1948, o Exército norte-americano publicou um novo FM 6-20 que revogava os FM 6-20 e FM 6-100 antigos. Trata-se, portanto, de um trabalho posterior ao término da guerra e que reúne, num único volume, os assuntos contidos anteriormente em dois, introduzindo algumas alterações, particularmente, na organização para o combate da artilharia divisionária. Em suma, de acordo com o oficial, regula o emprego tático da artilharia nos escalões, agrupamento artilharia divisionária, artilharia de corpo do exército e artilharia do exército. Conforme o Cap. Nilton, à época “o citado regulamento está sendo estudado pela Escola de Estado Maior e em curto prazo o Estado Maior do Exército estará em condições de publicar este novo manual para os artilheiros”.³⁷⁰

Ainda no que diz respeito aos regulamentos norte-americanos, o Ten. Gualter Gill, tomando como base os regulamentos norte-americanos AR 605-12 de 17 de agosto de 1944, do AR 605-12 de 13 de agosto de 1946, ambos tratando das promoções temporárias, e ainda dos AR 605-230 e AR 600-185, explica que a facilidade de serem atualizados, substituídos ou aperfeiçoados é digna de aplausos. Conforme o militar brasileiro, eles eram sempre publicados em folhas separadas, colocando-lhes num classificador. Assim sendo, toda vez que há modificação em algum regulamento, ou substituição integral por outro, “é imediatamente distribuída para todos os detentores oficiais uma nova cópia, que vai tomar lugar da antiga no classificador”³⁷¹. Dessa

³⁶⁸ FREIXINHO, Cap. Nilton. Considerações em torno dos regulamentos de artilharia de campanha. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 425, nov./dez. 1949. p. 46.

³⁶⁹ FREIXINHO, Cap. Nilton. *Op. cit.* p. 46.

³⁷⁰ FREIXINHO, Cap. Nilton. *Op. cit.* p. 47.

³⁷¹ GILL, Ten. Gualter. As promoções no exército americano. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 428, mar. 1950. p. 65.

forma, o oficial lembrava que não se devia estranhar que leis básicas como as de promoções fossem modificadas quase que anualmente, muitas vezes de maneira radical e com facilidade, bem como sem trazer o menor entrave administrativo.

Entretanto, o oficial acrescenta à questão um comentário a respeito de uma lei aprovada pelo Congresso estadunidense, o *Officer Personnel Act*, o qual alterou profundamente os regulamentos acima citados. Pelo mencionado Ato, o militar brasileiro diz que tanto a seleção como a eliminação dos elementos menos capazes começavam nos mais baixos postos. Também, as promoções mantinham-se sempre vivas pela transferência compulsória para a reserva dos mais antigos, assim como as promoções entre as armas e os serviços, por meio de uma lista única, mantinham alta a moral entre os oficiais e não criavam ambiente propício a descontentamentos.

A partir daí, na sua concepção, via-se não somente assegurada a promoção dos mais capazes, mas também “garantido o direito de promoção ao posto imediato depois de um determinado tempo de serviço, de uma maneira genérica e universal, não atendendo a casos particulares e imediatos como aconteceu recentemente entre nós”³⁷². Para finalizar, o Ten. Gualter explica que o problema do excesso no posto ou na arma, de acordo com a legislação estadunidense, resolve-se “jogando com as funções que não são propriamente de tropa, o que permite, como uma válvula de escape, estabelecer o equilíbrio entre o excesso [sic] e os oficiais em um determinado posto ou uma determinada arma e o número existente de vagas”³⁷³.

Porém, sabendo das limitações e diferenças entre os Exércitos brasileiro e norte-americano, o militar conclui, explicando que sabia

perfeitamente que alguns dos itens vistos anteriormente neste artigo não poderiam ser adotados em nosso Exército por entrarem em conflito com alguns regulamentos básicos nacionais, mas espero ter trazido à atenção dos oficiais brasileiros muitas sugestões interessantes, que deram ótimos resultados no Exército americano e que talvez venham resolver problemas julgados até agora insolúveis.³⁷⁴

³⁷² GILL, Ten. Gualter. *Op. cit.* p. 66.

³⁷³ GILL, Ten. Gualter. *Op. cit.* p. 66.

³⁷⁴ GILL, Ten. Gualter. *Op. cit.* p. 66.

O Maj. Antonio Andrade Araujo, por sua vez, apresenta em seu texto um dos exercícios realizados na Escola de Estado Maior de Fort Leavenworth, executado pela vigésima sétima turma da instituição. O militar explica que, na tradução dos documentos relacionados ao exercício citado, procurou seguir o mais possível a linguagem e o estilo originais. Com isso, pretendia “apresentar a redação por vezes telegráfica empregada pelos americanos, no constante ao empenho de ganhar tempo, que particularmente na guerra sempre é precioso”.³⁷⁵

Resumindo o relato do oficial, o artigo consistia na apresentação de documentação básica distribuída aos alunos, exposição sobre o desenvolvimento do exercício, apresentação dos documentos essenciais da solução dada por um grupo de trabalho e conclusão. Por fim, defendendo a metodologia norte-americana de ensino, o militar brasileiro argumenta que “parece-nos só haver vantagem e grandeza na realização de exercício dessa natureza em que os oficiais realizam trabalhos de vida corrente de um Estado Maior”³⁷⁶, bem como contribui à sua “formação para auxiliares do comando e na preparação das suas decisões, na redação dos documentos que dela resultem e na verificação da sua execução”.³⁷⁷

O conteúdo de outro artigo, assinado pelo General Tristão de Alencar Araripe, vem ao encontro do exposto acima, pois o articulista, ao dissertar acerca das novas tendências das organizações militares, escreve que “os Estados Unidos deram o exemplo que deverá ser seguido pelas outras nações daqui por diante”³⁷⁸. Conforme o General Araripe, a preparação e a organização estadunidense no período da guerra elevou-se ao mais alto grau de perfeição, culminando com a eficiência das organizações de combate e das indústrias de guerra e civis. Além disso, o autor argumenta que o “recrutamento, a seleção e a preparação do pessoal, com aplicação integral do princípio homem aptidão constitui, talvez, a maior vitória do sistema norte-americano”³⁷⁹. Nesse mesmo tom pró-Estados Unidos, o militar afirma que a ideia de especialização, dominante nos quadros militares estadunidenses, também “deve dominar na

³⁷⁵ ARAUJO, Maj. Antonio Andrade. Um exercício na escola de comando e estado maior de Fort Leavenworth. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 430, maio 1950. p. 35.

³⁷⁶ ARAUJO, Maj. Antonio Andrade. *Op. cit.* p. 41.

³⁷⁷ ARAUJO, Maj. Antonio Andrade. *Op. cit.* p. 41.

³⁷⁸ ARARIPE, Gen. Tristão Alencar. Tendências das organizações militares de tempos novos. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 402, nov./dez. p. 82.

³⁷⁹ ARARIPE, Gen. Tristão Alencar. *Op. cit.* p. 82.

constituição das forças armadas nacionais”.³⁸⁰ Mais adiante, o militar escreveu que, mesmo mobilizando 14 milhões de homens, o Exército norte-americano apenas teve em forma 90 divisões, enquanto seu par alemão alcançou 313, obtendo, ainda assim, vantagem na guerra. O referido cenário, segundo o articulista, apenas tornou-se vantajoso para os norte-americanos porque “a capacidade combativa desse pequeno número de divisões era integral e inalterável graças ao sistema de instrução e de substituição ou recomplemento e ao valor do armamento material”.³⁸¹

Quando o debate segue o rumo da função das forças armadas naquele momento imediato do pós-guerra, o general defende a realização de uma unificação, pois, na sua visão, aumentaria o papel da aviação e da marinha, principalmente nos países de grande extensão territorial e marítima. Para fazer a última afirmativa, o oficial escreveu que “o exemplo dos Estados Unidos serve para mostrar que o aumento dos poderes aéreos, marítimo, inventivo e científico permite acrescer com real economia o poder combativo das forças de terra”³⁸². Ainda a respeito da mesma questão, a recomendação do militar brasileiro segue “o panorama traçado pelo General George Marshall, a voz mais autorizada para doutrinar neste assunto”³⁸³, que, nas conclusões do relatório sobre a vitória da guerra na Europa e no Pacífico, explica que a melhor diretriz para a organização militar de tempo de paz é

um sistema de instrução militar universal [...] por meio do qual todo o cidadão se prepara para uma determinada tarefa em caso de guerra... reduzir a força permanente... tem a vantagem de corresponder à capacidade da economia do tempo de paz e de atender aos anseios democráticos dos povos civilizados³⁸⁴.

Já o Ten. Cel. Adalberto Pereira dos Santos aborda, em seu artigo, a questão das Normas Gerais de Ação, as quais possuem como finalidade “reduzir o volume das ordens e instruções necessárias às operações, estabelecendo processos de rotina nos assuntos que os comportem”³⁸⁵. Para dissertar a respeito de seu tema, o oficial brasileiro tem como referência a primeira divisão blindada norte-americana e suas normas gerais

³⁸⁰ ARARIPE, Gen. Tristão. *Op. cit.* p. 82.

³⁸¹ ARARIPE, Gen. Tristão. *Op. cit.* p. 83.

³⁸² ARARIPE, Gen. Tristão. *Op. cit.* p. 84.

³⁸³ ARARIPE, Gen. Tristão. *Op. cit.* p. 87.

³⁸⁴ ARARIPE, Gen. Tristão. *Op. cit.* p. 87.

³⁸⁵ SANTOS, Ten. Cel. Adalberto Pereira. Normas gerais de ação. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 397, jun. 1947. p. 39.

de ação, “cujo nome, em inglês, é *standard operating procedure*”³⁸⁶. Ressalta-se que várias partes do trabalho do militar consistem, simplesmente, em traduções das Normas Gerais de Ação norte-americanas de 1944.

Na mesma linha do texto mencionado, o artigo do Ten. Cel. Poppe Figueiredo também busca no Exército norte-americano conceitos para serem utilizados pela instituição castrense brasileira. O oficial lembrava que se debatia, na esfera do Estado Maior do Exército, sobre a necessidade ou não, nos novos manuais em preparo, de distinguir-se “a informação bruta da informação trabalhada”. Conforme sua opinião, que, aliás, mostrava-se alinhada com a noção militar dos norte-americanos de *information*, tal distinção conceitual deveria acontecer. Para justificar sua opinião favorável à afirmativa e, assim, defender seu ponto de vista, o militar organizou “um gráfico baseado no ciclo por que passa a informação segundo a doutrina norte-americana”³⁸⁷. Conceitualmente falando, o oficial argumentava que a vantagem de tal distinção, “se já não bastasse o exemplo norte-americano”³⁸⁸, estava no fato de que

a information, isto, é a informação simples, tal qual é colhida, verdadeira matéria-rima, passaria a ser informe, enquanto que a informação ficaria reservada exclusivamente para traduzir o conceito de inteligência, isto é, o produto elaborado, fruto do trabalho intelectual, muitas vezes de grande complexidade e dificuldade.³⁸⁹

O Major Paulo Queiros Duarte, por seu turno, argumentava que as reflexões após a guerra têm induzido os responsáveis pela eficiência do Exército norte-americano a introduzir modificações essenciais na estruturação de suas grandes unidades. Com isso, desejavam os referidos planejadores fornecer às divisões, em face da evidenciação de certas deficiências, “maior autonomia relativa, ampliando-lhes a auto-suficiência”³⁹⁰. Dessa maneira,

a fórmula final visando à ampliação dessa auto-suficiência conseguiu aumentar extraordinariamente a potência de fogo, a ação de choque, a

³⁸⁶ SANTOS, Ten. Cel. Adalberto Pereira. *Op. cit.* p. 39.

³⁸⁷ FIGUEIREDO, Ten. Cel. Poppe. Ciclo da informação. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 402, nov./ dez. 1947. p. 51.

³⁸⁸ FIGUEIREDO, Ten. Cel. Poppe. *Op. cit.* p. 51.

³⁸⁹ FIGUEIREDO, Ten. Cel. Poppe. *Op. cit.* p. 51.

³⁹⁰ DUARTE, Maj. Paulo de Queiros. *Op. cit.* p. 71.

flexibilidade e finalmente a maneabilidade das divisões com um acréscimo relativamente pequeno do efetivo em homens [...] a inclusão de unidades específicas nos organismo das divisões correspondente a uma economia nas tropas do corpo e do exército e, com isso, no tempo de paz, pode o cmt de uma grande unidade treiná-la, empregando freqüentemente certas unidades específicas que, normalmente, não lhe pertencem³⁹¹.

Além de questões técnicas, concepções político-ideológicas estadunidenses também chegavam à revista. Uma das principais delas, o “pan-americanismo no quadro geral da civilização ocidental”³⁹², permaneceu em voga, valendo, inclusive, a elaboração e divulgação de um calendário nas páginas do periódico das manifestações do espírito de solidariedade americana.

Quando a revista comenta a realização da Conferência Pan-Americana no mês de agosto, evento em que se concretizou um tratado para a defesa do continente, ou seja, o TIAR, a questão do pan-americanismo volta à pauta. Na interpretação do periódico, a Conferência Pan-Americana deveria tratar da questão de padronização militar, assunto em torno do qual a revista anunciava já ter dado início ao debate. Além disso, o texto sublinhava a necessidade de intensificar-se “a ida de nossos oficiais aos estabelecimentos de ensino, arsenais, fábricas e outros órgãos do Exército dos Estados Unidos”³⁹³. A necessidade do aumento nesse fluxo de intercâmbio relacionava-se ao fato de os brasileiros desconhecerem certos setores do Exército estadunidense. Portanto, necessitava-se conhecê-los e estudá-los, tais como a Escola Superior de Guerra, a Escola de Defesa Nacional e a Escola de Informações e Contra-informações. Logo, “cumpre, desde já, encarar as possibilidades de ampliar o intercambio, não só quanto ao número de anos, mas igualmente no que diz respeito aos campos vastos e ainda por conhecer da grande organização ianque”³⁹⁴.

Nesse contexto, uma das áreas que mais exigia atenção e instrução norte-americana, na visão do boletim da revista, tratava-se da pedagogia militar, nicho do conhecimento em que as forças armadas nacionais necessitavam, urgentemente, da formação de verdadeiros especialistas. Dessa forma, a nota do periódico argumentava que “nenhum lugar melhor que os Estados Unidos para cogitar a formação da turma

³⁹¹ DUARTE, Maj. Paulo de Queiros. *Op. cit.* p. 71.

³⁹² MAGALHÃES, J. B. O pan-americanismo no quadro geral da civilização ocidental. *A Defesa Nacional*. n. 409, jun. 1948. p. 121.

³⁹³ Boletim. *Op. cit.* p. 188.

³⁹⁴ Boletim. *Op. cit.* p. 188.

inicial – criteriosamente selecionada – que viria a constituir posteriormente o núcleo de instrutores e professores de um estabelecimento a criar em nosso país”³⁹⁵. A urgência de uma melhor formação pedagógica dos docentes nos estabelecimentos militares de ensino é defendida a partir da noção que “não se pode mais continuar a formar instrutores – particularmente para as escolas de oficiais – pelo processo de ensaio e erro”³⁹⁶, pois a “complexidade da guerra moderna absolutamente condena tal maneira de agir”³⁹⁷.

Ainda a respeito do aumento da quantidade de intercâmbios para militares brasileiros em instituições militares norte-americanas, o Boletim de junho de 1947 traz mais algumas considerações interessantes. Nele comenta-se a respeito dos estágios feitos nos Estados Unidos por oficiais brasileiros e expõe-se mais uma amostra de opinião favorável a tal procedimento. Conforme o texto, “a viagem aos EE UU para os primeiros alunos melhor classificados nos cursos da EAO é um critério que vem merecendo aplausos gerais”³⁹⁸, pois “deste fazem parte aqueles que se empenham na luta cotidiana apenas com as armas de seu próprio esforço”³⁹⁹. Por fim, a nota conclui que “a viagem aos EE UU faz bem à cultura de um oficial seja qual for sua arma, sejam quais forem seus cursos”⁴⁰⁰.

Continuando com as manifestações simpáticas à organização do Exército norte-americano, o artigo do Ten. Cel. Edálio Srdenberg⁴⁰¹ contém elogios ao sucesso militar estadunidense, que se deve, de acordo com o militar, a fatores básicos como a organização, a instrução, a estatística, o planejamento, a direção intelectual e a fiscalização. Segundo ele, a eficiência norte-americana repousa, num primeiro momento, na organização; todavia, para que esta seja realmente adotada ao sistema para o qual foi planejada, necessitava apoiar-se pelas indicações e pelos ensinamentos da estatística, que, posteriormente, continuaria a contribuir para o aprimoramento da organização. A respeito do planejamento, o oficial lembrava que se baseava nas possibilidades de organização, bem como contribuía para os dados da estatística e “serviria-se [sic] da instrução para assegurar que todos os que hajam de participar na

³⁹⁵ Boletim. *Op. cit.* p. 188.

³⁹⁶ Boletim. *Op. cit.* p. 189.

³⁹⁷ Boletim. *Op. cit.* p. 189.

³⁹⁸ Boletim. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 397, jun. 1947. p. 211.

³⁹⁹ Boletim. *Op. cit.* p. 211.

⁴⁰⁰ Boletim. *Op. cit.* p. 211.

⁴⁰¹ SARDENBERG, Ten. Cel. Edálio. A eficiência das forças armadas americanas. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 416, jan. 1949. p. 128.

ação conheçam, com a necessária antecedência, a parte que lhes competirá desempenhar”.⁴⁰²

Na cúpula do sistema descrito, localizava-se aquilo que se denominava Direção Intelectual. Ao chefe da organização incumbia-se a *tarefa de pensar*. Contudo, o militar explicava que se chegou à conclusão de que a vida moderna evolui tão rapidamente e utiliza relações tão complexas que se tornava difícil para um único cérebro abranger todos os múltiplos aspectos de interesse para uma grande organização e tirar as conclusões a ponto de transformá-las em diretrizes. Para resolver tal “restrição humana”, apareceu a ideia da Direção Intelectual, que “consiste em utilizar cérebros suplementares para reforçar a capacidade de pensar do chefe”⁴⁰³. Por fim, concluía-se que o funcionamento de toda a engrenagem descrita tornava-se “suave” quando todas as peças estavam devidamente adaptadas, assegurando o mais alto grau de eficiência, para o qual contribuía a fiscalização, que tinha por fim “impedir o dolo e eliminar os elementos intencionalmente faltosos”.⁴⁰⁴

Porém, apesar de o *whisky White Horse* anunciar que se tratava de um produto “equal to a fine liqueur”⁴⁰⁵, literalmente na língua de Shakespeare, e de o Cel. Altair Franco Ferreira⁴⁰⁶ apresentar métodos de estudo com base em *Best methods of study*, trabalho de autoria dos *Mrs. S. Smith* e *A. W. Littlefield*, na prática, n’*A Defesa Nacional*, observou-se que os norte-americanos não se encontravam sozinhos como referência estrangeira. A partir de 1947, a influência francesa na revista retorna com mais vigor. Todavia, é bom frisar que o número de textos baseando-se em bibliografia ou simplesmente traduzidos de periódicos norte-americanos continuava consideravelmente maior em comparação aos de origem francesa. No texto intitulado “Problemas do Brasil”, o Cel. Abelardo Filho oferece uma bela síntese das relações militares entre Brasil e Estados Unidos à época, bem como demonstra, ainda que tangencialmente, a presença da influência francesa no meio militar nacional.

Diferentemente do escritor James M. Barrie⁴⁰⁷, que acreditava que as fadas surgiram quando o primeiro bebê sorriu pela primeira vez, o Cel. Abelardo Filho atribuía o surgimento das fadas a explicações menos poéticas. Para o oficial, as fadas

⁴⁰² SARDENBERG, Ten. Cel. Edálio. *Op. cit.* p. 128.

⁴⁰³ SARDENBERG, Ten. Cel. Edálio. *Op. cit.* p. 128.

⁴⁰⁴ SARDENBERG, Ten. Cel. Edálio. *Op. cit.* p. 128.

⁴⁰⁵ *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 395. abr. 1947. p. 26.

⁴⁰⁶ FERREIRA, Cel. Altair Franco. Sobre a técnica de estudar. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 421, maio 1949. p. 107.

⁴⁰⁷ Ver BARRIE, Jamie. M. *Peter Pan*. New York: St. Martin Press, 2003.

têm sua origem na guerra, e se o dramaturgo escocês batizou de *Tinker Bell*, ou simplesmente Sininho, a companheira de aventuras de Peter Pan, o oficial brasileiro, n’*A Defesa Nacional*, chamou de Estados Unidos “a fada protetora” do Brasil. Antes que alguém cometa a indelicadeza de dizer que o Coronel não se encontrava com as suas faculdades mentais em perfeito estado, fazem-se necessários alguns esclarecimentos.

O Cel. Abelardo Filho, dissertando sobre a questão da *americanização* do Exército brasileiro, diz que bastaram de cinco a oito anos para que o “milagre” da modernização da instituição fosse feito. Nas suas palavras, a influência norte-americana funcionou como se uma “fada protetora removesse, com vigorosa vassourada, tudo o que havia de antiquado, e logo a seguir, jogasse sobre o Exército brasileiro, como que tirados de mágico saco, os mais aperfeiçoados engenhos que a última guerra presenteou”⁴⁰⁸. O texto ainda traz relevantes elementos para o entendimento do processo de cooperação entre os dois países, bem como se aproxima da opinião de alguns editoriais (que serão citados no momento apropriado) d’*A Defesa Nacional*.

O militar explicava que o Exército brasileiro sofreu substanciais alterações em consequência da Segunda Guerra Mundial, dando início a grandes mudanças na instituição castrense nacional. Dessa maneira, sua intervenção na guerra não se fez sem uma radical transformação na estrutura militar do País, pois “talhados nos moldes franceses e devendo lutar sob organização americana, tivemos de enterrar mais de 20 anos de um paciente trabalho”⁴⁰⁹, que “já havia imprimido aos nossos oficiais uma mentalidade própria”⁴¹⁰. Nesse quadro, preparar, equipar e encaminhar à Europa um novo Exército, com uma nova mentalidade, consistia num grande desafio à oficialidade nacional.

Porém, apesar das dificuldades enfrentadas, na visão do militar brasileiro, conseguiu-se “realizar um salto espetacular de um exército hipomóvel para outro motorizado e blindado”⁴¹¹. Para ilustrar a mudança no cotidiano dos militares, o oficial invoca a imagem da Vila Militar antes e depois da transformação imposta à instituição pela guerra, pois, se na época pregressa ao conflito o ambiente chamava a atenção pela calma e pelo relativo silêncio, “com as Unidades tirando os seus materiais a cavalo ou

⁴⁰⁸ FILHO, Cel. Abelardo. Problemas do Brasil. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 432, ago. 1950. p. 72.

⁴⁰⁹ FILHO, Cel. Abelardo. *Op. cit.* p. 72.

⁴¹⁰ FILHO, Cel. Abelardo. *Op. cit.* p. 72.

⁴¹¹ FILHO, Cel. Abelardo. *Op. cit.* p. 72.

sobre o dorso de muare”⁴¹², no período imediatamente posterior, escutava-se no “local o som de motores e sirenes de carros blindados”.⁴¹³

Outro aspecto destacado refere-se ao aumento de oportunidades para intercâmbios que a guerra e o período imediatamente posterior trouxeram para os oficiais brasileiros. Se antes as idas às instituições militares de ensino no exterior para estudos classificavam-se como “um luxo que reservava a muito poucos”, o aumento do contato militar com os estadunidenses propiciou que vários militares brasileiros passassem a frequentar as academias militares norte-americanas. Paris, portanto, “já não era a Meca dos militares”⁴¹⁴, sendo substituída pelos *Fort Leavenworth*, *Fort Benning* e por outras grandes organizações escolares dos Estados Unidos. Na visão do oficial brasileiro, tais intercâmbios resultaram no Exército que conquistou importantes vitórias contra o seu par alemão na Itália.

Além de destacar a motomecanização e a blindagem do Exército, há menção a reformas organizadas no âmbito da instituição para atender ao novo perfil da Arma. Nesse contexto, o autor menciona o surgimento de uma nova Diretoria (D.M.M.), um substancial parque motomecanizado, conforme suas próprias palavras, o maior e melhor equipado do gênero na América do Sul, escolas e cursos de motomecanização. A respeito da influência norte-americana nesse processo, o Cel. Abelardo é enfático quando diz que “nosso Exército se americanizou da noite para o dia”.⁴¹⁵

Contudo, no mesmo texto em que saúda a *americanização* da Arma, o militar avisa que o referido processo revelou falhas que precisam encontrar correções. O primeiro ponto mencionado consiste na ausência de vias de comunicação no País, questão que ganhava maior importância graças à má distribuição demográfica brasileira. No aspecto militar, a preocupação central consistia no fato de o conflito mundial promover o deslocamento do interesse estratégico brasileiro para o Norte, exatamente no extremo oposto de antes, que se focava no Sul. Nesse momento, retorna a preocupação com a fragilidade do sistema de comunicação terrestre nacional, com a falta de uma ferrovia suficientemente eficiente no eixo Norte-Sul para integrar o País. Conforme o Cel. Abelardo Filho, uma ferrovia Norte-Sul tornava-se “imprescindível para atender o Brasil enquanto o País não tiver uma marinha bastante forte”⁴¹⁶.

⁴¹² FILHO, Cel. Abelardo. *Op. cit.* p. 73.

⁴¹³ FILHO, Cel. Abelardo. *Op. cit.* p. 73.

⁴¹⁴ FILHO, Cel. Abelardo. *Op. cit.* p. 73.

⁴¹⁵ FILHO, Cel. Abelardo. *Op. cit.* p. 74.

⁴¹⁶ FILHO, Cel. Abelardo. *Op. cit.* p. 73.

No campo econômico, a desarticulação da produção agrícola com a conversão em massa de trabalhadores em soldados para a F.E.B., ao lado do deslocamento de trabalhadores para as indústrias extrativas de minerais estratégicos, foi citada como uma preocupação pelo oficial. Todavia, o principal ponto referente à economia nacional e à política de defesa do País consistia na necessidade de desenvolvimento industrial, pois, embora o Exército brasileiro tivesse

modo abastecido de armas, munições e materiais diversos estadunidenses, isso não autorizava o País a perder de vista os problemas da insuficiência industrial [...] agora que possuímos indústria básica, devemos enveredar por uma política de auto-suficiência em matéria de armamentos, envolvendo a indústria civil na questão⁴¹⁷.

A respeito da questão doutrinária, mais especificamente sobre a doutrina de operações, a dúvida surgia: franceses ou americanos? Para responder à citada interrogação, o militar recordava que a última guerra não destruiu os velhos princípios estratégicos, mas, por outro lado, promoveu um aceleração de seu ritmo, maior potência de meios de violência, assim como de destruição maciça dos combatentes e das populações. Na sua concepção, portanto, alterar os métodos, não os princípios, consistia na melhor opção para o Brasil. Além disso, o oficial recordava que, durante a guerra, existiram muitos espíritos inclinados a declarar, precipitadamente, que “os franceses haviam passado o cetro da arte da guerra para os americanos”⁴¹⁸. No entanto, ao lembrar sua experiência num centro de estudos militares estadunidense, o Cel. Abelardo Filho emite seu conceito sobre o assunto da seguinte maneira:

Estivemos em *Fort Leavenworth*, freqüentamos o seu Curso de Estado Maior, lemos os seus *precis*, os seus regulamentos, assistimos dezenas de conferências e estamos, pois, como todos os que lá estiveram, em condições de declarar que os americanos nada mais fizeram que seguir os regulamentos franceses e adaptá-los aos seus materiais, aos seus processos, principalmente formatando-os ao seu espírito prático. A doutrina americana é a doutrina francesa expurgada de seu excesso de teoria e tornando-a tão prática quanto possível.⁴¹⁹

⁴¹⁷ FILHO, Cel. Abelardo. Op. cit. p. 74.

⁴¹⁸ FILHO, Cel. Abelardo. Op. cit. p. 74

⁴¹⁹ FILHO, Cel. Abelardo. Op. cit. p. 74-75.

No que se refere à lógica norte-americana de menos teoria e mais prática, o militar não mede palavras para dizer que “sob esse ponto de vista, temos que aprender com os americanos”⁴²⁰, pois o Brasil precisava imprimir novos métodos nas escolas militares nacionais. Dessa maneira, era necessário, por exemplo, adotar ordens curtas, aceitar a preponderância do esboço sobre o texto, ensinar com o auxílio de meios de instrução de toda a espécie, desenvolver a noção do aprender fazendo, estagiar nas próprias unidades e, sobretudo, colocar nas mãos dos alunos os *hand books* práticos para lhes recordar todo o curso, auxiliando-lhes a sanar dificuldades em qualquer situação. Na combinação e interdependência dos elementos mencionados, portanto, achava-se a explicação para a eficiência militar norte-americana. Concluindo, o militar sugere que “continuemos com a doutrina francesa, já arraigada no nosso meio, mas adotemos, sem vacilação, os métodos práticos americanos”.⁴²¹

A força que a doutrina militar francesa possuía no Exército brasileiro também foi atestada pelo Ten. Cel. Walter J. Bryde, que escreveu, originalmente, seu artigo para o *Field Artillery Journal*. Num texto intitulado “Boa vizinhança: atividades de artilharia na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos”, o militar explica que, com o passar de cada dia, os termos da solidariedade hemisférica e da defesa hemisférica assumem maior importância para os estadistas e militares nas Américas. Dentro dessa mesma lógica, o Ten. Cel. Walter J. Bryde escrevia que o artigo tratava sobre o funcionamento da Comissão Militar Mista Brasil- Estados Unidos, focalizando a Seção Terrestre do Exército dos Estados Unidos e, sobretudo, a Unidade de Instrução de Artilharia.

Inicialmente, o texto apresenta uma introdução geral a respeito do Brasil, destacando sua posição geográfica e sua proximidade com a África e a Europa, chamando a atenção para os ricos recursos naturais brasileiros, muitos dos quais indispensáveis à guerra moderna. Depois, o artigo explica que o Brasil e os Estados Unidos sempre gozaram de relações amigáveis, sendo que a colaboração militar entre ambos iniciou logo após a primeira Guerra Mundial, com a chegada de uma missão naval norte-americana em solo brasileiro. Também, o texto mostra a existência de missões de artilharia de costa e aeronáutica estadunidenses no País até 1941. Por fim, no que se refere às relações militares num âmbito mais diplomático, o autor ainda

⁴²⁰ FILHO, Cel. Abelardo. Op. cit. p. 74-75.

⁴²¹ FILHO, Cel. Abelardo. Op. cit. p. 76.

lembra que, durante a Segunda Guerra Mundial, grupos de instrução do Exército dos Estados Unidos auxiliaram a instrução e a preparação da F.E.B.

A respeito da atuação da Seção Terrestre do Exército dos Estados Unidos no Brasil, sumariamente, pode-se dizer que a sua função geral consistia em prestar auxílio ao Exército brasileiro “no seu desejo de adquirir padrões de organização, doutrinas de instrução e métodos de operação americanos”⁴²². Ainda, o artigo ressalta que a capacidade do pessoal brasileiro tem facilitado o trabalho da Seção Terrestre norte-americana, a qual “passou a aconselhar e auxiliar num nível mais elevado, particularmente nas escolas do Exército Brasileiro, em vez de ocupar-se com treinamento e instrução das unidades”.⁴²³

Entretanto, apesar de todos os elogios dados aos militares brasileiros e do suposto sucesso da missão estadunidense no cumprimento de sua tarefa entre os mesmos, o oficial norte-americano precisou reconhecer que “o excelente trabalho feito pelo General Gamelin e a missão francesa durante as décadas de 20 e 30 têm dificultado o desenvolvimento da unidade de artilharia, particularmente na *venda* das doutrinas modernas americanas”.⁴²⁴

Continuando a explicação acerca da atuação da Seção Terrestre do Exército dos Estados Unidos no Brasil, o artigo esclarece que o tipo de atividade de campanha da Unidade consistia na colaboração e no auxílio dados às escolas de armas e às unidades equipadas com material norte-americano. Além disso, destacava-se, entre as instituições de ensino militares, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EAO), que servia como um local importante para o desenvolvimento das técnicas e doutrinas norte-americanas no País. A explicação apresentada para tanto a credita ao fato de a Unidade ter auxiliado a organização da EAO e da Escola de Artilharia Anti-Aérea.

No que se refere ao ensino nas instituições citadas, palestras e conferências realizavam-se ocasionalmente sobre tópicos especiais, mas a instrução cotidiana não consistia em atribuição dos norte-americanos. Ainda, o autor destaca que as doutrinas americanas foram aceitas e usadas na artilharia de costa antes da existência da Comissão, assim como “os métodos e técnicas americanas de artilharia são agora

⁴²² BRYDE, Ten. Cel. Walter J. BRYDE, Ten. Cel. Walter J. Boa vizinhança: atividades de artilharia na comissão militar mista Brasil-Estados Unidos. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 409, jun. 1948. p. 146.

⁴²³ BRYDE, Ten. Cel. Walter J. *Op. cit.* p. 146.

⁴²⁴ BRYDE, Ten. Cel. Walter J. *Op. cit.* p. 146.

ensinados na escola militar do Brasil onde até recentemente os métodos franceses estavam em vigor”.⁴²⁵

Sobre o recebimento de material bélico estadunidense, o artigo mostrava que a unidade de instrução de artilharia recebeu um *FA Trainer M-3*, aparelho de treinamento m3 de artilharia de campanha, um moderno meio auxiliar de instrução, que se utilizava para orientar o pessoal no novo processo simplificado de tiro observado. Além disso, para facilitar o treinamento da artilharia antiaérea no papel anticarro, construiu-se um *stand* de tiro modelado de acordo com as normas norte-americanas.

Complementando a questão do fornecimento de armamentos norte-americanos, na seção de Noticiário e Legislação da revista, divulgava-se nota que pedia que, a fim de permitir que a Comissão de Recebimento de Material dos Estados Unidos pudesse efetuar uma rápida verificação e tomar as providências necessárias junto à Comissão Militar Brasileira em Washington, recomendava-se “a todas as repartições, depósitos, unidades, etc, que recebem material norte-americano que partilhem imediatamente àquela comissão todas as faltas que possam constar, antes mesmo de lavrarem o termo de abertura do material”.⁴²⁶

Por mais que Humberto Gessinger⁴²⁷ escreva que *da onde menos se espera, dali mesmo que não vem*, o caso do artigo do Ten. Cel. Ary Silveira⁴²⁸ contraria a máxima do compositor gaúcho. Para explicar melhor a situação, o artigo do militar, sem dúvida, é um dos mais pró-americanos publicados no período em análise. Contudo, paradoxalmente, tornou-se capaz de mostrar como a *americanização* do Exército brasileiro foi um processo seletivo que sofria resistência de alguns setores.

Inicialmente, o militar revela que se julgava autorizado para abordar a temática escolhida pela vivência de dez anos que teve com “ilustres oficiais norte-americanos”⁴²⁹ durante o período em que exerceu o cargo de instrutor de oficiais na Escola de Artilharia da Costa. Além disso, o oficial brasileiro frisava que as opiniões expressas em seu artigo não se tratavam de meros achismos, mas sim “de fruto dos estudos feitos com aqueles ilustres membros do Exército norte-americano e através de documentos,

⁴²⁵ BRYDE, Ten. Cel. Walter J. *Op. cit.* p. 147-148.

⁴²⁶ Noticiário e legislação: recebimento de material norte-americano. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 405, fev. 1948. p. 197.

⁴²⁷ Ver GESSINGER, Humberto. *Pra ser sincero*: 123 variações sobre o mesmo tema. Caxias do Sul: Belas Letras, 2009. p. 157.

⁴²⁸ SILVEIRA, Ten. Cel. Ary. Pontos da atual organização do exército nacional em confronto com a organização do exército norte-americano. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 413, out. 1948.

⁴²⁹ SILVEIRA, Ten. Cel. Ary. *Op. cit.* p. 210.

regulamentos e instruções de caráter oficiais norte-americanos”⁴³⁰. Entre tais *ilustres figuras*, O Ten. Cel. Ary faz questão de mencionar e agradecer “os brilhantes membros da MMA”⁴³¹, generais Rodney Smith, Allen Kimberly, Lehman Milles; coronéis William Dalton, William Sackville, George Bardsley, todos que passaram pela Escola de Artilharia de Costa.

A força motriz do texto do oficial brasileiro foi, no seu ponto de vista, a necessidade da formação de Comissões Técnicas para a Artilharia de Costa, ideia de acordo à doutrina oficial norte-americana. Tratou-se, também, de mencionar o Gen. Prati de Aguiar, figura que tinha a mesma unidade de vista dos norte-americanos nesse aspecto, tanto é que conseguiu formação em caráter oficial da primeira comissão técnica permanente da Artilharia de Costa, em 1945. Comentando o fato, o Ten. Cel. Ary escreve que os frutos dessa iniciativa, segundo as linhas da organização norte-americana, no curto período de existência da comissão especial, foram excelentes. No mesmo embalo, ainda no ano 1945, o texto mostra que se cogitou no Estado Maior do Exército, no que se refere à nova organização geral da instituição, por sugestão Gen. Prati de Aguiar, que “fossem adotadas as linhas gerais da organização norte-americana, dispondo cada arma de diretoria própria”⁴³², assim como “forneceu-se ao Estado Maior do Exército os dados sobre a organização norte-americana”.⁴³³

Porém, apesar da vontade do Gen. Prati de Aguiar, a reforma aprovada na organização do Exército tornou-se

uma chocante decepção pois que além de não criar o órgão coordenador das armas para questões doutrinárias de tática, organização, instrução e treinamento, com as questões técnicas próprias a cada arma, tornava completamente nula a propulsão do desenvolvimento técnico das armas, tendo mesmo sido extintas as únicas então remanescentes: Diretoria de Artilharia de Costa e a então recém criada seção especial cuja função correspondia à comissão permanente⁴³⁴.

Continuando sua exposição, o oficial explicava que as recentes reorganizações por que passou o Exército norte-americano, com a formação do órgão diretor e

⁴³⁰ SILVEIRA, Ten. Cel. Ary. *Op. cit.* p. 210.

⁴³¹ SILVEIRA, Ten. Cel. Ary. *Op. cit.* p. 210.

⁴³² SILVEIRA, Ten. Cel. Ary. *Op. cit.* p. 212.

⁴³³ SILVEIRA, Ten. Cel. Ary. *Op. cit.* p. 212.

⁴³⁴ SILVEIRA, Ten. Cel. Ary. *Op. cit.* p. 212.

coordenador, ou seja, o *Headquarters Army Ground Forces*, bem como a criação do *Office Chief Army Field Forces*, em nada alteraram, porém, a antiga estruturação básica do Exército estadunidense. Depois, ao tratar da organização geral das armas nos Estados Unidos, o militar esclarecia que cada arma possuía uma chefia dotada de um próprio Estado Maior, assim como de uma comissão, ou de um conselho consultivo permanente, e de uma escola da arma. A partir daí, elaborar-se-ia “todos os empreendimentos de caráter técnico, doutrinários da tática e da organização, de instrução e de treinamento da arma”.⁴³⁵

Ainda, discutia-se a necessidade de cada arma possuir uma congregação de caráter permanente de oficiais competentes em táticas e técnicas, assim como completada com militares especializados na fabricação de material bélico. Mais uma vez trazendo à memória o Gen. Prati de Aguiar, o Ten. Cel. Ary ressalta que se conseguiu, pelos esforços do citado general, formar um órgão com o referido perfil, que na Artilharia de Costa denominaram Seção Especial. Contudo, ela foi dissolvida, o que, na sua concepção, tratava-se de um erro, pois, nos Estados Unidos, existiam vários órgãos com atribuições semelhantes, tais como: *Infantry Board*, *Cavalry Board*, *Field Artillery Board*, *Engineering Board*. Ao descrever as *Boards* norte-americanas, explicava que cada uma delas possuía prédio próprio, laboratórios e oficinas, bem como campos de provas. Além disso, funcionavam junto à escola da arma, cujos instrutores cooperavam, constantemente, com a comissão. Ainda, as *Boards* consistiam no principal órgão técnico consultivo da Chefia da Arma e colaboravam para o desenvolvimento técnico harmônico das questões de tática, organização e ensino.

Para fechar a questão, amplamente ancorado na sistemática militar norte-americana, o oficial sugere uma retificação na organização castrense brasileira, de tal modo que faculte para cada arma um órgão diretor, dispondo, nas suas palavras, de:

um Estado Maior para estudo e doutrina sobre a organização, tática e treinamento, planos, projetos, particularmente para a diretoria da artilharia da costa; b) de uma comissão técnica consultiva permanente, à disposição da diretoria, para a propulsão, experiências e estudo das questões técnicas, dispondo de uma elite da arma, quer sob o ponto de vista tático, quer sob o ponto de vista técnico, dispondo de campos de provas, laboratórios e oficinas, e funcionando junto da escola da arma; c) de uma escola de arma para estudos inerentes à arma, cujos desenvolvimentos não podem ser

⁴³⁵ SILVEIRA, Ten. Cel. Ary. *Op. cit.* p. 212.

evidentemente ministrados na escola militar,⁴³⁶ e cujos instrutores cooperem com a comissão técnica permanente da arma.⁴³⁶

Apesar de o conteúdo de vários artigos trazer uma fortíssima influência norte-americana, e apesar de o período pós-guerra nas relações entre Brasil e França ser classificado como uma época de *negligência cordial*⁴³⁷, exceto pela quase anedótica *Guerra das Lagostas*⁴³⁸, a admiração de certos articulistas pelo modelo militar francês continuou presente n’*A Defesa Nacional* no período em análise.

Se os norte-americanos continuavam como a referência em assuntos dos mais diversos graus de relevância, como no caso da “régua de cálculo militar”⁴³⁹, que consistia num “tipo de régua de cálculo especial Mannheim”⁴⁴⁰, utilizada “primitivamente para cálculos de observação”⁴⁴¹, os franceses, que aparentemente não tinham réguas ou compassos para o aperfeiçoamento militar brasileiro, por sua vez, voltavam à memória de articulistas da revista para reflexões a respeito de outros tipos de temas. Questões a respeito da criação de uma aviação terrestre autônoma⁴⁴², estudos sobre a observação de artilharia⁴⁴³ ou acerca do emprego de armas blindadas⁴⁴⁴ ainda encontravam nos franceses conselheiros de respeito. Uma amostra dessa tendência encontra-se num texto, na sessão de assuntos diversos do periódico, sobre o livro *Servir*, escrito pelo General Gamelin.

⁴³⁶ SILVEIRA, Ten. Cel. Ary. *Op. cit.* p. 213.

⁴³⁷ Ver LESSA, Antônio Carlos. *As relações Brasil-França*. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=377&textCode=4336&date=currentDate>>. Acesso em: jan. 2010.

⁴³⁸ A Guerra da Lagosta começou em 1961. O governo brasileiro proibiu os lagosteiros franceses de pescarem o crustáceo no litoral da região Nordeste, na parte que ia de Pernambuco ao Ceará. Para a liberação da pesca, o governo francês se baseava na Convenção de Genebra, de 1958. Mas nem a França nem o Brasil a assinaram. O Ministério das Relações Exteriores Francês – *Quai d’Orsay* – dizia que os crustáceos não eram tidos como recursos da plataforma continental. Com o intuito de solucionar a questão, veio ao Brasil uma delegação francesa composta pela Marinha Mercante e armadores. Já o Brasil foi representado pelo Conselho de Desenvolvimento da Pesca (Codepe) e pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Marinha.

⁴³⁹ Régua de cálculo militar (sem referência ao autor). Tradução do Military Slide Rule, Fort Sill. Cap. Roberto Alves Carvalho Filho (tradutor). *A Defesa Nacional*. n. 402, nov./dez. 1947. p. 113.

⁴⁴⁰ Régua de cálculo militar (sem referência ao autor). *Op. cit.* p. 113.

⁴⁴¹ Régua de cálculo militar (sem referência ao autor). *Op. cit.* p. 113.

⁴⁴² Ver POUNDON, Ten. Pela criação de uma aviação terrestre autônoma. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 413, out. 1948.

⁴⁴³ Ver CALLET, Cap. Jean. Estudo sobre a observação de artilharia. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 413, out. 1948.

⁴⁴⁴ Ver NIESSEL, General. Emprego de arma blindada. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 416, jan. 1949. BEAUFORT, Cel. A arma blindada. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 411, ago. 1948. MICHELLET, Cap. Uma visão de conjunto dos engenhos blindados. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 412, set. 1948.

A respeito da obra do oficial francês, o texto explicava que se encontra nesse livro – que, aliás, “não se deve apenas ler, mas estudar e meditar”⁴⁴⁵ – um “fecundíssimo manancial de ensinamentos que muito interessam à política de guerra de qualquer país, em face das condições do mundo”⁴⁴⁶. Além disso, no mencionado livro, “vê-se o que vale para a guerra, a educação nacional e os militares de profissão encontram nele a diferença entre a concepção e a ação, com a importância relativa dos intermediários que levam de uma a outra”⁴⁴⁷. Também, observa-se na obra em questão que nela

estão bem consignados as diferenças entre doutrina e processo de combate; a importância de uma judiciosa organização do comando; a necessidade do comando dispor de uma autoridade correspondente à sua responsabilidade efetiva, cuidando da formação nos cimos da hierarquia militar, afastando ou evitando as influências meramente individuais.⁴⁴⁸

Quando a temática relacionada com os artigos envolvia questões de segurança nacional e reflexão sobre o futuro da nação, de fato, o exemplo francês aparecia como algo que, no mínimo, merecia observação cuidadosa. Por exemplo, no número 395 do periódico, aparece um artigo assinado pelo General de Lattre, que, diga-se de passagem, possui uma sugestiva nota de apresentação do seu tradutor. Como lembra o militar brasileiro que traduziu o texto, este fora publicado pela primeira vez no número de novembro de 1946, na *Revue Homes et Manodes*, sob o título “L’armee française de transition”. Esse artigo, na visão do tradutor, possuía grande interesse para os oficiais brasileiros, pois apresentava o conhecimento da solução francesa para um problema que afligia o Exército brasileiro. Apesar disso, há lembrança que, talvez, ela não “seja totalmente adaptável ao nosso caso, como, aliás, acontece com todas as soluções que se pretende generalizar sem atender as condições particulares que individualizam o problema”.⁴⁴⁹

Conforme recomendava o oficial francês, enquanto durasse a fase dos estudos a respeito de como reorganizar o Exército, tornava-se necessário possuir um exército de transição. Porém, quando tal fase tivesse progredido suficientemente para autorizar

⁴⁴⁵ Assuntos diversos. Boletim. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 392, jan. 1947. p. 123.

⁴⁴⁶ Assuntos diversos. Boletim. *Op. cit.* p. 123.

⁴⁴⁷ Assuntos diversos. Boletim. *Op. cit.* p. 124.

⁴⁴⁸ Assuntos diversos. Boletim. *Op. cit.* p. 124.

⁴⁴⁹ TASCIGUY, General de Lattre. *Op. cit.* p. 101.

maiores conclusões, o militar julgava fundamental “um exército em evolução incessante”⁴⁵⁰, isto é, “que o espírito dogmático que se satisfaz com regulamentos formais e organizações quase imutáveis deve definitivamente dar lugar a um espírito flexível, sempre disposto a se adaptar as fórmulas novas”.⁴⁵¹

Além disso, o General de Lattre adverte que, “no imenso labor que a França se impôs para reconstruir todas as suas forças, o exército não é menos ativo”⁴⁵², pois, “apesar das circunstâncias excepcionalmente desfavoráveis, ele se faz em obra”⁴⁵³. Logo, na sua interpretação, como os exércitos estrangeiros, a instituição francesa colocava-se com incertezas temíveis, “mas que não considera como escusa para a passividade”⁴⁵⁴. Embora “reduzido muito mais que seus congêneres a um estado de pobreza que toca aos serviços e cada um de seus membros, ele se recusa a perder a fé”⁴⁵⁵, baseando-se “na fidelidade às lembranças gloriosas do passado e ao orgulho que tomou na vitória e a consciência de seus constantes deveres para com a nação”.⁴⁵⁶

Ainda no aspecto doutrinário militar, uma nota da edição de novembro da revista cita o inspetor geral do exército francês, o Coronel Duffourt, que, através da publicação de um texto na *Revue de Défense Nationale*, assim explicava:

a compartimentação do exército em certo número de armas não tem a rigidez antiga, numa época em que um comandante de carros deve possuir as qualidades de um cavaleiro e do artilheiro e, por vezes, as do engenheiro e do infante[...] brevemente efetivos e armamentos estarão repartidos por unidades que formarão subdivisões do exército de terra, de tipos diversos, correspondente ao seu emprego no campo de batalha e cujos oficiais, formando um corpo único, serão chamados para servirem, indistintivamente, em qualquer delas [...] que a formação de oficiais para servirem em todas as armas é possível⁴⁵⁷.

⁴⁵⁰ TASCIGUY, General de Lattre. *Op. cit.* p. 103.

⁴⁵¹ TASCIGUY, General de Lattre. *Op. cit.* p. 103.

⁴⁵² TASCIGUY, General de Lattre. *Op. cit.* p. 114.

⁴⁵³ TASCIGUY, General de Lattre. *Op. cit.* p. 114.

⁴⁵⁴ TASCIGUY, General de Lattre. *Op. cit.* p. 114.

⁴⁵⁵ TASCIGUY, General de Lattre. *Op. cit.* p. 114.

⁴⁵⁶ TASCIGUY, General de Lattre. *Op. cit.* p. 114.

⁴⁵⁷ Formação de quadros e fusão de armas. Boletim. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 402. nov./ dez. 1947. p. 295.

Na mesma edição da revista, há uma nota que descreve a organização militar francesa, mencionando que, segundo publicação oficial, “a França deverá dispor de um poderoso exército móvel, equipado para uma possível guerra atômica”⁴⁵⁸, embora o Ministro da Guerra do período estivesse “pessoalmente convencido de que a bomba atômica nunca será usada como instrumento de guerra”⁴⁵⁹. Segundo os planos franceses descritos no texto, “num período de quinze anos, o Exército estará preparado com forças suficientes para ser considerado um exército poderoso e contará com um total de 450 mil homens”⁴⁶⁰. A respeito do período de serviço militar, a nota destacava a pretensão francesa de manter “o princípio do serviço de um ano, que já deu as suas provas e que parece indispensável para assegurar a ligação entre os dois contingentes de recrutas”⁴⁶¹.

A admiração corrente pelo Exército e pelos militares franceses encontra ressonância não apenas na tradução de artigos ou na referência às forças armadas francesas nos textos dos autores nacionais, mas também na simples visita de um oficial francês. Conforme uma nota da revista, o conselho editorial do periódico tinha “o prazer de receber a visita do Sr. Coronel A. Buchalet, digno adido militar da embaixada francesa no Brasil”⁴⁶². Na definição da própria revista, o militar

é um sincero continuador da obra de fraternização e de intercâmbio cultural que tão intimamente ligou camaradas dos dois exércitos, graças à fecunda era de verdadeiro renascimento intelectual de nosso quadro de oficiais iniciado pelo eminente mestre, o ex. Sr. General Gamelan, e mantida durante tantos anos por seus dignos sucessores e brilhantes auxiliares... espírito de afetiva camaradagem que liga os irmãos d’armas dos dois países: França e Brasil.⁴⁶³

Enquanto aparece, no período do imediato pós-guerra – o qual é analisado no presente trabalho –, apenas uma frase completa em inglês – a famosa propaganda do *whisky White Horse* –, o conselho editorial do periódico faz questão de divulgar um ofício recebido pela revista da *Ambassade de la Republique Française au Bresil*, mais especificamente, enviado pela *L’Attache Militaire*. O documento, assinado pelo adido militar francês no país, diz:

⁴⁵⁸ Organização militar. Boletim. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 402, nov./ dez. 1947. p. 296.

⁴⁵⁹ Organização militar. Boletim. *Op. cit.* p. 296.

⁴⁶⁰ Organização militar. Boletim. *Op. cit.* p. 296.

⁴⁶¹ Organização militar. Boletim. *Op. cit.* p. 297.

⁴⁶² Coronel Buchallet. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 397, jun. 1947. p. 8.

⁴⁶³ Coronel Buchallet. *Op. cit.* p. 9.

J'ai reçu cette semaine votre excellente revue du mois de mars et j'ai eu la très agréable surprise d'y lire la citation du Colonel Durosoy et du 2^e régiment de cuirassiers ainsi que le fidèle compte rendu de la visite du General Juin à l'école d'état major. J'ai été particulièrement touché de l'hommage rendu à un de mes prédécesseurs et je a vous dire toute reconnaissance ce pour les pensées délicates que vous avez su si magnifiquement exprimer à son sujet permettez moi au moment de notre armée et mon personnel de vous exprimer ici toute notre gratitude.⁴⁶⁴

Na edição de julho de 1947, um artigo discorre a respeito, talvez, do grande motivador da admiração contida em certos textos da revista pelos franceses, apesar de o momento pós-guerra não ser exatamente dos melhores para o Exército francês. O artigo mencionado faz referência ao General Gamelin, cujo “nome no nosso País, e especialmente no nosso exército, traduz sempre: inteligência, ordem, ação, caráter, amizade, todas as virtudes de um militar perfeito”.⁴⁶⁵

Conforme o Capitão Vitor Hugo, “a nossa organização é uma magistral adaptação do respeitável mestre da organização francesa ao nosso meio, às nossas necessidades, às nossas poses”. Além disso, o militar brasileiro faz questão de lembrar que “a cordialidade existe de maneira franca e leal entre os dois exércitos”⁴⁶⁶, bem como “as amizades que ainda hoje perduram entre elementos das duas grandes classes; tudo isto é germinação fecunda e poderosa da semente lançada por Gamelin, no terreno do nosso reconhecimento e da nossa gratidão”.⁴⁶⁷

Na esteira dos textos que promovem uma valorização da maneira francesa de pensar o exército e a guerra, bem como os problemas de Estado, a revista traduziu da *Revue de Défense Nationale*, uma conferência do General de Sattre, proferida na Escola de Estado-Maior Francesa. Intitulado “Ensaio de adaptação da organização militar nas condições futuras da guerra”, apresentava-se numa nota da redação a transcrição do referido texto como um possível guia para os brasileiros encontrarem certas soluções para seus problemas domésticos.

Conforme a citada nota da redação,

⁴⁶⁴ Ambassade de la République Française au Brésil. L'Attaché Militaire. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 397, jun. 1947. p. 9-10.

⁴⁶⁵ ALENCAR, Capitão Vitor Hugo de Alencar. Um grande chefe. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 398, jul. 1947. p. 128.

⁴⁶⁶ ALENCAR, Capitão Vitor Hugo de Alencar. *Op. cit.* p. 128.

⁴⁶⁷ ALENCAR, Capitão Vitor Hugo de Alencar. *Op. cit.* p. 128.

se é verdade que a preparação para a guerra é função do meio físico e humano, e que, portanto, não pode haver planos ou regras universais aplicáveis a qualquer país, não é menos certo que, no domínio das idéias e das realidades presentes, há princípios e considerações tão lógicos e realistas que bem podem servir de guias [...] Eis porque julgamos útil a divulgação dos conceitos expedidos pelo eminente Chefe, o general de Sattre, na certeza de que merecerá a atenção e o interesse de todos quantos, pela função que exerçam, ou por suas atividades, caiba uma parcela de responsabilidade pelos destinos do país, sejam eles chefes militares, homens do governo ou personalidades dos quadros civis, ou legisladores, notadamente os que integram as comissões especializadas no estudo e elaboração das leis garantidores da Segurança Nacional.⁴⁶⁸

O mesmo oficial francês, para a satisfação do grupo editor d'*A Defesa Nacional*, visitou o Brasil naquele ano de 1947. A descrição do oficial francês feita pelo periódico não é nada modesta, pois, nas palavras da revista, o País recebeu “a visita de um dos mais altos expoentes das vitoriosas armas das Nações Unidas”⁴⁶⁹. O General Jean de Sattre de Tassingny, que exercia a função de inspetor Geral e Chefe de Estado Maior Francês, aparece nessas páginas como uma “figura sobremodo simpática do bravo e ilustre vencedor da campanha da Alsácia e do Reno”⁴⁷⁰, digno “desde logo à admiração de quantos lhe ouviram a palavra eloqüente e assistiram algumas das conferências por ele pronunciadas em nossa capital”⁴⁷¹.

Para os que pensam que a quantidade de elogios e adjetivos positivos esgotou-se para a descrição do militar francês, a revista mostra que não, pois o oficial, na sua concepção, “é hoje uma das personalidades mais apreciadas nos meios militares mundiais, pelo debate que vem fazendo através de conferências e artigos em revistas e jornais, em torno da renovação das Forças Armadas e das modificações a introduzir nos processos de combate”⁴⁷². Além disso, para arrematar a questão, descreveu-se o General de Sattre como um “mestre da arte da guerra”⁴⁷³, um indivíduo que faz o autor do texto afirmar que “nós revemos, na sua figura impressionante, os nossos velhos e operosos mestres da Missão Militar Francesa, a quem tanto deve o nosso Exército e os

⁴⁶⁸ Nota da redação introduzindo o texto de TASSINGNY, General de Sattre. Ensaio de adaptação da organização militar nas condições da guerra futura. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 402, nov./ dez. 1947. p. 9.

⁴⁶⁹ Boletim. General Jean de Sattre Tassingny. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 402, nov./ dez. 1947. p. 292.

⁴⁷⁰ Boletim. General Jean de Sattre Tassingny. *Op. cit.* p. 292.

⁴⁷¹ Boletim. General Jean de Sattre Tassingny. *Op. cit.* p. 292.

⁴⁷² Boletim. General Jean de Sattre Tassingny. *Op. cit.* p. 292.

⁴⁷³ Boletim. General Jean de Sattre Tassingny. *Op. cit.* p. 292.

vultos imperecíveis do Exército francês, padrões do saber, da bravura e da honra militar”.⁴⁷⁴

A ideia que a revista procura a respeito das relações militares Brasil-França sintetiza-se em uma nota a respeito da visita do General Juin, a qual se retirou da *Revue Hommes et Mondes*. Nela, o militar francês descreve suas impressões colhidas em sua estada no Brasil, mais especificamente na Escola de Comando e Estado Maior do Exército. O autor da nota na revista, após descrever peculiaridades acerca do fato, finaliza o texto, sugerindo que “a França deve retomar a posição que lhe coube em nosso país”.⁴⁷⁵

Para fechar a questão, nada mais justo que um reconhecimento do governo francês aos principais membros do conselho editorial do período, o qual mereceu nota na última edição do ano d’*A Defesa Nacional*. Conforme registrou a revista, “foram agraciados pelo governo francês com Medalha de Ouro da Resistência, os Srs. coronéis Renato Baptista Nunes e João Baptista Magalhães, respectivamente Diretor Presidente e Presidente do Conselho Fiscal de A Defesa Nacional”.⁴⁷⁶

Ainda, a nota continua e faz questão de mencionar “a qualidade em que foram distinguidos pela Nação Francesa os eminentes oficiais”⁴⁷⁷, ou seja, a de “escritores militares de larga projeção e intensa atividade, que muito têm feito pela maior aproximação espiritual entre as duas grandes pátrias latinas”⁴⁷⁸. Por fim, a nota felicita “as autoridades francesas pelo acerto e justificação de tão honrosa comenda conferida a dois dos mais altos e puros expoentes da intelectualidade militar brasileira”.⁴⁷⁹

Contudo, independentemente da influência estrangeira, francesa ou norte-americana, o editorial do periódico de janeiro de 1947 interroga, naqueles dias iniciais de Guerra Fria:

Por que havemos de ser presa [...] do capitalismo internacional ou do proletariado internacional quando somos felizes na nossa forma de viver e na concepção moral que adotamos conscientemente. Não nos interessam padrões ou súditos, interessa-nos o preparo material e espiritual do Brasil que herdamos e havemos de fazer mais digno e acolhedor [...] tornando-nos mais brasileiros e solidários na ação restauradora da coesão nacional [...]

⁴⁷⁴ Boletim. General Jean de Sattre Tassingny. *Op. cit.* p. 292.

⁴⁷⁵ Impressões do Brasil. Boletim. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 402, nov./ dez. 1947. p. 296.

⁴⁷⁶ Condecoração. Boletim. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 402. nov./ dez. 1947. p. 289.

⁴⁷⁷ Condecoração. Boletim. *Op. cit.* p. 289.

⁴⁷⁸ Condecoração. Boletim. *Op. cit.* p. 289.

⁴⁷⁹ Condecoração. Boletim. *Op. cit.* p. 289.

repelindo tudo quanto possa entorpecer a alma nacional que é tão sensível e digna quanto as que melhor o possam ser⁴⁸⁰.

O próprio editorial da revista, datado de junho de 1948⁴⁸¹, comenta que, na oportunidade, quebrou a praxe de deixar aquelas páginas à evocação de fatos históricos ou acontecimentos marcantes do mês em transcurso, para tratar de outro tipo de temática. Embora evocando conceitos do General Goerge Mardhall, que ressaltavam a ideia da guerra total, o periódico tece críticas ao comando do Exército, que não edita nem publica manuais técnicos e de campanha em número suficiente, motivo pelo qual o País tornava-se despreparado para o tipo de guerra da época.

Ainda, a revista menciona que, para “difundir a doutrina de guerra e orientar sabiamente a instrução, o Exército norte-americano possui, presentemente, em edições que atingem a milhões de exemplares mais de 300 manuais de campanha e técnicos”⁴⁸². Assim, embora para uso da F.E.B. tivessem sido realizadas traduções de cerca de 100 manuais norte-americanos, cujas edições lançadas a título provisório encontravam-se esgotadas, naquele contexto, as referidas traduções precisavam “ser revistas e adaptadas aos graus de desenvolvimento da nossa cultura profissional”⁴⁸³, pois “possuímos métodos próprios consagrados e uma nomenclatura já bem aceita, os quais não podiam deixar de ser considerados”⁴⁸⁴.

Outro texto, na mesma edição da revista, comenta que o Exército brasileiro encontrava-se em fase de franca reestruturação, pois se desenvolviam inúmeros regulamentos e manuais nos quais repousaria “a nova feição material de nossa instituição”⁴⁸⁵. Nesse quadro, o autor da nota afirmava que enxergava como “preocupação principal a presidir esta fase, a de não copiar o que foi feito”⁴⁸⁶, logo, “cumpre ver os exemplos a seguir e não os modelos a imitar”⁴⁸⁷. Em suma,

devemos meditar sobre as lições colhidas nas guerras por outras nações, mas sem nos esquecermos de nossas deficiências, particularmente de ordem

⁴⁸⁰ Editorial. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 392, jan. 1947. p. 6.

⁴⁸¹ Editorial. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 409, jun. 1948. p. 3-6.

⁴⁸² Editorial. *A Defesa Nacional*. *Op. cit.* p. 4.

⁴⁸³ Editorial. *A Defesa Nacional*. *Op. cit.* p. 5.

⁴⁸⁴ Editorial. *A Defesa Nacional*. *Op. cit.* p. 5.

⁴⁸⁵ Assuntos diversos. Boletim. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 392, jan. 1947. p. 129.

⁴⁸⁶ Assuntos diversos. Boletim. *Op. cit.* p. 129.

⁴⁸⁷ Assuntos diversos. Boletim. *Op. cit.* p. 129.

material, nem tampouco do acervo intelectual que várias gerações de honestos profissionais militares nos legaram.⁴⁸⁸

Na mesma linha de pensamento, porém, com um início um pouco mais simpático à causa pan-americana, vem o Editorial do periódico de abril de 1949, comemorativo ao dia das Américas. Conforme o texto, *A Defesa Nacional*, enaltecendo o dia das Américas, “faz notas sinceras para que o grande instituto fundado em Bogotá consolide-se por meio de realizações práticas e definitivas”. Ressaltando o contexto inicial da Guerra Fria, o Editorial comentava que

no momento em que se defrontam duas concepções políticas antagônicas e dois sistemas de vida, um baseado no puro materialismo e na brutal tirania das massas, e o outro na busca da manutenção das conquistas democráticas e cristãs, possam as nações das Américas oferecerem uma solidariedade fundada na comunhão de idéias, na fraternização de seus povos, na cooperação efetiva para o desenvolvimento de suas riquezas potenciais e na pujança de suas forças defensivas, inspiradas naquela lapidar sentença do grande Rui: A justiça é o laço firme das grandes amizades.⁴⁸⁹

De fato, se no que se refere à política externa brasileira a atuação da diplomacia nacional caminhava de mãos dadas com a norte-americana, no campo militar, porém, a julgar pelos artigos e demais textos d’*A Defesa Nacional*, a situação apresentava um quadro diferente. A adoção de modelos estadunidenses, o acontecimento de uma americanização do Exército brasileiro, mostrava-se uma realidade, apesar do foco de resistência ligado ainda à matriz francesa.

Contudo, tal processo não foi tão automático ou simplesmente uma cópia dos modelos norte-americanos, a despeito das armas e dos regulamentos utilizados. A partir da visão exposta nas páginas da revista pela maioria de seus articulistas, os militares não perderam a criticidade em relação aos Estados Unidos. Portanto, aquilo que militarmente apresentava-se vantajoso e possível deveria ser implementado, pois, embora existisse uma significativa admiração pela técnica e doutrina militar norte-americana, o pragmatismo imperava no momento de realizar qualquer avaliação no

⁴⁸⁸ Assuntos diversos. Boletim. *Op. cit.* p. 129.

⁴⁸⁹ Editorial. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 419, abr. 1949. p. 3.

relacionamento entre ambos os países, pelo menos, para a maioria dos que escreveram n'*A Defesa Nacional* nos anos em análise no presente capítulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA APRENDER A CAIR DAS NUVENS

Mesmo sabendo que a História não resolverá os dilemas da humanidade, é impossível pensar o presente e o futuro sem uma reflexão sobre o passado, pois o mundo e o Brasil revelam-se, também, pelo que foram. Portanto, nesta época em que as temáticas de defesa retornaram à mídia e ao debate político no País e em que a renovação dos equipamentos das Forças Armadas volta a ser pauta importante de discussão, o presente trabalho pode dar alguma contribuição para reflexões acerca do momento atual do Brasil.

A concretização das pretensões futuras do Brasil de afirmar-se, de fato, como uma potência global, passa, para o bem ou para o mal, pela atualização das Forças Armadas nos seus mais variados aspectos. Dessa maneira, sem dúvida, o referido processo, dadas as condições tecnológicas contemporâneas da indústria bélica nacional, passará pela importação de *know-how* e de equipamentos estrangeiros. Assim sendo, franceses e/ou norte-americanos continuarão a influenciar as Forças Armadas brasileiras e, conseqüentemente, os rumos futuros do Brasil.

A presença francesa no País, após um período áureo, sobretudo no aspecto cultural entre os séculos XIX e primeira metade do século XX, passou por um processo de retração nos anos da Guerra Fria, inclusive, no campo militar. Nessa primeira década do século XXI, porém, o aumento dos investimentos franceses no Brasil e a aproximação promovida pelos presidentes Luis Inácio Lula e Nicolas Sarkozy, até mesmo em questões militares, parece trazer novos horizontes para a parceria.

Atualmente, as Forças Armadas brasileiras recém adquiriram dezenas de helicópteros franceses, assim como firmaram uma parceria, através das marinhas de ambos os países, para a construção de uma série de quatro submarinos convencionais e o desenvolvimento do primeiro submarino de propulsão nuclear brasileiro. Vale lembrar que a propulsão nuclear será desenvolvida pelo Brasil, logo, o *know-how* nuclear, explicitamente, não faz parte do acordo. Em termos econômicos, o projeto custará ao governo brasileiro cerca de 8,6 bilhões de Euros, financiados, em parte, por meio de empréstimos feitos por um consórcio de seis bancos europeus. Além disso, a Aeronáutica nacional estuda a aquisição de aviões de combate, os quais, provavelmente,

serão franceses, apesar das propostas concorrentes norte-americana e sueca⁴⁹⁰. Tais questões relacionadas à compra de equipamentos militares têm grande relevância para o futuro brasileiro. Com as decisões tomadas recentemente, o relacionamento entre os dois países ficará entrelaçado enquanto o Brasil utilizar os equipamentos franceses, ou seja, ao redor de trinta e cinco anos.

Nesse contexto, ressalta-se que a aproximação militar entre Brasil e França não é inédita na história, ou, como querem alguns analistas, mostra uma politização de uma decisão estritamente técnica, por parte de uma diplomacia brasileira mais ideológica e menos pragmática. De fato, as relações militares entre os dois países possuem um longo histórico, inclusive, persistindo, pelo menos para alguns militares que escreveram n'*A Defesa Nacional*, em meio ao processo de *americanização* do Exército brasileiro. Os antecedentes entre os militares franceses e brasileiros construíram uma identidade entre ambos, e não se deve esquecer que “as relações de cooperação e conflito entre os Estados dependem substancialmente do processo de formação de identidade entre eles”⁴⁹¹. Contudo, somente poder-se-á chamar a relação franco-brasileira atual de estratégica, como quer a política externa brasileira contemporânea, se esta ultrapassar a área militar. Caso contrário, tornar-se-á simplesmente uma transação comercial no âmbito militar com respaldo político.

Já a respeito dos norte-americanos, a presença hegemônica dos Estados Unidos, desde o início do século XX, sempre consistiu em um fator determinante para compreender a América Latina nos seus mais diversos aspectos. O Brasil, portanto, não foge à regra. Logo, torna-se difícil pensar a respeito da história brasileira sem mencionar os Estados Unidos, tamanha a importância dos norte-americanos na vida política, econômica e cultural do Brasil. Mesmo assim, fica a questão: por que o Brasil americanizou-se? A resistência ao processo mostrou-se praticamente impossível. A explicação que liga a questão a “algo de misterioso, que a sociedade americana oferece, como uma lâmpada que atrai as mariposas”⁴⁹², não serve à conclusão do presente trabalho.

⁴⁹⁰ Para informações sobre os acordos militares envolvendo Brasil e França, ver RAMOS, Murilo. *A relação Brasil França causa polêmica*. Disponível em: <www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/RE03082009.pdf>. Acesso em: jan. 2010. CARMO, Marcia. Jornais argentinos vêm corrida armamentista em acordo Brasil França. In: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/09/090908_brasilfranca_mc_cq.shtm. Acesso: jan. 2010

⁴⁹¹ SARFATI, Gilberto. *Teorias de relações internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 262.

⁴⁹² TOTA, Antonio Pedro. *Os americanos*. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p. 12.

De fato, trazer a questão às esferas cultural e econômica, embora complementemente, pouco ajuda para a problemática que se procurou desenvolver nesta pesquisa. Entretanto, no que diz respeito ao Exército brasileiro e, sobretudo, à revista *A Defesa Nacional*, pode-se fornecer maiores esclarecimentos que não buscam em elementos sobrenaturais ou na fauna regional a explicação para o entendimento do processo de *americanização* da instituição castrense nacional, a partir da leitura do periódico analisado.

O historiador Jean Baptiste Duroselle⁴⁹³, de uma maneira genérica, ajuda na compreensão do processo em questão. Conforme o francês, o contato de dois povos, por intermédio de alguns indivíduos num primeiro momento e depois através de colônias mais numerosas, promove os intercâmbios de ideias, que se intensificam pelo estudo dos idiomas, pela exportação de livros e pela utilização crescente dos meios de comunicação. Dessa maneira, promovem-se substanciais transformações nas relações entre os países. Ainda, o brilho de uma cultura, a presença de comunicações fáceis, o poder e a riqueza de um país levam numerosos estrangeiros a se interessarem em aprender e até mesmo adotarem aspectos da cultura de outro.

A partir daí, os governos dotam-se cada vez mais de organismos, públicos ou semipúblicos, de propaganda intelectual. Além disso, os Estados mais influentes tentam atrair estudantes estrangeiros para suas universidades, organizam viagens, exposições, promoções de livros e filmes. Se, da cultura pura, estendemo-nos para o técnico e científico, a assimetria persiste. As noções do historiador francês explicam perfeitamente o porquê do esforço norte-americano em meio à Segunda Guerra Mundial e, em menor escala, no imediato pós-guerra para atrair militares latino-americanos e, principalmente, brasileiros às suas instituições de ensino militar. Porém, não se pode negar que o aumento do referido intercâmbio também beneficiou o Exército brasileiro, pois seus oficiais tiveram a oportunidade de entrar em contato com um dos exércitos mais modernos da época.

A opção brasileira em cooperar com os estadunidenses na Segunda Guerra Mundial mostrou-se acertada, ainda mais que naquele momento o governo nacional soube tirar as devidas vantagens que a conjuntura internacional permitia. Partindo da lógica que um país de economia primário-exportadora, como o caso Brasil na época em análise, necessita para desenvolver suas Forças Armadas e, assim, garantir sua

⁴⁹³ Ver DUROSELLE, Jean Baptiste. *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

segurança, de apoio de tecnologia estrangeira, a formação da aliança com os Estados Unidos foi imprescindível para o futuro militar brasileiro. Entretanto, como lembra Martin Wright e, infelizmente, esqueceu a diplomacia do Governo Dutra, “as alianças não são amizades internacionais – a menos que, como observou Aristóteles, utilizemos a palavra amizade para designar relações baseadas na utilidade; alianças não podem ser desinteressadas”.⁴⁹⁴

De fato, “a aliança perfeita demonstra igualdade de interesse e compromisso entre as duas partes, acrescida de uma reciprocidade de vantagens”⁴⁹⁵, como se mostrou para o Brasil a parceria com os Estados Unidos ao longo da guerra, mas diferente da relação mantida com os norte-americanos na segunda metade da década de 1940. Contudo, o caminho traçado pelo Exército brasileiro no imediato pós-guerra não tinha volta. Logo, a influência norte-americana mostrava-se irreversível naquela conjuntura. No cenário bipolar da Guerra Fria, o Exército nacional não tinha dinheiro nem margem de manobra para diversificar seu fornecimento de armamento e doutrina. Com isso, pelo exposto n’*A Defesa Nacional*, a dependência estadunidense foi inevitável, o que, entretanto, não se revelou sinônimo de subserviência militar brasileira aos norte-americanos.

Outra reflexão que a presente dissertação permite fazer remete a aspectos da teoria das relações internacionais. Conforme Adriana Marques⁴⁹⁶, os especialistas em Relações Internacionais e Forças Armadas que estudam a elaboração de doutrinas e estratégias militares dividem-se, grosso modo, entre os que atribuem a preferência dos Estados para uma determinada estratégia militar aos constrangimentos e incentivos do sistema internacional – os neorealistas –, e os que enfatizam as características organizacionais das Forças Armadas na escolha da estratégia a ser adotada, ou seja, os partidários da teoria da organização.

No caso abordado nesta dissertação, as teorias em questão parecem não dar conta de explicar a opção dos militares brasileiros que contribuíram para *A Defesa Nacional*. De fato, elementos formadores do sistema internacional à época da Segunda Guerra Mundial afetaram, decisivamente, a opção pela doutrina norte-americana, daí a aceleração do processo de *americanização* do Exército brasileiro. Contudo, a presença

⁴⁹⁴ WRIGHT, Martin. *A política do poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985. p. 99.

⁴⁹⁵ WRIGHT, Martin. *Op. cit.* p. 101.

⁴⁹⁶ MARQUES, Adriana Aparecida. *Amazônia: pensamento e presença militar*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2007.

de ideias francesas entre os oficiais brasileiros, mesmo no quadro do pós-guerra, com a França reduzida a um papel secundário no cenário internacional, mostra um desalinhamento dos fatos com a teoria. Por outro lado, reduzir às características organizacionais do Exército brasileiro, que explicam a permanência de ideias francesas, a adoção da doutrina norte-americana também é insuficiente, pois se trata de uma missão impossível excluir a questão sistêmica para avaliar as decisões de um país com o perfil do Brasil.

Entretanto, ainda segundo Marques, mais recentemente, alguns analistas têm discutido o assunto a partir de uma perspectiva construtivista, que não identifica *a priori* as preferências dos Estados ou o comportamento das burocracias nacionais com as duas perspectivas anteriores, pois, de acordo com as premissas do construtivismo, não há como dissociar a elaboração e a execução de estratégias e doutrinas militares do contexto cultural no qual elas são produzidas (ou importadas, no caso do Brasil). Portanto, a chave a partir da qual é possível compreender a escolha de uma doutrina militar situa-se na correlação de forças entre os atores políticos nacionais, a partir de variáveis como a relação entre civis e militares, a maneira como os referidos atores interpretam o ambiente internacional e a cultura organizacional das Forças Armadas.

Logo, nesse quadro, a teoria construtivista é a que mais parece auxiliar na interpretação do problema, pois, ao não excluir a importância sistêmica, bem como ao considerar as variáveis organizacionais, consegue conciliar, satisfatoriamente, uma explicação para a adoção da doutrina norte-americana como referência, mas, ao mesmo tempo, ainda que de forma menos intensa, a manutenção da presença doutrinária francesa. O Exército brasileiro modernizou-se e profissionalizou-se, de fato, a partir da vinda de uma Missão Militar Francesa, temas, aliás, que foram abordados no primeiro capítulo desta dissertação, o que explica, do ponto de vista organizacional, a presença da influência daqueles militares europeus, mesmo em épocas posteriores.

A respeito do contexto cultural, a *americanização* do Brasil ganhou mais vigor com a Segunda Guerra Mundial; antes disso, a referência cultural para as elites nacionais encontrava-se na França. Porém, ficou explícito que a influência militar francesa diminuiu substancialmente, fruto da substituição pela matriz estadunidense que o País adotou, mais intensamente, a partir de 1942, com a entrada na Guerra do lado de Washington. Além disso, observando o corte cronológico e o assunto do presente trabalho, acrescentam-se algumas contribuições a respeito das relações entre os dois países, sobretudo, no campo militar. Primeiramente, tornou-se visível que existiu a

americanização do Exército brasileiro e da revista *A Defesa Nacional*, processo que ganhou fôlego a partir de 1942, ano do término da diplomacia pendular brasileira e, portanto, do início do alinhamento automático com os Estados Unidos no cenário internacional.

Entre 1942 e 1946, observa-se a existência de artigos e outros tipos de texto no periódico com grande ligação com os norte-americanos, comportamento evidentemente relacionado com a formação da F.E.B. Dessa maneira, apesar da presença de artigos que se voltavam para os ensinamentos oriundos da matriz militar francesa, a maioria esmagadora dos artigos utilizava-se de referências oriundas dos Estados Unidos como sua principal fonte, muitos, inclusive, consistindo em traduções de periódicos norte-americanos.

Nesse contexto, *A Defesa Nacional* via-se como uma maneira de os militares brasileiros atualizarem-se em relação à doutrina, ao armamento e aos regulamentos estadunidenses, com os quais passariam a ter um contato cada vez mais frequente. Além disso, naqueles anos de guerra, o periódico também serviu como fonte de propaganda negativa dos países membros do Eixo, bem como descreveu o cotidiano de militares brasileiros em estabelecimentos de ensino militar norte-americanos.

Já no segundo período analisado, isto é, entre 1947 e 1950, o que aparece de mais surpreendente nas páginas da revista é o aumento do número de artigos e outros formatos de texto com referência à França e à sua matriz militar, apesar de todos os problemas que o país europeu enfrentava naquela conjuntura pós-guerra. Sobretudo textos ligados a questões doutrinárias ou a respeito da chefia militar encontravam nos franceses suas referências e inspirações. Mesmo em artigos que debatiam a questão da implantação da matriz militar estadunidense no Brasil, pôde-se observar o quanto a influência francesa ainda era forte no meio castrense brasileiro.

Os norte-americanos, porém, continuaram com maiores referências, com suas instituições e modelos, muitas vezes, servindo de exemplo para o Exército brasileiro. Porém, destaca-se que, a despeito da admiração e do respeito às técnicas e doutrinas estadunidenses, bem como às explicações publicadas na revista acerca de armamentos, regulamentos e manuais oriundos do “grande irmão do norte”, na maioria absoluta dos casos, não existiu uma atitude ingênua em relação a uma provável parceria privilegiada, um relacionamento especial, com Washington n’*A Defesa Nacional*.

A emissão de sinais e a sua consequente interpretação são contínuos, originando um mecanismo que reforça certos comportamentos na relação entre dois Estados. Logo, “é importante entender que as identidades, positivas e negativas, não são estáticas”⁴⁹⁷, pois o processo de relacionamento social é contínuo e histórico, o que implica que essas identidades podem ser modificadas”⁴⁹⁸. Diante disso, provavelmente, a atitude expressa nos artigos d’*A Defesa Nacional* demonstra a frustração com o fato de os militares brasileiros “descobrirem que doravante os pleitos brasileiros de armas e equipamentos teriam de passar por um filtro argentino, em nome de um equilíbrio sul-americano difícil de digerir”.⁴⁹⁹

A partir do exposto, conclui-se que o pragmatismo mostrou ser a força motriz da *americanização* do Exército brasileiro no período estudado. Se a diplomacia brasileira dos anos da presidência do Gen. Eurico Gaspar Dutra acentuou o componente ideológico das relações com os norte-americanos, enfraquecendo o elemento utilitário e pragmático, pelo menos os militares que escreveram no periódico analisado compreenderam perfeitamente que não podiam esperar desses mesmos pares o atendimento integral de suas demandas e o apoio necessário para o País consolidar sua hegemonia na América do Sul. Sendo assim, na política internacional ou na vida cotidiana, sempre é prudente lembrar a lição do *bruxo do Cosme Velho*: “Não te irrites se te pagarem mal um benefício: antes cair das nuvens, que de um terceiro andar”.⁵⁰⁰

⁴⁹⁷ SARFATI, Gilberto. *Op. cit.* p. 263.

⁴⁹⁸ SARFATI, Gilberto. *Op. cit.* p. 264.

⁴⁹⁹ RICUPERO, Rubens. *Visões do Brasil: ensaios sobre a história e a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1995. p. 334.

⁵⁰⁰ ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Klick Editora, 1997. p. 193.

FONTES CONSULTADAS

ALENCAR, Capitão Vitor Hugo de Alencar. Um grande chefe. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 398, jul. 1947.

AMBASSADE de la Republique Française au Bresil. L'Attache Militaire. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 397, jun. 1947.

ARARIPE, Cel. T. A. A doutrina francesa e a guerra. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 337, set. 1942.

ARARIPE, Gen. Tristão de Alencar. Ser chefe. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 408, maio 1948.

_____. Tendências das organizações militares de tempos novos. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 402, nov./ dez. 1947.

ARAUJO, Maj. Antonio Andrade. Um exercício na escola de comando e estado maior de Fort Leavenworth. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 430. maio 1950.

Assuntos diversos. Boletim. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 392, jan. 1947.

Assuntos diversos. Boletim. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 392, jan. 1947.

BEAUFORT, Cel. A arma blindada. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 411, ago. 1948.

Bilhetes de Washington. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 420, maio 1949.

Boletim. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 397, jun. 1947.

Boletim. General Jean de Sattre Tassingny. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 402, nov./ dez. 1947.

BRAGA, Gustavo. Lisboa (aspirante a oficial). A metralhadora Browing Col 50 HB-M2. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 408, maio 1948.

BRYDE, Ten. Cel. Walter J. Boa vizinhança: atividades de artilharia na comissão militar mista Brasil-Estados Unidos. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 409, jun. 1948.

CALLET, Cap. Jean. Estudo sobre a observação de artilharia. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 413, out. 1948.

CAMPELO FILHO, Cel. Hugo de Sampaio. O tubo redutor para tiro de instrução de canhão 37 mm contra carro. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 361, jul. 1944.

CAMARGO, Maj. José Campos de. A topografia e a Segunda Guerra Mundial. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 379, out. 1946.

CARVALHO, Cap. Nelson Rodrigues de. Aviões ligeiros como elementos orgânicos das infantarias. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 331, mar. 1942.

Condecoração. Boletim. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 402, nov./ dez. 1947

CORD, Cel. Paulo Mac. Como se formam oficiais no Fort Bonning. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro. n. 354, nov. 1943.

_____. Escola de comando (destinada à preparação de oficiais de Estado-Maior). *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro. n. 351, ago. 1943.

Coronel Buchallet. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 397, jun. 1947.

DANIKER, Coronel. A condição militar alemã e o soldado alemão. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 329, jan. 1942.

DOMINGUES. Maj. Eduardo. Transmissões e ligações. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 379, out. 1946.

Editorial. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 1, out. 1913.

Editorial. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 330, fev. 1942.

Editorial. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 352, set. 1943.

Editorial. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 354, nov. 1943.

Editorial. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 392, jan. 1947.

Editorial. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 409, jun. 1948.

Editorial. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 419, abr. 1949.

FERREIRA, Cel. Altair Franco. Sobre a técnica de estudar. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 421, maio 1949.

FERRAZ FILHO, Cap. Lindolfo. Como marcham as unidades motorizadas dos Estados Unidos. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 333, maio 1942.

FIGUEIREDO, Ten. Cel. Poppe. Ciclo da informação. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 402, nov./ dez. 1947.

FILHO, Cel. Abelardo. Problemas do Brasil. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 432, ago. 1950.

FONSECA, Cibele Silva. A motorização e mecanização. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 333, maio 1942.

Formação de quadros e fusão de armas. Boletim. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 402, nov./ dez. 1947.

FREIXINHO, Cap. Nilton. Considerações em torno dos regulamentos de artilharia de campanha. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 425, nov./ dez. 1949.

GARCIA, Maj. José. Os cursos de comando e estado maior americano. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 379, out. 1946.

GILL, Ten. Gualter. As promoções no exército americano. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 428, mar. 1950.

GODOLPHRIM, Cap. Waldyr da Costa. Um estudo sobre a bibliografia militar oficial do Exército norte-americano. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 409, jun. 1948.

GOMES, Maj. Ivano. Revisão da doutrina de guerra. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 337, set. 1942.

_____. A formação da chefia militar (lições que nos vêm de fora). *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 430, maio 1950.

GRAHAN, Ten. Cel. Jackson. Comentário sobre a engenharia militar brasileira. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 421, maio 1949.

Impressões do Brasil. Boletim. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 402, nov./ dez. 1947.

LIMA, Cap. Barbosa. O odógrafo terrestre. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 408, maio 1948.

LIMA, Victor José. Novos armamentos do eixo. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 334, jun. 1942

LOTT, Cap. Henrique Teixeira. Princípios que regem as operações dos alemães. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 330, fev. 1942.

MAGALHÃES, J.B. O pan-amaericanismo no quadro geral da civilização ocidental. *A Defesa Nacional*. n. 409, jun. 1948.

MELO, Cap. Saulo Teodoro de. Organização do serviço de saúde do exército norte-americano nos teatros de operações. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 369, dez. 1945.

Metralhador Thompson 45 (perguntas ao artilheiro). *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 419, abr. 1949.

MICHELLET, Cap. Uma visão de conjunto dos engenhos blindados. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 412, set. 1948.

MOLLER, Cap. Floriano. A engenharia no exército americano. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 356, jan. 1944.

NIESSEL, General. Emprego de arma blindada. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 416, jan. 1949.

NOBRE, Maj. Napoleão. O planejamento de operações anfíbias. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 408, maio 1948.

Nota da redação introduzindo o texto de TANINGNY, General de Sattre. Ensaio de adaptação da organização militar nas condições da guerra futura. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 402, nov./ dez. 1947.

Notícias militares. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 404, jan. 1948.

Noticiário e legislação: recebimento de material norte-americano. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 405, fev. 1948.

Organização militar. Boletim. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 402, nov./ dez. 1947.

PASSARINHO. Ten. Jarbas G. Considerações em torno de exercícios de combinação de armas na Amazônia. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 379, out. 1946.

PEREIRA, Ten. Cel. Alcides Nunes. A formação de sargentos de infantaria. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 329, jan. 1942.

PEREIRA, Cel. Armando. O redutor para o tiro de instrução do canhão de 37 mm. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 361, jul. 1944.

POUNDON, Ten. Pela criação de uma aviação terrestre autônoma. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 413, out. 1948.

Régua de cálculo militar (sem referência ao autor). Tradução do Military Slide Rule, Fort Sill. Cap. Roberto Alves Carvalho Filho (tradutor). *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 402, nov./ dez. 1947.

Revólver Smith Wesson (perguntas ao artilheiro). *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 408, maio 1948.

RIBEIRO, Cap. Welt. Ataques à baixa altura. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 356, jan. 1944.

R.D., Major. A D.I. norte-americana: subsídios para a organização de futura D.I. brasileira. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 368, jan. 1945.

SANTOS, Maj. Adalberto; MORAES, Cap. Antonio de. Unidades blindadas, armamento, organização e características. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 330, fev. 1942.

SANTOS, Ten. Cel. Adalberto Pereira. Normas gerais de ação. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 397, jun. 1947.

SARDENBERG, Ten. Cel. Edálio. A eficiência das forças armadas americanas. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 416, jan. 1949.

SILVEIRA, Ten. Cel. Ary. Pontos da atual organização do exército nacional em confronto com a organização do exército norte-americano. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 413, out. 1948.

SOUZA, Cap. Álvaro de. Serviço de intendência no exército dos Estados Unidos. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 346, mar. 1943.

TASCINNY, General de Lattre. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 402, nov./ dez. 1947.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSSON, Bengt. La socialización profesional: teoría, ética y espíritu de cuerpo. In: BAÑÓN, Rafael; OLMEDA, José (compiladores). *La institución militar en el Estado contemporáneo*. Madrid: Alianza Editorial, sd.

ALVES, Vagner Camilo. *O Brasil e a segunda guerra mundial: história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: EDI-PUC/RJ, 2002.

_____. Ilusões desfeitas: a “aliança especial” Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: Instituto brasileiro de relações internacionais, janeiro-junho de 2005.

_____. *Da Itália à Coréia: decisões sobre ir ou não à guerra*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

ARARIPE, Luís de Alencar. Tratado de Versalhes (1919). In: MAGNOLI, Demétrio. *História da paz*. São Paulo: Contexto, 2008.

ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Klick Editora, 1997.

AYERBE, Luís. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002;

BALZAC, Honoré. *Ilusões perdidas*. Porto Alegre: L & PM, 2007.

BAÑÓN, Rafael; OLMEDA, José. El estudio de las fuerzas armadas. In: BAÑÓN, Rafael; OLMEDA, José (compiladores). *La institución militar en el Estado contemporáneo*. Madrid: Alianza Editorial, sd.

BARRIE, Jamie. M. *Peter Pan*. New York: St. Martin Press, 2003.

BARONI, Adelaide Cristina. *A revista A Defesa Nacional e o golpe de 1964: um estudo sobre o discurso militar (1985-2004)*. Disponível em: <http://www.abed-defesa.org/page4/page8/page9/page16/files/AdelaideBaroni.pdf>. Acesso em: Fevereiro de 2009.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BUENO, Clodoaldo. *Política externa da primeira república: os anos de apogeu de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____.; CERVO, Amado. *História da política exterior do Brasil*. 2 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. 12 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

CASTRO, Celso. *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CAVLAK, Iuri. As relações entre Brasil e Argentina no início da guerra fria. In: *História: debates e tendências*. Passo Fundo vol. 1. n.1., 1999.

CERVO, Amado. Relações internacionais do Brasil. In: CERVO, Amado. *O desafio internacional: a política exterior do Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 1994.

_____. A instabilidade internacional (1919-1939). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHELLENER, Richard. A política de segurança francesa de 1871 a 1939. In: WEIGLEY, Russel (Org.). *Novas dimensões da história militar*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COFFMAN, Edward. Comando e comandantes norte-americanos na I Guerra Mundial. In: WEIGLEY, Russel (Org.). *Novas dimensões da história militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982.

DAVIS, Sonny. *A brotherhood of arms: Brazil-United States Military Relations*. Niwot: University of Colorado Press, 1996.

_____. Brazil-United States military relations in the early post-World War II Era. *Revista Diálogos*. Maringá. vol. 6. n. 1. , 2004.

DUROSELLE, Jean Baptiste. *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

EINSTEIN, Albert; FREUD, Sigmund. *Por que a guerra?* Lisboa: Publicações Europa-América, 2007.

FOREST, Alan. The nation in arms I: the French wars. In: TOWNSHEND, Charles (Org.) *The oxford history of modern war*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FREIRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Castelo Branco & Associados Propaganda, 1984.

FRENCH, David. The nation in arms II: nineteenth century. . In: TOWNSHEND, Charles (Org.) *The oxford history of modern war*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FULLER, John. *A conduta da guerra: estudo da repercussão da revolução francesa, revolução industrial, revolução russa na guerra e em sua conduta*. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

GESSINGER, Humberto. *Pra ser sincero: 123 variações sobre o mesmo tema*. Caxias do Sul: Belas Letras, 2009.

GOETHE, Johhan. *Fausto*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

HEINSFELD, Adelar. *A geopolítica de Rio Branco: as fronteiras nacionais e o isolamento argentino*. Joaçaba: Edições UNOESC, 2003.

HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências: os aspectos políticos da rivalidade comercial, 1930-1939*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HIRST, Mônica. *Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 20 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. *The age of capital, 1848-1875*. New York: Vintage Books, 1996.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel. *O soldado e o estado: teoria política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

KEEGAN, John. *The first world war*. New York: Vintage Books, 2000.

_____. *The second world war*. New York: Penguin Books, 2005.

_____. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierra. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

LESSA, Antônio Carlos. *As relações Brasil-França*. <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=377&textCode=4336&date=currentDate>. Acesso jan. 2010.

LOBATO, Monteiro. *América*. São Paulo: Brasiliense, 1959.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org). *Fontes Históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. *Os jovens turcos na disputa pela implementação da missão militar estrangeira no Brasil*. Disponível em: <http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/files/CristinaLuna.pdf>. Acesso em: Fevereiro de 2009.

MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In: BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1984.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARQUES, Adriana Aparecida. *Amazônia: pensamento e presença militar*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2007.

MARSHALL, Bermann. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

MARTIN, André. Guerra de secessão. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História das guerras*. 4ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MCCANN, Frank. *A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

_____. *Soldados da pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MONDANI, Marco Guerras napoleônicas. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História das guerras*. 4 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio e Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a segunda guerra mundial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.

MUNHOZ, Sidnei. Ecos da emergência da guerra fria no Brasil. *Revista Diálogos*. Maringá, n. 6, 2004.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *Modernização no exército brasileiro e a revista A Defesa Nacional: as reformas orgânicas do biênio 1934-1935*. In: GORDIN, Helder. (Org). *Anais do VII congresso internacional de estudos ibero-americanos*. Porto Alegre: PUCRS, 2008.

NELSON, R. A. *A Chronology and Glossary of Propaganda in the United States*. Westport, CT and London: Greenwood Press, 1996.

NETO, Manuel Domingos. *Influência estrangeira e luta interna no Exército, 1889-1930*. In: ROUQUIÉ, Alain (org). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

NUNN, Frederik. *Yesterday's soldiers: european military professionalism in South America, 1890-1940*. University of Nebraska Press, 1983.

PADRÓS, Enrique Serra. *O complexo militar-industrial dos Estados Unidos: fator de reordenamento do pós-segunda guerra*. *História: debates e tendências*. Passo Fundo. n.1 6. jul. de 2006.

PASQUINO, Gianfranco. *Revolução*. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Cd-rom.

PECEQUILO, Cristina. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

RAHMEIER, Andrea Helena. *Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2009.

RICUPERO, Rubens. *Visões do Brasil: ensaios sobre a história e a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

ROUQUIÉ, Alain. *América Latina: introducción al extremo ocidente*. 7 ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *Dois gigantes e um condomínio: da guerra fria à coexistência pacífica (1947-1968)*. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2007.

SARFATI, Gilberto. *Teorias de relações internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: EDUSC, 2000.

SEITENFUS, Ricardo. *Manual das organizações internacionais*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

_____. *O Brasil vai à guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. 3. ed. Barueri: Manole, 2003.

SHULTZ, John. *O exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SILVEIRA, Helder Goldim. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: faces de um paradigma ideológico da americanização nas relações internacionais do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

STHENDAL. *O vermelho e o negro*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

SVARTMAN, Eduardo. *Diplomatas, políticos e militares: as visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

_____. *Guardiões da nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006.

_____. *Política externa e região em tempos de crise*. Passo Fundo: Méritos, 2006.

_____. *Cooperação militar Brasil - Estados Unidos: notas para uma reflexão teórica*. In *Anais do VII congresso internacional de estudos ibero-americanos*. Porto Alegre: PUC-RS, 2008. 1 Cd-Rom.

_____. *A americanização do Exército brasileiro: pragmatismo e incorporação seletiva de modelos*. In: *Anais da II Jornada de História das Relações Internacionais*. Porto Alegre: Fapa/Anpuh, 2008.

TEITLER, Gerke. *La génesis de los cuerpos de oficiales profesionales: aspectos teóricos*. In: BAÑÓN, Rafael; OLMEDA, José (compiladores). *La institución militar en el Estado contemporáneo*. Madrid: Alianza Editorial, sd.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da segunda guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

_____. *Segunda guerra mundial*. In: MAGNOLI, Demétrio. (Org). *História das guerras*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Os americanos*. Rio de Janeiro: Contexto, 2009.

TOWLE, Philip. *Cold war*. In: TOWNSHEND, Charles (Org.) *The oxford history of modern war*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

VIDIGAL, Armando. Guerras de unificação alemã. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História das guerras*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

VERNE, Julio. *Vinte mil léguas submarinas*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____. *A volta ao mundo em 80 dias*. São Paulo: Martin Claret, 1999.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente, 1951-1964*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. A guerra fria (1947-1987): conflito ou sistema? *História: debates e tendências*. Passo Fundo. n. 6. jul. de 2006.

WAACK, William. Conferências de Yalta e Postdam. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História da paz*. São Paulo: Contexto, 2008.

WEIGLEY, Russell. Comentários. In: WEIGLEY, Russel (Org.). *Novas dimensões da história militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1982.

WRIGHT, Martin. *A política do poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.